

PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

22

2024 SÉRIE 3

Por altura das festas natalícias é também tempo da revista *Páginas a&b* publicar o seu segundo número regular anual, cumprindo rigorosamente a periodicidade semestral, como tem de ser para se manter indexada nas diversas bases de dados em que já consta.

Este número inicia-se com um texto de lembrança do nosso colega e amigo Luís Cabral, que tristemente nos deixou neste ano de 2024. Bibliotecário competentíssimo, exerceu funções na Biblioteca Pública Municipal do Porto desde 1974, sendo Diretor desta instituição entre 1986 e 2000. Foi também autor de inúmeros textos importantes sobre bibliotecas portuguesas e outras temáticas da área da Ciência da Informação, bem como sobre temas culturais diversos, com particular realce para a música. Luís Cabral integrou a Comissão Científica e a Comissão de Redação de *Páginas a&b* desde 2001, além de ter colaborado como autor. O *In Memoriam* que Maria Luísa Cabral lhe dedica neste número, apesar de ser um texto de cunho pessoal, é simbolicamente a expressão do reconhecimento da direção da revista pela colaboração que nos deu durante mais de duas décadas.

Temos, como é habitual, um número muito diversificado, com colaborações de autores portugueses, do Brasil e do México, fazendo jus ao caráter lusófono e ibero-americano que é timbre da revista. Como vem acontecendo recorrentemente, também neste número os autores nacionais marcam uma presença tímida, o que não nos cansamos de assinalar, na esperança de motivarmos a comunidade portuguesa de Ciência da Informação a submeter os seus artigos, tanto de cariz científico como de cunho mais aplicado, que evidenciem o trabalho sério que se faz e que, muitas vezes, por inércia, fica silenciado.

No primeiro artigo deste número, Mata e Saldanha abordam um tema muito pouco estudado – a biobibliografia – fazendo incursões numa literatura muito vasta, problematizando a partir dela e procurando “aprofundar a pesquisa crítica epistemológico-histórica”.

Uma abordagem teórico-prática é-nos apresentada no texto de Silva, Pinto e Pajeú, no qual procuram aplicar a análise iconográfica de Erwin Panofsky ao conteúdo de capas de livros de ficção, utilizando um *software* específico para o efeito. Sem dúvida, uma perspetiva bastante original.

Ávila e Rendón Rojas analisam as origens, o significado e as releituras posteriores do “princípio da proveniência” em arquivos, numa revisão de literatura muito completa, que atravessa várias décadas e nos traz interpretações e reinterpretções do tema. Igualmente na vertente dos arquivos, Santos e Hedlund discutem “a relação entre cultura organizacional e gestão de documentos”, numa abordagem interdisciplinar com as Ciências da Administração e da Gestão. Ainda numa perspetiva organizacional, com enfoque no

marketing, situa-se o trabalho de Kotinski, que nos apresenta um modelo infocomunicacional para avaliação de *posts* nas redes sociais, estudo que resulta da sua tese de doutoramento.

O foco nas organizações é igualmente objeto do estudo de Soares, que traça a evolução orgânico-funcional, ao longo de várias décadas, de um organismo de investigação científica – o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Lisboa) –, análise essencial para se compreender a produção informacional da instituição, devidamente contextualizada sistemicamente. De seguida, Silva, Korobinski e Hino debruçam-se sobre as instituições de ensino superior e a problemática da gestão e preservação da sua memória. E, ainda no âmbito académico, temos o trabalho de Fernández Marcial, González Solar e Leite, que analisam em pormenor o impacto e a visibilidade das revistas científicas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, identificando indicadores de qualidade e aspetos passíveis de melhoria, propondo inclusivamente ações para incrementar o reconhecimento científico dos periódicos analisados.

O texto de Medina, Costa e Silva traz-nos um tema da maior importância, a que nem sempre é dada muita atenção, o qual se traduz num relato da experiência vivenciada pela equipa da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil) no Laboratório de Acessibilidade Informacional e Inclusão, face aos desafios da acessibilidade informacional para deficientes visuais. Por outro lado, Pavarina aborda uma temática igualmente pouco comum (a biblioterapia), ou seja, a aplicação da “medicina gráfica” para fins terapêuticos, recorrendo a obras de banda desenhada (“histórias em quadrinhos”) como instrumento motivador dos pacientes.

A concluir, uma revisão de Silva, que nos apresenta criticamente o livro de Jean Voutsás-Márquez, professor na Universidade Nacional Autónoma do México, que defende a convergência entre Bibliotecas, Arquivos e Museus, numa visão integrada, oposta à compartimentação e isolamento que é apanágio da postura tradicional da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Mesmo em cima do Natal, resta-me desejar a todos os nossos leitores umas Festas Felizes, um novo ano com muita saúde e paz e, como sempre, boas leituras!

Fernanda Ribeiro



Luís Manuel Dias Borges Cabral

Porto, 19 de abril de 1953 – 12 de abril de 2024

O Luís Cabral deixou-nos depois de muitos anos de combate ao inevitável e eu quero dedicar-lhe umas palavras, não serão formais, apenas o que o coração mandar.

Não sei precisar exatamente o momento em que conheci o Luís, mas foi por pura curiosidade que me aproximei: como era possível ter um colega de profissão cujo nome, em formato sigla, se confundia com o meu, lá longe no Porto? Desde o final dos anos 70 fomos contactando e trocando impressões porque as preocupações dele com as bibliotecas se assemelhavam muito às minhas próprias. Sentíamos algum desconforto com as condições, e limitações, das bibliotecas portuguesas e dos seus profissionais; talvez tivéssemos dificuldade em explicar esse desconforto, mas à medida que conversávamos e ganhávamos confiança mais identificávamos pontos de interesse comum, soluções idênticas para os problemas da profissão, revelávamos a mesma visão. Para mim, o Porto, o mundo das bibliotecas no Norte passava obrigatoriamente pelo Luís. À época, cada cidade tinha as suas bibliotecas e os seus bibliotecários, todos acantonados sem nenhuma partilha. Qualquer iniciativa orientada para a mudança era suspeita e, vindo da capital, pior. O Luís não tinha essa atitude negativa e foi, pois, através dele que conheci e cheguei a outros colegas no Porto e no Norte. Como o país estava compartimentado, pouquíssima comunicação, muito paroquial!

Bem mais novo do que eu, o Luís decide avançar para a frequência de um *Master of Arts in Librarianship* (Leeds, UK) acabando por despertar o meu interesse. Não demorou muito até que eu me entusiasmasse e decidisse pelo mesmo caminho. Fizemos exatamente o mesmo mestrado, na mesma escola com os mesmos professores, vivemos na mesma residência académica, tudo separado por um ano. O Luís regressou a Portugal em dezembro de 1982 e eu desembarquei em Leeds a 2 de janeiro de 1983. Na escola a confusão instalou-se, não entendiam a coincidência de nomes entre dois estudantes portugueses, sobretudo as siglas estavam para lá da imaginação administrativa da escola insistindo em nos arranjar

um parentesco! Data dessa altura a mudança que resolvi introduzir no meu nome ao habituar-me em definitivo ao “Maria”. As nossas siglas, até aí, ficavam-se por LC, mas eu, acrescentando o M, desempatava. Passei a ser MLC. Ríamo-nos com simplicidade deste malabarismo.

Depois vieram tempos mais sérios, e contei sempre com o Luís. Foram os tempos da informatização da Biblioteca Nacional e das bibliotecas portuguesas. Para o Porto, o primeiro contacto foi o Luís, abriu portas, disponibilizou as instalações da Biblioteca Pública Municipal para reuniões ou simples encontros com outros colegas quando a curiosidade, e o susto, eram imensos. Assinámos aí o protocolo que abriria as portas da BPMP à informatização numa cerimónia inesquecível ao constatarmos que todos os elementos na mesa protocolar tinham o mesmo apelido! Estes pequenos momentos descomprimiam-nos, proporcionavam grande cumplicidade sob a qual se desenvolvia um bom ambiente de trabalho.

As nossas vidas profissionais evoluíram, naturalmente, continuámos sempre a trocar opiniões e, para mim, ir ao Porto significava estar com o Luís. Havia sempre alguma coisa para partilhar, fosse profissional, fosse relacionada com os nossos interesses pessoais. Não seria obrigatório estar absolutamente de acordo em tudo, e não estávamos, mas tudo se desenrolava na base de uma enorme confiança entre pessoas que verdadeiramente se estimavam. Aliás, foi esta confiança que integrou o Luís na equipa das *PÁGINAS a&b* a partir de 2001, um justo reconhecimento.

O Luís deixa muitos textos, sobre questões profissionais, sobre figuras do Porto, sobre música e, sobretudo, sobre a Biblioteca Pública Municipal do Porto, que bem podemos referir como a sua biblioteca. Inquestionável.

Sinto a tua falta Luís, ir ao Porto e não te encontrar parece irreal, é estranho. Fica a tua imagem, as memórias, o que todos ganhámos contigo. Obrigada, Luís, até sempre!

Maria Luísa Cabral | cabral1946@gmail.com

Bibliotecária aposentada, Biblioteca Nacional de Portugal

NOTAS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA BIOBIBLIOGRAFIA: desvelando velhos edifícios e arquitetando novos horizontes

NOTES FROM THE ARCHAEOLOGICAL SITE OF BIOBIBLIOGRAPHY: unveiling old
buildings and architecting new horizons

Diogo Xavier da Mata | Gustavo Silva Saldanha

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag22a1>

Resumo: O trabalho busca aprofundar a pesquisa crítica epistemológico-histórica em biobibliografia, que ainda carece de maiores investidas no debate informacional contemporâneo. Explorar e evidenciar uma história da biobibliografia, a partir da materialidade documental dessas fontes. Descrever os solos epistêmicos bibliográficos e documentalistas em que se sustenta a biobibliografia. Apontar seus efeitos sócio-políticos e refletir sobre as potências do trabalho biobibliográfico no contemporâneo. Trata-se de pesquisa crítica epistemológico-histórica a partir de uma seleção e exploração de documentos classificados como bibliográficos entre os séculos XV e XX. Utiliza-se elementos e noções dos procedimentos arqueológico-discursivos de Michel Foucault. Inspecciona algumas obras reconhecidas como biobibliográficas e busca descrever as formações discursivas entre esses diferentes artefatos. Propõe, de forma experimental, que a biobibliografia tenha funcionado historicamente, no período estudado, a partir de três noções epistêmicas distintas, a seleção, a referência e a medição. A partir dos artefatos apresentados, da descrição dos funcionamentos históricos do discurso biobibliográfico, assenta-se perspectivas de caráter crítico para o exercício biobibliográfico. A biobibliografia é produto da ação de representação e organização de pessoas em uma cultura bibliográfica moderna de racionalização do mundo, apesar de sua formação histórico-epistêmica ser de cunho positivista e hegemônica, ela, a biobibliografia, pode ser investida de um caráter crítico para representatividade de grupos subalternizados.

Palavras-chave: Biobibliografia; Epistemologia histórica; Fontes de informação biobibliográficas; Análise do discurso biobibliográfico; Arqueologia do discurso.

Abstract: The work seeks to deepen critical epistemological-historical research in biobibliography, which still lacks greater investment in the contemporary informational debate. Explores and highlight a history of biobibliography, based on the documentary materiality of these sources. Describes the epistemic bibliographic and documentalist soils on which biobibliography is supported. Points out its socio-political effects and reflects on the potential of biobibliographic work in the contemporary world. This is critical epistemological-historical research based on a selection and exploration of documents classified as bibliographic between the 15th and 20th centuries. Elements and notions from Michel Foucault's archaeological-discursive procedures are used. Inspects some works recognized as biobibliographical and seeks to describe the discursive formations between these different artifacts. It proposes, in an experimental way, that biobibliography has worked historically, in the period studied, based on three distinct epistemic notions, selection, reference and measurement. From the artifacts presented, from the description of the historical functioning of the biobibliographic discourse, critical perspectives for the biobibliographic exercise are based. Biobibliography is the product of the action of representation and organization of people in a modern bibliographic culture of rationalization of the world, despite its historical-epistemic formation being of a positivist and hegemonic nature, it, biobibliography, can be invested with a critical character for representation of subordinated groups.

Keywords: Biobibliography; Historical epistemology; Biobibliographic information sources; Biobibliographic discourse analysis; Archaeology of discourse.

1. Uma porteira epistemológico-histórica para o sítio da biobibliografia

A partir da epistemologia histórica em Biblioteconomia e Ciência da Informação, reconhecemos que o pensamento humano está radicalmente alicerçado em uma organização primordial de códigos ordenadores registrados. No âmbito de tais códigos, há um nível de organização primeira, não discutível, porém, submisso ao devir histórico, em que as outras formas de classificar e organizar o mundo se assentam, seriam assim os solos epistêmicos, seguindo o pensamento de Olga Pombo (1998) apoiada em Michel Foucault (2016).

Se o processo de organização dos materiais, e das matérias, depende de uma divisão em que separamos pelas diferenças e reunimos pelas semelhanças, então o processo de classificação é um ato de recortar através de uma característica, conforme exposição de Maria Piedade (1983). Tal como preconiza Georges Vignaux (1999), só podemos pensar o mundo se o organizarmos, e nos habituamos, de fato, a pensá-lo a partir de uma organização. Por consequência, corremos, sempre, o risco de naturalizarmos certas formas, modelos, de organizar o mundo ao nosso redor e perdermos a perspectiva histórica e artificial de toda a forma de classificação. Por isso, a necessidade de reconhecermos a possibilidade de outras formas de classificar, uma reflexão crítica a partir dos processos de ordenação e do que eles produzem. Por outro lado, para não padecermos do eterno risco provocado pela conhecida enciclopédia do escritor Jorge Luis Borges, temos que operar recortes dentro de um espaço primeiro, dito na Modernidade como um lugar de razão, já delimitado pelos códigos ordenadores culturais, acompanhando um devir histórico e experimentando possíveis avanços, saltos epistêmicos e praxiológicos, da teorização do saber à simbiose prático-teórica.

Esta organização do mundo a nossa volta gera diversos registros e artefatos documentais. Esses, na forma de um produto, tornam-se fontes de informação. O estudo da praxiologia desses instrumentos, dessas fontes, por meio de sua ordem discursiva, deixa evidentes, porém não transparentes, os códigos de recorte, de apropriação, de apresentação, de hierarquização e de formas de pensamento que sustentam todo o discurso sobre as coisas que organizam (FOUCAULT, 2016)¹.

A partir dessas noções, queremos examinar as fontes de informação biobibliográficas, mas, para isso, devido ao pouco estudo acerca desse tipo documental nas tradicionais pesquisas em Biblioteconomia e Ciência da Informação, precisamos trabalhar um lugar comum acerca do que seja, para nós, a biobibliografia e o traço biobibliográfico. A noção de biobibliografia, que inicialmente queremos trabalhar, está ancorada nas fontes de informação biográficas, que segundo Murilo Cunha (2020:81) são: “tipo de documento ou fonte de informação que relata a vida e a atividade de alguém” (grifo nosso). Essas fontes de informação dizem quem são os biografados, local de nascimento e morte (se for o caso), as atividades desempenhadas, suas formações, conquistas, suas relações familiares, suas

¹ Nos referimos ao que podemos chamar de primeira fase de pesquisa foucaultiana, em que o intelectual francês produziu diversas análises críticas da história do pensamento ocidental, passando por temas como a Loucura, a Clínica e os próprios sistemas de pensamento a que ele chamou epistemê. Seu pensamento, apesar de possuir uma clara linha de raciocínio contínuo, pode ser dividido em três momentos a arqueologia do discurso ou do saber, a genealogia do poder ou das relações de poder e uma analítica da subjetividade.

publicações, entre outras informações. A depender da seleção dos indivíduos elas podem ser chamadas “dicionários biográficos” (pessoas do passado) ou “diretórios biográficos” (pessoas do presente).

Dentro do conjunto de classes que podemos formar a partir do domínio das fontes biográficas, privilegiamos uma característica que insere nessa coleção uma incisão, o traço da biobibliografia. Diz-se dela: “estudo da vida e das obras de um autor, as quais são referenciadas de acordo com as normas bibliográficas; em geral, inclui a referência dos textos críticos sobre o autor e suas obras” (CUNHA e CAVALCANTI, 2008:56, grifo nosso). A biobibliografia, em sua concretude, representa o conjunto das fontes de informação que apresentam a vida e a obra de um autor, a partir da definição do dicionário citado. Definição intimamente ligada àquela apresentada por Cunha (2020). Sendo assim, percebemos que as fontes biobibliográficas, no âmbito da Biblioteconomia, funcionam para representar e organizar a comunidade das pessoas autoras.

Afim de coletar os artefatos para análise, permitimo-nos recortar o universo bibliográfico de referência a partir desta simples definição. Ou seja, selecionamos obras de referência, principalmente dicionários, catálogos, enciclopédias e diretórios, publicados no período da passagem para o que chamamos de Modernidade até fins do século XX em que as autorias são repertoriadas a partir de seus nomes próprios, descritas a partir de um certo conjunto predominante de descritores e relacionados com as suas atividades ou obras. Se pensarmos o universo informacional/documental para além da relação autoria e obra, teremos um conjunto de fontes de informação que selecionam, organizam, classificam, descrevem e indexam um grupo de pessoas e seus legados, suas notoriedades.

No plano do recorte linguístico, o latim, o francês, o inglês e o português foram as línguas contempladas pelas obras analisadas. A seleção não se propôs exaustiva, tendo em vista os impedimentos intrínsecos, tais como quantidade exorbitante de textos a serem analisados, dificuldade de acesso a certas obras consideradas raras, deslocamento geográfico, assim como impedimentos de momento, tal como o contexto da Pandemia de Covid-19 que acontece em paralelo ao início da pesquisa no contexto 2019-2022².

Pode ser verificado no Quadro 1 deste trabalho que o *corpus* dos dados analisados se concentrou demasiadamente em obras não brasileiras, em razão do contexto histórico-temporal pesquisado para esta etapa da discussão epistemológico-histórica da biobibliografia, enquanto tradição, técnica e saber bibliográfico. As biobibliografias nacionais (brasileiras), no entanto, estão contempladas no *corpus*, o que pode dar uma falsa impressão de descontinuidade ou descontextualização. Contudo, justificamos e advogamos a coerência da amostra empírica tendo em vista a colonização europeia que, em parte, formou nossa cultura bibliográfica, tendo em vista, inclusive, o deslocamento da Biblioteca Real Portuguesa, que funda a coleção inicial da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil. Portanto, não nos parece que o contexto bibliográfico de produção das biobibliografias analisadas esteja desconectado da tradição europeia predominante.

O objetivo geral da pesquisa foi pensar uma arqueologia do discurso biobibliográfico, para, a partir de um processo de reflexão e exploração teórica, experimental e retórico, apoiado

² Cabe explicar que esta pesquisa, ora apresentada na forma de artigo científico, teve início em curso de mestrado vivenciado durante o período citado.

em potencialidades possíveis de tal dispositivo, indicar o que a biobibliografia pode ser para agenciar um mundo mais justo, representativo e diverso, dentro e fora do circuito biblioteconômico autoria/obra publicada. A partir do objetivo geral, os objetivos específicos foram delineados em três pontos principais: a) explorar a existência, ou não, de uma tradição biobibliográfica enquanto fontes de informação; b) reconhecer e registrar, se existente, os vestígios dessa tradição em relação às discussões histórico-filosóficas do campo biblioteconômico-informacional; c) realizar uma descrição das diferentes estratégias biobibliográficas, saltos, descontinuidades, e experimentar uma crítica ao seu desenvolvimento presente e futuro.

Esses dispositivos registram a biografia, enquanto trajeto da vivência ou da existência, e a bibliografia, em um sentido amplo de lista de escritos, de publicações, de legados (concretos ou simbólicos). Na contemporaneidade, esses artefatos parecem estar em toda parte, entre sistemas institucionais e redes privadas de circulação de dados pessoais, ávidos por retirar das sombras todo e qualquer sujeito, dar-lhe um espaço, supostamente gratuito, neutro e livre, para que possa representar-se, expressar-se, classificar-se, são eles, desde o Currículo Lattes³ no contexto brasileiro, no campo da ciência, até o Facebook (uma foto, um nome próprio e uma lista de publicações, próprias ou compartilhadas, e citações), no campo das interações sociais, ou ainda os verbetes biográficos na Wikipédia.

Parecer-nos-ia que estes tipos de dispositivo, aparentemente tão difusos e diferentes, tinham algo em comum, comungavam de uma mesma história dos dicionários biográficos de autores, ou dos *Who's who* de nossa história mais recente. Tratar-se-ia de expressões de uma racionalidade que não para de recortar, comparar e organizar o mundo para que possa entendê-lo, não só as coisas ou as palavras, mas também as pessoas, coisificadas por palavras. Portanto, tivemos a pretensão de tentar escrever parte dessa história, tecer o fio condutor entre essas fontes, ou entre esses dispositivos, de informação. Propomos que esse “fio de Ariadne” é a noção de biobibliografia, enquanto documentação das vidas e dos legados das pessoas.

2. Arados “arqueológicos” para o solo da biobibliografia

Todos os objetivos da pesquisa dependiam da construção de uma história das fontes de informação biobibliográficas, ou seja, o reconhecimento do caráter biobibliográfico em fontes de informação diversas e dispersas no tempo e na forma de apresentação – a esquematologia dos sistemas biobibliográficos. A “arqueologia do discurso” é um modo para denominar os procedimentos de pesquisa empenhados por Michel Foucault, e adaptado por nós nesta pesquisa. Ele usou a fórmula arqueológica do saber para classificar as histórias do pensamento que ele havia produzido até então, a história da loucura e a história das epistemes em *As Palavras e as coisas*. O que Michel Foucault buscava analisar eram as regularidades e as descontinuidades ocorridas em um certo espaço de saber, a

³ A base de dados denominada Currículo Lattes faz parte da Plataforma Lattes, que integra o Currículo, o Diretório de Grupos de Pesquisa, o Diretório de Instituições, o Painel Lattes e o Repositório de Dados de Pesquisa. A Plataforma é fomentada e coordenada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O Currículo Lattes trata-se de um sistema de informações onde é possível registrar, comunicar, recuperar e aferir a vida atual e pregressa dos autores, e suas produções, da rede científica, tecnológica e de inovação no Brasil.

ordem de aparecimento dos discursos, condicionado e possibilitado pelo arranjo da episteme de determinado período histórico. Uma certa escavação que buscava demonstrar camadas profundas dos discursos de saber e como essas sustentavam enunciados de superfície, produzindo um efeito de verdadeiro. Mas também demonstrar como a Psiquiatria, por exemplo, enquanto estância do saber, não foi a mesma no decorrer do tempo, ela guarda interrupções, descontinuidades, profundas mudanças em seu modo de entender e encarar suas palavras e coisas. Interessava-se pelas descontinuidades, pelas mudanças históricas em sistemas de pensamento mais ou menos destacados.

A análise do discurso, portanto, não está centrada na figura de um autor que discursa ou de uma obra que contenha o discurso. A descrição está nos limites do espaço de possibilidade do próprio discurso, o território onde a discursividade se cria e se faz comensurável, está na descrição das regras que permite a um discurso, disperso em diversos textos e autores, emergir e apresentar uma regularidade. Sendo assim, para fins da nossa pesquisa, a marca biobibliográfica não estava em um determinado tipo de obra denominada como tal ou em um conjunto de autores, técnicos, bibliógrafos, ela se encontra como um traço presente em diversas fontes de informação. O projeto biobibliográfico se realiza nas páginas de “Quem é Quem” de um *site* qualquer, está na documentariedade do conjunto de juízes do Supremo Tribunal Federal, nas diversas listas que venham indicar “os maiores políticos de todos os tempos”, “os craques do futebol brasileiro”, “a lista de desaparecidos no período da ditadura militar”, “os palestinos mortos pelos ataques de Israel”, entre muitas outras listas que selecionam, ordenam e classificam uma massa de pessoas a partir de seus nomes próprios e de algumas informações biográficas.

Isto significa dizer que a biobibliografia, enquanto objeto do saber bibliográfico, já estava presente enquanto discurso em obras que sequer citaram o termo “biobibliografia”, como estava também em autores diversos que não compartilhavam um objetivo único comum que seria a prática biobibliográfica. Em absoluto, vimos biobibliografias de cidadãos, de músicos, de autores, com diversas formas de apresentação e descrição, partindo de fontes que buscavam dar histórias de vidas como exemplo a ser seguido, dar uma imagem simbólica da opulência de um reinado, apresentar uma força de trabalho, registrar o conhecimento de um conjunto de pessoas, enfim, diversos objetivos, diversos objetos, diversos biobibliografados e diversas formas de apresentação, conjurando diversos sistemas de pensamento biobibliográfico.

A biobibliografia foi construída por estas fontes, não era um conceito metafísico anterior que as sustentava, como em uma fenomenologia. Muito menos os autores ao construí-la estavam dela conscientes, como numa pretensa hermenêutica. O que existia, e o que nos permitiu agrupá-las, é um conjunto de disposições discursivas específicas que se repetiam na formatação do conteúdo do discurso. A apresentação em listas, o império do nome próprio, certos metadescritores sempre presentes (datas de nascimento e morte, filiação, lugar de nascimento, são exemplos), a busca pela caracterização inequívoca, entre outros. A essas regras tentamos descrever.

Como num jogo de escavação, a arqueologia do discurso tenta escavar as diversas camadas enunciativas que sustentam a superfície do discurso. E o enunciado estava entendido como unidades elementares que formam o discurso, ele não é a proposição lógica, não é totalmente linguístico, nem totalmente material. O enunciado está ligado ao espaço do discurso, às suas leis de possibilidades e regras de existência, uma espécie de noção

contextual, histórico-espacial. Tem ligação íntima e direta com o sujeito do discurso, que não seria a figura do autor, mas o espaço regrado vazio em que um corpo com determinadas especificidades pode assumir. O enunciado tem caráter material repetível. O enunciado é uma função (MACHADO, 1974; FOUCAULT, 2019).

Essa arqueologia nos serve tanto para estabelecer padrões que nos permitiriam reunir as fontes de informação que passaríamos a tratar como biobibliográficas, quanto para realizarmos uma análise de sua história. Apesar de não ser dos métodos mais comuns em Ciência da Informação, a arqueologia do discurso de Foucault já foi proposta no campo. Bernd Frohmann (2008:25) diz: “existe um caminho direto a partir da análise do discurso de Foucault (a análise dos enunciados) para o estudo da materialidade da informação”. O neodocumentalista acredita que o estudo da materialidade e da força do enunciado são importantes para os estudos documentalistas, chegando a estudar no mesmo texto uma noção importante para o próprio estudo biobibliográfico: o papel da documentação na invenção de “tipos de pessoas” espécie de classes em que as pessoas poderiam se inserir para serem nomeadas como partícipes dessa classificação e passarem a existir através dela (FROHMANN, 2008). Além desse trabalho, Frohmann (1994) escreveu que o estudo do discurso, tal como preconizado por Foucault, permitiria analisar a informação e seus usos. Outro autor do campo da documentação que tratou das análises do discurso em Foucault como uma possibilidade para o campo da informação foi Ronald Day (2005).

3. A categoria biobibliográfica enunciada no terreno bibliográfico, documentalista e biblioteconômico

O arquivista francês Ernest-Daniel Grand (1888), em um texto sobre o gênero das biografias, aponta o quão impactante foi a invenção da prensa para a publicação de trabalhos biográficos, inclusive o que ele chama de Dicionários Biográficos. A partir do século XVI, continua o arquivista, começam a aparecer, nas palavras dele, os “dicionários bio-bibliográficos”. Ao dar exemplos, Grand cita Gesner, La Croix du Maine, Du Verdier, Nicéron, Bale e Brunfels com seu *Catalogus illustrium medicorum* (1530). Alguns desses nomes já haviam sido incluídos na pequena lista de biografias de bibliógrafos no *Discurso preliminar* de Gabriel Peignot (1802:X), entre eles Du Verdier, Gesner, Lacroix du Maine e Nicéron. O fato parece apontar para uma dupla interpretação do trabalho desses grandes pesquisadores, por um lado, como obras biográficas, e, por outro, obras bibliográficas. Acreditamos, que a noção de biobibliografia seja mais específica para classificá-las.

Para Paul Otlet (2018), as biobibliografias estariam incluídas na classe dos anuários, assim como os almanaques, calendários, agendas e listas de pessoal, fontes de informação. Segundo ele, esse tipo de fonte reproduziria a cada ano uma série de fatos referentes a um espaço dado. O caráter principal estaria na atualização anual dessa fonte de informação, incluindo o foco na situação e no progresso de determinado estado de coisas. As biobibliografias funcionariam como uma espécie de anuários especializados em determinado grupo de pessoas escritoras, por exemplo, os anuários dos cientistas, dos literatos ou dos artistas, podendo estes serem ainda mais específicos. O documentalista belga cita ainda a ideia de um grande “quem é quem” internacional que estaria acima desses anuários, segundo o projeto de seu Instituto. De acordo com Otlet (2018:253) essa seria uma “lista biobibliográfica das principais personalidades”. Em outra parte de seu texto, quando aborda outros tipos de bibliografias, Otlet (2018:461) aborda as ditas biografias, e

cita mais uma vez as biobibliografias entre dicionários e anuários como importantes fontes para informações biográficas acerca dos autores. Ao dar exemplos de trabalhos desse gênero, cita Niceron, entre outros. Como dicionários biográficos, Otlet (2018), trata diretamente sobre os *Who's who*. As considerações de Otlet denotam sua preocupação com a atualização de informações correntes acerca de um grupo de pessoas notáveis, preocupação que parece estar presente no mundo da ciência desde a *République des Lettres* (BURKE, 2011).

Louise-Noelle Malclès (1960), pesquisadora bibliógrafa francesa, escreveu a história da bibliografia desde o século XVI até o século XX, passando por diversas fases da bibliografia, por diversas obras e diversas autorias. Diz ela:

Em verdade, os primeiros repertórios se parecem mais a dicionários biográficos do que a nossas bibliografias atuais, nas quais se sacrifica aos autores pela descrição completa e técnica dos livros. Ao invés, as bibliotecas, *scriptores* ou *catalogus scriptorum* nos fazem conhecer antes de mais nada aos escritores e suas obras, e depois, muito sumariamente, os livros (MALCLÈS, 1960:14).

Ao falar do trabalho de São Jerônimo, *Scriptores ecclesiasticorum vitae*, de 420 d.C., e da obra de Genasio de Marsella, *Illustrium virorum catalogus*, de 495 d. C., os classifica propriamente como obras biobibliográficas. O clássico repertório de Malclès é como um guia para as obras de caráter biobibliográfico que analisamos. Ela demonstra como os primeiros repertórios, aqueles que começavam a trilhar o caminho bibliográfico eram antes de mais nada fontes biográficas, eram os autores que se desejava antes de mais nada fazer conhecer. Malclès (1960) indica quão longínqua é a raiz da biobibliografia para o mundo ocidental.

A noção de biobibliografia também se confunde com a história da catalogação, isso se separarmos a história das disciplinas científicas Bibliografia e Catalogação como coisas totalmente distintas, o que não se justifica em termos histórico-epistemológicos, no entanto serve bem para o que queremos demonstrar. Anamaria da Costa Cruz (1994) entre os catálogos auxiliares, aqueles que servem para auxiliar o serviço do bibliotecário, cita o catálogo biobibliográfico:

Catálogo biobibliográfico, de identidade ou de autoridade é o que registra os dados biográficos e bibliográficos de autores dos quais a biblioteca possua obra. Trata-se de catálogo de grande importância na biblioteca, auxílio indispensável à manutenção da uniformidade das entradas dos nomes pessoais, dos títulos uniformes e das entidades coletivas (CRUZ, 1994:152).

As fichas biobibliográficas se assemelhavam ao que hoje poderíamos chamar de catálogo autorizado para nomes de pessoas autoras. O registro da forma do nome do autor, que deveria padronizar a entrada principal para as fichas do catálogo, era sua principal função. Os dicionários biográficos e os dicionários biobibliográficos são ambos apontados como fonte de informação para elaboração de uma ficha biobibliográfica. A ficha possuía a entrada padronizada para o nome do autor, responsável ou colaborador de uma obra, datas de nascimento e morte (se fosse o caso), fonte positiva dos dados e indicação bibliográfica da obra na biblioteca. Essas atividades da catalogação contemporânea indicam um retrospectivo histórico que nos leva à história das biobibliografias.

Também na última década do século XX, Sen e Gan (1990) direcionaram a biobibliografia para um novo campo discursivo, o da bibliometria. A mudança na formação discursiva de aplicação do conceito deu origem ao termo pouco difundido, mas muito praticado no mundo todo, a biobibliometria. Tratando a biobibliografia como uma lista anotada de toda sorte de publicações de uma pessoa, junto com uma lista biográfica, eles deram o salto para a biobibliometria, que seria a aplicação dos métodos bibliométricos em dados biobibliográficos. Segundo eles, seria uma ótima forma de demonstrar indicadores da produção e comunicação científica entre os cientistas. E alertaram para a necessidade de uma compilação detalhada da “biodata”. Por mais que, como dito anteriormente, o termo não tenha se popularizado, as análises métricas para avaliar, classificar e bonificar pesquisadores, explicitando o que Pierre Bourdieu (1989; 2007; 2008; 2013) chama de capital simbólico, *homo academicus* e distinção, é prática corrente em diversos países do mundo ocidental.

4. Provas de vida: os veios de uma longa história cultivada das fontes biobibliográficas

Apresentamos um quadro com as principais obras biobibliográficas recolhidas nesta comitiva. Estão organizados cronologicamente por publicação. O quadro apresenta a autoria, o título e o ano de publicação. Os títulos são *hiperlinks* para o acesso a obra completa disponível na *web*. O objetivo de apresentá-las nesse formato, e não em uma lista de referências, intenta não as confundir com o cabedal teórico que foi utilizado para pensar o discurso biobibliográfico por elas materializado. Pensamos também que essa apresentação em quadro facilitaria a rápida consulta às suas informações de publicação, melhor que uma lista de referências, tendo em vista que serão bastante citadas na próxima seção.

Quadro 1 – Lista selecionada do corpus biobibliográfico recolhido para a pesquisa

AUTORIA	TÍTULO	ANO
Johannes Trithemius (1462-1516)	<i>Liber de scriptoribus ecclesiasticis</i>	1494
Johannes Trithemius (1462-1516)	<i>Catalogus illustrium vivorum germaniae</i>	1495
Symphorien Champier (1471-1539)	<i>De medicine claris Scriptoribus</i>	1506
Otto Brunfels (1488-1534)	<i>Catalogus illustrium medicorum, sive de primis medicinae scriptoribus</i>	1530
François Grudé La Croix Du Maine (1552-1592)	<i>La Bibliotheque du sieur de La Croix du Maine: qui est un catalogue general de toutes sortes d'Autheurs, qui on escrit em François...</i>	1584

Antoine Du Verdier (1544-1600)	<i>La bibliotheque d'Antoine du Verdier sibneur de Vauprivas: contenant le catalogue de tous ceux qui on escrit, ou traduit en François...</i>	1585
Giacomo Alberici (1550-1610)	<i>Catalogo breve degli illustri e famosi scrittori venetiani</i>	1605
Philippe Alegambe (1598-1652)	<i>Bibliotheca Scriptorum Societatis Iesu</i>	1643
Denis Simon (1648- -1731)	<i>Nouvelle Bibliothèque historique et chronologique des principaux auteurs et interprètes du droit civil, canonique et particulier de plusieurs États et provinces</i>	1692
Louis Ellies Du Pin (1657-1719)	<i>Nouvelle bibliotheque des auteurs ecclesiastiques</i>	1693
Adrien Baillet (1649- -1706)	<i>Jugemens des savans sur les principaux ouvrages des auteurs</i>	1722
Jean-Pierre Niceron (1685-1757)	<i>Memoires pour servir a l'histoire des hommes illustres dans la Republique des Letres</i>	1729
Rémi Ceillier (1688- -1761)	<i>Histoire generale des auteurs sacrés et ecclesiastiques</i>	1729
Pierre Barral (1700- -1772)	<i>Dictionnaire historique, littéraire et critique</i>	1758
Prosper Marchand (1678-1756)	<i>Dictionnaire historique, ou memoires critiques et litteraires</i>	1758
Pierre Grosley (1718- -1785) e Louis-Mayeul Chaudon (1737-1817)	<i>Nouveau dictionnaire historique-portatif, ou histoire abrégée de tous les hommes qui se sont fait um nom par des talents...</i>	1766
Louis-Mayeul Chaudon (1737-1817)	<i>Dictionnaire universel, historique, critique et bibliographique, ou histoire abrégée et impartiale des hommes de toutes les nations...</i>	1810
Louis-Gabriel Michaud (1773-1858)	<i>Biographie universelle ancienne et moderne</i>	[1811?]
Gabriel Peignot (1767- -1849)	<i>Dictionnaire biographique et bibliographique, portatif, des personnages illustres, célèbres ou fameux...</i>	1813
Antoine-François Delandine (1756-1820)	<i>Dictionnaire historique, critique et bibliographique</i>	1821
Gabriel Peignot (1767- -1849)	<i>Dictionnaire historique et bibliographique abrégé des personnages illustres, célèbres ou fameux...</i>	1821
Augusto Victorino Alves Sacramento Blake (1827-1903)	<i>Diccionario Bibliographico Brasileiro</i>	1883

Nérée Quépat (1845-1927)	<i>Dictionnaire biographique de l'ancien département de la Moselle</i>	1887
Cyprien Perrossier (1841-1902)	<i>Statistique biograpuique de la Drome d'après le Dictionnaire Biographique de ce département</i>	1901
Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)	<i>Quem é quem na Biblioteconomia e Documentação no Brasil</i>	1970
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)	<i>Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros</i>	1991
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	<i>Plataforma Lattes</i>	1999

Fonte. Produção dos próprios autores.

A própria lista pode ser encarada como um produto deste trabalho, contemplando itens ora pouco estudados na seara nacional do campo, ora sendo vistos como um trabalho puramente bibliográfico sem levar em consideração as questões biográficas do gesto.

5. Boca do mundo: a biobibliografia age

O diagnóstico de uma história própria à biobibliografia nos permite estudar suas características a partir de diversos enfoques analisáveis, ou seja, a identificação de um percurso claro de construção de variáveis tangíveis que conferiram ao processo histórico de formação da discursividade biobibliográfica uma cientificidade até o século XX, assim como variáveis intangíveis, do plano hermenêutico ao plano dialético, sobre a teoria crítica da biobibliografia. A grande história biobibliográfica, para nós, se desvela a partir de seus artefatos, monumentos erguidos pelas personagens que se dedicaram à construção da memória do conhecimento acumulado, e suas microestruturas de metarrepresentação de vidas a partir de nomes, notações, feitos bibliográficos e outros rastros biográficos. A formação histórica de cada fonte de informação biobibliográfica nos ajuda a reconstruí-la, a entender seu funcionamento e sua motivação, permite-nos diagnosticar o atual momento biobibliográfico com a certeza histórica da mudança possível, sendo assim é possível construirmos uma outra biobibliografia, ou, ainda, uma teoria crítica da biobibliografia (TCB).

5.1. Biobibliografia e a seleção

Primeiro ele tenta uma comparação: aquela massa de homens, cujas armas refletem a luz do sol, é como um fogo que devora uma floresta e como um bando de gansos ou grous que parece atravessar o céu como um trovão – mas nenhuma metáfora o socorre e ele pede auxílio às Musas [...] E decide, portanto, nomear apenas os capitães e os navios (ECO, 2010:17).

No mundo pós-Gutenberg houve uma verdadeira inversão dos problemas bibliográficos, se antes se impunha a escassez de livros, o século XVI passaria a conhecer aquilo que já foi

chamado, de forma pouco satisfatória, de “dilúvio” ou “explosão” bibliográfica. O fato é que a invenção da prensa de tipos móveis acelerou em muito o ritmo de produção de livros, fez crescer exponencialmente a quantidade de livros. Se isso, obviamente, trouxe inúmeros benefícios, como o processo de alfabetização da população, também é verdade que a inovação tecnológica dos quatrocentos acrescentou ao universo dos livros outras dificuldades (BURKE, 2002), mas também outras possibilidades.

Segundo Burke (2002:175) o problema da “seleção e crítica de livros e autores” passa a ser uma adversidade no gerenciamento da informação. A passagem de Eco, na epígrafe desta subcapitular, fala, justamente, a partir de uma perspectiva poético-literária, da incapacidade de Homero dizer todos os nomes do exército em questão. O elenco indizível de guerreiros não se fazia representar por comparações ou metáforas, reconhecida a impossibilidade, ele seleciona, apenas os capitães foram citados, listar os autores durante os séculos posteriores à prensa gutemberguiana tem se demonstrado trabalho hercúleo comparável.

Também os letrados, a partir dos fins do século XVI, passaram a se preocupar com a formação de uma identidade própria que pudesse destacá-los, recortá-los, do restante. O movimento por uma diferenciação desses intelectuais é perceptível na diferenciação desde o século XVII, na França, onde vemos o surgimento das classes de escritores [*écrivain*] e autores [*auteur*]. A própria *Encyclopédia*, de Diderot e D’Alembert, trazia um verbete dedicado aos *Gens de Lettres* (BURKE, 2003). Além disso, e o que mais nos interessa aqui, o dispositivo biobibliográfico foi em muito utilizado para construir as paredes dessa seleção, citamos o *Gelehrten-Lexicon* (Dicionário dos homens de saber) publicado em 1715, segundo Burke (2003). A República das Letras trabalhou, entre os séculos XVII e XVIII, para consolidar sua identidade de grupo, continuamos na esfera da seleção, do destaque para um certo grupo de autores. Algumas biobibliografias auxiliaram este serviço, pondo-os em comunicação, sim, mas também marcando-os e demarcando um grupo seletivo, por exemplo, o trabalho de Jean Pierre Nicerón (1727) e o de Prosper Marchand (1758).

Outro exemplo da formação de um elenco específico, do início do século XVI, é a obra *De medicina claris scriptoribus* (1506) de Symphorien Champier, médico formado na Université de Lyon e primeiro reitor do Collège des Médecins de Lyon. Com muitas semelhanças e diálogos, Otto Brunfels compila o *Catalogus Illustrium Medicorum* (1530). O movimento renascentista também selecionou, Francesco Petrarca (1304-1374) escreveu seu *De viris illustribus* (Sobre os homens ilustres). Não somente os eruditos e/ou intelectuais das Universidades, em ascensão, tentavam se destacar, a Contrarreforma também se utilizou do discurso biobibliográfico, o *Index Librorum Prohibitorum*, o índice de 1596, apresentou uma lista de autores que não deveriam ser lidos.

No campo da seleção nacional temos *Catalogus Illustrium virorum Germaniae* (1495) de Johannes Trithemius (1462-1516) autor do primeiro repertório biobibliográfico da Modernidade, *Liber de scriptoribus ecclesiasticis* (1494). O catálogo de Trithemius foi seguido por John Bale (1548) em seu *Illustrium maioris Britanniae scriptorum* (1548) (ARAÚJO, 2018).

A seleção pela língua escrita foi outro traço de contornos políticos para selecionar autores, escritores e tradutores, assim como fizeram La Croix du Maine (1584) e Antoine Du Verdier (1585). Suas obras escritas em francês, não em latim, foram dedicadas, como de costume à época, a sua majestade, o rei. Os enunciados estão embebidos da mesma formação

discursiva verificada, dizem catálogos de autores renomados, ilustres, que escreveram coisas notáveis. Esse capital intelectual humano é reunido para simbolizar o valor, a nobreza, a ilustração da própria nação, na figura do rei. Muitos desses escritores estavam a serviço do soberano (BURKE, 2003).

O corte, a seleção, estão implicitamente colocados de forma discursiva desde os títulos dos instrumentos biobibliográficos até o conteúdo descritivo de cada nome-verbete de seu interior. A biobibliografia estava do lado do autor, ou seja, era na vida dos autores, em sua figura, em suas biografias que se encontravam os traços biobibliográficos. É claro que isso não implicava total abandono ao conteúdo de seus trabalhos escritos. Mas era a vida, a vida ilustre, aquela iluminada (a grande metáfora medieval), aquelas que se destacavam que deviam constar nesses dicionários biobibliográficos. Destacamos autores para os listar.

Partindo da impossibilidade de elencar todos os nomes, a comunidade do escrito tem se valido de certos critérios de seleção para destacar alguns. A análise das fontes de informação, ora recuperadas, permite dizer que havia entre os séculos XV e XVII uma ordem discursiva dominante acerca dos “principais” autores. Categorias como ilustres, marcantes, renomados, célebres, famosos e notáveis foram erguidas para identificar aqueles merecedores de um lugar nas paredes da memória. Por volta do século XVIII até fins do século XIX outros enunciados passam a fazer parte da formação discursiva biobibliográfica, noções como crítica, imparcialidade e precisão passam a figurar. No século XX, o discurso biobibliográfico é utilizado para selecionar, inverte-se o papel da seleção. Se antes selecionávamos e depois registrávamos, no século XX vemos o registro biobibliográfico servir às análises estatísticas, essas é que passam a selecionar os indivíduos e a classificá-los, em mais ou menos meritosos, mais ou menos produtivos.

A noção de seleção está intimamente ligada à própria noção de informação. Maria Nélide González de Gómez (1999) explora o caráter seletivo que intervém na constituição do valor da informação. Ou seja, a seleção, individual e social, participa ativamente na construção do fenômeno informacional compreendido por uma multiplicidade de linguagens inscritas socialmente por sistemas tecnológicos e materiais, postos em circulação por instâncias reguladoras, organizadoras e direcionadoras de fluxos. Para ela, González de Gómez, assim como para nós, a informação já nasce de um processo de seleção do que seja informação. A biobibliografia, por analogia, enquanto produto informacional, já surge com uma ideia de personalidades possíveis de serem biobibliografadas. A política de seleção, ou a ideia daquilo que será selecionado, já está no âmago da emergência dos registros biográficos.

O processo de seleção e classificação dos autores está presente em toda a história biobibliográfica, no entanto, a arqueologia desse material tem demonstrado que essa seleção não é estável ao longo do tempo, nem progressiva, é antes uma seleção repleta de descontinuidades históricas. As categorias da seleção biobibliográfica, que podemos resumir sob o caráter de autores ilustres, não funcionou da mesma forma ao longo do tempo. Essa história arqueológica da seleção biobibliográfica, ainda inacabada, é o que buscamos apresentar.

5.2. Biobibliografia como Livros Referenciais

Se uma coletividade produz um tipo de artesanato, a biblioteca a seu serviço estará interferindo não apenas na produção artesanal, mas nas relações do

artesão, via o seu trabalho, com o mundo. De qualquer modo a informação (para que o seja) deve interferir na produção. Portanto, um serviço que informa é essencialmente transformador, permanentemente (MILANESI, 1986:252).

A partir do século XVII vemos os artefatos biobibliográficos se despirem, pelo menos na sua forma de descrição dos autores, dos elogiosos adjetivos que fundamentavam os processos de seleção. Parece-nos que o espírito científico moderno crescente à época passa a influenciar o modo de descrição dos autores, imprimindo-os um quadro de referências, certa sistematização das informações trazidas para cada autor listado. Ideias iluministas também estão presentes nos objetivos dessas obras que passam a se assemelhar com Dicionários ou Enciclopédias, formatos que se consolidam na Modernidade.

Denis Simon (1692) escreveu uma obra sobre os principais autores e intérpretes do Direito Civil, Canônico e Privado. Sua obra traz as características do espírito dos autores, conforme dito no título completo da obra, mas também o juízo acerca de suas obras. Perpetuando o enlace entre a vida e a obra do autor, vemos aqui aparecer também avaliações, julgamentos na tradução literal, das obras bibliografadas. Em seu prefácio deixa claro, seu interesse não é tecer elogios aos autores, mas apresentá-los e suas obras para que os leitores possam avaliar aqueles que lhes serão úteis. A seleção fica agora a cargo dos leitores, a partir de informações mediadas de modo mais direto, com ares de imparcialidade, os autores são apresentados sobre um mesmo plano. Além disso, intenciona fazer os autores que pareçam mais difíceis serem melhor entendidos pelos leitores.

A época é marcada pela ordem discursiva da historicidade. Os trabalhos entre o século XVII e XVIII privilegiam essa noção de História. Barral (1758) e Marchand (1758) falam em Dicionário Histórico Literário e Crítico, Ceillier (1729) fala de uma História Geral dos autores eclesiásticos, Jean Pierre Nicéron (1727) diz Memórias para História dos homens ilustres, Dupin (1693) publica sua Biblioteca contendo a história da vida e a cronologia das obras, Simon (1692) escreve Biblioteca Histórica e Cronológica. A Ciência Nova de Gianbattista Vico foi escrita nesse período, o que pode ser também considerado um indício dessa tendência da época. Destaca-se, também, a ideia de informações rápidas e precisas para direcionar a busca do usuário da fonte. Isso está colocado expressamente em Peignot (1821).

5.3. Biobibliografia e as métricas

In brief, biobibliometrics is the application of bibliometric concepts and methods to analysing biobibliographic data (SEN e GAN, 1990:14).

Camada por camada, o pensamento biobibliográfico vai funcionando em contextos históricos específicos. Desde os meados do século XIX observamos diretórios de informações acerca dos indivíduos de acordo com suas origens geográfico-políticas específicas, queremos dizer, séries específicas de instrumentos de informação acerca dos sujeitos ilustres de uma cidade ou de uma região. São informações minuciosas, específicas e direcionadas. Nérée Quépat, por exemplo, elenca o seguinte *hall* de informações:

Avec leurs noms, prénoms et pseudonymes, le lieu et la date de leur naissance, leur famille, leurs débuts, leur profession, leurs fonctions successives, leurs

grades et titres, leurs actes publics, leurs œuvres, leurs écrits et les indications bibliographiques qui s’y rapportent les traits caractéristiques de leur talent, etc. (QUÉPAT, 1887: página de rosto).

São informações cruciais para uma forma nova de governar, uma biopolítica nascente. Em 1911, Frederick Adams Woods sugeriu, baseado em Dicionários Biográficos, como o de Quépat, e em Enciclopédias, em uma abordagem bastante próxima às ideias eugênicas daquele tempo, uma comparação entre Sófocles e Eurípedes. A comparação, segundo Woods (1911) tratava-se de uma abordagem matemática quantitativa da história, para determinar a superioridade de um sobre outro ele contabilizou o número de linhas ou páginas e número de adjetivos favoráveis e contra esses dois autores nas fontes biográficas e/ou biobibliográficas. Inaugurava-se, portanto, um novo modo de funcionamento do discurso biobibliográfico, estabelecer uma métrica entre os autores, um certo *ranking*.

Os estudos métricos desenvolvidos no século XX dão objetivos precisos a este tipo discursivo. O IBBD publica, na segunda metade do século, um *Quem é Quem* para: “oferecer subsídios para uma análise dos recursos humanos no campo” (INSTITUTO..., 1971, grifo nosso). Na ficha catalográfica, provavelmente confeccionada pelo próprio Instituto, constam as seguintes indicações de assunto - “1. Bibliotecários brasileiros – Indicadores. 2. Documentalistas brasileiros – Indicadores.” -, indicando que as informações biobibliográficas contidas seriam utilizadas não só para conhecimento, mas também como indicadores para análises.

O Currículo Lattes, experiência replicada em diversos países, é a maior expressão no Brasil dessa forma de biopolítica baseada em um discurso biobibliográfico. As informações biográficas e bibliográficas são analisadas para concessão de verba para pesquisa pelos órgãos de fomento, posicionam os pesquisadores dentro do campo acadêmico, além de estarem presentes em diversos outros rituais da academia.

5.4. Biobibliografia e a visibilidade para transformação social

O que não havia era um corpo de enunciados que tivesse uma vida documentária e institucional numa rede de instituições interligadas, tal que as categorias “o homossexual” ou “o suicida” pudessem ganhar massa e peso de identidades específicas, ou meios específicos de existirem como uma pessoa. Não poderia haver “informação” sobre tais tipos de pessoas (FROHMANN, 2008:29).

Ainda há muito o que corrigir, desigualdades sociais, racismo, preconceitos religiosos, xenofobia, homofobia, transfobia, gordofobia e todos os outros recalques que a nossa miséria social, debochadamente, deixa muito claro no tecido social, para todos e todas verem, a muitos e muitas afetar, mas poucos e poucas para se importar, ainda que crescente. Não é objetivo nosso, aqui, discutir todas essas feridas sociais, no entanto, as admitimos presentes também na cultura bibliográfica e no trato do escrito, e as reconhecemos como grandes problemas ainda por se resolver. Essa questão, em específico, ainda carece de maiores aprofundamentos teóricos e práticos, no entanto, apontamos, aqui, os caminhos de debate por onde a pesquisa tem se construído.

Discutamos, então, em que a Biblioteconomia e Ciência da Informação, enquanto saberes sociais das Humanidades, ou, mais especificamente, nosso objeto de estudo, em que a Biobibliografia pode contribuir para uma possível sanidade desses problemas. Levando em consideração as noções de materialidade documentária colocadas por Frohmann (2008), apoiado pelos estudos foucaultianos acerca dos enunciados, podemos evocar o poder do bibliotecário de criar classes, de classificar e indexar seu acervo. Pensamos que há um papel social das bibliotecas no contexto cultural, principalmente, das bibliotecas públicas e comunitárias, na desconstrução dos pensamentos torpes e incorretos da sociedade. Criar séries, dentro da própria coleção, deixá-las em evidência pode ser uma das inúmeras ideias que podem contribuir no micro espaço da biblioteca para quebra de preconceitos. No país com histórico de maior número de assassinato da comunidade LGBTQIA+, por exemplo, mesmo com a subnotificação sabida, é imperioso que as instituições de educação e cultura, como as bibliotecas públicas e comunitárias, auxiliem no processo de conscientização e de quebra desse ciclo. No país, com a desigualdade social, pobreza e fome crescente nos últimos anos é importante fazer emergir dos fundos de nossas prateleiras essas vozes que falam.

Nesse sentido, parece-nos, a biobibliografia ganha local de destaque sobre a classificação por assuntos na comunicação com a população. Há que se fazer a discussão acerca de quem fala, há que se discutir o nível de pertencimento dos autores, sua visibilidade, de onde vem seu conhecimento do contexto social que queremos evidenciar. E isso não desqualifica ou desmerece a discussão de um mesmo assunto por comunidades diversas da sociedade, mas as põe em níveis discursivos diferentes. Queremos dizer que, ao montarmos uma seleção de livros sobre o racismo para deixar em destaque na biblioteca por ocasião do Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial, por exemplo, podemos apenas ajuntar livros que versem sobre racismo. Padrão de um pensamento bibliográfico sistemático organizado por assunto. Outra abordagem é a reunião de livros de autoras negras e autores negros. Nesse caso qual foi o critério de seleção, não foi o assunto, apesar de termos partido dele para pensarmos uma seleção de vidas negras. Portanto, essa segunda, na nossa visão, seria uma experiência biobibliográfica vivida pela biblioteca, no caso hipotético.

Seguindo os caminhos de Solange Mostafa (1985) de uma Biblioteconomia ligada ao processo ativo pedagógico e sua matriz teórico crítica, conforme listada por Gustavo Saldanha (2019), podemos verificar como o pensamento e a práxis biobibliográfica pode se transformar em instrumento de ação libertadora através da visibilidade consentida a determinados grupos de autores. Há aqui discussões a serem feitas em função da questão da identidade, muito presente em estudos sociais e da Classificação e/ou Desclassificação (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011).

Vejamos, por exemplo, dois casos de biobibliografias. Primeiro, o *Autoras negras*, produzido pelo Senado Federal (BRASIL, 2019). Em segundo, podemos citar a *Bibliografia das Publicações indígenas do Brasil*, organizado por Aline Franca, Daniel Munduruku e Thulio Gomes (2019), disponível no Wikilivros. Esta última instituindo a Autoria do povo “caracterizada por publicações onde o principal objetivo é registrar os diferentes tipos de saberes tradicionais e envolve grupos criados com a finalidade de elaborar uma determinada obra” (FRANCA, MUNDURUKU e GOMES, 2019, não paginado). O critério de seleção, não foi o assunto, mas os autores, é a vida deles que se torna critério de seleção.

Fig. 1 – Página do boletim *Autoras Negras do Senado Federal*



Fonte: BRASIL: Senado Federal (2019).

A vantagem da biobibliografia nos casos supracitados é reunir diversos tipos de conhecimento a partir da identidade de seus autores. No boletim de autoras negras do Senado Federal vemos livros que estariam classificados em lugares muito diferentes na biblioteca, e muito provavelmente não estariam indexados por uma negritude capaz de reunir em uma bibliografia para o Dia de Combate à Discriminação Racial, conforme o caso do exemplo. Além de incentivar a leitura de livros que versem sobre a temática, a biobibliografia é capaz de apresentar esses e essas autoras, dando-lhes visibilidade, na linguagem de Frohmann (2008), poderíamos dizer materialidade.

6. Considerações finais

As considerações bibliográficas contemporâneas, no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, privilegiam a bibliografia sistemática organizada por assuntos, talvez muito influenciada pela organização sistemática do próprio conhecimento científico e seus currículos. No entanto, consideramos proveitosa, e até mesmo desejável, a relação, no tecimento bibliográfico, entre assuntos e pessoas. A biobibliografia, enquanto lista de nomes próprios pessoais, acrescenta ao serviço de informação a possibilidade de acesso, de encontro, entre leitores, ou pessoas com necessidades informacionais, e o “outro que sabe”, conjunto de pessoas que possa ter domínio sobre o assunto tratado. Indicamos a

potencialidade documental biobibliográfica na constituição de grupos de pessoas, de selecionar e fazer referência, dar representatividade e fazer o conhecimento tácito, experiências de vida, circularem tal como livros. As listas de nomes próprios desvelam para a circulação de saberes e informações daquelas pessoas não autoras, ou seja, incorporam ao acervo saberes orais a partir do acesso, da referência, à pessoa mesma independente de uma função autora de uma obra registrada. A biobibliografia toma, aqui, a função documentalista da realidade vivida. Verdadeiro catálogo de pessoas, como preconiza a ideia de Biblioteca Humana.

A grande história da biobibliografia, como já dissemos, de certa maneira dominante até, aproximadamente o século XVIII, cede lugar à classificação por assunto, herança de um avanço positivista das humanidades, surgindo a tal “imparcialidade” nas críticas e seleções de autores. Em uma sociedade desigual a ação imparcial correta não será a inércia, ou um caráter passivo, ela será a luta pela igualdade social ativa que interfira, sim, na realidade social. Por isso pensamos uma biobibliografia diferente daquela dos ilustres, dos vencedores, ou daquela métrica que apenas vigia para classificar em um *ranking*, mas uma outra-biobibliografia, para fugir a ambígua ideia de hetero-biobibliografia, como diria Foucault.

Financiamento

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq MCTI Brasil) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes Brasil).

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland

2004 A Morte do autor. In BARTHES, R. - *O Rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 57-64.

BOURDIEU, Pierre

2013 *Homo academicus*. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

BOURDIEU, Pierre

2008 *A Economia das trocas simbólicas: o que falar quer dizer*. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

BOURDIEU, Pierre

2007 *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre

1989 *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Senado Federal

2019 *Autoras negras: protagonismo feminino*. Brasília: Senado Federal, 2019.

BURKE, Peter

2011 A República das Letras Europeia, 1500-2000. *Estudos Avançados*. 25:72 (2011) 277-288.

BURKE, Peter

2003 *Uma História social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURKE, Peter

2002 Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. *Estudos Avançados*. 16:44 (2002) 173-185.

CRUZ, Anamaria da Costa

1994 *Representação descritiva de documentos*. Rio de Janeiro: FEBAB, 1994.

CUNHA, Murilo Bastos da

2020 *Manual de fontes de informação*. 2ª ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia R. O.

2008 *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DAY, Ronald

2005 Poststructuralism and information studies. *Annual Review of Information Science and Technology*. 39:1 (2005) 575-609.

ECO, Umberto

2010 *A Vertigem das listas*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FOUCAULT, Michel

2019 *A Arqueologia do saber*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

FOUCAULT, Michel

2016 *As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel

2006 A Vida dos homens infames. In FOUCAULT, Michel - *Ditos e escritos: estratégia poder saber*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, vol. 4.

FRANCA, Aline; MUNDURUKU, Daniel; GOMES, Thulio Dias, org.

2019 *Bibliografia das publicações indígenas do Brasil*. [Em linha]. [S.l.]: Livraria Maracá, 2019. [Consult. 8 jan. 2022]. Disponível em:

https://pt.wikibooks.org/w/index.php?title=Bibliografia_das_publicacoes_indigenas_do_Brasil&oldid=474296.

FROHMANN, Bernd

2008 O Caráter social, material e público da informação. In FUJITA, Mariângela S. L.; MARTELETO, Regina M; GINEZ DE LARA, Marilda L. - *A Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora; Marília: Fundepe Editora, 2008.

FROHMANN, Bernd

1994 Discourse analysis as a research method in library and information science. *Library and Information Science Research*. [Em linha]. 16 (1994) 119-138. [Consult. 8 jan. 2022]. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0740-8188\(94\)90004-3](https://doi.org/10.1016/0740-8188(94)90004-3).

GARCÍA GUTIERREZ, Antonio

2011 Declassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. *TransInformação*. 23:1 (2011) 5-14.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide

1999 O Caráter seletivo das ações de informação. *Informare*. 5:2 (1999) 7-31, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

1971 *Quem é quem na Biblioteconomia e Documentação no Brasil*. Rio de Janeiro: IBBD, 1971.

MACHADO, Roberto

1974 A Arqueologia do saber e a constituição das ciências humanas. *Discurso*. 5:5 (1974) 87-118.

MALCLÈS, Louise Noelle

1960 *La Bibliografía*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1960.

MILANESI, Luiz

1986 *Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOSTAFA, Solange P.

1985 *Epistemologia da Biblioteconomia*. São Paulo, 1985.
Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OTLET, Paul

2018 *Tratado de documentação: o livro sobre o livro: teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos, 2018.

PEIGNOT, Gabriel

1802 *Dictionnaire raisonné de bibliologie*. Paris: Chez Villier, 1802.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião

1983 *Introdução à teoria da classificação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

POMBO, Olga

1998 Da classificação dos seres à classificação dos saberes. *Leituras: revista da Biblioteca Nacional [de Lisboa]*. 2 (1998) 19-33.

QUÉPAT, Nérée

1887 *Dictionnaire biographique de l'ancien département de la Moselle*. Paris: Alphonse Picard Éditeur; Metz: Libraire Sidot, 1887.

SALDANHA, Gustavo

2009 Sem e cem teorias críticas em Ciência da Informação: autorretrato da teoria social e o método da crítica nos estudos informacionais, uma bibliografia benjaminiana aberta. In BEZERRA, Arthur Coelho [et al.] - *iKritica: estudos críticos em informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SEN, Subir Kumar; GAN, Shymal K.

1990 Biobibliometrics: concept and application in the study of productivity of scientists. *International Forum on Information and Documentation*. 15:3 (1990) 13-21.

VIGNAUX, Georges

1999 *O Demônio da Classificação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

Diogo Xavier da Mata | diogo.biblio@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Gustavo Silva Saldanha | gustavosaldanha@ibict.br

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Brasil

APLICAÇÃO DA ANÁLISE ICONOGRÁFICA DE PANOFSKY EM CAPAS DE LIVROS DE FICÇÃO NO SISTEMA ARMADILLO

APPLICATION OF PANOFSKY'S ICONOGRAPHIC ANALYSIS TO FICTION BOOK COVERS IN THE ARMADILLO SYSTEM

Sandra Rafaela Batista da Silva | Virgínia Bentes Pinto | Hélio Márcio Pajeú

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag22a2>

Resumo: Cada vez mais as imagens, sejam fotografias, desenhos, esculturas ou outras do gênero, desempenham papel de destaque na sociedade, seja no campo científico, literário ou no cotidiano do cidadão. O uso de imagens é frequente em capas de livros e outros documentos, pois tendem a representar os conteúdos, aspectos que, se considerados, podem auxiliar na representação indexical das temáticas dos itens informacionais. O objetivo dessa pesquisa é: analisar quatro capas de ficção literária amplamente conhecidas, a partir do nível iconográfico, de modo a identificar elementos que possam representar os conteúdos dos respectivos livros. Metodologia: pesquisa aplicada, de natureza exploratória e qualitativa, pautada na análise iconográfica de Erwin Panofsky, adotando-se o *software* Armadillo photo que possibilita análise semiautomática, natural ou controlada, de imagens. Resultados: são os metadados para a recuperação dos livros analisados e a construção de um tesouro com base nesses elementos, confirmando a relação entre capa e conteúdo, signo e contexto.

Palavras-chave: Análise iconográfica de Panofsky; Imagem, representação indexical; Imagem de capa de ficção literária, representação indexical; Representação indexical iconográfica, Armadillo Photo.

Abstract: Increasingly, images, whether photographs, drawings, sculptures or others, play an important role in society, whether in the scientific, literary or everyday life fields. The use of images is frequent in book covers and other documents, as they tend to represent the contents, aspects which, if considered, can help in the indexical representation of information items' themes. The aim of this research is to analyze four widely known literary fiction covers at the iconographic level, in order to identify elements that may represent the contents of the respective books. Methodology: applied, exploratory and qualitative research, based on Erwin Panofsky's iconographic analysis, using Armadillo photo software, which enables semi-automatic, natural or controlled image analysis. Results: metadata for retrieving the books analyzed and the construction of a thesaurus based on these elements, confirming the relationship between cover and content, sign and context.

Keywords: Panofsky's iconographic analysis; Images, indexical representation; Cover image of literary fiction, indexical representation; Iconographic indexical representation, Armadillo Photo.

1. Introdução

Quando pensamos na imagem e nos seus benefícios para a sociedade podemos nos surpreender como esse modo textual está presente seja no âmbito da ciência, seja em nosso cotidiano e nos auxilia em vários aspectos. Na área da saúde, contribui significativamente para confirmar ou negar enfermidades, do mesmo modo na área jurídica. Nos contextos socioculturais e antropológicos, comprova momentos ímpares e de memórias relacionadas às famílias ou ritos de passagens, entre outros eventos ou acontecimentos. Nos ambientes geográficos ou de localizações em fotografias, seja na localização com o GPS (Sistema de Posicionamento Global), e até na compra de alimentos ou outros produtos, em que costuma ser ilustrado um item referente ao conteúdo daquela embalagem. Ademais, não podemos

negar a tamanha relevância da imagem para a educação, pois ainda que a criança não saiba ler frases, ela consegue ler as imagens e, inclusive, pedir aos pais para adquirir um brinquedo ou um alimento.

Também favorece a leitura das pessoas analfabetas que podem comprar um produto mediante a interpretação do que está exposto na imagem, por exemplo adquirir café, sem ler as palavras que indicam ser esse produto café, mas acertar a compra por ler a imagem, apresentada na embalagem, da xícara contendo um líquido preto e uma fumaça subindo. Igualmente é utilizada nas “embalagens” de revistas, livros e cordéis. Esses itens informacionais costumam ter em suas capas elementos que representem seu conteúdo fazendo com que a ilustração contida nelas revele elementos do seu conteúdo desde que as imagens sejam analisadas considerando o contexto da obra.

Entretanto, como qualquer outro texto, a imagem também é polissêmica e em tempos de desinformação e *fake news*, faz-se necessário ter um olhar mais apurado sobre seus conteúdos. A esse respeito, Burke afirma que “para utilizar a evidência de imagens de forma segura, e de modo eficaz, é necessário, como é o caso de outros tipos de fonte, estar consciente das suas fragilidades” (BURKE, 2004:18).

A importância da imagem foi evidenciada no final do século XVI pelas primeiras reflexões sobre esses documentos, propostas por Cesare Ripa. As discussões em torno da representação imagética avançam com Panofsky (1955) que apresenta um estudo no qual estabelece três níveis de representação imagética a saber: pré-iconográfico, iconográfico e iconológico.

Observando esses aspectos, nos motivamos a desenvolver uma pesquisa nos pautando na seguinte questão de partida: que aspectos devem ser levados em consideração para se efetivar a representação indexical de imagens de capas de ficção literária, de modo a favorecer a recuperação da informação no contexto desses documentos? Para tanto definimos como objetivo analisar capas de ficção literária a partir do nível iconográfico de Panofsky (1979) de modo a identificar elementos que possam representar os conteúdos evidenciados nessas publicações.

É, pois, nesse sentido que essa pesquisa foi realizada, evidenciando que as imagens das capas de obras estético-literárias, também, representam aspectos de conteúdos de ficção presentes nesses documentos e precisam também ser levadas em consideração na representação indexical desses documentos.

2. Representação iconográfica de Panofsky e representação indexical

A palavra imagem, oriunda de *imago* no latim, significa cópia da realidade, ou seja, não é o objeto representado (EUSTÁQUIO, 2020). Para Souza e Trinchão (2013) a imagem se expressa como uma forma de linguagem e possui um grande potencial para transmissão de mensagens, dado que, o ser humano consegue reproduzir projeções mentais daquilo que pensa, sente e vê.

Além de cópia, a imagem também pode funcionar como um signo em que representa um objeto com o qual mantém uma ideia. Assim, o signo é algo elaborado conforme um contexto que representa um objeto (a coisa em si) e pode ser pensado por uma pessoa que

tenha uma ideia dele, uma representação/*representamen* (PEIRCE, 1974:228). Pensamento que nos levou a compreender as imagens contidas nas capas dos livros de ficção, como linguagem representante – elas expressam algo (ilustração de pessoa, animais, palavra) – e como signo – elas necessitam de contexto para serem compreendidas de maneira assertiva (nesse caso o conteúdo e o gênero da obra).

Conforme Sousa e Pinto (2022) as imagens são fontes de informação. Assim, temos fontes de informação (imagens na capa) sobre um item informacional (livro). Dessa forma, antes mesmo de folhearmos um livro, estamos acessando as informações dele a partir da capa. As capas possuem ilustrações que representam a obra, podendo, dessa maneira, as ilustrações das capas serem entendidas como signo, uma vez que têm sua representação com base no contexto de sua criação e uso.

Nesse sentido, Panofsky (1979) desenvolve uma metodologia de análise interpretativa das imagens com três níveis. O primeiro, nomeado de descrição pré-iconográfica, o segundo, análise iconográfica e o terceiro, interpretação iconológica. No nível pré-iconográfico, a análise das imagens é superficial e conforme o senso comum; no nível iconológico, faz-se um estudo minucioso em que os elementos da imagem são vistos dentro de um contexto e o que eles representam não só na obra, mas também no momento histórico em que a própria imagem foi elaborada; já o segundo, escolhido para análise nesse trabalho, busca analisar os elementos da imagem de modo a identificar os símbolos e as suas relações. Como a ordem já indica, o segundo nível é um meio-termo entre uma análise apenas descritiva e uma análise muito aprofundada.

Tendo em vista esse nível teórico adotado (análise iconográfica), Panofsky propõe que além de descrever a imagem como a vemos também a interpretemos conforme o contexto em está inserida. Nesse trabalho, as imagens estão presentes nas capas dos livros de ficção e o contexto é o enredo da obra. Ou seja, o que os elementos ilustrados na capa representam em relação ao conteúdo do livro de ficção literária.

No contexto da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia ou Museologia, a representação indexical de documentos imagéticos entra em cena com as reflexões da Professora Johanna Smit (1987), que traz reflexões sobre a indexação de imagem pautada no modelo de Panofsky.

A representação da informação para fins de Organização da Informação, área estudada pela Ciência da Informação e áreas afins, pode ser entendida como um conjunto de elementos que descrevem as características de um dado item informacional, ou seja, são atribuídos signos que substituem o objeto no sistema. Trazendo para a prática com os livros, os atributos físicos e de conteúdo do livro são descritos por meios de signos no catálogo. Dessa forma a informação do item é representada (BRASCHER e CAFÉ, 2008).

Tendo como uma de suas atividades a representação indexical (manual ou semiautomática) do texto verbal ou não verbal, considerada por Pinto, Meunier e Silva Neto (2008) uma atividade que se efetiva por meio de um conjunto de ações concernentes à análise da informação contida nestes documentos, atribuindo-lhes etiquetas (verbais ou não verbais) que possam “representar o seu conteúdo, permitindo, não somente o acesso durante uma busca de informação em bases de dados, mas, também que o sujeito possa se deslocar sobre o documento mesmo, em sua natureza concreta, visando à recuperação posterior de seu conteúdo” (PINTO, MEUNIER e SILVA NETO, 2008:7). Os autores continuam suas

reflexões afirmando “Embora pareça simples, na realidade se trata de uma atividade complexa, visto que, em sua trama, estão envolvidas atividades de análise e síntese para a construção representacional dos conteúdos documentários” (PINTO, MEUNIER e SILVA NETO, 2008:7).

Assim, por meio da representação indexical, é possível representar o conteúdo de um item informacional; nesse trabalho o item são os livros de ficção literária e a representação será realizada a partir das respectivas capas de modo a enfatizar que as imagens delas são representativas indo além dos elementos padrões (título, autor, editora), mas também quanto ao conteúdo. Sendo esse muitas vezes negligenciado na representação de obras estético-literárias (SILVA, PAJEÚ e FELIPE, 2022).

3. Aspectos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa aplicada, de natureza exploratória e qualitativa, pautada na análise iconográfica de Erwin Panofsky, adotando-se o *software* Armadillo photo que possibilita análise semiautomática, natural ou controlada, de imagens.

Conforme Gerhardt e Silveira (2009:35) a pesquisa aplicada “[...] tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos”. Este é o caso da representação indexical (manual, semiautomática ou automática) das imagens de capas de ficção literária. Já a pesquisa exploratória, como bem expressa o termo, busca aprofundar conhecimentos sobre uma determinada temática, particularmente, quando ainda se tem pouca literatura sobre a temática. Por sua vez, a pesquisa qualitativa reflete uma análise mais profunda da temática investigada, observando o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2002).

Para a representação indexical das imagens das capas dos livros de ficção literária, utilizamos o Armadillo photo. O Armadillo Foto Média é um *software* voltado para a gestão e representação indexical de fotografias, documentos multimídia e documentos de arquivo. Esse sistema foi desenvolvido em 1998, pela Societé Armadillo, tem uma demo livre e pode ser baixado no site¹ da empresa francesa.

Tendo em vista que as atividades para representação da informação visam identificar elementos físicos e de conteúdo e utilizá-los como pontos de acesso e recuperação do item informacional, nesse trabalho, a imagem é a da capa de livros de ficção literária e o contexto é o enredo da obra. Ou seja, o que os elementos ilustrados na capa representam em relação ao conteúdo da obra.

Para isso, escolhemos quatro capas de obras estético-literárias a fim de aplicar esse método de leitura. São elas *Alice no país das maravilhas*, *As Crônicas de Nárnia*, *Frankenstein* e *O Pequeno príncipe*. Inserimos no Armadillo as imagens das capas constituindo dessa feita nosso *corpus*. Nesse *software* descrevemos as imagens atendendo aos campos comuns de

¹<https://armadillo.fr/app/photopro.sk/web/publi/PAGESCMS/CONTACT-SOCIETE-DEMO-EDITEUR-LOGICIEL>.

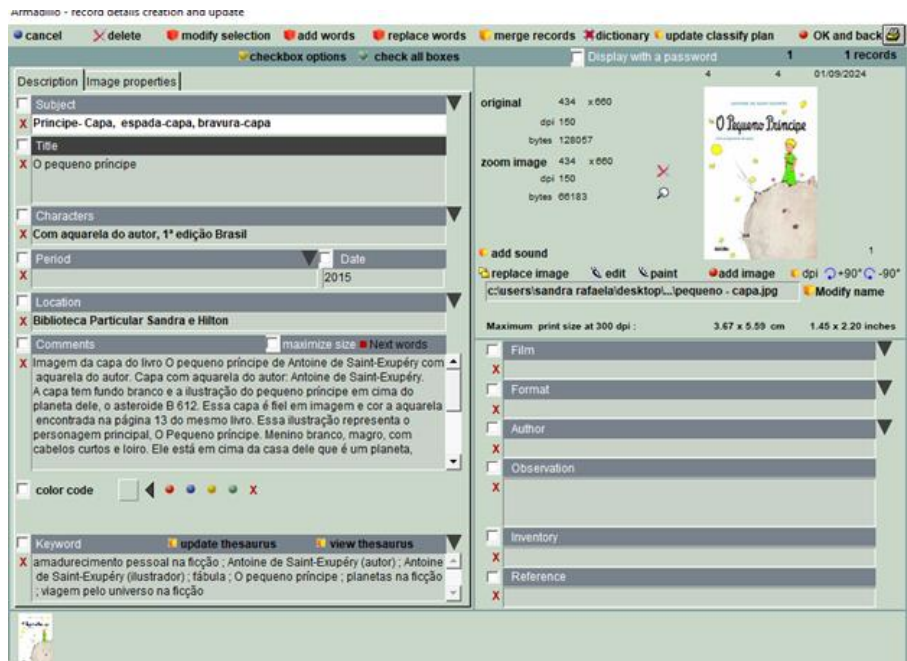
representação: representação catalográfica e indexical, pois o *software* possibilita tais ações.

A escolha pela análise iconográfica deu-se por entendermos que esse nível permitiria a leitura das capas conforme o contexto da obra que elas representam, já que o sentido conotativo pode ser empregado nesse gênero aumentando os signos possíveis. Assim, a ilustração de uma rosa pode se referir a flor comumente chamada de rosa, ou a uma mulher, ou a uma pessoa cujo nome seja Rosa. Além disso, apenas a descrição dos elementos da capa – primeiro nível – não auxiliaria a representação das temáticas obras de ficção, enquanto que um nível de análise aprofundado das capas – terceiro – tende a aumentar o tempo para execução da atividade e requer pessoal especializado.

Acerca do preenchimento dos campos na base, buscamos manter o preenchimento dos campos padronizados, assim em *Subject* colocamos os aspectos principais da capa do livro e da sua história seguidos da palavra “capa” e em *Title* o título da obra. No campo *Characters* dispomos as informações adicionais sobre a edição dessa obra, visto que novas edições tendem a receber capas novas, então, informamos se é volume único, se é edição de luxo/ comemorativa, ou se pertence a um *box*, entre outras, a depender do livro. Em *Date*, o ano do livro, já em *Location*, escrevemos onde o livro se encontra; no campo *Comments*, a descrição da capa, incluindo cores, ilustrações, posição das ilustrações, diferença de tamanho caso haja, e o que esses elementos visuais representam nessa ficção. Por fim, *Keyword* com os termos gerais e específicos incluídos no *thesaurus* que está dentro do Armadillo. O conteúdo adicionado em cada campo do Armadillo pode ser conferido na próxima seção.

4. Resultados

A inclusão das capas no sistema foi por ordem alfabética, assim a primeira capa foi do livro *Alice no país das maravilhas*, em seguida *As Crônicas de Nárnia*, *Frankenstein* e por fim *O Pequeno príncipe*. A seguir, um *print* de tela da capa do livro *O Pequeno príncipe* após a inserção de todos os campos, com o propósito de mostrar a representação no sistema (Fig. 1); todavia, não inserimos as demais figuras por percebemos a dificuldade em ler as imagens, mesmo após tentativa de melhoramento, por isso apresentamos o conteúdo dos *prints* em quadros posteriormente.

Fig. 1 – Representação iconográfica do livro *O Pequeno príncipe* no Armadillo

Fonte: Print de tela da descrição do livro *O Pequeno príncipe* realizada pelas autoras no Armadillo

O *thesaurus*, nome dado pelo *software*, foi alimentado em *Keyword* conforme os elementos descritos em *Comments*. Contemplando título, autor, ilustrador, responsável pela capa, personagens, assuntos e gênero literário. Todos os termos foram inicialmente organizados como gerais e conforme percebemos as hierarquias, movemos os termos de gerais para específicos e incluímos novos termos gerais. Dessa forma, seguindo a ordem alfabética, temos seis termos gerais: Assuntos, Autores, Gêneros literários, Ilustradores, Responsáveis pela capa e Título.

Para cada termo geral, seu conjunto de termos específicos, que se encaixam na categoria criada. Assim, os nomes dos autores foram posicionados como termos específicos do termo geral Autores. Da mesma maneira, os nomes dos personagens foram posicionados como específicos do termo geral do título dado a obra a qual correspondem, por exemplo, *As Crônicas de Nárnia*, e esses títulos são específicos do termo geral “Títulos”. Portanto, cada título de livro é um termo específico de “Título” e tem seus personagens como subdivisão, nesse caso, termos específicos; e cada subgênero literário está especificado dentro do termo geral “Gênero literário”.

Ainda sobre a organização do tesauro, os títulos dos livros foram colocados conforme se apresentam na capa. Já os autores foram citados conforme são conhecidos e seguidos da expressão (autor/autora), o mesmo ocorre com os ilustradores e responsáveis pela capa, que podem ser pessoa física ou instituição. Quanto aos assuntos, são escritos em minúsculas e seguidos das palavras "na ficção" sem parênteses, por exemplo: cristianismo na ficção. Os termos específicos de gênero literário, colocamos em letras minúsculas e, para cada nome de obra, colocamos o nome dos personagens como aparecem escritos nos livros seguidos da expressão (personagem), assim: Aslan (personagem), na tentativa de não confundir com os títulos dos livros que por vezes recebem o nome de algum personagem.

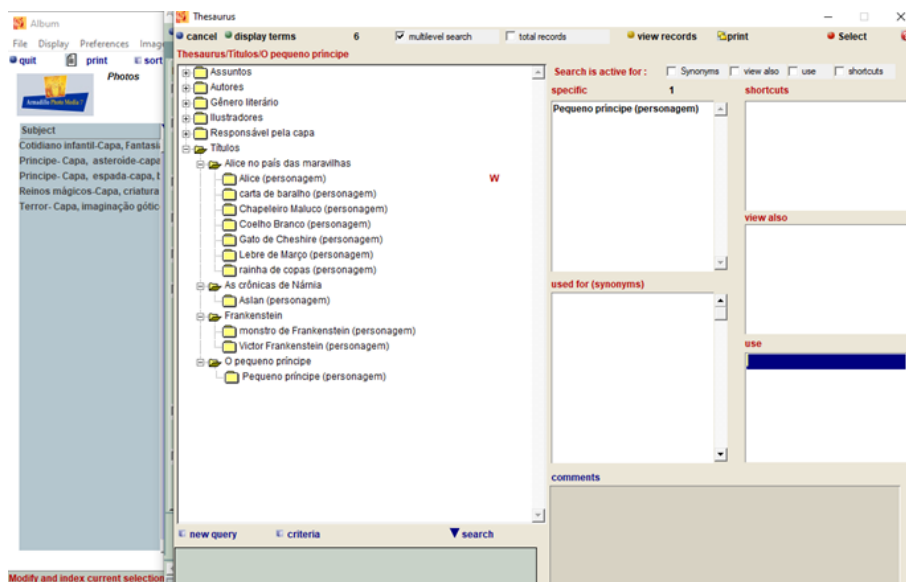
Vale ressaltar que chamamos termos as palavras que foram incluídas no *Thesaurus*, todavia, as mesmas não passaram pelo processo de triagem de um tesauro formal. O fato de desconhecer um tesauro exclusivo e atualizado de literatura nos levou a optar pelo uso da linguagem natural, nesse caso.

O *Thesaurus* do Armadillo coloca as palavras em ordem alfabética automaticamente, dessa maneira, conforme os assuntos são identificados os colocamos como termos e o próprio sistema ordena. Processo que facilita a elaboração e manuseio do tesauro e também mantém o campo *Keyword* organizado da mesma maneira.

Tendo em vista que esse tesauro atende o *corpus* de imagens criado, e esse *corpus* tem quatro imagens, ao incluir os termos de um livro, conseguimos ver esses termos ao tentar atribuir *keywords* as outras imagens. Dessa forma, se começou incluindo os termos para a imagem da capa de *Alice no país das maravilhas*, ao clicar em ver tesauro para incluir termos em *Frankenstein*, vemos os termos de “Alice[...]” também. No terceiro livro, veremos os termos das duas capas anteriores e assim por diante. Essa junção agiliza o abastecimento do tesauro, a atribuição de *Keyword* e contribui para a recuperação de imagens por termos similares. Aspecto que pode ser notado no manuseio do tesauro, pois há a indicação numérica da quantidade de vezes que ele foi atrelado a um item do *corpus*. A Fig. 2 mostra a organização do *Thesaurus*.

Vale ressaltar que o tesauro não era o objetivo desse trabalho e sua construção ocorreu conforme as representações foram realizadas no Armadillo, por isso não focamos nesse assunto, mas uma vez que foi elaborado, o consideramos um extra nessa pesquisa. Por isso, as demais imagens do *Thesaurus*, com a sua organização completa, estão disponíveis em material suplementar.

Fig. 2 – Termos gerais “responsáveis” e “títulos” e seus específicos



Fonte: Print de tela do *Thesaurus* elaborado no Armadillo pelas autoras.

A seguir, apresentamos os quadros com as informações atribuídas no programa, de modo a facilitar a leitura e discutir o processo de representação com base nas informações levantadas acerca das imagens das capas dos quatro livros. Portanto, os quadros são cópias de como as representações foram feitas no Amadillo desde o campo *Subject* até *Keywords*, de modo a auxiliar na leitura e discussão dos dados obtidos. Sendo quatro o número de capas representadas nesse trabalho, serão quatro quadros organizados pelo título dos livros e logo abaixo as respectivas discussões.

Quadro 1 – Representação da capa de *Alice no país das maravilhas* no Armadillo

Description	
Subject	
Cotidiano infantil-Capa, Fantasia-Capa, Imaginação infantil-Capa	
Title	
Alice no país das maravilhas	
Characters	
Livro faz parte do box Alice da editora Pandorga.	
Period	Date
	2019
Location	
Biblioteca Particular Sandra e Hilton	
Comments	
<p>Imagem da capa do livro <i>Alice no país das maravilhas</i> de Lewis Carrol com ilustrações de John Tenniel. A composição da capa é da Lumiar Design.</p> <p>A capa possui borda na cor vermelho e desenhos de coração, a parte central é da cor mostarda com ilustrações dos personagens pertencentes a história.</p> <p>O coração refere-se ao símbolo da carta de baralho conhecido como copas, fazendo alusão a personagem rainha de copas da ficção.</p> <p>Nas extremidades da parte central tem o símbolo do coração agora próximo da letra A, que no baralho representa o "As de copas", nesse livro existem personagens em forma de baralho que constituem o exército da rainha de copas.</p> <p>De cima para baixo da parte central da área de cor mostarda, o primeiro personagem ilustrado é o Coelho Branco.</p> <p>Esse Coelho, na história, representa a busca humana pelo conhecimento apesar da brevidade da vida, aspectos conferidos pelo fato dele usar roupas, ter um relógio, estar sempre preocupado com o tempo e com a sensação de estar atrasado.</p> <p>A personagem Alice uma vez que enxerga o coelho passa a persegui-lo no decorrer da trama.</p> <p>A próxima ilustração representa o rosto do Gato de Cheshire, personagem que guia Alice em suas questões pessoais por pensar que o "Mundo das Maravilhas" é difícil de entender, esse gato aparece e desaparece como se fosse fumaça.</p> <p>O próximo personagem ilustrado é a Lebre de Março, que representa de forma mais latente o caos desse mundo. A lebre desafia a lógica e deixa Alice muito confusa.</p> <p>Em seguida, o Chapeleiro Maluco que de tanto brigar com o tempo fica maluco e começa a comemorar seus aniversários, num chá da tarde em que quebra as regras da etiqueta britânica.</p> <p>Por fim, a personagem principal da história: Alice. Por isso, ilustrada em tamanho maior quando comparada aos demais personagens. Nessa capa, ela está reagindo aos ataques do exército de baralho da rainha de copas, enquanto outros animais, pertencentes a cena da confusão, fogem.</p> <p>Alice é ilustrada como uma menina branca, de cabelos lisos e loiros. Usando um vestido de cor azul com branco e sapatos pretos. Ela representa o ser humano em formação</p>	

"criança" que tenta entender a lógica desse mundo e se depara com uma série de contradições, além de passar por vários estágios no processo de autoconhecimento.
Keyword
Alice (personagem); Alice no país das maravilhas; autoconhecimento na ficção; brevidade da vida na ficção; caos na ficção; carta de baralho (personagem); Chapeleiro Maluco (personagem); Coelho Branco (personagem); curiosidade na ficção; fábula; Gato de Cheshire (personagem); guerra na ficção; John Tenniel (ilustrador); Lebre de Março (personagem); Lewis Carrol (autor); lógica na ficção; Lumiar Design (responsável capa); rainha de copas (personagem); regras de etiqueta na ficção.

Fonte: Cópia da representação feita pelas autoras no Armadillo.

O preenchimento dos campos no Amadillo para *Alice no país das maravilhas* segue a estrutura descrita na seção anterior e mostra como assuntos podem ser extraídos das imagens das capas, dado que a escolha dos elementos a serem ilustrados nas capas, assim como a disposição desses não são aleatórias. Percebemos, também, como alguns elementos se repetem indicando sua relevância na história e em *Keyword* a quantidade de termos que podem ser utilizados para representar essa obra. Adiante, a representação do próximo livro (quadro 2).

Quadro 2 – Representação da capa de *As Crônicas de Nárnia* no Armadillo

Description	
Subject	
Reinos mágicos-Capa, criaturas inesquecíveis-Capa, batalhas épicas entre o bem o mal-Capa	
Title	
As crônicas de Nárnia	
Characters	
Volume único (7 livros em 1)	
Period	Date
	2018
Location	
Biblioteca Particular Sandra e Hilton	
Comments	
Imagem da capa do livro <i>As Crônicas de Nárnia</i> de C. S. Lewis e ilustrações de Pauline Baynes. A ilustração da capa é de Cliff Nielson. A capa do livro é preta de forma que destaca o título do livro em tom amarelo e mais ainda o personagem principal ilustrado em tom amarelo mais claro: Aslan, leão que faz parte das 7 narrativas. Esse leão simboliza Jesus Cristo, influente religioso, que dá origem ao sentido da palavra cristão como aquele que segue a doutrina de Cristo e cristianismo como denominação religiosa. Essa ilustração é apresentada de tal forma que não dá para perceber começo e fim em Aslan, percebe-se o rosto, todavia esse aspecto flutuante ao redor do rosto dele, na ilustração, passa a ideia de espiritualidade presente no livro. Nesse livro, essa analogia com Jesus Cristo é percebida de várias formas: Aslan dá a vida para salvar os demais, mais antes disso é humilhado, depois ressuscita e passa a acompanhar a vida dos outros personagens na luta do bem contra o mal.	
Keyword	
As Crônicas de Nárnia; Aslan (personagem); C. S. Lewis (autor); Cliff Nielson (responsável pela capa); cristianismo na ficção; fábula; Jesus Cristo na ficção; leão na ficção; Pauline Baynes (ilustradora).	

Fonte: cópia da representação feitas pelas autoras no Armadillo.

A ilustração da capa do livro *As Crônicas de Nárnia* só tem um personagem representado, diferente do livro anterior, característica que pode diminuir a quantidade de termos a serem incluídos no tesouro e, conseqüentemente, o número de palavras-chave. Por outro lado, enfatiza a importância desse personagem no decorrer dos sete livros acoplados nesse volume único. O entendimento das características desse personagem na narrativa auxiliou a perceber aspectos na imagem que ora podem passar despercebidos, nesse caso, o aspecto de ser espiritual e não somente material. Passemos a próxima capa.

Quadro 3 – Representação da capa de *Frankenstein* no Armadillo

Description	
Subject	
Terror-Capa, imaginação gótico-romântica-Capa	
Title	
Frankenstein	
Characters	
Edição de luxo da editora Darkside	
Period	Date
	2017
Location	
Biblioteca Particular Sandra e Hilton	
Comments	
<p>Imagem da capa do livro <i>Frankenstein</i> de Mary Shelley, com ilustrações de Andreas Versalius e William Cowper e capa de Pedro Franz.</p> <p>A capa do livro passa a percepção de antiguidade, ao ilustrar a lateral com botões e a parte central com tom de papel antigo, de modo a ressaltar o fato de a obra ter sido publicada a terceira edição em 1831. De cima para baixo, começamos vendo a ilustração em segundo plano, ou seja, com menos chamativa a imagem de um crânio, esse crânio representa tanto o gênero terror característico das edições da Darkside, como a parte do corpo humano que faz parte da história: Frankenstein, já que o Victor Frankenstein deseja dar vida a um ser montado com partes de outros seres, esse ser criado foi popularmente chamado monstro de Frankenstein ou monstro Frankenstein, justamente por não se encaixar no padrão estético da época. No centro da capa é possível ver a ilustração de um pé sem a pele, mostrando, dessa forma, ossos, músculos, nervos, tendões e veias. Evidenciando ainda mais esse aspecto de construção de Frankenstein.</p> <p>Na parte central, a perspectiva científica é ilustrada, pois, contém linhas que ligam o nome à parte do órgão exposto, mostrando ser esse objeto de estudo. Esse livro também é classificado como ficção científica e considerado o primeiro do gênero. O vermelho é a cor destaque que sai do músculo do pé e através de um fio, de mesma cor, liga para cima da parte central o sintagma “deluxe edition” e para a parte de baixo da central o fio passa pelo título do livro. Apresentando, assim, a ideia de trama presente nessa ficção, já que vários eventos decorrem do experimento científico do Doutor Frankenstein que visa e conseguiu dar vida a um ser, porém, quer esquecer isso. Quanto que o ser tido como monstro, devido à sua aparência, busca entender nossas relações e estruturas, por isso, acaba se desenvolvendo intelectualmente.</p>	
Keyword	
Andreas Versalius (ilustrador); belo e feio na ficção; experimento científico na ficção; ficção científica; Frankenstein; Mary Shelley (autora); monstro de Frankenstein (personagem); monstro na ficção; Pedro Franz (responsável pela capa); Victor Frankenstein (personagem); William Cowper (ilustrador).	

Fonte: Cópia da representação feita pelas autoras no Armadillo.

Quadro 4 – Representação da capa de *O Pequeno príncipe* no Armadillo

Description	
Subject	
Príncipe-Capa, asteroide-Capa, bravura-Capa	
Title	
O pequeno príncipe	
Characters	
Com aquarela do autor, 1ª edição Brasil	
Period	Date
	2015
Location	
Biblioteca Particular Sandra e Hilton	
Comments	
<p>Imagem da capa do livro <i>O Pequeno príncipe</i> de Antoine de Saint-Exupéry com aquarela do autor. Capa com aquarela do autor: Antoine de Saint-Exupéry.</p> <p>A capa tem fundo branco e a ilustração do pequeno príncipe em cima do planeta dele, o asteroide B 612. Essa capa é fiel em imagem e cor a aquarela encontrada na página 13 do mesmo livro. Essa ilustração representa o personagem principal, O Pequeno príncipe. Menino branco, magro, com cabelos curtos e loiro. Ele está em cima da casa dele que é um planeta, nesse lugar quase sem vida tem pequenas flores, plantas seca e congruências da crosta desse planeta. Uma dessas congruências está soltando vapor e o Príncipe olha para ela. No espaço ao redor do planeta tem luas, estrelas e outros planetas. O menino viaja pelo universo e visita outros planetas onde encontra outros personagens e interage com eles aprendendo e ensinando algo. Nessa viagem ele amadurece e reflete sobre o que é importante na vida e sobre algumas incoerências humanas.</p>	
Keyword	
Amadurecimento pessoal na ficção; Antoine de Saint-Exupéry (autor) ; Antoine de Saint-Exupéry (ilustrador); fábula; O Pequeno príncipe; Pequeno príncipe (personagem); planetas na ficção; viagem pelo universo na ficção.	

Fonte: Cópia da representação feita pelas autoras no Armadillo.

O livro *O Pequeno príncipe* apesar de não trazer, nessa representação, um volume informativo expressivo, ainda assim, resgatou pontos da narrativa com base apenas nas ilustrações da imagem da capa, a ponto de preencher todos os campos para posterior recuperação.

Quando falamos de resgatar pontos da narrativa, queremos dizer que através das ilustrações conhecemos a obra, posto que pesquisar: quem é o leão em *As Crônicas de Nárnia*, o que significa o Coelho Branco em *Alice no país das maravilhas*, de que trata a parte do corpo humano em *Frankenstein* e por que *O Pequeno príncipe* está em cima de um planeta nos leva a entender o contexto dessa imagem nessa narrativa. Aspectos essenciais para a representação para fins de acesso ou para comunicação uma vez que elas precisam corresponder a um contexto.

Destacamos que poderíamos ter colocado a palavra imagem iniciando o campo *Subject* e *Title*, ao notarmos isso tentamos mudar, já que essas representações se referem a imagem da capa, porém o Armadillo não salvou essa alteração, apesar das várias tentativas. Conseguimos adicionar essa especificação no campo *Comments*. No entanto, entendemos que por se tratar de *corpus*, contendo apenas imagens de capas de livros de ficção literária, em base fechada, esse detalhe, não especificado, não altera significativamente o objetivo desse trabalho.

O comum nesses resultados vai além dos campos disponíveis preenchidos e a estrutura que procuramos manter nessa representação, ela é a riqueza, em qualidade e quantidade, representação realizada a partir das capas dos livros. Pesquisar pelas ilustrações permitiu ler as imagens – imagens podem ser vistas como texto – e ter um resumo do conteúdo do item informacional. Sendo possível identificar elementos comuns entre objetos informacionais, como título e autor; também os característicos da ficção literária, por exemplo, personagem, ilustradores; assim como atribuição de pontos de acesso de subgênero; e o ponto de acesso de assuntos, o qual por muitas vezes é negligenciado quando se trata de representação obras estético-literárias.

Dessarte, entendemos que a partir das imagens das capas dá para perceber e confirmar vários aspectos da história que podem ser utilizados para a representação da mesma nesse ou em outro sistema. Essas ilustrações são interpretadas quando se sabe o contexto da obra. Dessa forma, o prévio conhecimento da literatura a ser representada pela capa é de suma importância, seja, por já ter lido a obra, ou por tê-la visto em outra forma estética como o filme, ou por realizar pesquisas acerca da mesma no momento da atividade de representação, essa consulta pode ser em trabalhos científicos, mas também em resumos/resenhas em *blogs*, *vlogs*, etc.

Nesse trabalho, as autoras já conheciam o contexto da obra o que facilitou a interpretação dos elementos ilustrados na capa. Nesse momento da pesquisa consideramos esse conhecimento prévio crucial por confirmar quanto a capa reflete o conteúdo desse tipo de gênero. Todavia, ressaltamos, assim como já é de prática da leitura para fins de representação, não ser necessário ler a obra por inteiro.

5. Considerações finais

A análise iconográfica foi realizada sem muitas dificuldades por não ser necessário pessoal especializado e por termos acesso às informações na *web*, o que facilita muito a interpretação de significados, posto os inúmeros trabalhos, científicos ou não, disponibilizados, principalmente quando pesquisamos por títulos clássicos da ficção, como os trazidos nesse artigo.

Foi interessante notar os recursos visuais que são utilizados para ressaltar, portanto, diferenciar essas capas de outras, como na capa de *Alice no país das maravilhas* em que a personagem principal está em tamanho maior que os demais personagens ilustrados, em *As Crônicas de Nárnia* com Aslan, personagem de todos os livros, que além de ser o único personagem a ser representado, recebe esse aspecto que não lhe confere início e fim, refletindo o aspecto espiritual do personagem.

Outro aspecto positivo foi a identificação de elementos que se repetem, dado que eles confirmam a sua importância nessa obra. Da mesma forma, aqueles elementos que não estavam tão visíveis, mas que puderam ser encontrados na tentativa de identificar as ilustrações da capa.

O que nos leva a concluir que a escolha dos elementos para compor a capa não é aleatória, confirmando ser a capa uma representação do conteúdo da obra, portanto repleta de signos, e que as imagens contidas na capa podem ser utilizadas para fins de representação

da informação física e de conteúdo do livro. Desta feita, entendermos atendido o objetivo do trabalho, tendo como um bônus a elaboração de um tesouro que confirma a presença desses elementos.

O aspecto desafiante do artigo, tendo em vista o prévio conhecimento do conteúdo das obras, foi representar conforme permite a ilustração da capa e não adicionar informações que seriam extras por não estarem ilustradas.

Quanto ao Armadillo se mostrou surpreendente pela facilidade de manuseio e sistematização do tesouro, permitindo editar os termos já incluídos no tesouro, transformar termos em termos gerais, ou termos gerais em específicos dentro de outros gerais.

A única dificuldade experienciada no uso da base de dados foi que, após salvar as informações colocadas nos campos *Subject* e *Title*, ele não aceitou alteração, ficando por causa disso, algumas palavras fora do padrão de escrita pretendido, nesse momento. Todavia, essa não alteração não influenciou o resultado do trabalho. Outro ponto a melhorar no *software* seria o idioma do sistema que ainda não tem português, precisamos escolher entre inglês ou francês; nesse trabalho, optamos pelo inglês.

Referências bibliográficas

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lúgia

2008 Organização da informação ou organização do conhecimento. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9^a, São Paulo, 2008 – *Anais*. [Em linha]. São Paulo: USP, ANCIB, 2008. [Consult. 23 out. 2021] Disponível em:
<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>.

BURKE, Peter

2004 *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

EUSTÁQUIO, Arlene Rosa

2020 São Gonçalo de Amarante: a imagem, a representação, o sagrado. *Revista de Literatura, História e Memória*. [Em linha]. 16:27 (2020) 326-344. [Consult. 12 jul. 2024]. Disponível em:
<https://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/23859>.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo, org.

2009 *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza Org.

2002 *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21^a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

PANOFSKY, Erwin

1979 *Significado nas artes visuais*. 2^a ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

PANOFSKY, Erwin

1955 *Meaning in the visual arts: papers in and on art history*. New York: Doubleday, 1955.

PEIRCE, Charles Sanders

1974 *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Cambridge: Harvard University Press, 1974, vol. 2.

PINTO, Virgínia Bentes; MEUNIER, Jean-Guy; SILVA NETO, Casemiro

2008 A Contribuição peirciana para a representação indexal de imagens visuais. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 13:25 (2008) 15-35. [Consult. 22 jul. 2024]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p15>.

SILVA, Sandra Rafaela Batista da; PAJEÚ, Hélio Márcio; FELIPE, André Andeson Cavalcante

2022 Diretrizes para indexação de obras estético-literárias: aplicação em títulos nacionais. *Revista Informação na Sociedade Contemporânea*. [Em linha]. 6:1 (2022) e27761. [Consult. 22 jul. 2024]. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/27761>.

SMIT, Johanna Wilhelmina Elizabeth

1987 A Análise da imagem: um primeiro plano. In *Análise documentária: a análise da síntese*. Org. Johanna Wilhelmina Elizabeth Smit. Brasília: IBICT, 1987, p. 99-111.

SOUSA, Karoline Gomes de; PINTO, Virgínia Bentes

2022 A Iconografia editorial como nicho mercadológico para o bibliotecário. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, 17 (2022) 131-146. [Consult. 12 jul. 2024] Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/11477>.

SOUZA, Suely dos Santos; TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa

2013 Educação e desenho: a importância da compreensão da iconografia e da iconologia na análise do livro didático. *InterSciencePlace: Revista científica internacional* [Em linha]. 26:1 (2013) 132-146 [Consult. 12 jul. 2024]. Disponível em: <http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/download/252/249>.

Sandra Rafaela Batista da Silva | sandradocumentos@outlook.com

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Virgínia Bentes Pinto | vbentes@ufc.br

Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

Hélio Márcio Pajeú | helio.pajeu@ufpe.br

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Resumen: Se realiza una revisión histórico-epistemológica de la literatura sobre el principio de procedencia en la segunda mitad del siglo XX durante la cual se contextualizan las discusiones, analizan las tendencias del debate, se establecen relaciones entre las propuestas y señalan perspectivas emergentes. Se descubre que las nuevas dinámicas de producción de fuentes archivísticas, la transformación de la organización clásica de las instituciones decimonónicas, el reconocimiento de otras fuentes archivísticas externas a las canónicamente reconocidas incitaron un movimiento de resignificación del principio de procedencia a partir de la década de 1960. Ese desplazamiento propició modelos de relación poli jerárquicas de las estructuras organizacionales, además de insertarlo en un enfoque histórico-social. Por tanto, el principio de procedencia se aleja de ser una normativa pragmática y se acerca a niveles de conocimiento más abstracto. Dicho itinerario hizo que las colecciones fueran menos dependientes de los espacios físicos y al mismo tiempo más preocupadas por los contextos culturales de las trayectorias comunitarias.

Palabras claves: Archivística; Fondos de archivos; Principio de procedencia; Teoría archivística.

Abstract: This article performs a historical-epistemological review of the literature on the principle of provenance carried out in the second half of the 20th century, during which the discussions are contextualized, the tendencies of the debate are analyzed, important relationships between the proposals are identified and emerging perspectives are pointed out. It is discovered that the new dynamics of archival source production, the transformation of the classical organization of nineteenth-century institutions, the recognition of other archival sources external to the canonically recognized ones prompted a movement of resignification of the principle from the decade of 1960. This displacement fostered poly-hierarchical relationship models of organizational structures, in addition to inserting it into a historical-social approach. Therefore, the principle moves away from being a pragmatic norm and approaches more abstract levels of knowledge. This itinerary made the collections less dependent on physical spaces and at the same time more concerned with the cultural contexts of community trajectories.

Keywords: Archival Science; Archival funds; Principle of Provenance; Archival Theory.

Como sabe cualquier curador de galería o especialista en libros raros, la procedencia de un artículo (una pintura, un libro raro, un documento) es la historia completa de su origen, uso y custodia.

(Debra Barr, 1989:141)

Introducción

No obstante que el principio de procedencia se considera parte esencial del aparato teórico de la Archivística, su “descubrimiento” y aceptación no fue de un momento a otro, sino que tuvo que pasar por un prolongado proceso. De acuerdo con Sweeney (2008:198) este importante concepto, desarrollado durante siglos de práctica, nunca ha encontrado una definición definitiva. Sus orígenes son ambiguos y, a lo largo de los años, el principio se ha introducido, reintroducido, aplicado en parte, aplicado en su totalidad, estudiado y debatido sin fin.

En la archivística contemporánea, debido al desarrollo de la tecnología, la revalorización de las estructuras de poder, el reconocimiento de la ampliación de los límites de la Archivística, esta noción se ha vuelto extremadamente imprecisa y compleja, lo que obliga a los archiveros de hoy a reflexionar radicalmente sobre el campo de aplicación del principio de procedencia (DUCHEIN, 1998:89).

Así pues, la **pregunta** que se busca responder en este trabajo es cuál ha sido el devenir del sentido del Principio de Procedencia (PP) en la segunda mitad del siglo XX y qué factores han afectado en su interpretación. Por consiguiente, el **objetivo** es realizar una revisión histórico-epistemológica de la literatura sobre el PP entre las décadas de 1950 y 2000 tanto de autores considerados “clásicos” como de más contemporáneos. Se caracteriza por su carácter exploratorio, con dieciséis autores que realizaron reflexiones sobre el tema. Al documentar el desarrollo de la producción científica sobre el PP, esta panorámica contextualiza los temas involucrados en la discusión y analiza las tendencias del debate. Asimismo, también permite establecer relaciones entre las propuestas, así como señalar perspectivas emergentes. La **hipótesis** que se sostiene consiste en que las nuevas dinámicas de producción de fuentes archivísticas, la transformación de la organización clásica de las instituciones decimonónicas, el reconocimiento de otras fuentes archivísticas externas a las canónicamente reconocidas, incitaron un movimiento de resignificación del PP a partir de la década de 1960. Ese “desplazamiento” propició modelos de relación poli jerárquicas de las estructuras organizacionales, además de insertarlo en un enfoque histórico-social. Por tanto, el PP empieza a obtener estructuras más abstractas. Dicho itinerario hizo que estas colecciones fueran menos dependientes de los espacios físicos y al mismo tiempo más preocupadas por los contextos culturales de las trayectorias comunitarias. Los **métodos** que se utilizan son el de análisis y la hermenéutica.

1. El descubrimiento de la procedencia

El PP se encuentra muy ligado al concepto de fondo de archivo, por lo que su análisis requiere previamente esclarecer este último. De acuerdo con Cook, (2017:15) aunque el concepto de fondo es fundamental en el campo, tiene un vínculo eurocéntrico muy fuerte: "el fondo permanece relativamente desconocido en la América del Norte angloparlante. [...] la convención sigue siendo usar la expresión en cursiva para indicar su carácter extranjero".

Entre los elementos claves para la definición de fondo se encuentran los procesos de producción y acumulación de registros, ya que las instituciones y los individuos producen información en el ejercicio de sus funciones, formando un “agregado de material

documental”¹, por lo que es necesario identificar al productor de un fondo documental (COOK, 2017:17).

Cook (2017:20-21), trasciende la visión “germano-británico-norteamericana” al describir al organismo productor fondos de archivos con los criterios propuestos por Duchein (1977:79-80):

- a) poseer identidad jurídica prevista en un estatuto jurídico;
- b) gozar de mandato oficial estable expresado en un documento con valor legal;
- c) ocupar una posición jerárquica administrativa definida;
- d) detentar poder y autonomía para tomar decisiones; y
- e) tener una organización interna establecida en un organigrama. A los anteriores, Scott, Smith y Finlay (1980:48) agregaron
- f) poseer su propio sistema de mantenimiento de registros independiente.

Aunque casi de manera unánime se reconoce que el PP tiene su origen en Europa y su formulación en el siglo XIX, sus alcances teóricos aún se discuten. Duchein (1977) atribuye lo anterior a que la práctica ha precedido no sólo a la teoría, sino incluso al término. Ya diversos autores han indicado que se pueden encontrar ejemplos prácticos de la aplicación de ese principio incluso desde el siglo XIV hasta el XVIII (BAUTIER, 1963; CONDE Y DELGADO, 1993; CORTÉS, 1984; HEREDIA, 1991; LODOLINI 1993; UDINA, 1986).

La formulación de este principio se produce como respuesta a los esquemas de organización temática. Sweeney (2008:198) indica que a pesar del uso muy temprano del PP en los archivos europeos, muchos archiveros estaban acostumbrados a organizar registros utilizando esquemas de clasificación temática debido a la influencia de las bibliotecas; los sistemas jerárquicos del espíritu de la Ilustración eurocéntrica; la injerencia del principio de pertinencia como ordenación de “contenido” y la atención a las demandas específicas de los historiadores de los Archives Nationales francés (CASANOVA, 1928:209-211). Sin embargo, era posible emplear ese tipo de clasificación mientras no se agregarán nuevos registros, pero a medida que se hiciera, resultaba insostenible mantener un esquema de clasificación consistente. Asimismo, semejante clasificación resultaba inviable porque los registros rara vez brindan información sobre un solo tema. Y lo más importante, al dividir los fondos en categorías temáticas, se destruye el contexto de la creación de los registros.

Como puede observarse, la aceptación del concepto de fondo como piedra angular de la Archivística no siempre estuvo presente. Su descubrimiento fue decisivo ante los problemas de la gestión temática, así como a la costumbre de mantener registros históricos en las cancillerías y tesorerías europeas de acuerdo con la fuente de producción, lo que permitió preservarlos en sus respectivas administraciones. Adolf Brenneke (1953) concebía la procedencia como principio funcional, por el cual los registros se ordenan para que

¹ Según Reilly (2005:2), los archiveros asumen que la ‘naturalidad’ de los fondos protege el contexto de génesis de los registros, asegurando la integridad o la verdad de lo que se está comunicando.

muestren cómo surgen los negocios reales. Postuló que debían hacerse visibles tres estructuras para los investigadores: "la de la organización; la de sus tareas y funciones; y la de los registros en papel" (citado por SWEENEY, 2008:206).

En el mismo trabajo, Sweeney (2008:194) afirma que el PP siempre será un constructo teórico fundamental y, aunque haya diferencias terminológicas, será una base teórico-práctica universalmente aceptada. El italiano Eugenio Casanova (1928) posiciona el principio como referencia de la integridad de la serie bajo dos instancias: (a) fomentar la identificación de los elementos que garantizan la autenticidad de los documentos y; (b) establecer instrucciones que guíen el trabajo de la gestión diaria.

Como elemento indispensable para la integridad de estos conjuntos, el principio se basaba en cuatro pilares:

- a) los fondos documentales deberían provenir del mismo productor;
- b) la ordenación y descripción esclarecerían el contexto de la génesis;
- c) los archivos se ponían a disposición en el mismo lugar donde se produjeron, y;
- d) el mantenimiento de la custodia ininterrumpida era esencial para proporcionar valores probatorios con fines operativos.

Estos parámetros demostraron la preocupación por el acceso según su producción, convirtiendo la procedencia en un principio fundamental². Ella empezó a establecer tanto la autenticidad como las prioridades para la adquisición, evaluación, organización, descripción y recuperación de la información (SWEENEY, 2008:194). La pregunta decisiva fue ¿cómo hacer comprensibles las series documentales de las administraciones? Esta inquietud protegía las características orgánicas elementales para la comprensión de sus formas de uso.

Los archivistas franceses sostienen que al introducir la noción de *respect des fonds* en el siglo XIX, ellos fueron los responsables de cambiar el rumbo contra la clasificación de materias (SWEENEY, 2008:197). Según Duchein (1977:73) la circular del director de la sección administrativa de los Archivos Provinciales del Ministerio del Interior, Natalis de Wailly, firmada por el ministro Duchâtel y distribuida el 24 de abril de 1841 es el acta de nacimiento de la idea de los fondos de archivo. En ella se pide "reunir todos los títulos (todos los documentos) que provienen de un organismo, un establecimiento, una familia o un individuo".

Asimismo, dicho principio implicaba respetar no sólo la integridad externa del fondo, sino también su integridad interna, por lo que implícitamente generó el principio de respeto al orden original (*l'ordre primitif*) que la archivística alemana denominó *Strukturprinzip*,

² El *Diccionario de Terminología Archivística* del Consejo Internacional de Archivos (1988:121) lo define como un elemento normativo, según el cual, los registros de una misma procedencia no deben "mezclarse" con otros de otra procedencia. Este principio a veces ha incluido el principio de respeto al orden original.

complemento natural de *Provenienzprinzip*, reconocido por el famoso Manual de Muller, Feith y Fruin en 1898 (MULLER, FEITH y FRUIN, 2003).

Otra de las vertientes de los orígenes del PP se puede rastrear en el deseo de comprobar la autenticidad de los documentos. Jean Mabillon publica en 1681 *De Re Diplomatica*, donde establece los principios de la crítica documental, centrando la atención en la fuente de los registros para comparar los documentos emitidos por la misma cancillería, lo que permite discriminar los documentos falsos de los auténticos. Posteriormente, para la Diplomática todos los documentos de los archivos son documentos diplomáticos; y el archivo garantiza la autenticidad al salvaguardar el orden legal-institucional, esto es, respetando su origen y orden original.

El Manual holandés (MULLER, FEITH y FRUIN, 2003) no utilizó la palabra “procedencia”, sino que la articulaba con los conceptos de fondo: conjunto de documentos escritos, dibujos o material impreso (Regla 1) con orden original; el sistema de organización debe estar basado en la organización original del archivo, el cual corresponde a la organización del órgano administrativo que lo produjo (regla 16).

El PP y el concepto de fondo también se incluyeron en el Manual de Hilary Jenkinson (1922), aunque indica que la palabra ‘procedencia’ (*provenance*) “no constituye una base verdadera para la organización [de los archivos]” (1922:97), sino que más bien se trata de “establecer o reestablecer el orden original” (1922:99). Por su parte, al fondo lo denomina “grupo archivístico” (*Archive Group*) (1922:101) y recomienda el estudio de la historia de las administraciones para la recuperación de la ordenación original.

Según Schellenberg (1987:281), la primera referencia al PP en Estados Unidos fue hecha en 1909 por Waldo Gifford Leland. Sin embargo, aún en la primera mitad del siglo XX, muchos repositorios organizaban los artículos cronológicamente o por temas, debido a la ausencia de un sistema centralizado de control de registros y el desorbitado volumen de materiales tras la Segunda Guerra Mundial.

Canadá empezó el análisis del PP en la segunda mitad del siglo XX, principalmente debido al uso de dos idiomas (francés e inglés) que originaba cierta confusión al tratar de traducir el uno al otro. Para autores de lengua inglesa la procedencia era equivalente a respeto a los fondos, y los dos anteriores se confundían con orden original, mientras que en francés esa confusión no existía. Después del informe del *Working Group on Archival Descriptive Standards* del *Bureau of Canadian Archivists* (1985) se inició un intenso debate sobre el tema, mismo que se vio reflejado en múltiples artículos de la revista *Archivaria*. (PSUTKA, 1981; DELVAUX, DUPUIS y PERRON-CROTEAU, 1986; FAY y MCLAREN, 1993)

Por otro lado, también debido a las dificultades lingüísticas entre el francés y el inglés el concepto de *record group* se empieza a analizar principalmente con relación al concepto de *fonds*. De esta manera, Cook (2017) indica que *record group* es una construcción artificial que debe ser abandonada cuanto antes por la comunidad archivística. En la misma línea se encuentra Peter Scott (1966) para quien también es necesario abandonar el *record group* como categoría principal de clasificación por arbitrario y la dificultad que representa que un mismo conjunto de documentos esté bajo la actividad de diferentes dependencias gubernamentales. Por tal razón propone las series documentales como unidad adecuada para la descripción y la recuperación archivística.

Por su parte, Mario Fenyo (1966) rastrea el proceso por el cual se adopta el concepto de *record group* en Estados Unidos. El National Archives crea el *Finding Mediums Committee* para encontrar mejores herramientas de recuperación de registros. Sin embargo, rebasó esos límites pragmáticos y realizó un análisis teórico del término en cuestión. Su estudio señaló dos puntos neurálgicos: (a) la resistencia de los profesionales de su país a adoptar el término *fonds* por ser un término francés y (b) señala la dificultad que surge al admitir la arbitrariedad en el concepto de *record group*.

Richard Berner (1976;1983) reivindica el concepto de *record group* e introduce el de *subgroup*, ambos definidos con relación al PP. Para él, hay un error al restringir el concepto de **record** a las empresas públicas. Desde su perspectiva, el concepto de *record subgroup* permite extender los principios archivísticos de ordenación y descripción a los documentos personales.

En los años 70, Michel Duchein (1977) añadió la dimensión histórica al PP. No se debe solamente "describir" los documentos que componen los fondos, es necesario un estudio sobre la organización de la que provienen los fondos, sobre la historia del fondo mismo, su formación y su clasificación. Posteriormente, el autor constata los cambios ocurridos en la naturaleza de los documentos que ya no solo son escritos, los fondos que aparecen como "virtuales", y las estructuras administrativas que son más complejas, pero concluye que dichos cambios "lejos de poner en peligro el antiguo principio de procedencia, lo desarrolla y le da una extensión que probablemente ni sus propios inventores imaginaron" (DUCHEIN, 1998:90-91).

2. El redescubrimiento de la procedencia

A partir de la década de 1980, en la Archivística canadiense, debido a la complejidad geográfica y cultural del país, así como al imperativo de dar un nuevo significado a la gestión de la información de las organizaciones, se advierte una preocupación por reinterpretar el PP.

Las nuevas preocupaciones sobre la naturaleza de la procedencia surgen de las vías administrativas e históricas. Según Nesmith (1993), los trabajos de Bearman, Lytle, Fenyo, Scott y Evans son la mayor contribución a la agenda actual de la gestión archivística. Mientras que la segunda vía profundizó el conocimiento de los procedimientos comunicativos de la historia institucional. Estos dos horizontes perfilan la comprensión de la fuente productora. Su expansión incorporó cualidades espaciotemporales de ampliación a las historias del creador, de los registros y de la custodia. Este movimiento advirtió la debilitación de la integridad probatoria al basar la procedencia sólo en el creador, rompiendo la cadena de custodia entre jurisdicciones.

Bearman y Lytle (1985-1986) defendieron el papel del PP y propusieron su ampliación como elemento orientador de la recuperación de información. Esta "ampliación" tomaría en cuenta el cambio de los modelos institucionales, cuestión indispensable frente a las distorsiones causadas por seguir el modelo organizativo clásico del siglo XIX. Lo anterior llevó a equiparar el PP con *record group*, que respondía a una perspectiva mono-jerárquica de las organizaciones, además que *record group* "al igual que los esquemas tradicionales

de clasificación de bibliotecas, es esencialmente un sistema de orden de almacenamiento” (BEARMAN y LYTLE, 1985-1986:20).

En los años 90 surgieron los primeros análisis bajo la mirada considerada "posmodernista". Brothman (1991) advirtió que el crecimiento de la información digital ponía en duda el sentido del PP. El tratamiento documental se convirtió en un espacio de creación de memoria colectiva al crear o destruir valores de determinado orden social. Bearman (1992a; 1992b; 1989; 1994) ofreció varias formas de enfrentar ese problema originado en los sistemas electrónicos. Sus objeciones versaban sobre la vertiginosa producción documental de las administraciones.

Por su parte, Luciana Duranti (1993) trajo una nueva percepción sobre la naturaleza de los documentos archivísticos y de sus creadores. Esa renovación implicaría, según Nesmith (1993), un cambio en la lógica de acopio de documentos que desvelaría su "historia". En otros términos, al promover el desplazamiento de la plataforma tradicional a los procesos de conocimiento, el PP pasaría a ser un modelo. En su perspectiva, la centralidad de la información como producto acaba limitando las búsquedas informativas porque evita el conocimiento de la interrelación de los registros.

Peter Horsman (1994) realizó un exhaustivo análisis histórico del PP. Concluyó que *el respeto a los fondos* habría sido canonizado desde el Manual holandés en 1898 y avalado en el Congreso de Bruselas en 1910. Este autor también cuestiona las raíces francesas del PP y considera el orden original desde una perspectiva conceptual. Afirma que el PP es responsable de la percepción de la complejidad del contexto de elaboración de los documentos que se producen bajo la dinámica de la ordenación intelectual de los fondos. Dicho orden refleja el tránsito continuo de las intervenciones y cambios de las fuentes.

La alemana Angelika Menne-Haritz (1998; 2005) defendió la armonización de la valoración de la autenticidad con el PP. Como la evidencia es el objetivo principal de su metodología, afirmó que los documentos archivísticos no se crean para la posteridad. Sintoniza la finalidad jurídico-administrativa con el PP, considerado como elemento organizativo para la ordenación e investigación de las fuentes. Además, destacó la influencia de su compatriota Ernest Posner en el uso del principio como herramienta de evaluación en Estados Unidos.

Más recientemente, Peter Horsman (2002) afirmó que la ampliación de las fronteras del campo ha acentuado el vacío consensual de la aplicación del PP. Esto ha generado dudas sobre el restablecimiento del orden original. Señala que la cuestión de la estricta obediencia a este principio organizador de los fondos ya había sido planteada anteriormente por Adolf Brenneke. Bajo una cierta mirada "post-custodial" cercana a Cook, reconoce que la complejidad de las instituciones amplía las fronteras de la producción de información. Por lo que la descripción virtual se impone a la ordenación física, dando lugar al principio de procedencia virtual. Así Horsman abandona el peso de la dimensión externa que colocaba el respeto al orden interno como una cuestión secundaria. Al final, el investigador presentó el deseo de deconstruir la "dogmatización" de la totalidad orgánica, llevándola a las interferencias humanas que reorganizan constantemente las estructuras.

Basándose en el concepto de procedencia derivado de Museología y Antropología, Laura Millar (2002) demostró que la ubicación de un único punto de origen es poco factible. En lugar de limitar la procedencia a la creación, se debe englobar tres "historias": del creador,

de los registros y de la custodia. Se debe abandonar la idea de “fondo” como totalidad orgánica terminada, porque no existen ni pueden existir. Los fondos son solo fragmentos, desechos de una historia más amplia; pero se deben respetar los archivos que existen y documentar completamente el contexto de su creación y gestión.

Desde una perspectiva poscolonial, Jeanette Allis Bastian (2003) atacó la estrechez del principio con respecto a la cuestión cultural. Su estrategia fue separar la relación entre la custodia, el acceso y la procedencia en los archivos de las colonias de las Islas Vírgenes danesas. Se preocupó por revelar la fragmentación a la que fueron sometidos por los norteamericanos y las autoridades coloniales. Del mismo modo, Terry Reilly (2005) se dio cuenta de que este distanciamiento fomentaba una noción que también tenía a los sujetos y a sus productores literales, restaurando el acceso local a las pruebas no vistas. Como afirmó Terry Cook (1984-1985): la noción de la ordenación física almacenada en un único lugar no se sostiene en la nueva configuración del control intelectual. Por lo tanto, una actitud post-custodial favorece el acceso a través de la custodia distribuida.

Otro aspecto relacionado con este proceso de expansión es el análisis de contenido para describir las fuentes no tradicionales. El reto estaría en elaborar medios auxiliares de acceso a las fuentes sin perpetuar los estereotipos de la cultura de los directivos. En este sentido, Joel Wurl (2005a; 2005b)³ afirma que el gran aporte de los estudios académicos sobre los pueblos originarios fue justamente nombrar con claridad el problema del contexto de las interacciones de los investigadores con estas comunidades. De ese modo, el autor cuestionó los conceptos de propiedad y custodia a partir de la pregunta planteada por Robert Harney (1982): ¿cuáles serían las implicaciones de la etnicidad como modo de procedencia?⁴ Por lo tanto, es necesario respetar a la relación interpersonal y la interdependencia estructural como formas de disponer la procedencia para que se pueda analizar atentamente las formas por las que las comunidades étnicas transmiten la información. Esto se debe a que operar una noción clara del sentido de la etnicidad como modo de procedencia plantea desafíos fundamentales a las perspectivas tradicionales de la custodia. Documentar la vida de los inmigrantes y de ciertas etnias requiere ampliar los límites de las pruebas archivísticas. Además, permite liberarse de la idea clásica de procedencia asociada a los conjuntos físicos.

Jennifer Douglas (2010) partió de la misma idea de Horsman: la procedencia no fue una invención exclusivamente francesa. Afirmó que los archivos de Prusia reconocían el *Provenienzprinzip* (documentos separados en administraciones) y el *Registraturprinzip* (respeto al orden del productor); y la metáfora del "organismo vivo" tuvo su origen en el Manual holandés. Así mismo, señaló la tendencia a reconocer el concepto de fondo a nivel intelectual. Su interés se centra en los diversos procesos y agentes que intervienen en la formación de archivos personales; y en sus formas de representar los principios y métodos

³ Su perspectiva se basa en experiencias con los procesos migratorios como curador del Immigrantion History Research Centre y programador de la División de Preservación y Acceso de la National Endowment for the Humanities.

⁴ Wurl dialogó con David Roediger (2005), para quien la etnicidad tiene las siguientes características: (1) es una construcción social de la afiliación grupal y no algo genéticamente predeterminado; (2) los grupos étnicos comparten un sentido de origen, desarrollando una solidaridad colectiva; (3) la identidad étnica es dinámica y cambiante. No entender estos significados como procedencia resulta en el estrechamiento de la noción contextual, suprimiendo los esfuerzos para documentar las dimensiones sociales.

tradicionales. En otras palabras ¿cuál era el impacto de los profesionales responsables de la gestión en el aspecto emocional de los miembros de la comunidad? Partiendo de ese cuestionamiento, Douglas consideró más importantes las relaciones entre los creadores que la ubicación física de los registros. Eso sirvió de base para que los canadienses elaboraran el sistema de *procedencia social*. Tal perspectiva adopta el análisis evaluativo de los aspectos sociales en la génesis evaluativa.

En este mismo sentido de búsqueda de la complejidad, Jefferson Bailey (2013) describió la apreciación crítica sobre los conceptos de fondo, procedencia y orden original. Su trabajo también acaba reforzando la urgencia de desarrollar modelos digitales nativos debido a las limitaciones de los antiguos enfoques.

Por último, la brasileña Shirley Franco (2012) presenta la noción de ramificación que consiste en que hay una interconexión de los documentos de las instituciones de Estado que hace imposible su destrucción total. Su material empírico fueron los documentos archivísticos relativos a la Guerrilla de Araguaia en Brasil (1972-1975). A partir de la percepción de la "supervivencia" de una profusión de pruebas, la autora resalta la insuficiencia conceptual tanto del fondo como del PP.

3. Consideraciones finales

A lo largo del artículo se descubre que el principio de procedencia y la noción de fondo documental se configuran como conceptos capitales dentro de la Archivística. Su comprensión afecta directamente la terminología utilizada en los niveles de descripción, impactando en la recuperación de la información.

A partir de la década de 1960, la aparición de nuevos elementos en la dinámica de producción de las fuentes inició un movimiento de revalorización de su significado. De hecho, la debilidad latente de explicar los procesos y las actividades a partir de estructuras mono-jerárquicas contribuyó a ese sentido. Esta revisión se basó en: (a) la existencia de una riqueza informativa organizativa, captada, al menos en parte, por quien la crea y gestiona; (b) la necesidad de un modelo teórico para la complejidad institucional. Estos dos elementos favorecen un modelo dinámico de relación poli jerárquica para explicar la misión, la estructura, las funciones y las actividades.

Las formas de revisión presentadas pueden resumirse en la expresión *Mind over Matter* de Terry Cook (1992); y recordar a Hugh Taylor (1987), para quien se requiere un enfoque dentro de la "historiografía social". Al comprometerse con modelos de conocimiento que demuestran *cómo y por qué* se produjeron los documentos archivísticos, los profesionales no pueden ver su trabajo únicamente de forma empírica. Más bien, deben reconocer patrones de conocimiento para trascender la masa informativa a la que están sometidos.

Todas las propuestas presentadas en este texto denotan la inquietud por las estructuras abstractas. Tal sistematización inserta la autodeterminación de los creadores en una postura prominente de amplia elucidación del contexto de génesis. Como tal, comienza a reconocer los patrones constitutivos de la producción documental, sin alejarse de la ampliación exhaustiva de las fuentes. Esta vía reconoce a varios participantes como fuente de procedencia, así como ofrece la oportunidad de comprender la producción de fondos y

sus co-creadores. Al parecer, el reto consiste en enriquecer la comprensión contextual de los registros. Por último, este horizonte hace que dichas colecciones sean más abstractas y menos dependientes de las ubicaciones físicas, identificando también los contextos culturales de las historias comunitarias.

Referências bibliográficas

BARR, D.

1989 Protecting Provenance: response to the report of the Working Group on Description at the Fonds Level. *Archivaria*, [En línea]. 28 (Summer 1989) 141-145. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en:
<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11575>.

BASTIAN, J. A.

2003 In a house of memory: Discovering the Provenance of Place. *Archival Issues: Journal of the Midwest Conference*. [En línea]. 28:1 (2003) 9-19. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en:
<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edo&AN=15958640&lang=es&site=eds-live>.

BAUTIER, R.-H.

1963 Rapport general. In CONFÉRENCE INTERNATIONALE DE LA TABLE RONDE DES ARCHIVES, 6^{ème}. Varsovia, 1961 - *Les Archives dans la vie internationale; droit internationale des archives, collaboration internationale en matière d'archives, les archives des organisations internationales: actes*. Paris: Direction des Archives de France, 1963, p. 7-120.

BEARMAN, D.

1994 *Electronic Evidence: Strategies for managing records in contemporary organizations*. Pittsburgh: Archives and Museum Informatics, 1994.

BEARMAN, D.

1992a Documenting documentation. *Archivaria*. [En línea]. 34 (July 1992) 33-49. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en:
<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11839>.

BEARMAN, D.

1992b COOK, Archival appraisal of records containing personal information: A RAMP study with guidelines. *Archivaria*. [En línea]. 34 (July 1992) 217-219. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en:
<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11852>.

BEARMAN, D.

1989 *Archival Methods: Archives and Museum Informatics technical report 9*. Pittsburgh: Archives and Museum Informatics, 1989.

BEARMAN, D.; LYTLE, R. H.

1985-1986 The Power of the Principle of Provenance. *Archivaria*. [En línea]. 21 (Winter 1985-1986) 14-27. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en:
<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11231>.

BERNER, R.

1983 *Archival theory and practice in the United States: A historical analysis*. Seattle; London: University of Washington Press, 1983.

BERNER, R.

1976 Perspectives on the Record Group Concept. *Georgia Archive*. [En línea]. 4:1 (1976) [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: https://digitalcommons.kennesaw.edu/georgia_archive/vol4/iss1/6.

BRENNEKE, A.

1953 *Archivkunde*. Leipzig: Köhler & Amelang, 1953.

BROTHMAN, B.

1991 Orders of values: probing the theoretical terms of archival practice. *Archivaria*. [En línea]. 32 (Summer 1991) 78-100. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11761>.

CASANOVA, E.

1928. *Archivistica*. Lazzeri: Siena, 1928.

BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS. Working Group on Archival Description Standards

1985 *Toward descriptive standards: Report and recommendations of the Canadian Working Group on Archival Descriptive Standards*. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 1985.

CONDE Y DELGADO DE MOLINA, R.

1993 *Les Primeres ordinations de l'Arxiu Reial de Barcelona: 1384*. Madrid: Ministerio de Cultura, 1993.

COOK, T.

2017 *O Conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

COOK, T.

1992 Mind over matter: towards a new theory of archival appraisal. En CRAIG, B. 1992. *The Archival imagination: essays in honour of Hugh A. Taylor*. Ottawa: Association of Canadian Archivists, 1992, p. 38-70.

COOK, T.

1984-1985 From information to knowledge: an intellectual paradigm for archives. *Archivaria*, [En línea]. 19 (Winter 1984-1985) 28-49. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11133>.

CORTÉS ALONSO, V.

1984 Las Ordenanzas de Simancas y la Administración castellana. En SYMPOSIUM DE HISTORIA DE LA ADMINISTRACIÓN, 4º, Alcalá de Henares, 1982 - *Actas*. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, 1984, p. 197-224.

DELVAUX, A.; DUPUIS, S.; PERRON-CROTEAU, L.

1986 Index to *Archivaria*, 11-20, 1981-1986. *Archivaria*. [En línea]. 22 (Summer 1986) 261-317. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11359>.

DOUGLAS, J.

2010 Origins: evolving Ideas about the principle of provenance. En *Currents of archival thinking*. Ed. Heather MacNeil and Terry Eastwood. Santa Bárbara: Libraries Unlimited, 2010, p. 23-43.

DUCHEIN, M.

1998 Le Principe de provenance et la pratique du tri, du classement et de la description en archivistique contemporaine. *Janus*. (1998) 87-100.

DUCHEIN, M.

1977 Le Respect des Fonds en Archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques. *La Gazette des archives*. [En línea]. 97 (1977) 71-96. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: <https://doi.org/10.3406/gazar.1977.2554>.

DURANTI, L.

1993 The Odyssey of records managers. En *Canadian archival studies and the rediscovery of provenance*. Org. Tom Nesmith. Metuchen: Scarecrow Press, 1993, p. 29-60.

FAY, M. C.; MCLAREN, G. B.

1993 Archivaria; Issues 21 to 30. *Archivaria*. [En línea]. 36 (Autumn 1993) 302-382. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11977>.

FENYO, M. D.

1966 The Record Group Concept: a critique. *American Archivist*. [En línea]. 29:2 (1966) 229-239. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: <http://www.jstor.org/stable/40290599>.

FRANCO, S. C.

2012 *Mito da destruição total de documentos: um estudo dos arquivos relacionados à guerrilha do Araguaia à luz de noções e princípios arquivísticos*. Brasília, 2012. Tese de doutorado em Ciência da Informação - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação.

HARNEY, R.

1982 Ethnic archival and library material in Canada: Problems of bibliographic control and preservation. *Ethnic Forum: Journal of Ethnic Studies and Ethnic Bibliographic*. 2:2 (1982) 3-31.

HEREDIA HERRERA, A.

1991 *Archivística general: Teoría y práctica*. 5a. ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

HORSMAN, P.

2002 The Last aance of the Phoenix or The de-discovery of the archival fonds. *Archivaria*. [En línea]. 54 (2002) 1-23. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12853>.

HORSMAN, P.

1994 Taming the elephant: An orthodox approach to the Principle of Provenance. En CONFERENCE ON ARCHIVAL THEORY AND THE PRINCIPLE OF PROVENANCE, 1st, Stockholm, 1993 - *Swedish National Archives: The Principle of Provenance: Report...* Stockholm: Swedish National Archives, 1994, p. 51-63.

JENKINSON, H.

1922 *A Manual of archive administration*. Oxford: Clarendon Press, 1922.

MENNE-HARITZ, A.

2005 Ernst Posner's archives and the public interest. *The American Archivist*. [En línea]. 68:2 (2005) 323-332. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: <https://doi.org/10.17723/aarc.68.2.9lg3054k0057k462>.

MENNE-HARITZ, A.

1998 Die Archivwissenschaft, die Diplomatie und die elektronischen Verwaltungsaufzeichnungen. *Archiv fur Diplomatie*. 44(1998) 337-376.

MILLAR, L.

2002 The Death of the fonds and the resurrection of provenance: archival context in space and time. *Archivaria*. [En línea]. 53 (Spring 2002) 1-15. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12833>.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R.

2003 *Manual for the arrangement and description of archives*. Chicago: Society of American Archivists, 2003.

NESMITH, T.

1993 *Canadian archival studies and the rediscovery of provenance*. Metuchen, N.J.: Scarecrow Press, 1993.

PSUTKA, M.

1981 Index to Archivaria: 1975-80. *Archivaria*. [En línea]. 12 (Jan. 1981) 179-262. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/10902>.

REILLY, T.

2005 *From provenance to practice: Archival theory and return to community*. [En línea]. Presented at the International Canadian Studies Conference, Edinburgh Scotland, May 2005 and Special Interest Section of the Association of Canadian Archivists. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.11575/PRISM/29676>.

ROEDIGER, D.

2005 *Working toward whiteness: How America's immigrants became white*. New York: Basic Books, 2005.

SHELLENBERG, T. R.

1987 *Archivos modernos: Principios y técnicas*. México: AGN, 1987.

SCOTT, P.

1966 The Record group concept: A case for abandonment. *The American Archivist*. [En línea]. 29:4 (1966) 493-504. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: <https://doi.org/10.17723/aarc.29.4.y886054240174401>.

SCOTT, Peter; SMITH, C. D.; FINLAY, G.

1980 Archives and administrative change: Some methods and approaches. Part 3. *Archives and Manuscripts*. [En línea]. 8:1 (Jun. 1980) 41-54. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: <https://publications.archivists.org.au/index.php/asa/article/view/6569>.

SWEENEY, S.

2008 The Ambiguous origins of the archival principle of provenance. *Libraries and the Cultural Record*. [En línea]. 43:2 (2008) 193-213. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/25549475>.

TAYLOR, H.

1987 Transformation in the archives: Technological adjustment or paradigm shift? *Archivaria*. [En línea]. 25 (Winter 1987-1988) 12-28. [Consult. 19 ago. 2024] Disponible en: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11451>.

UDINA I MARTORELL, F.

1986 *Guía histórica y descriptiva del Archivo de la Corona de Aragón*. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Dirección de los Archivos Estatales, 1986.

WURL, J.

2005a Documenting displacement: The migration of archival sources from post-WW II East European émigré groups. *Archives and Museum Informatics*. [En línea]. 5:1 (2005) 79-92. [Consult. 19 ago. 2024]. DOI:[10.1007/s10502-005-5763-x](https://doi.org/10.1007/s10502-005-5763-x).

WURL, J.

2005b Ethnicity as provenance: in search of values and principles for documenting the immigrant experience. *Archival Issues*. [En línea]. 29:1 (2005) 65-76. [Consult. 19 ago. 2024]. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/41102095>.

Rodrigo Fortes de Ávila | rodrigo.avila@ufba.br

Universidade Federal da Bahia (UFBA) / Instituto de Ciência da Informação (ICI), Brasil

Miguel Ángel Rendón Rojas | marr@unam.mx

Universidad Nacional Autónoma de México, México

Resumo: Este estudo tem por objetivo discutir a relação entre cultura organizacional e gestão de documentos. Entende-se como cultura organizacional o conjunto de hábitos e normas que moldam a forma de interação entre os indivíduos de uma organização, bem como as rotinas e práticas a serem seguidas. A metodologia utiliza o levantamento bibliográfico para constituir um artigo de revisão narrativa. Para tanto, se estabelece um diálogo interdisciplinar entre Administração, Arquivologia e Ciência da Informação, tendo como pano de fundo a influência das tecnologias da informação. A discussão demonstra que a gestão arquivística de documentos e a implementação de sistemas informatizados dependem de uma cultura organizacional que priorize a eficiência administrativa. Logo, é necessário mobilizar a organização, por meio de políticas e normativas que apoiam a gestão arquivística de documentos. Dessa forma, contribuem para o atingimento dos objetivos organizacionais, por meio de tomadas de decisão mais ágeis e assertivas.

Palavras-chave: Arquivística; Ambiente organizacional; Cultura informacional; Gestão de documentos.

Abstract: This study aims to discuss the relationship between organizational culture and records management. Organizational culture is understood as the set of habits and norms that shape how individuals within an organization interact, as well as the routines and practices to be followed. The methodology employs bibliographical research to develop a narrative review article. To this end, an interdisciplinary dialogue is established between administration, archival science, and information science, with information technologies as a backdrop. The discussion demonstrates that archival records management and the implementation of computerized systems depend on an organizational culture that prioritizes administrative efficiency. Therefore, it is necessary to mobilize the organization through policies and regulations that support archival records management. In this way, they contribute to achieving organizational objectives through faster and more accurate decision-making.

Keywords: Archival Science; Organizational environment; Informational culture; Records management.

1. Contexto, objetivo e método

Com o aumento massivo de informações digitais, os arquivistas assumem um papel fundamental: a organização da informação. Os elementos que garantem a confiabilidade das informações se reconfiguraram drasticamente, levando os gestores a criarem mecanismos para garantir o acesso à uma informação útil e de qualidade (FONSECA, 2005). Antes da mudança de suporte, do papel para o digital, havia baixa rotatividade no “estoque” de informações de uma organização. Entretanto, a era digital se caracteriza pela produção desenfreada de informações, sendo necessário gerenciar fluxos ininterruptos e abundantes de informações (LE COADIC, 2004).

Estima-se que a otimização do processo de gestão da informação pode ser alcançada por meio de uma cultura organizacional definida no escopo das políticas internas. Para isso, é preciso reconhecer a importância dos arquivos e traçar planos para extrair o seu máximo potencial. Assim, cria-se uma cultura organizacional voltada para estimular a criatividade, a inovação e o reúso da informação. O primeiro passo é definir uma Política Arquivística em âmbito organizacional, que contemple documentos analógicos e digitais. Portanto, para implementar o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) e o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), tornar-se-ia necessário estipular *a priori*, um conjunto de regras a serem seguidas pelos colaboradores.

Tal pressuposto aponta que a gestão da informação organizacional também deverá ser compreendida nos planos estratégico e tático e não somente no operacional. Com isso, a mudança da cultura organizacional surge como um meio para que os gestores possam direcionar os esforços dos colaboradores ao tratamento dos documentos arquivísticos. Logo, deduz-se que uma gestão de documentos eficiente irá corroborar com a melhoria significativa dos processos de tomada de decisão/processo decisório e de gestão do conhecimento.

Tendo em vista o exposto, este artigo tem por objetivo discutir o impacto que a cultura organizacional exerce sobre a gestão arquivística de documentos. A cultura organizacional fica entendida como o conjunto de hábitos, regras sociais e normas que moldam a forma de interação entre os indivíduos de uma determinada organização, incluindo as rotinas de trabalho e as práticas a serem seguidas.

Trata-se de um objetivo essencialmente exploratório visto que desenvolve e esclarece ideias a fim de oferecer uma visão panorâmica sobre uma temática ainda pouco explorada (GONÇALVES, 2011). No caso, entende-se que as consequências da cultura organizacional sobre a gestão de documentos ainda são pouco aprofundadas pelos referenciais da disciplina Arquivística, fato que reforça a pertinência do presente estudo.

Para abordar a relação entre as organizações e a produção de documentos, utiliza-se do diálogo interdisciplinar, envolvendo as áreas de Administração, Arquivologia/Arquivística e Ciência da Informação. Tal fato se justifica, pois a Administração tem as organizações como seu principal objeto de estudo; enquanto a Arquivística tem por objeto os documentos orgânicos, ditos documentos arquivísticos/documentos de arquivo/informações arquivísticas; já a Ciência da Informação tem como objeto central a informação e o processos relacionados a sua gênese (análise, coleta, classificação, manipulação, armazenamento, recuperação e disseminação).

Utiliza-se o prisma tecnológico para interligar a temática proposta, visto que as ferramentas de tecnologia da informação têm assumido protagonismo nas áreas de Administração, Arquivologia e Ciência da Informação. Logo, pretende-se demonstrar a necessidade de normatização, ou seja, definir normas e políticas no escopo estratégico e tático da organização, de modo a corroborar com a eficiência do tratamento informacional, para otimizar o processo de busca e recuperação.

O método empregado parte do levantamento bibliográfico de materiais previamente publicados, composto por livros e artigos científicos. Os livros selecionados sustentam os fundamentos teóricos da Administração, da Arquivística e da Ciência da Informação. Já os artigos são recuperados por meio da ferramenta de pesquisa *Google Scholar*, da Base de

Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e das redes sociais de pesquisa Academia.edu e ResearchGate. Posteriormente, os artigos são selecionados por meio da análise do resumo; eventualmente, outras obras são escolhidas a partir de suas referências (GIL, 2010; LUNA, 1997; SILVA e MENEZES, 2005; VOLPATO *et al.*, 2013).

Classifica-se este estudo como de natureza aplicada, visto que gera conhecimento científico para aplicações práticas, visando solucionar problemas específicos e sugerir tópicos de investigação. Os dados coletados são analisados por meio da lógica dedutiva partindo de temas gerais para promover a discussão de tópicos específicos (GIL, 2010; LUNA, 1997; SILVA e MENEZES, 2005; VOLPATO *et al.*, 2013).

Dessa forma, obtém-se um artigo de revisão assistemática/tradicional/narrativa que utiliza uma temática aberta, pautada nos referenciais da Administração, Arquivologia e Ciência da Informação. Tal abordagem permite discorrer sobre os requisitos para uma efetiva gestão arquivística de documentos, considerando o potencial de reúso da informação e contextualizá-los no âmbito da cultura organizacional (CORDEIRO *et al.*, 2007).

Não há pretensão de abordar exaustivamente o tema, de modo que limita-se a compreensão dos pressupostos básicos da cultura organizacional e a sua pertinência aos arquivos. Para tanto, a tecnologia da informação é utilizada como epicentro da discussão, enquanto a gestão arquivística de documentos, a gestão da informação e a cultura organizacional consistem em categorias norteadoras. Em síntese, estima-se proporcionar um diálogo interdisciplinar entre os tópicos escolhidos a fim de gerar conhecimento teórico para novas reflexões.

2. A organização compreendida como um sistema aberto

A compreensão organizacional por parte dos gestores perpassou uma mudança paradigmática: do paradigma tradicional, que entendia a organização como um sistema fechado, ao paradigma emergente, que entende a organização como um sistema aberto. Consequentemente, as organizações passam a perceber sua proximidade e relação com outros ambientes: social, cultural, político e econômico. Tais ambientes influenciam e são influenciados pelas organizações, de modo que exercem uma função elementar nos rumos de mercado e nas demandas da sociedade.

A ideia de organização como sistema fechado já é ultrapassada, visto que ela é constantemente influenciada pela sociedade e suas mudanças culturais. O diálogo entre sociedade e organização é ininterrupto, que até as mudanças sutis na sociedade atingem as organizações, independente do seu porte ou setor. Da mesma forma, todas as organizações, conscientes ou não, possuem uma cultura organizacional que, por sua vez, necessita acompanhar as mudanças na sociedade (BATTISTELLA, 2001).

A organização nunca foi, de fato, um sistema fechado. Tratava-se apenas de uma visão limitada inerente a um paradigma que está sendo superado. Portanto, o paradigma emergente traz a “descoberta” de que as organizações são sistemas abertos, e assim, passa a influenciar a percepção dos gestores, bem como, os estudos organizacionais de forma geral. Por consequência, a percepção do ambiente em que se está inserido é fundamental para o êxito e sustentabilidade do negócio.

Observa-se que além de “viver” em uma determinada cultura, a organização também possui sua própria cultura, que reúne um conjunto de valores, crenças, padrões de comportamento e normas comuns a toda organização, doravante, cultura organizacional (BATTISTELLA, 2001). Compete ao gestor conceber a complexidade e adaptabilidade do ambiente organizacional. Portanto, devem-se considerar as trocas realizadas em uma concepção sistêmica, ou seja, entende-se que a organização se comunica e interage constantemente com seu ambiente (ZAMBERLAN *et al.*, 2008).

Identificar essa cultura é fundamental tanto para a gestão da organização, quanto para seus colaboradores, de modo que ambos tenham consciência de sua atuação. Estudar a cultura organizacional auxilia na compreensão das relações de poder, das regras informais, crenças, valores e demais costumes. Dessa forma, é possível compreender os comportamentos aparentemente inteligentes, de modo que possibilite planejar ações adequadas à realidade organizacional (ALVARENGA e WITTMANN, 2008).

Compreender a cultura organizacional permite aprimorar o processo de comunicação e elevar a eficiência administrativa. No entanto, essa tarefa não tem um fim em si mesma, visto que a sociedade está em constante mudança e isso terá impacto na cultura organizacional, fato que reforça a importância das organizações se manterem receptivas às novas tendências.

Ressalta-se que a cultura na sociedade não é fechada e imutável. Igualmente, nas organizações, a cultura deve ser abordada como um sistema aberto, dotado de complexidade, que está em constante interação com os demais sistemas. Trata-se de um processo no qual a cultura organizacional se transforma e é transformada por estes sistemas (SILVA e NOGUEIRA, 2013).

A mudança é uma característica indissociável das organizações e tem impacto direto para sua sobrevivência no mercado. Além disso, as transformações sociais, culturais e tecnológicas aceleram a velocidade das mudanças, sendo uma das peculiaridades advindas da nova forma de interação econômica global. Por consequência, as organizações necessitam se adequar ao novo modelo de relação com o mundo (SILVA, 2003).

3. Necessidade de adaptação e resistência à mudança

A sociedade está em constante transformação, a ponto de alterar suas exigências, bem como a cultura coletiva. É neste cenário volátil que se situam as organizações, de modo que é necessário adaptar-se aos indivíduos. Dessa forma, a adaptação organizacional é parte de um projeto inacabado, ou seja, a organização se adapta a determinados indivíduos, porém estes estão em constante transformação, o que força a organização a manter-se em um ciclo contínuo de adaptações.

A mudança cultural desencadeia a necessidade de as organizações se adaptarem continuamente às expectativas de seus consumidores. Porém, algumas são mais sensíveis a este apelo social do que outras. Compete aos gestores compreender a necessidade de adaptação às mudanças socioculturais, aos avanços da tecnologia, às políticas de governo e às condições econômicas, para então reformularem suas estratégias de comunicação mercadológica e competitiva. As organizações precisam considerar os interesses da

sociedade em um mundo globalizado, que se caracteriza pelo rompimento dos limites de tempo, espaço, política e cultura (BATTISTELLA, 2001; SILVA, 2003).

A transformação organizacional demanda um esforço para romper com os antigos padrões enraizados na cultura da organização. Tais padrões de comportamento estão impregnados em todas as ações, de modo a constituir um conjunto complexo de representações mentais de saberes. Dessa forma, a cultura organizacional torna-se um sistema coerente de significações atribuídas aos colaboradores. Em contrapartida, esse conjunto de significações, por vezes, provoca certo comodismo (BATTISTELLA, 2001).

A sociedade cria as demandas e, conseqüentemente, as organizações buscam atendê-las. Assim, surgem necessidades informacionais, soluções baseadas em produtos e serviços digitais, visando agilidade, praticidade e precisão. Entretanto, a acomodação com o tradicional *modus operandi* tem de ser superada, para que seja possível inovar e elevar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

Deve-se reconhecer que a criação ou modificação profunda de uma cultura organizacional é, por sua vez, difícil de tratar, incerta de se alcançar e arriscada de se gerir. Tais intempéries geram desconfortos aos que eram privilegiados pela velha ordem. Igualmente, geram tímidos defensores, que, por sua vez, podem usufruir das vantagens da nova ordem (MACHIAVELLI, 2016). Logo, ao se estabelecer novos modos de produzir, gerir, comunicar-se ou inovar, surgem potenciais conflitos que requerem mediação.

Para evitar a sensação de competitividade e rivalidade entre os membros da organização, é importante que cada membro da equipe utilize suas competências e habilidades de forma colaborativa, com o foco voltado para atingir o objetivo solicitado; e assim evitar o sentimento de que um é superior ao outro. Considerando a multidisciplinaridade da equipe, sua liderança precisará de habilidades para gerenciar estes indivíduos e levará tempo até que todos se adequem ao modelo de trabalho multidisciplinar (VALENTIM, 2004).

Ao pensar no aspecto da gestão da informação, há de se reconhecer a existência de uma “cultura informacional”, que recebe influência da cultura dominante, bem como das boas práticas de gestão da informação e do conhecimento. Fatores como competências informacionais, crenças, costumes e experiências são partes de um sistema de hábitos que norteia a cultura informacional. Igualmente é preciso refletir sobre motivações, conflitos e preferências em relação ao uso de determinadas informações, conhecimentos e tecnologias (PICHES FERNÁNDEZ e PONJUÁN DANTE, 2014).

Sendo assim, o processo de mudança da cultura organizacional é capaz de gerar conflitos, de modo que pode haver grupos que se sintam favorecidos ou desfavorecidos. Especialmente na era da informação, os indivíduos com maior afinidade tecnológica assumem certo protagonismo nas atividades e nas tomadas de decisão. Enquanto isso, a mudança de cultura organizacional e a chegada de novas tecnologias tendem a forçar a atualização dos demais profissionais para que estes consigam acompanhar as transformações e as necessidades que surgem no ambiente.

4. A resignificação do trabalho na era da informação

As vertiginosas transformações vivenciadas pelas diversas sociedades do mundo trouxeram consigo o dinamismo das interações e, ao afetar pessoas e organizações, surgiram novos desafios e oportunidades. Consequentemente, ocorreram alterações nas estruturas de poder, no comportamento organizacional, nos padrões sociais, bem como na visão que os indivíduos têm do mundo e seu modo de viver. Dentre os ingredientes dessa mudança, podem-se citar a globalização, a eclosão dos meios de comunicação e a evolução da tecnologia. As organizações viram-se obrigadas a ser mais dinâmicas para acompanhar o ritmo das transformações da sociedade e suas demandas informacionais (SILVA, 2003).

A informação isolada não possui sentido, pois seu sentido dependerá do contexto em que foi produzida e no qual está inserida. Ademais, a interpretação desta mesma informação pode variar entre os indivíduos. Entender que o significado da informação não está somente na própria informação, mas sim, no seu contexto, é um requisito para as organizações modernas gerirem seus sistemas (LOPES, 2014).

Adaptar-se ao novo é essencial para se manter em consonância com a sociedade e entender suas demandas, de modo a saber posicionar adequadamente seus produtos e serviços. Assim, a sustentabilidade do negócio no longo prazo depende do êxito desta estratégia de adaptação.

Os gestores são constantemente pressionados pelos avanços da complexidade dos sistemas informatizados que utilizam. Tal fato se desencadeia por meio da globalização de mercados, fornecedores e organizações, somada à constante evolução das tecnologias da informação, aos perigos ecológicos iminentes e aos produtos que se tornam obsoletos em ciclos cada vez mais acelerados (GOLEMAN, 2014).

A tecnologia impõe um ritmo próprio, caracterizado por uma inovação acelerada, sem precedentes na história humana. Os ciclos de obsolescência tecnológica são cada vez mais curtos e, por consequência, a atualização dos profissionais e das infraestruturas são pré-requisitos para o êxito das organizações. Dessa forma, surgem dispositivos de *hardware*, sistemas informatizados, ferramentas de *software*, mídias de armazenamento e outros artefatos que precisam ser assimilados.

Os sistemas informatizados, por exemplo, são fundamentais para as organizações, especialmente no que se refere aos seus processos estratégicos. Assim, permitem a coleta, o gerenciamento e a disseminação de dados e informações, de forma agilizada, otimizando os procedimentos administrativos, especialmente, a gestão do conhecimento (SCHUSTER e SILVA FILHO, 2005).

Igualmente, o uso estratégico de uma comunicação eficiente fomenta o desenvolvimento de novas competências, aprofunda e renova o conhecimento, de modo que permite alinhar os comportamentos individuais aos do grupo. Além de proporcionar *feedback*, a comunicação cria sinergia e estimula a auto-organização, fatores fundamentais para a sobrevivência e evolução da organização, entendida como um sistema complexo adaptativo (ALVARENGA e WITTMANN, 2008).

Nesse contexto, o uso adequado de tecnologias da informação pode trazer eficiência administrativa às organizações. E o seu dinamismo requer a manutenção de processos de

aprendizagem contínua, bem como, uma metodologia de trabalho igualmente dinâmica para gerar vantagem competitiva (SCHUSTER *et al.*, 2005). Dessa forma, a sedimentação de uma cultura organizacional que busca o aprendizado contínuo deverá nortear as políticas e os procedimentos de gestão do conhecimento, inclusive no processo de implementação dos *softwares* para coleta, tratamento e preservação de dados.

A gestão do conhecimento é um processo sistemático que integra as atividades de produção, aquisição, armazenamento e disseminação do conhecimento, seja ele tácito ou explícito. Assim, estima-se que os indivíduos sejam mais eficazes e produtivos em suas atividades e cumpram os objetivos e as metas propostas pela organização (PÉREZ GONZÁLEZ e PONJUÁN DANTE, 2016). Por consequência, uma gestão do conhecimento eficiente torna-se uma ferramenta organizacional que permite otimizar os recursos disponíveis, e assim, melhorar a inovação e o desempenho organizacional (DARROCH, 2005).

Os significativos ganhos organizacionais proporcionados pela tecnologia da informação não se devem exclusivamente a sua simples implementação, disponibilidade e uso. Para se obter conhecimento estratégico por meio de tais tecnologias é preciso que as atividades de coleta, armazenamento e análise dos dados produzam informações relevantes. Logo, deve-se explorar as diversas atividades gerenciais e operacionais que estão além dos limites da gestão dos recursos de tecnologia da informação. Desta forma, compete à organização o ato de planejar e coordenar diversas atividades em seu ambiente, sejam elas humanas, tecnológicas, estratégicas ou comportamentais (DE SORDI, 2008).

A tecnologia fica entendida como uma ferramenta de apoio e não como uma solução em si mesma. Em um primeiro momento, tem que se reconhecer a importância das políticas internas, além de verificar a eficiência dos processos organizacionais. Após isso, será viável implementar os sistemas informatizados e demais ferramentas tecnológicas, de modo que a avaliação e a crítica aos mesmos sejam dotadas de maior clareza.

Por vezes, as organizações carecem de políticas para gestão arquivística de documentos, privando-se de vantagens como, por exemplo, a agilidade na recuperação de informações, a salvaguarda de documentos de valor, a redução da massa documental acumulada e a otimização do espaço físico para armazenamento dos documentos arquivísticos. Implementar a gestão de documentos neste cenário possibilita, por exemplo, a melhoria do acesso à informação e a redução de custos (MORENO, 2008).

Em linhas gerais, a implementação de um sistema informatizado que abarque a produção, a gestão, a preservação e o acesso aos documentos arquivísticos requer o engajamento organizacional. Portanto, a eficiência da gestão de documentos requer o envolvimento e a conscientização de todos os indivíduos. Tal coesão pode ser facilitada ao se estabelecer um cronograma de capacitação dos colaboradores visando construir uma cultura de boas práticas informacionais (contemplando processos e sistemas informatizados).

5. Arcabouço teórico-metodológico da gestão arquivística de documentos

Há de se definir uma Política Arquivística para posteriormente, implementar o Sistema de Arquivos em âmbito organizacional e, assim, atribuir responsabilidades pela

documentação, tanto em formato analógico, quanto digital. Com isso, todos os colaboradores estarão envolvidos em otimizar os fluxos de informação, fato que pode ser realizado por meio de questões como: captura de metadados essenciais desde a produção documental; produção padronizada em formatos recomendados para a preservação; classificação dos documentos no momento da produção; registro das tramitações do documento, bem como alterações em seu conteúdo ou metadados; e uso de sistemas informatizados confiáveis, que contemplem requisitos preconizados pela Arquivística.

A Política Arquivística fica compreendida como um conjunto de diretrizes e princípios previamente estabelecidos pela organização para orientar a gestão de documentos. Logo, define procedimentos e responsabilidades relacionados à produção, aquisição, classificação, avaliação, descrição, preservação, acesso e eliminação de documentos arquivísticos. Dessa forma, aliada ao uso apropriado dos sistemas informáticos e de uma adaptação da cultura organizacional, será possível garantir a eficiência administrativa, proteger informações sensíveis e garantir a preservação da memória organizacional.

Definir uma Política Arquivística no âmbito estratégico da organização reforça o compromisso com a gestão de documentos, e mantém um controle eficiente sobre os documentos em custódia. A Política Arquivística é uma importante iniciativa para se assumir o compromisso com a salvaguarda dos documentos. Esse conjunto de diretrizes pode ser adaptado aos diferentes contextos arquivísticos (arquivo público ou privado; arquivo especial ou especializado) e, assim, se adequar às especificidades de cada organização.

A excelência da prática arquivística pode ser atestada pela presença de instrumentos de controle (planos de classificação, tabelas de temporalidade, etc.) e requer comprometimento da organização para garantir recursos humanos qualificados, recursos materiais e financeiros. O principal indicador de excelência será a definição de uma Política Arquivística, alicerçada em uma unidade político-administrativa responsável pela gestão de documentos (SOUSA e ARAÚJO JÚNIOR, 2013).

A Política Arquivística recebe apoio e interopera com outras políticas organizacionais como: segurança da informação, privacidade, dados pessoais, classificação de sigilo, preservação digital, etc. Além disso, fornece a base para a implementação de um Sistema de Arquivos, que consiste em um conjunto estruturado de pessoas, equipamentos, ativos de informação, unidades de produção de informação, práticas, normativas e procedimentos que orientam a gestão arquivística de documentos de uma organização.

Um Sistema de Arquivos, nesse sentido, é estruturado para garantir a conformidade das práticas organizacionais com o que foi definido na Política Arquivística. Além disso, deve considerar questões adjacentes, como: os métodos e instrumentos de classificação empregados; as regras e restrições de acesso a documentação; normas de controle de acesso e cópias de segurança; cumprir os prazos de guarda; e demais questões pertinentes ao ciclo de vida dos documentos.

Uma declaração de apoio à Política Arquivística por parte da alta administração é fundamental. Pode ser por meio de um documento próprio ou pela aposição da assinatura no documento principal que estabelece a estrutura, objetivos, responsabilidades e diretrizes do Sistema de Arquivos na organização. Para tanto, existe uma etapa anterior à própria formalização da política, que é a sensibilização à causa arquivística, direcionada

tanto aos integrantes dos níveis operacional e tático, mas especialmente àqueles do nível estratégico.

A partir da definição de uma Política Arquivística e da implementação do Sistema de Arquivos, podem-se criar normativas para regulamentar atividades específicas do tratamento dos documentos arquivísticos. Tais normativas complementam a política e o sistema, de modo que fornecem regras detalhadas que orientam a prática em gestão de documentos. É válido considerar que cada normativa pode ser adaptada às especificidades da organização, conforme seu porte, setor e natureza de documentos custodiados. A seguir são sugeridos elementos a serem contemplados em normativas complementares:

- a) **Classificação Arquivística:** normativa para definir procedimentos para a classificação e ordenação dos documentos, com base no plano de classificação adotado pela organização. Comporta regras para a constituir dossiês, além de orientações para manutenção do arquivo corrente e intermediário.
- b) **Transferência e Recolhimento de Documentos:** normativa para definir os procedimentos para a transferência e recolhimento de documentos do arquivo corrente para o arquivo intermediário ou permanente. Dessa forma, são estipuladas regras para o envio de documentos ao setor de arquivo, incluindo prazos e critérios para pré-seleção de documentos que serão transferidos/recolhidos. É possível definir um calendário para tais transferências/recolhimentos que indique o período destinado a cada unidade/departamento.
- c) **Avaliação e Eliminação de Documentos:** normativa para definir critérios para avaliar documentos e definir o processo de eliminação, caso não possuam mais valor administrativo, probatório, social, histórico ou informativo. Para tanto, deve-se considerar o ciclo de vida dos documentos e os prazos de guarda, conforme a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos. No processo de eliminação de documentos é preciso assegurar que suas cópias e seu *backup* sejam igualmente eliminados, de modo que não possam ser recuperados, independentemente do suporte de armazenamento. É preciso explicitar que a eliminação é um processo irreversível, de modo que serão mantidos apenas os metadados necessários para indicar que ocorreu a eliminação destes documentos. Igualmente, pode-se estabelecer um modelo de Termo de Eliminação de Documentos.
- d) **Comissão Permanente de Avaliação de Documentos:** normativa para criar e estabelecer regras de funcionamento de um grupo multidisciplinar responsável por orientar e coordenar o processo de análise, avaliação e seleção dos conjuntos documentais arquivísticos, sendo capaz de apontar a destinação adequada desses documentos. Cabe a este grupo analisar e aprovar as Listagens de Eliminação de Documentos produzidas na organização e, caso seja necessário, encaminhar para a instância superior.
- e) **Acesso à Informação e Pesquisa:** normativa para definir horários, canais de comunicação e os procedimentos necessários para que os usuários (internos e externos) tenham acesso aos documentos arquivísticos. Ou seja, estabelece

quem pode acessar, explica sobre questões de sigilo, as medidas de segurança para consulta e a possibilidade de reprodução do conteúdo.

- f) Privacidade e Segurança:** normativa para definir procedimentos para proteger os documentos, especialmente aqueles que contêm informações pessoais ou sensíveis. Assim, são empregadas medidas de segurança física e lógica para controlar o acesso e manter a confidencialidade, em conformidade com as legislações aplicáveis.
- g) Preservação e Conservação de Documentos Digitais:** normativa para orientar a produção e armazenamento de documentos arquivísticos digitais, visando protegê-los contra degradação, incompatibilidade e obsolescência tecnológica. Assim, deve-se orientar a produção desses documentos em formatos de arquivo recomendados para a preservação; além de especificar questões relacionadas ao acondicionamento das mídias, controle de temperatura e de umidade do ambiente.
- h) Inserção de Metadados:** normativas para definir padrões de metadados para os documentos arquivísticos digitais, visando facilitar a gestão de documentos, preservação em longo prazo e recuperação da informação. Dessa forma, deve-se especificar um conjunto de campos de metadados obrigatórios, padronizar termos, além de promover orientações sobre a interoperabilidade desses metadados entre os sistemas informatizados (SIGAD, RDC-Arq e outros).
- i) Assessoria Arquivística:** normativa para orientar a prestação de serviços de consultoria e fornecer suporte técnico sobre a gestão arquivística de documentos aos diversos setores da organização. Essa normativa é essencial para garantir que as práticas de gestão de documentos estejam alinhadas com a Política Arquivística. Logo, fornece orientações sobre o Sistema de Arquivos, como aplicar as normativas e demais procedimentos relacionados à gestão de documentos na organização.
- j) Treinamento e Capacitação Arquivística:** normativa para definir um programa de capacitação permanente para os colaboradores envolvidos com a gestão de documentos, para desenvolver as competências necessárias para cumprir com a Política Arquivística e as normativas estabelecidas. É necessário que este seja um treinamento contínuo, capaz de certificar as habilidades adquiridas, que receba atualizações periódicas conforme mudanças na legislação e na tecnologia.

Além dos elementos apontados, pode-se pensar em outros, como por exemplo: armazenamento em nuvem; digitalização de documentos; e criação de arquivos especiais (fotográficos, cartográficos etc.). Compete a cada organização identificar as suas prioridades e, assim, iniciar o processo de normatização. Portanto, inicia-se com a definição de uma Política Arquivística, seguida da implementação dos recursos humanos e materiais necessários para o funcionamento do Sistema de Arquivos e, por fim, chega-se às normativas específicas, conforme necessidade. Essas normativas contribuem para operacionalizar a Política Arquivística de modo que a gestão de documentos seja abordada de forma sistêmica, refletindo as necessidades específicas de cada organização, além de considerar suas obrigações legais e administrativas.

Quando os gestores não têm plena compreensão da importância da gestão da informação, os desafios para a efetivação de uma Política Arquivística aumentam. Outro fator que traz dificuldade para a efetivação da gestão de documentos é uma “cultura organizacional arraigada e inflexível, que não incentiva as mudanças necessárias, para se efetivar um contexto organizacional pautado no uso racional da informação” (SCHÄFER e LIMA, 2012:140).

É importante diferenciar a cultura organizacional da Política Arquivística. A primeira é mais ampla, abrange os hábitos de uma organização, enquanto a segunda mantém seu foco no tratamento das informações e documentos que testemunham as atividades realizadas. A primeira representa a identidade da organização, a forma de comportamento e interação entre os indivíduos, sendo influenciada e incentivada por fatores internos e externos (sistema aberto). A segunda, geralmente, é formalizada em documentos (normativas) que regem e padronizam os procedimentos a serem seguidos pelos indivíduos no tocante à produção, gestão, preservação e acesso às informações. Ambas se relacionam e se aproximam na medida em que há um crescimento exponencial do volume de documentos, sobretudo digitais, que exigem atualização constante de conhecimento por parte dos indivíduos.

6. Cultura organizacional: da gestão de documentos à gestão do conhecimento

A gestão de dados, sejam eles produzidos pela organização ou obtidos por meio de coleta externa, representa um recurso com alto potencial estratégico. Para tanto, isso requer planejamento (DE SORDI, 2008). Uma cultura organizacional bem estabelecida será a base para aprimorar a inteligência competitiva, constituindo, assim, uma visão positiva com relação à produção e compartilhamento de dados, informações e conhecimentos (VALENTIM e WOIDA, 2004). Logo, a gestão arquivística permite que os documentos atuem como fontes de conhecimento organizacional.

O conhecimento presente nos documentos pode ser utilizado no processo de tomada de decisão. Para tanto, devem-se observar as etapas necessárias a fim de se alcançar tal vantagem. A definição de uma Política Arquivística, aliada à implementação de um Sistema de Arquivos, facilita a gestão da informação e catalisa a gestão do conhecimento organizacional. No entanto, para que tudo isso se torne realidade é crucial estabelecer um ambiente confiável para constituir as bases de dados necessárias. Assim, as informações e os conhecimentos registrados nos documentos podem ser estruturados e, então, gerar o dinamismo desejado. Dessa forma, os colaboradores podem acessar bases de dados e sistemas informatizados seguros, que agregam qualidade aos processos organizacionais e geram vantagens competitivas.

As organizações são criadas por meio de interações complexas e devem se adaptar de forma eficaz ao ambiente em que estão inseridas para obter êxito em seu ramo de negócios/atuação. Os conhecimentos gerados e adquiridos nessas interações são incorporados pela cultura organizacional, conseqüentemente, o conhecimento individual é assimilado e se converte em conhecimento organizacional (SILVA e NOGUEIRA, 2013). O reúso da informação permite que as organizações aprendam, de modo que não cometam os mesmos erros do passado e evitem o retrabalho. Assim, o conhecimento organizacional

complementa o conhecimento individual, além de validá-lo para que possa ser difundido e aplicado amplamente na organização (DALKIR, 2005).

A comunicação/interação produz dados, informações e conhecimentos essenciais ao funcionamento da organização. Logo, a gestão eficiente desses recursos depende de uma cultura organizacional que vise o reúso dos conhecimentos para ir além, sendo capaz de gerar produtos e serviços diferenciados, promovendo a constante inovação. Essa cultura considerará o setor de arquivo, visto que os documentos arquivísticos são testemunhos das atividades desempenhadas pelos colaboradores.

Portanto, a gestão, no plano organizacional, não pode se limitar, tão somente, aos acervos informacionais e ao conhecimento tácito das pessoas. É preciso preconizar a gestão da cultura organizacional, pois é ela quem molda a criação dos conhecimentos tácitos, bem como, a avaliação, utilização, descarte e complementação dos conhecimentos (ARAÚJO, 2014).

Para que a tomada de decisão tenha precisão e qualidade, as informações derivadas da cultura organizacional devem ser examinadas, tornando a cultura organizacional um fator determinante para a organização alcançar seus objetivos. Conseqüentemente, ao utilizar informações de qualidade, elevam-se as chances de a organização obter êxito em seus processos, produtos e serviços (ROCHA e ZIVIANI, 2019).

Igualmente, a Arquivística passa a considerar os diversos contextos em que está inserida, sejam eles social e/ou organizacional, de modo que irão influenciar na produção e manutenção dos documentos. Dessa forma, seu foco estende-se ao externo e desperta a importância sobre o contexto e o processo de produção dos documentos, configurando assim de uma visão macro (TOGNOLI, 2013). Ou seja, a gestão de documentos irá, em maior ou menor grau, incorporar a cultura organizacional. Logo, é primordial definir uma Política Arquivística que vislumbre o engajamento dos indivíduos.

Abordagens como a gestão de documentos/informações/conhecimento são essenciais para desenvolver eficiência administrativa. No entanto, dependem da subjetividade dos indivíduos, de modo que o âmago dessas questões está na cultura organizacional, influenciadora direta dos fluxos de informações. Com isso, percebe-se a importância do alinhamento organizacional proposto pelos gestores, de modo que tais questões sejam parte do planejamento estratégico e tático.

7. Arquivos digitais: desafios e potencialidades

O elo entre a cultura organizacional, a qualidade da informação e a tomada de decisão afeta substancialmente os envolvidos, bem como os objetivos do negócio. Portanto, a organização deve ponderar com relação ao planejamento, seja em nível estratégico, tático ou operacional, de modo que seja possível monitorar prazos, hierarquia e a influência nos seus resultados (ROCHA e ZIVIANI, 2019). Igualmente, será pertinente alinhar processos, rotinas administrativas e sistemas informatizados. A busca por eficiência deve ser contínua e adaptável, contemplando a organização em sua totalidade.

A diversidade de ferramentas de tecnologia da informação com baixo custo de aquisição facilita a produção, a coleta e o armazenamento de informações. Conseqüentemente, há o

aumento do volume de informações a serem geridas pelas organizações, e de forma proporcional ocorre o aumento dos riscos relacionados ao seu uso (DE SORDI, 2008). Tais vulnerabilidades podem ser controladas por rotinas de segurança da informação definidas nas políticas e normativas da organização e, então, incorporadas pela sua cultura organizacional. Dentre as rotinas, por exemplo, o uso de sistemas informatizados requer a implementação de trilhas de auditoria, rotinas de *backup*, mecanismos de verificação da integridade dos dados, entre outros. Tais ferramentas mitigam os riscos de, por exemplo, perda de dados, quebra de sigilo e falsificação.

À primeira vista falar em preservação digital pode parecer um contrassenso, ao considerar que o mundo digital é, por sua natureza, um ambiente de constante mudança e de rápida obsolescência tecnológica (CAMPOS, 2002). Nesse sentido, a maior preocupação da preservação digital será manter o acesso às informações confiáveis e autênticas no longo prazo.

Igualmente, o avanço das tecnologias da informação, aliado ao advento de documentos, informações e dados em ambiente digital, requer a implementação de sistemas informatizados. Tais sistemas podem ser constituídos por um *software* ou por um conjunto de *softwares* que interromperam para atingir um objetivo em comum, no caso a gestão arquivística de documentos. Dentre os principais sistemas informatizados que integram o ciclo de vida dos documentos arquivísticos, destacam-se: o SIGAD (para gestão de documentos); o RDC-Arq (para preservação em longo prazo); e a Plataforma de Acesso (para acesso e disseminação da informação).

A Política Arquivística será amparada em normas internacionais e padrões reconhecidos pela literatura, de modo que o Sistema de Arquivos e as normativas serão pautadas em necessidades pragmáticas do contexto. A cultura organizacional será responsável por fortalecer o elo entre a eficiência administrativa e a gestão arquivística de documentos. O arcabouço de normativas proposto será um elemento-chave para orientar os colaboradores sobre os procedimentos adequados de produção, tramitação, armazenamento e uso da informação.

Para as organizações modernas, a cultura organizacional atua como um mecanismo de adaptação às dinâmicas do ambiente em que está inserida. Assim, preservam-se seus fundamentos ao integrar pessoas, bem como se adaptar às demandas de cunho social, político e econômico (BRASILEIRO *et al.*, 2015). A implementação de SIGAD, RDC-Arq e Plataforma de Acesso são demandas advindas pela própria necessidade informacional da organização. Há de se ressaltar que usuários (tanto internos, quanto externos) têm diferentes demandas informacionais. Portanto, a ausência de sistemas informatizados regidos pela Política Arquivística torna o processo de busca e recuperação da informação oneroso e, até mesmo, inviável.

O RDC-Arq terá por objetivo preservar os documentos e seus objetos digitais relacionados, sendo um dos pilares da gestão arquivística em ambiente digital. No entanto, essa preservação deve ser pautada em uma visão holística, capaz de considerar aspectos arquivísticos relacionados à manutenção da confiabilidade e garantia de autenticidade no longo prazo. Sendo assim, faz-se necessário constituir uma cadeia de custódia plena e ininterrupta, doravante, Cadeia de Custódia Digital Arquivística (CCDA) (GAVA e FLORES, 2021).

Com a CCDA, a organização mantém uma linha ininterrupta entre os ambientes de gestão, preservação e o acesso. Trata-se de uma linha idônea de responsabilidade pela documentação, que se estende desde o produtor até o responsável pela preservação. A partir do momento em que os documentos estão custodiados no SIGAD ou RDC-Arq, ocorrem os registros de captura, transferência, recolhimento e/ou eliminação. Dessa forma, é possível manter o monitoramento contínuo a fim de atestar que não ocorreram alterações nos documentos digitais, exceto aquelas previamente autorizadas.

A CCDA envolve todo o ciclo de vida dos documentos arquivísticos, bem como os respectivos sistemas para gestão, preservação e acesso; e isso dependerá da cooperação entre o setor de arquivo e o setor de tecnologia da informação, visando a constituição de uma responsabilidade compartilhada (GAVA e FLORES, 2023). Logo, é possível estabelecer um diálogo interdisciplinar capaz de alinhar os requisitos arquivísticos às ferramentas tecnológicas, contribuindo para a eficiência da gestão da informação organizacional.

Ressalta-se que a gestão da informação precisa ser incorporada ao planejamento organizacional, para que todos os colaboradores se envolvam nesse processo. Com isso, pode-se estabelecer um Sistema de Arquivos e realizar a gestão de documentos de forma adequada. Entende-se tais preocupações como prioridades organizacionais para reiterar o compromisso com a Política Arquivística.

Ademais, serão necessários investimentos periódicos para se estabelecer uma infraestrutura adequada que viabilize a gestão arquivística. O resultado desejado é um ambiente confiável para gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos digitais no longo prazo; que seja capaz, inclusive, de corroborar com o atingimento dos objetivos organizacionais.

Nessa perspectiva, uma sugestão é estabelecer níveis para uma Política de Preservação Digital, de modo que a organização possa se adequar gradualmente aos critérios estipulados. Portanto, é indispensável compreender a preservação digital como um tópico complexo, que demanda de expressivos investimentos em infraestrutura e recursos humanos (GAVA e FLORES, 2022).

Anteriormente, a gestão de documentos era realizada por poucos especialistas, pois se limitava a contextos de produção específicos. Entretanto, com o tempo, passou a abranger questões além de contextos ou profissionais específicos, de modo que a gestão de documentos passa a envolver uma variedade maior de pessoas e setores, principalmente devido ao uso crescente da tecnologia. A partir desse ponto de mudança, inclusive de mudança na cultura organizacional, a gestão de documentos/informações ligou-se fortemente aos avanços tecnológicos, sendo impossível pensar essa gestão sem a informática (SILVA e RIBEIRO, 2008).

Em linhas gerais, percebe-se que dados, informações e conhecimentos em ambiente digital são ativos valiosos à organização e que necessitam de políticas que prescrevam o tratamento adequado. O reúso desses ativos fomenta a gestão do conhecimento, de modo que poderá potencializar o processo de tomada de decisão e, por consequência, gerar vantagens competitivas. Logo, a correta gestão arquivística de documentos (físicos e digitais), em consonância com as políticas e normativas definidas, poderá gerar valor à organização, elevar os níveis de eficiência e eficácia, além de minimizar o retrabalho.

Por fim, vale ressaltar que se a organização valoriza a gestão de documentos, o acesso à informação e a preservação do conhecimento, sua cultura organizacional incentivará práticas que estejam alinhadas à Política Arquivística. Assim, ao ser consolidada, essa política estabelece o "como" e o "por quê" da gestão de documentos, enquanto a cultura organizacional influencia o "quem" e o "quando", determinando o grau de comprometimento dos colaboradores em seguir as diretrizes estabelecidas. Quando há harmonia entre a política arquivística, a cultura organizacional e o funcionamento do Sistema de Arquivos (digital ou híbrido), a organização consegue gerir suas informações de maneira eficaz, o que fortalece a tomada de decisão e gera vantagens competitivas.

8. Considerações finais

Este estudo se debruçou no desafio de discutir a influência da cultura organizacional nos arquivos. Assumiu-se uma abordagem interdisciplinar ao reunir referenciais das áreas de Administração, Arquivística e Ciência da Informação, e teve como pano de fundo a perspectiva das tecnologias da informação. Tal reflexão proporcionou um *brainstorm*, fundamentado no diálogo entre arquivo, administração, tecnologia e informação, a fim de identificar convergências e ciclos de retroalimentação possíveis.

A cultura organizacional constrói a identidade das organizações e, como consequência, a identidade assumida dita os comportamentos e hábitos de seus colaboradores. Igualmente, as organizações recebem a influência cultural dos colaboradores e do meio social, político e econômico em que estão inseridas. Por isso, as organizações ficam entendidas como sistemas abertos, que interagem de forma contínua com o ambiente em que estão inseridas.

Esses sistemas abertos estão mais suscetíveis às mudanças, de modo que a adaptabilidade é um ponto fulcral para sua sobrevivência e continuidade de negócio. A evolução cultural da sociedade traz consigo novas demandas como, por exemplo, a disponibilidade de produtos e serviços digitais. Logo, cabe às organizações desenvolverem estratégias de adaptação diante da constante e desenfreada evolução da tecnologia, que por vezes causa a obsolescência de seus produtos e serviços.

A transformação digital atua como uma via de curso forçado, o único caminho possível para as organizações manterem-se competitivas. Assim, os colaboradores com afinidades tecnológicas assumem o protagonismo na era da informação, fato que pode gerar rupturas e divergências entre os membros da equipe. Compete aos gestores mediar os conflitos advindos desse processo de mudança da cultura organizacional.

Surtem novas ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, dotadas de potencialidades exponenciais, fato que justifica a urgência em compreendê-las para que sejam utilizadas para aprimorar os produtos e serviços e assim obter vantagem competitiva. Entretanto, tais ferramentas costumam ser implementadas sem planejamento, de modo que a transformação digital ocorre de forma disruptiva, ou seja, troca-se a tecnologia antiga pela nova, sem se preocupar com questões de compatibilidade, capacitação das equipes, riscos de perda de dados e adequação da ferramenta ao negócio. Consequentemente, vivencia-se uma "cultura informacional" precária, norteadas por atualizações imediatistas, amparadas somente no aspecto tecnológico.

Ratifica-se que a tecnologia da informação é uma importante aliada na busca por eficácia e eficiência administrativa, entretanto não deve ser entendida como uma solução definitiva. A cultura organizacional precisa utilizar tecnologia para fomentar a gestão do conhecimento, extrair valor e, por fim, qualificar o processo de tomada de decisão. Trata-se de adequar as ferramentas de tecnologia da informação ao negócio, de modo que sejam respeitadas as necessidades organizacionais, bem como a disciplina Arquivística.

O arquivo, por sua vez, pode contribuir com o processo de gestão do conhecimento. Para tanto, faz-se necessário estabelecer uma cultura informacional adequada, que vise redução das massas documentais acumuladas para otimizar o espaço físico, eliminar o lixo digital e, conseqüentemente, possibilitar o reúso da informação.

O potencial extraído dos documentos arquivísticos traz consigo aprendizados, de modo que a informação produzida e recebida pelos colaboradores poderá ser transformada em conhecimento organizacional. Para transformar essas premissas em realidade, é imprescindível fortalecer os elos da organização com o seu arquivo. Logo, a gestão de documentos desempenhada pelo setor de arquivo precisa escalonar a organização como um todo, de modo que haja o envolvimento dos colaboradores e da alta administração em prol de uma cultura informacional eficiente.

A definição de uma Política Arquivística em âmbito organizacional precisa estar atrelada ao planejamento estratégico e tático, além de vislumbrar investimentos para a manutenção da infraestrutura necessária no longo prazo. Assim, será possível estabelecer normas e práticas recomendadas, bem como delegar responsabilidades aos envolvidos na gestão de documentos. Igualmente, deve-se destacar que sua aplicabilidade abarca documentos analógicos e documentos digitais, de modo que será essencial o diálogo constante com a equipe de tecnologia da informação.

Compete ao arquivista elucidar os gestores sobre o crescente aumento do volume de informações, bem como dos seus riscos e oportunidades implícitas. A moderna burocracia requer o uso de sistemas informatizados nos arquivos, dentre eles o SIGAD, o RDC-Arq e a Plataforma de Acesso. Tais sistemas tornam a gestão arquivística de documentos factível, agregam confiabilidade ao armazenamento e permitem o acesso em longo prazo a documentos autênticos.

Durante a implementação dos sistemas de gestão, preservação e acesso, é primordial que se mantenha a conformidade das ferramentas de tecnologia da informação com os requisitos preconizados pela Arquivística. Da mesma forma, a responsabilidade pela custódia dos documentos digitais será compartilhada entre os setores de arquivo e de tecnologia da informação. Tais questões devem estar explícitas na Política Arquivística, no Sistema de Arquivos e nas normativas específicas.

Ao discorrer sobre a CCDA, percebe-se a sua importância para a manutenção da autenticidade dos documentos, visto que estabelece uma linha idônea de responsabilidades entre os custodiantes da informação (ambientes digitais e/ou pessoas). Logo, dispor de sistemas informatizados adequados e confiáveis contribui para atender as necessidades informacionais da organização, de modo que o processo de busca e recuperação da informação torne-se ágil, preciso e confiável.

Em síntese, entende-se que a cultura organizacional é um reflexo do *modus operandi* das organizações, logo, a primeira etapa para desenvolver uma cultura informacional que favoreça os arquivos é definir normativas que orientem o processo de produção, tramitação e uso das informações. Visando tal normatização, este estudo sugere normativas que podem ser estabelecidas por organizações de diferentes portes e setores de atuação: Classificação Arquivística; Transferência e Recolhimento de Documentos; Avaliação e Eliminação de Documentos; Comissão Permanente de Avaliação de Documentos; Acesso à Informação e Pesquisa; Privacidade e Segurança; Preservação e Conservação de Documentos Digitais; Inserção de Metadados; Assessoria Arquivística; e Treinamento e Capacitação Arquivística.

Já com relação ao avanço das tecnologias de informação e comunicação, observa-se que as organizações necessitam estar dispostas a se reformular, para que, assim, possam se manter competitivas. Portanto, é necessário planejar fluxos de informação eficazes para os sistemas de gestão arquivística. Caso os documentos arquivísticos sejam geridos de forma adequada, sua informação poderá retroalimentar o sistema organizacional, gerar vantagem competitiva, além de contribuir com a inovação de seus produtos e serviços.

Por fim, este estudo apresentou um diálogo desafiador, no qual se buscou situar a influência exercida pela cultura organizacional nos arquivos. Em decorrência disso, emergiram narrativas para que o arquivista consiga mudar a percepção dos gestores no que tange à gestão da informação. A argumentação foi sedimentada em uma face moderna e proativa do arquivo, que busca a interdisciplinaridade, está preocupada com a definição dos sistemas informatizados e com a construção de uma cultura informacional adequada.

Fica registrado que este estudo não teve pretensão alguma de investigar exaustivamente o tema, apenas apresentou uma lacuna pouco explorada na Arquivística, contribuindo para que outros pesquisadores façam novos questionamentos. Dentre as principais limitações está a natureza puramente teórica. Logo, sugere-se a realização de estudos de caso, utilizando entrevistas e questionários e, assim, desbravar essa temática.

Referências bibliográficas

ALVARENGA, A. S.; WITTMANN, M. L.

2008 Comunicação e cultura organizacional: uma estratégia competitiva para sistemas complexos adaptativos. In *Administração: teoria sistêmica e complexidade*. Org. Milton Luiz Wittmann. Santa Maria: Editora UFSM, 2008, p. 15-39.

ARAÚJO, C. A. Á.

2014 *Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

BATTISTELLA, L. F.

2001 Cultura e modernidade: mundo. *Cadernos de Comunicação*. [Em linha]. 4 (2001) 83-98. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/10642/6463>.

BRASILEIRO, F. S.; VIEIRA, F. A. A.; HELAL, D. H.

2015 Ritos de passagem e conhecimento: uma relação de cunho simbólico e cognitivo nas organizações. *TransInformação*. [Em linha]. 27:2 (2015) 179-188. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-37862015000200008>.

CAMPOS, F. M.

2002 Informação digital: um novo património a preservar. *Cadernos BAD*. [Em linha]. 2 (2002) 8-14. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.861>.

CORDEIRO, A. M. [et al.]

2007 Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgões*. [Em linha]. 34:6 (2007) 428-431. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>.

DALKIR, K.

2005 *Knowledge management in theory and practice*. [Em linha]. Amsterdam: Elsevier; Butterworth Heinemann, 2005. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <https://dianabarbosa.files.wordpress.com/2009/03/knowledge-management-kimiz-dalkir.pdf>.

DARROCH, J.

2005 Knowledge management, innovation and firm performance. *Journal of Knowledge Management*. [Em linha]. 9:3 (2005) 101-115. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/220363143>.

DE SORDI, J. O.

2008 *Administração da informação: fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2008.

FONSECA, M. O. K.

2005 *Arquivologia e Ciência da informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GAVA, T. B. S.; FLORES, D.

2023 Problematizando a pós-custódia com a contemporaneidade da cadeia de custódia digital arquivística compartilhada e distribuída na preservação digital sistêmica. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*. [Em linha]. 13:2 (2023) 222-243. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/212543>.

GAVA, T. B. S.; FLORES, D.

2022 Políticas de preservação digital: o caso dos arquivos nacionais do Brasil em relação à Colômbia e Austrália. *Em Questão*. [Em linha]. 28:3 (2022) 1-26. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/205884>.

GAVA, T. B. S.; FLORES, D.

2021 O Papel do Archivematica no RDC-Arq e possíveis cenários de uso. *Ágora: Arquivologia em debate*. [Em linha]. 31:63 (2021) 1-21. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1018/980>.

GIL, A. C.

2010 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLEMAN, D.

2014 *Foco: a atenção e seu papel fundamental para o sucesso*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

GONÇALVES, E. P.

2011 *Conversas sobre iniciação científica*. 5ª ed. Campinas: Alínea, 2011.

LE COADIC, Y.-F.

2004 *A Ciência da Informação*. 2ª ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LOPES, L. C.

2014 *A Nova Arquivística na modernização administrativa*. 3ª ed. Brasília: Annabel Lee, 2014.

LUNA, S. V.

1997 *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1997.

MACHIAVELLI, N. B.

2016 *O Príncipe*. Porto Alegre: L&PM, 2016.

MORENO, N. A.

2008 Gestão documental ou gestão de documentos: trajetória histórica. In *Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas*. Org. Linete Bartalo e Nádina Aparecida Moreno. Londrina: EDUEL, 2008, p. 71-88.

PÉREZ GONZÁLEZ, Y.; PONJUÁN DANTE, G.

2016 Aproximación al conocimiento social como activo imprescindible para las sociedades. *Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud*. [Em linha]. 27:3 (2016) 345-360. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <https://acimed.sld.cu/index.php/acimed/article/view/925/602>.

PICHS FERNÁNDEZ, A.; PONJUÁN DANTE, G.

2014 La Cultura informacional y su delimitación: el caso de los contextos académicos. *Ciencias de la Información*. [Em linha]. 45:2 (2014) 25-31. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1814/181432443005.pdf>.

ROCHA, R. E.; ZIVIANI, F.

2019 O Relacionamento entre cultura organizacional, qualidade da informação e tomada de decisão empresarial. *Informação@Profissões*. [Em linha]. 8:1 (2019) 01-11. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/35275/pdf>.

SCHAFER, M. B.; LIMA, E. S.

2012 A Classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 17:3 (2012) 137-154. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/37098>.

SCHUSTER, C. E.; SILVA FILHO, C. F.

2005 Sistemas de Informação para a Gestão do Conhecimento. In *Tecnologia da informação para a gestão do conhecimento: teoria e estudos em organizações*. Org. Cândido Ferreira da Silva Filho e Lucas Frazão Silva. Campinas: Editora Alínea, 2005, p. 37-56.

SCHUSTER, C. E.; SILVA FILHO, C. F.; CALIL, J. F.

2005 Tecnologia da Informação para a Gestão do Conhecimento: um estudo em uma empresa do setor de bebidas. In *Tecnologia da informação para a gestão do conhecimento: teoria e estudos em organizações*. Org. Cândido Ferreira da Silva Filho e Lucas Frazão Silva. Campinas: Editora Alínea, 2005, p. 81-98.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F.

2008 *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.

2005 *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. [Em linha]. Florianópolis: UFSC, 2005. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/312125489>.

SILVA, R. M.; NOGUEIRA, M. F. M.

2013 Cultura e comunicação nas organizações complexas. *DataGramaZero*. [Em linha]. 14:5 (2013). 1-10. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: https://bc.ufg.br/up/88/o/DataGramaZero_out_2013.pdf.

SILVA, W. D. F.

2003 *Introdução à gestão da informação*. Campinas: Editora Alínea, 2003.

SOUSA, R. T. B.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H.

2013 A Classificação e a taxonomia como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística. 2013. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 42:1 (2013) 148-160. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1400>.

TOGNOLI, N. B.

2013 A Arquivística pós-moderna: perspectivas de renovação a partir da redefinição de princípios e conceitos arquivísticos. In *Arquivologia: saberes docentes e discentes*. Org. Rosane Alvares Lunardelli, Nelma Camêlo de Araújo e Richele Grengre Vignoli. Londrina: Eduel, 2013, p. 133-157.

VALENTIM, M. L. P.

2004 Equipes multidisciplinares na gestão da informação e conhecimento. In *Profissional da informação: o espaço de trabalho*. Org. Sofia Galvão Baptista e Suzana Pinheiro Mueller. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 154-176.

VALENTIM, M. L. P.; WOIDA, L. M.

2004 Cultura organizacional no processo de inteligência competitiva. *DataGramaZero*. [Em linha]. 5:4 (2004) 1-07. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/44825>.

VOLPATO, G. L. [et al.]

2013 *Dicionário crítico para redação científica*. Botucatu: Best Writing, 2013.

ZAMBERLAN, C. O.; SONAGLIO, C. M.; WITTMANN, M. L.

2008 Gestão e competitividade em um ambiente complexo. In *Administração: teoria sistêmica e complexidade*. Org. Milton Luiz Wittmann. Santa Maria: Editora UFSM, 2008, p. 139-155.

Henrique Machado dos Santos | henrique.hms.br@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil

Dhion Carlos Hedlund | dhion.hedlund@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil

MODELO DE ANÁLISE INFOCOMUNICACIONAL PARA AVALIAÇÃO DE POSTAGENS SOBRE MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA EM REDES SOCIAIS DIGITAIS

INFOCOMMUNICATION ANALYSIS MODEL FOR EVALUATING ENVIRONMENTAL, SOCIAL, AND GOVERNANCE POSTS ON DIGITAL SOCIAL NETWORKS

Loredana Kotinski

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag22a5>

Resumo: Mudanças climáticas e sociais causadas pela atividade humana têm desencadeado desastres ambientais, deslocamentos populacionais e insegurança alimentar. Apesar dos esforços delineados pelo Acordo de Paris, o aumento das temperaturas globais é uma realidade iminente, com consequências potencialmente devastadoras para a biodiversidade e a segurança alimentar. Paralelamente, as Nações Unidas (ONU) têm promovido práticas de ESG (Ambiental, Social, Governança) como estratégias empresariais, com o objetivo de mitigar impactos negativos e promover a sustentabilidade. Nesse contexto, a pesquisa destaca a importância das mídias sociais como uma plataforma para disseminar práticas de ESG e construir uma imagem responsável para os consumidores por meio de reações positivas dos usuários. No entanto, identificar o tipo de conteúdo que gera o maior engajamento positivo ainda é um desafio. Para abordar essa lacuna, a pesquisa visa desenvolver e validar um Modelo de Análise Infocomunicacional (MAI) para avaliar postagens sobre ESG nas mídias sociais e seu engajamento. A metodologia adotada inclui pesquisa bibliográfica, netnografia e o método Delphi para a elaboração e validação do MAI. Os resultados desta pesquisa indicam uma avaliação positiva dos especialistas sobre o MAI, com mais de 93% de aprovação, o que torna o MAI uma ferramenta eficaz para analisar postagens sobre ESG nas mídias sociais.

Palavras-chave: ESG; Modelo de Análise Infocomunicacional (MAI); Rede social.

Abstract: Climate and social changes caused by human activity have triggered environmental disasters, population displacements, and food insecurity. Despite the efforts outlined by the Paris Agreement, rising global temperatures are an imminent reality, with potentially devastating consequences for biodiversity and food security. In parallel, the United Nations (UN) have promoted ESG (Environmental, Social, Governance) practices as business strategies, aiming to mitigate negative impacts and promote sustainability. In this context, the research highlights the importance of social media as a platform for disseminating ESG practices and building a responsible image for consumers through users' positive reactions. However, identifying the type of content that generates the most positive engagement is still challenging. To address this gap, the research aims to develop and validate a Model of Infocommunication Analysis (MIA) to evaluate posts about ESG on social media and their engagement. The methodology adopted is bibliographic research, netnography, and the Delphi method for MIA elaboration and validation. The results of this research indicate experts' positive evaluation of the MIA with more than 93% approval. It makes MIA an effective tool for analyzing ESG posts on social media.

Keywords: ESG; Model of Infocommunication Analysis (MIA); Social Media.

1. Introdução

As transformações climáticas e sociais desencadeadas pela ação humana no planeta têm gerado desastres ambientais, deslocamento de populações, mortes e insegurança alimentar. Diante disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem pressionado empresas e governos a adotarem práticas de ESG (Environmental, Social, Governance) como forma de mitigar esses impactos (ONU, 2023). Desde sua criação em 2005, o tripé

de práticas ESG tem se consolidado como um indicador de responsabilidade afetando tanto o valor das ações nas bolsas de valores quanto a percepção dos consumidores sobre as empresas (NAKAGAWA e MORAES, 2023).

Pesquisas apontam que a adoção de práticas ESG pode reduzir custos e riscos, além de aumentar o valor de mercado e melhorar a reputação das empresas (FRIEDE *et al.*, 2015; HERAS-SAZARBITORIA *et al.*, 2022; LARCKER *et al.*, 2022; ZUMENTE e BISTROVA, 2021). Na América Latina, o número de empresas que adotam práticas ESG cresceu 46% em 2021, destacando-se o Brasil, onde 95% dos líderes empresariais afirmaram seguir esses princípios (AGÊNCIA ENVOLVER, 2022; BERTÃO, 2022). Paralelamente, questões como poluição, desigualdade de gênero, condições de trabalho insalubres e práticas antiéticas têm ganhado cada vez mais espaço nas discussões públicas, e sua repercussão é amplificada pelas redes sociais digitais, aumentando a pressão para que as empresas estejam presentes e atuantes nesses espaços (JIMÉNEZ-CASTILLO e SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, 2019; TORRES *et al.*, 2019).

Dessa forma, promover práticas de ESG por meio de estratégias de *marketing* eficazes nas redes sociais digitais tornou-se fundamental para engajar consumidores e fortalecer uma imagem de responsabilidade corporativa (MUKONZA e SWARTS, 2019). A interação com consumidores nas redes sociais digitais é, portanto, crucial para a construção de uma boa reputação (ASRUL e ALFANDY, 2022). No entanto, um desafio ainda persiste: determinar quais tipos de postagens sobre ESG geram maior engajamento positivo entre os usuários.

Sendo assim, com a intenção de identificar quais publicações relacionadas a ESG nas redes sociais digitais geram mais engajamento positivo dos usuários, essa pesquisa desenvolveu o Modelo de Análise Infocomunicacional (MAI), projetado para avaliar conteúdos de ESG e o engajamento nas redes sociais digitais. O objetivo geral é validar o MAI utilizando o método Delphi, reconhecido por sua ampla aplicabilidade em diversas áreas e disciplinas (APARÍCIO *et al.*, 2017). A expectativa é que, após sua validação, o MAI se torne uma ferramenta eficaz para empresas, ONG e órgãos reguladores na análise de postagens sobre ESG em redes sociais digitais, auxiliando no desenvolvimento de estratégias de *marketing* digital mais precisas e eficazes.

2. A espinha dorsal do modelo de análise: ESG e Infocomunicação

2.1. Meio Ambiente, Social e Governança: os pilares da sustentabilidade

O conceito de ESG é alicerçado em três pilares distintos que representam a responsabilidade corporativa em diversos aspectos da sustentabilidade. O primeiro pilar, *Environmental* (Ambiental), está baseado no princípio de desenvolvimento sustentável, definido como "desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades" (UNITED NATIONS, 1987:24). A meta principal desse pilar é reduzir o impacto sobre os recursos naturais do planeta, sem comprometer o progresso econômico das nações. No âmbito corporativo, o pilar *Environmental* avalia os esforços para mitigar atividades que causam mudanças climáticas, como a redução de emissões de carbono e a poluição gerada pelos processos produtivos.

O segundo pilar, *Social*, dentro do ESG, demanda que as empresas sigam uma ética social, abordando questões de minorias, diversidade, equidade, e respeito às religiões e crenças. De acordo com Berlim *et al.* (2018), a responsabilidade social corporativa pode ser dividida em conceitos éticos e instrumentais. Os conceitos éticos dizem respeito a comportamentos em conformidade com normas e preceitos religiosos, enquanto os conceitos instrumentais relacionam a responsabilidade social à avaliação positiva do desempenho da empresa, abrangendo aspectos como relações com colaboradores, fornecedores, clientes e a sociedade em geral. Isso inclui a promoção de diversidade, equidade, direitos humanos, engajamento dos funcionários, relações comunitárias, comércio justo e conformidade com normas trabalhistas.

Por fim, o pilar *Governance* (Governança) surgiu na década de 1970 como resposta aos conflitos entre gestores empresariais e acionistas sobre a distribuição de lucros e ganhos, visando evitar a depreciação do valor das empresas e garantir retornos sobre os investimentos dos acionistas. Inicialmente, o foco era proteger o direito dos acionistas à informação sobre as decisões executivas. Com o tempo, esse conceito evoluiu para englobar a transparência nas negociações e a implementação de regras claras para proteger a reputação das empresas, evitando práticas ilícitas como subornos e a participação em escândalos comerciais ou pessoais (KLOTZLE e COSTA, 2006).

2.2. Integração da informação e da comunicação na era digital

O conceito de infocomunicação surge da fusão dos conceitos de informação e comunicação. Silva e Ribeiro (2002) abordam a informação como uma estrutura que reúne e cataloga conteúdos de documentos sob diversas formas, de acordo com políticas e segmentos de usuários, com o objetivo de atender às necessidades humanas. Uma outra definição é a de que "Informação é um conjunto estruturado (da unidade de representação simples à combinação complexa) de representações mentais e emocionais codificadas de forma social, capaz de ser registrada em qualquer tipo de suporte e comunicada de forma assíncrona e multidirecional" (DELTCI, 2007).

Já o conceito de comunicação é definido por Castells (2007) como o ato de compartilhar significados via intercâmbio de informação, sendo o processo de comunicação definido pela tecnologia, características dos emissores e receptores, códigos culturais de referência, protocolos de comunicação e alcance do processo. E desde o advento dos veículos de comunicação de massa, como jornais, rádio e televisão, até os dias atuais, a comunicação evoluiu de um "instrumento linear de transmissão para uma dimensão que a faz parte de uma sociedade mais complexa" (FERRARA, 2009).

Atualmente, a comunicação ganhou outro campo e ocorre em uma sociedade pautada pelas plataformas digitais, como veículos de comunicação, redes sociais e canais entre empresas e clientes. E essa combinação de informação e comunicação com o multiverso digital cria um contexto de infinitas possibilidades. É nesse sentido que surge o conceito de infocomunicação, cunhado por Silva e Ribeiro (2011). Segundo eles, embora informação e comunicação sejam fenômenos distintos, elas se complementam. Comunicação trata da interação e troca entre indivíduos, enquanto informação se ocupa dos conteúdos das mensagens e sua difusão (SILVA, 1998). Já Gouveia e Silva (2020) afirmam que a infocomunicação é uma evolução natural de duas ciências, a Ciência da Informação e as

Ciências da Comunicação, destacando que vivemos em um mundo onde o analógico e o digital se complementam e se interligam, fundindo informação e comunicação.

Infocomunicação, ao que se percebe, é o que se faz todos os dias nas plataformas digitais e, logo, nas redes sociais digitais. Nesse sentido, as redes sociais digitais tornaram-se canais de divulgação, propaganda, vendas e interação. Por isso, têm mudado a forma como as empresas realizam *marketing* e são cada vez mais vistas como ferramentas de facilitação de vendas (ARNABOLDI e COGET, 2016; SONG e LEE, 2016).

3. As redes sociais na perspectiva da sustentabilidade

3.1. ESG aplicado nas redes sociais

É inegável que nesse contexto das plataformas digitais as redes sociais digitais abriram novos canais de comunicação, permitindo que as empresas se informem, entendam e se conectem com seus *stakeholders* e públicos-alvo. Isso porque as redes sociais digitais têm o poder de "mudar a dinâmica das relações empresa-sociedade" (WHELAN *et al.*, 2013:778) e atuam como instrumentos refletindo a opinião pública sobre diversas questões, incluindo práticas de ESG (BURKE, 2021).

Consequentemente, um número crescente de corporações está adotando essas plataformas para comunicação de ESG (HUANG, 2021). Essas mídias fornecem uma variedade de informações, estratégias de *marketing* e dados tanto para as empresas quanto para seus públicos-alvo (NDOU *et al.*, 2018). Assim, não são mais suficientes apenas os relatórios de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) listando as práticas de ESG, pois as redes sociais digitais revolucionaram esses relatórios, criando espaços de interação bidirecional entre o público e as empresas (NEU *et al.*, 2020).

Mas essa relação marca-consumidor só faz sentido se ela gerar bons frutos à empresa, seja em forma de vendas, dados ou boa reputação. Para isso, é preciso que haja engajamento por parte do utilizador da rede social digital. Para Bruce e Shelley (2010) o engajamento nas redes sociais digitais é uma interação mútua entre empresas e pessoas, influenciando-se reciprocamente. O engajamento é também considerado um fenômeno multidimensional que geralmente parte de um estado psicológico de motivação resultante do ato de seguir um perfil específico (Barger & Labrecque, 2013).

Já o engajamento em ESG deriva especialmente de três aspectos: conhecimento, conscientização e sentimento. Conforme Serafeim (2020), essa é uma das razões pelas quais as empresas adotam e divulgam suas práticas de ESG, pois a opinião pública pode influenciar as decisões dos investidores. Vuong *et al.* (2021) identificaram que os sentimentos do público e dos investidores podem levar uma empresa a se comprometer com práticas de ESG. Portanto, escutar e entender o sentimento do público em relação a uma marca é fundamental para a seleção de ferramentas de comunicação ESG apropriadas.

3.2. Redes sociais para comunicar ESG

Cada vez mais empresas utilizam redes sociais digitais em suas estratégias de *marketing* para divulgar suas práticas de ESG. Estudos indicam que as redes sociais digitais são vitais

para o sucesso no mercado *online* (EBRAHIM, 2020) e o seu uso estratégico e mensurável por empresas é essencial para gerar boa reputação, comercializar produtos e serviços, ou ambos.

Portanto, as redes sociais digitais deixaram de ser somente espaços de relacionamento, atingindo atividades sociais e organizacionais e acabando por tornarem-se um campo de comércio (BERGAMO *et al.*, 2017; SOARES e MONTEIRO, 2015).

Além dos relatórios tradicionais de RSC, as redes sociais digitais também revolucionaram os relatórios empresariais, oferecendo um espaço para a interação pública com a empresa (NEU *et al.*, 2020). Além disso, melhoraram a forma como as empresas comunicam seu desempenho ambiental, reduzindo práticas de *greenwashing* (KENT e TAYLOR, 2016).

Empresas e agências de *marketing* perceberam que "os consumidores são tangivelmente receptivos à comunicação de rede social digital relacionada à sustentabilidade de uma empresa, levando a um impacto positivo significativo no valor da empresa" (JHA e VERMA, 2022:20). Interações frequentes entre *stakeholders* e empresas nas redes sociais digitais, como o Facebook, reforçam as percepções sobre ações de responsabilidade social e aumentam a intenção de compra dos consumidores (HAIGH *et al.*, 2013). Dawson e Brunner (2020) constataram, por exemplo, que a comunicação empresarial sobre questões sociais tem maior resposta dos públicos-alvo quando realizada em várias redes sociais digitais, como Facebook, Twitter e Instagram.

3.3. Procedimentos metodológicos

Esta é uma pesquisa multimétodos composta por três etapas, utilizadas para elaborar e validar o Modelo de Análise Infocomunicacional (MAI): (1) revisão de literatura dos conceitos teóricos fundamentais da presente pesquisa; (2) pesquisa netnográfica exploratória que envolveu as postagens no Instagram de grandes empresas praticantes de ESG no Brasil e em Portugal, e pesquisa bibliográfica comparativa com estudos semelhantes ao realizado nesta pesquisa; e (3) validação do modelo de análise infocomunicacional através do processo Delphi. Para as análises quantitativas foi utilizado o *software* Statistical Package for Social Sciences (SPSS), versão 25.0 para Windows. E para as análises qualitativas utilizou-se o *software* NVivo, versão 1.7.1 para Mac.

A primeira etapa do percurso metodológico consistiu em uma revisão de literatura sobre os conceitos teóricos fundamentais desta pesquisa, abrangendo ESG, Infocomunicação e Plataformas Digitais, bem como seus conceitos transversais como Redes Sociais Digitais e Engajamento, nas bases de dados científicas como Scopus, Web of Science e Dimensions. Foram buscados artigos científicos e capítulos de livros, priorizando documentos publicados nos últimos dez anos nos idiomas inglês e português.

Foram encontrados 1.743 artigos e foram considerados somente aqueles que continham em seus resumos os termos *performance*, *practices*, *impact*, *market-to-book*, *reputation*, *social media*, *engagement*, *social media engagement* e *Instagram*.

A segunda etapa consistiu em uma pesquisa netnográfica exploratória e uma revisão bibliográfica comparativa sobre estudos semelhantes. A netnografia visou observar e coletar dados (KOZINETS, 2019) de perfis no Instagram das empresas Galp e EDP, de Portugal, e Natura e Petrobras, do Brasil, escolhidas com base nos *rankings* da Merco

Portugal e Merco Brasil de 2022. Foram analisados *posts* publicados no segundo semestre de 2022.

A terceira etapa foi da validação do Modelo de Análise Infocomunicacional (MAI), utilizando o processo Delphi (LINSTONE e TUROFF, 1975). E consistiu na aplicação de dois questionários e grupos focais, divididos em três Rodadas. Na Rodada 1, 20 especialistas foram convidados, considerando a equidade de gênero e qualificações em Comunicação, Meio Ambiente, ESG ou *Marketing*. O Questionário 1 tinha 13 perguntas de escala de Likert (1 a 5) e uma questão aberta sobre sugestões de variáveis para o MAI. Na Rodada 2, após a análise dos resultados do Questionário 1, foram organizados três grupos focais para discutir questões com 75% ou menos de concordância. Além disso, foram discutidas sugestões dos especialistas para a inserção de novas variáveis. E a Rodada 3 consistiu no envio do Questionário 2, baseado nos dados obtidos nas discussões dos Grupos Focais. Este questionário apresentava o MAI revisado e pedia a opinião dos especialistas sobre sua aplicabilidade e validade, utilizando uma escala de Likert e uma questão aberta para justificativa.

4. Dimensões e categorias do MAI: estruturação e validação da proposta do modelo de análise

Uma análise exploratória das postagens no Instagram foi conduzida de julho a dezembro de 2022, nos perfis @edpportugal, @petrobras, @galp e @naturabrofficial, totalizando 5,3 milhões de seguidores. As postagens foram categorizadas em conteúdo ESG e outros temas, com um total de 384 postagens analisadas. Dessas, 45% eram relacionadas a ESG, distribuídas da seguinte forma: Petrobras (23,9%), EDP (12,5%), Natura (12%) e Galp (6,9%). A análise identificou três características principais: (1) as empresas tendem a vincular temas de ESG aos seus produtos, (2) a variação no uso de mídias exige uma análise multifacetada, e (3) a necessidade de incluir variáveis de reação dos usuários, como comentários, curtidas e marcações.

A revisão bibliográfica para a elaboração do MAI incluiu estudos sobre ESG, redes sociais, *marketing* digital, *marketing* de influência, reputação, informação e comunicação, utilizando os repositórios digitais Scopus, Web of Science e Dimensions, com foco em publicações científicas de 2011 a 2022. Estudos de Kietzmann *et al.* (2011) destacaram a importância de considerar características individuais das mensagens. Khurana e Knight (2021) mostraram a necessidade de separar variáveis para mensagens e imagens. Pinto (2022) contribuiu com variáveis específicas para influenciadores digitais. Sorakhaibam *et al.* (2021) inspiraram as variáveis de confiabilidade, especialização e familiaridade. Jha e Verna (2022) influenciaram a subcategoria de Engajamento. Atkinson *et al.* (2021) e Aragão *et al.* (2016) reforçaram a importância de incluir variáveis como curtidas e comentários. White *et al.* (2019) demonstraram a necessidade de incluir variáveis relacionadas aos sentimentos dos usuários.

A primeira versão do MAI, portanto, estava composta da seguinte forma: Dimensão Informação, com a Categoria Post; as Subcategorias Pilares do ESG; Imagem/Tipos de Mídia; Imagem/Situação das Pessoas; Imagem/Conteúdo com Natureza ou Animal; Conteúdo da Mensagem/Tipos de Intenção; Conteúdo da Mensagem/Tipos de Emoção; Pessoas/Gênero; Pessoas/Popularidade da Pessoa; e Alcance/Interação com as mídias,

totalizando 9 subcategorias. Por conseguinte, as 9 subcategorias possuem 32 variáveis de análise, seguidas de sua descrição. E a Dimensão Comunicação, com a categoria Reação do Utilizador, uma subcategoria denominada Engajamento e 5 variáveis de análise: Curtidas; Comentários Positivos; Comentários Negativos; Comentários Neutros; e Marcações com @.

A partir deste modelo inicial, foi realizada a fase de validação com a utilização do Método Delphi composto por três rodadas de pesquisa. Na Rodada 1 foi aplicado um questionário contendo 13 questões fechadas com respostas em escala de Likert (variáveis de 1 a 5), com o número 1 representando "Discordo Totalmente", 2 para "Discordo", 3 para "Nem Concordo, Nem Discordo", 4 para "Concordo" e 5 para "Concordo Plenamente", seguidas de um campo aberto para justificativa de cada resposta, com um total de 20 especialistas respondentes.

Na Rodada 2 foram realizados três grupos focais *online*, com 15 especialistas participantes divididos nesses grupos. Na Rodada 3, a última etapa, foi aplicado um segundo questionário contendo uma questão fechada com resposta em escala de Likert e uma questão aberta para justificativa da resposta, com 15 respondentes. Participaram das três rodadas especialistas das áreas de Comunicação, Mídias Digitais, *Marketing* e ESG, residentes no Brasil e em Portugal, selecionados conforme critérios previamente estabelecidos.

Os resultados da Rodada 1 revelaram que a maioria dos especialistas concordou com a divisão do MAI em duas dimensões: Informação e Comunicação. A porcentagem total de concordância atingiu 80%, com 60% dos especialistas indicando a escala 5 e 20% indicando a escala 4. Em relação à subdivisão das postagens em redes sociais digitais pelos Pilares do ESG, 75% dos especialistas concordaram com essa divisão, quando somadas as escalas de concordância 4 e 5.

Quanto ao Tipo de Mídia utilizado nas postagens (foto, vídeo, arte gráfica, áudio, arte gráfica animada), 75% dos especialistas concordaram que todas as mídias estavam contempladas no MAI. O mesmo percentual foi obtido para a separação das postagens por características de Situação envolvendo Pessoas na Imagem, visando compreender o engajamento dos usuários.

Em relação à identificação do Tipo de Emoção transmitida pelos personagens retratados nas postagens, 85% dos especialistas consideraram essa uma opção correta. Já a identificação dos Tipos de Emoção expressos na legenda das postagens foi apoiada por 70% dos especialistas. Em relação ao Gênero das Pessoas que aparecem nas postagens, houve divergência de opiniões, com 50% dos especialistas concordando com essa opção.

No que diz respeito à Interação com as mídias, 60% dos especialistas consideraram relevante a identificação da quantidade de vezes que os vídeos ou áudios foram iniciados pelo usuário para compreender o engajamento das postagens. Sobre a Quantidade de Curtidas e Comentários Positivos, Neutros e negativos, 89,5% dos especialistas concordaram que esses elementos contribuem para identificar o engajamento. Por fim, em relação à análise dos Comentários Positivos, Neutros e negativos para entender se o engajamento das postagens reflete uma boa reputação da marca, 85% dos especialistas concordaram com essa abordagem.

Após a tabulação e análise dos dados quantitativos da Rodada 1, foram processadas as respostas das questões abertas dessa mesma Rodada, que incluíam as justificativas para cada uma das 13 respostas e sugestões de inclusão de outras subcategorias ou variáveis no MAI. Os resultados revelaram que, dos 20 especialistas, um (E16) não forneceu justificativas para nenhuma resposta, dois (E7 e E12) justificaram apenas uma resposta, um (E18) justificou 3 respostas, e um (E11) justificou 12 respostas. Os demais especialistas justificaram todas as 13 perguntas.

A análise inicial dos dados qualitativos buscou identificar padrões nas respostas, classificando-as em Positivas, Neutras e Negativas. O objetivo era compreender quais questões geraram mais comentários favoráveis, quais levantaram dúvidas ou reflexões e quais foram mais criticadas. Isso permitiu verificar se existiam restrições a alguma subcategoria ou variável ou se eram necessários ajustes na descrição ou inclusão de novos elementos. As respostas 'neutras' se revelaram igualmente relevantes, pois evidenciaram as dúvidas ou ponderações dos especialistas sobre as perguntas, fornecendo *insights* valiosos para as discussões subseqüentes na Rodada 2, composta por grupos focais.

Em termos absolutos, as justificativas com termos 'positivos' foram mencionadas 105 vezes, as 'neutras' 40 vezes e as 'negativas' 34 vezes. Os comentários mais significativos estavam relacionados à questão de gênero, à discussão sobre a relevância de pessoas públicas ou não, e à interação com a mídia em uma postagem.

Na continuação do processo, na Rodada 1, 13 especialistas contribuíram com sugestões de inclusões de variáveis no MAI. Dessas sugestões, dez foram descartadas: três delas por tratar de estratégias empresariais relacionadas às redes sociais digitais e sobre a inclusão da variável de compartilhamento, inviável de ser integrada ao MAI, já que só seria acessível mediante a gestão do perfil da empresa na mídia social digital; as outras sete sugestões eram elogios ao trabalho, não envolvendo modificações no modelo.

As três sugestões consideradas foram: (1) Inclusão da subcategoria "raça" na dimensão Informação, dentro da subcategoria Pessoas; (2) Inclusão da subcategoria "etnia" em alguma subcategoria de Pessoas; e (3) Inclusão da variável "quantidade total de seguidores" do perfil na mídia social digital de uma empresa na dimensão Comunicação, dentro da subcategoria Engajamento. Essas três sugestões foram discutidas nos grupos focais da Rodada 2 do processo Delphi.

A Rodada 2 do processo Delphi compreendeu a realização de três grupos focais *online*, utilizando a plataforma Zoom, com os especialistas divididos em grupos de até sete participantes. Os grupos focais foram gravados e suas sessões foram inseridas no *software* NVivo e codificadas nas categorias Discordo, Nem Concordo Nem Discordo e Concordo, alinhadas com o objetivo principal do Delphi, que era validar, por meio da convergência de opiniões de especialistas, as variáveis do MAI. Embora 20 especialistas tenham sido convidados, apenas 15 especialistas participaram na Rodada 2.

Durante essa rodada, foram apresentados para discussão com os especialistas dois tipos de dados: 1) as perguntas do Questionário 1 que obtiveram 75% ou menos de concordância – soma das escalas 4 e 5; e 2) as sugestões de inclusão de três possíveis novas subcategorias ou variáveis no MAI.

É relevante notar que oito questões da Rodada 1 acumularam 75% ou menos de concordância, entretanto, apenas sete foram consideradas para a Rodada 2. Isso se deve ao fato de que, embora a questão 8, que abordava a subcategoria Conteúdo da Mensagem – Tipos de Emoção, relacionada aos sentimentos expressos no texto das legendas das postagens, tenha obtido apenas 70% de concordância dos especialistas na Rodada 1, não houve comentários nas questões abertas que justificassem sua discussão nos grupos focais. De acordo com os critérios estabelecidos na pesquisa, isso resultou na exclusão automática da questão para a Rodada 2, considerando-a relevante para permanecer no MAI.

As questões com menos de 75% de concordância foram organizadas em quatro blocos para facilitar a discussão dentro do contexto em que surgiram: BLOCO 1 – questões 9 e 10, relacionadas a gênero e popularidade da pessoa; BLOCO 2 – questão 2 sobre os pilares do ESG; BLOCO 3 – questões 3 e 11, sobre tipo de mídia e interação com as mídias; e BLOCO 4 – questões 4 e 5 sobre características da imagem e da pessoa. Além dos blocos de questões, as sugestões recebidas sobre a inclusão de possíveis novas subcategorias ou variáveis no MAI foram levadas para os grupos focais, sendo elas: 1) raça; 2) etnia; e 3) total de seguidores do perfil.

Os dados foram utilizados em dois cruzamentos: Cruzamento A), referente as respostas dos especialistas *versus* as variáveis (Quadro 1); Cruzamento B), respostas dos especialistas *versus* categorias de concordância. Ambos os cruzamentos produziram resultados qualitativos que corroboraram as respostas quantitativas dos especialistas, como será demonstrado a seguir.

Quadro 1 – Cruzamento A: Resposta dos especialistas X variáveis

	Subcategoria	Concordo	Discordo	Nem concordo Nem discordo
Bloco 1	Gênero	93,33%	13,33%	0%
	Popularidade da Pessoa	73,33%	20%	6,66%
Bloco 2	Pilares do ESG	80%	13,33%	6,66%
Bloco 3	Tipos de mídia	100%	0%	0%
	Interação com a mídia	53,33%	20%	33,33%
Bloco 4	Situação das pessoas	86,66%	0%	6,66%
	Natureza ou animal	86,66%	0%	13,33%
Inserção de subcategoria ou variável	Raça/Etnia	100%	0%	0%
	Quantidade de seguidores	100%	0%	0%
TOTAL POR CONCORDÂNCIA		85,95%	7,40%	7,40

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados do Cruzamento A revelaram que a maioria dos especialistas (85,92%) concordou tanto com as variáveis já presentes no MAI quanto com aquelas propostas para inclusão, enquanto 7,40% indicaram discordância e outros 7,40% expressaram uma posição neutra. Notavelmente, as taxas de discordância foram mais pronunciadas em apenas duas variáveis (Popularidade da pessoa e Interação com a mídia), totalizando 20% de discordância. Além disso, ao cruzar essas respostas com os comentários dos grupos focais, observou-se que a discordância estava mais relacionada à incerteza do que a uma convicção.

Especificamente em relação à subcategoria Popularidade da Pessoa (se uma pessoa é pública ou não), o cruzamento das respostas com os comentários no NVivo revelou preocupações dos especialistas de que o termo poderia limitar-se apenas a indivíduos famosos ou celebridades da internet, excluindo aqueles que têm influência em nichos específicos, mesmo que pequenos e, também as chamadas celebridades instantâneas.

Quanto à subcategoria Interação com as mídias, a preocupação identificada no Cruzamento A estava relacionada ao fato de que o MAI não fornece dados sobre quanto tempo um usuário assistiu a um vídeo ou ouviu um áudio. Na visão dos especialistas, isso poderia comprometer a compreensão do engajamento, já que simplesmente dar *play* em um vídeo ou áudio não implica necessariamente que o usuário o tenha assistido ou ouvido completamente.

O Cruzamento B revelou que dos 15 especialistas que participaram dos grupos focais, apenas dois demonstraram concordância inferior a 50% (44,44%) com as variáveis discutidas, aquelas que na Rodada 1 obtiveram 75% ou menos de concordância. Entretanto, eles também expressaram uma discordância inferior a 50% (44,44%) e registraram o restante de suas opiniões na categoria de Nem Concordo Nem Discordo.

Outro resultado da Rodada 2 do processo Delphi foi a convergência de opiniões dos especialistas em relação ao acréscimo de variáveis no MAI e ajustes em outras. Isso resultou na criação da subcategoria "Pessoas - Raça/Etnia", que gerou sete (7) novas variáveis; a inclusão da variável "Seguidores" na subcategoria Engajamento, totalizando 45 variáveis possíveis de serem analisadas em uma postagem sobre ESG nas redes sociais digitais. Houve também a substituição da variável "Transgênero" pela LGBTQIA+, na subcategoria Gênero, e a ampliação da descrição da subcategoria Popularidade da Pessoa. Ao final da Rodada 2, o Questionário 1 foi reenviado aos especialistas para revisão de suas respostas, mas nenhum optou por alterá-las.

A Rodada 3 do processo Delphi consistiu no envio por *e-mail* da versão atualizada do MAI aos 15 especialistas que participaram da pesquisa, juntamente com os contributos fornecidos por eles. Junto com a versão final do MAI, foi enviado o Questionário 2, composto por uma pergunta fechada a ser respondida utilizando a escala de Likert, além de uma pergunta aberta solicitando que os especialistas justificassem sua resposta caso ela fosse menor que 4 (quatro) na escala. O objetivo era alcançar a convergência de opiniões dos especialistas sobre o MAI como uma ferramenta válida para analisar postagens sobre ESG em redes sociais digitais.

O MAI, portanto, ficou com a Dimensão Informação contendo a Categoria Post, 10 subcategorias e 39 variáveis (Quadros 2 e 3).

Quadro 2 – MAI – Dimensão Informação

Subcategoria	Variável	Descrição
Pilares do ESG	Meio ambiente	A publicação é sobre temas de meio ambiente
	Social	A publicação é sobre temas de responsabilidade social
	Governança	A publicação é sobre temas de governança
	Produto + sustentabilidade	A publicação é sobre um ou mais produtos que tem relação com sustentabilidade
Imagem – Tipos de mídia	Foto	A publicação é uma imagem ou carrossel de imagens fotográficas
	Vídeo	A publicação é um ou mais vídeos
	Arte gráfica estática	A publicação é uma arte gráfica estática
	Arte gráfica animada	A publicação é uma arte gráfica animada
	Áudio	A publicação é um áudio
Imagem – Situação das pessoas	Pessoa feliz	A publicação é uma imagem ou carrossel de imagens com uma ou mais pessoas felizes
	Pessoa sofrendo	A publicação é uma imagem ou carrossel de imagens com uma ou mais pessoas sofrendo ou simplesmente tristes
	Testemunhal	A publicação é uma imagem ou carrossel de imagens com uma ou mais pessoas dando um depoimento/testemunho
Imagem – Conteúdo com natureza ou animal	Natureza preservada	A publicação é uma imagem ou carrossel de imagens com Natureza Preservada
	Natureza degradada	A publicação é uma imagem ou carrossel de imagens com Natureza Degradada
	Animais mortos ou sofrendo	A publicação é uma imagem ou carrossel de imagens com um ou mais Animais Mortos ou Sofrendo
	Animais vivos ou saudáveis	A publicação é uma imagem ou carrossel de imagens com um ou mais Animais Vivos e Saudáveis
Conteúdo da mensagem – Tipos de intenção	Motivacional	A publicação tem caráter motivacional
	Emocional	A publicação tem caráter emocional (felicidade, tristeza, raiva)
	Educacional	A publicação tem caráter educacional (ensina, orienta)
	Informacional	A publicação tem apenas o caráter de informar sobre um evento, ação ou produto específicos
	Prestação de contas	A publicação é especificamente sobre uma ou mais ações de responsabilidade ambiental, social e governança da marca
Conteúdo da mensagem – Tipos de emoção	Felicidade	A publicação tem legenda com conteúdo positivo, alegre
	Tristeza	A publicação tem legenda com conteúdo negativo, triste
	Raiva	A publicação tem legenda com conteúdo de protesto, indignação
Pessoas – Gênero	Feminino	A pessoa ou pessoas na postagem são do gênero feminino
	Masculino	A pessoa ou pessoas na postagem são do gênero masculino

	LGBTQIA+	A pessoa ou pessoas na postagem se enquadra em qual das letras da diversidade
Pessoas – Raça/Etnia	Branco	A pessoa ou pessoas na postagem é branca
	Preto	A pessoa ou pessoas na postagem é preta
	Pardo	A pessoa ou pessoas na postagem é parda
	Indígena	A pessoa ou pessoas na postagem é indígena
	Asiático	A pessoa ou pessoas na postagem é asiática
	Caboclo	A pessoa ou pessoas na postagem é cabocla
	Aborígene	A pessoa ou pessoas na postagem é aborígene
Pessoas – Popularidade das pessoas	Pessoa pública	A pessoa no post é celebridade, influenciador digital, tem notoriedade por outra razão ou é tem alta relevância e visibilidade na sua comunidade ou nicho
	Pessoa não pública	A pessoa no <i>post</i> não é celebridade, influenciador digital ou tem notoriedade
Alcance – Interação com as mídias	Vídeo iniciado	Número total de vezes que o vídeo foi iniciado por um utilizador da rede social
	Áudio iniciado	Número total de vezes que o áudio foi iniciado por um utilizador da rede social

Fonte: Elaboração própria.

A Dimensão Comunicação do MAI possui a categoria Reação do Utilizador, 1 subcategoria e 6 variáveis (Quadro 3).

Quadro 3 – MAI – Dimensão Comunicação

Subcategoria	Variável	Descrição
Engajamento	Seguidores	Número total de Seguidores do Perfil analisado
	Curtidas	Número total de Curtidas em uma postagem
	Comentários positivos	Número total de Comentários Positivos em uma postagem
	Comentários negativos	Número total de Comentários Negativos em uma postagem
	Comentários neutros	Número total de Comentários Neutros em uma postagem
	Marcações com o @	Número total de Marcações com @ em uma postagem (pessoas e/ou empresas)

Fonte: Elaboração própria.

Após processamento das respostas de todos os especialistas na Rodada 3, o resultado foi que 93,33% dos especialistas concordaram que o MAI é uma ferramenta válida para análise de conteúdo ESG em mídias sociais digitais, sendo que sete deles responderam 4 na escala de Likert (Concordo), sete responderam 5 (Concordo Plenamente) e um respondeu 2 (Discordo).

5. Discussão

A utilização do processo Delphi e dos grupos focais mostrou-se crucial para esta pesquisa, enriquecendo o MAI tanto em termos de variáveis quanto de embasamento teórico. Assim, para efeitos de discussão, os resultados da Rodada 1 foram divididos por concordância média (75% ou menos) e concordância baixa (60% ou menos). Inicialmente a subcategoria Pilares do ESG obteve 75% de concordância – considerada média – sobre a relevância das variáveis no MAI que dividem o conteúdo de ESG ambiental, social, governança, ambiental + produto e social + produto para entender o engajamento de uma postagem. É crucial compreender que, embora a sigla ESG seja tratada de forma unificada, ela versa sobre temáticas específicas que, mesmo correlacionadas, representam ações e práticas distintas (BERLIM *et al.*, 2018; KLOTZLE e COSTA, 2006). A separação não foi proposta no MAI para evitar a confusão de entendimento por parte do utilizador, mas, antes, para entender a que tipo específico de conteúdo sobre ESG o utilizador se engaja positivamente ou sequer se engaja.

Ainda com 75% de concordância, as variáveis da Subcategoria Conteúdo da Mensagem – Tipos de Emoções (feliz, triste ou em um testemunhal) tiveram 20% de especialistas que sugeriram ampliar a quantidade de variáveis para mais tipos de emoções. O MAI incluiu as emoções primárias felicidade, tristeza e raiva, conforme definidas pela psicologia (Ekman & Davidson, 1994).

A subcategoria Tipos de Mídia, com uma concordância média, mostrou que houve uma confusão entre tipos de mídia (foto, vídeo, áudio, arte gráfica e arte gráfica animada) e tipos de redes sociais digitais (Facebook, Instagram, Twitter). Estudos como os de Khurana e Knight (2021) e Pinto (2022) fundamentaram a inclusão dessa subcategoria no MAI, diferenciando claramente entre os tipos de mídia utilizados nos *posts*.

A subcategoria Popularidade da Pessoa obteve 75% de concordância, com questionamentos sobre o conceito de pessoa pública e não pública. Estudos como o de Sorakhaibam *et al.* (2021) e Ohanian (1990) forneceram a base teórica para essa variável, explicando a importância da percepção de experiência e confiabilidade do influenciador (pessoa pública) na eficácia da mensagem. A subcategoria Imagem – Características da Imagem, com 70% de concordância, propôs identificar se há animal ou natureza na postagem. A pesquisa netnográfica realizada mostrou que postagens com animais tendem a receber mais reações positivas dos utilizadores.

Com uma concordância baixa, apareceram as subcategorias Gênero da Pessoa (50%) e Alcance – Interação com as Mídias (60%). A inclusão dessas variáveis foi baseada em estudos anteriores e em análises das postagens, como as do perfil da Natura & Co no Instagram. Sobre a subcategoria Alcance – Interação com as Mídias, houve uma menção na pesquisa ressaltando que esta subcategoria isolada não pode significar engajamento, mas unida às demais subcategorias e variáveis do MAI ela pode contribuir para entender o engajamento, uma vez que esse dado é utilizado por profissionais de *marketing* digital para a contabilização do alcance de contas de uma postagem.

Além disso, após contributos da Rodada 2, foram acrescentadas duas subcategorias ao MAI: a de Raça/Etnia e a de Quantidade Total de Seguidores, resultante de sugestões da Rodada 1. E, baseadas nos critérios do senso populacional, as opiniões dos especialistas convergiram para decidir que deveria ser acrescentada a subcategoria Raça/Etnia, contendo

uma descrição ampla de todas as mais comuns raças e etnias encontradas nas sociedades do Brasil e da Europa. Ao final dessa Rodada 2 o MAI obteve mais de 85% de aprovação dos especialistas.

A análise qualitativa e quantitativa das discussões dos Grupos Focais revelou, ainda, que as divergências dos especialistas com relação ao MAI eram sobre como as variáveis do modelo poderiam identificar o engajamento do utilizador. Nesse aspecto é importante ressaltar que conceito de engajamento adotado no MAI baseia-se naquele utilizado pelo *marketing* digital, considerando como engajamento a reação positiva ou negativa do utilizador perante um conteúdo postado (BRODIE *et al.*, 2011; BERGER e LABRECQUE, 2013; CHEUNG *et al.*, 2011).

Por fim, na Rodada 3 do Delphi, houve uma concordância de 93,33% dos especialistas sobre o MAI como um instrumento válido de pesquisa.

6. Considerações finais

6.1. Principais conclusões

Após ser validado por meio do processo Delphi, com uma aprovação superior a 93%, o Modelo de Análise Infocomunicacional (MAI) se estabelece como uma ferramenta viável para a análise de postagens relacionadas ao tema ESG em redes sociais digitais. Embora tenha sido desenvolvido para analisar postagens sobre ESG, considera-se que o MAI pode ser aplicado a outras temáticas, desde que a subcategoria Pilares do ESG seja substituída. A altura da pesquisa não havia sido identificado nenhum *software* capaz de analisar postagens sobre ESG em redes sociais digitais com a riqueza de detalhes e compreensão de variáveis de engajamento como as existentes no MAI.

6.2. Contributos teóricos

Os resultados da aplicação do MAI permitem compreender o comportamento dos usuários diante de uma marca nas redes sociais digitais, com eficácia na qualificação do engajamento dos usuários por meio da análise de comentários e curtidas, contribuindo para a reputação positiva de uma marca.

6.3. Contributos gerenciais

No âmbito gerencial, o MAI pode ser utilizado para analisar postagens sobre diferentes temas e orientar estratégias de *marketing* digital. Ele oferece *insights* valiosos para empresas interessadas em avaliar seu desempenho em relação ao ESG e melhorar sua reputação *online*. E isso permite desde criação de campanhas e estratégias mais assertivas até a correção de campanhas publicitárias e ações em plataformas digitais em curso, contribuindo para maiores resultados de relação custo-benefício ou ROI (*Return Over Investments*).

6.4. Limitações e pesquisas futuras

É importante ressaltar que o MAI possui algumas limitações, como sua aplicação restrita a uma única plataforma de mídia social e a necessidade de complementar sua análise com outras métricas para obter uma compreensão abrangente da reputação de uma marca. Para investigações futuras, é sugerido que o MAI evolua para além do contexto atual de redes sociais digitais, adaptando-se às mudanças nas plataformas e nas práticas de comunicação digital.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA ENVOLVER

2022 *Aumenta em 46% o número de empresas brasileiras que divulgam dados ambientais.* [S. l.]: Agência Envolver Jornalismo, 2022.

APARÍCIO, G. [et al.]

2017 An Exploratory study of firm goals in the context of family firms: An institutional logics perspective. *Journal of Family Business Strategy*. [Em linha]. 8:3 (2017) 157-169. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2017.08.002>.

ARAGÃO, F. B. P. [et al.]

2016 Curtiu, comentou, comprou: A mídia social digital Instagram e o consumo. *Revista Ciências Administrativas*. [Em linha]. 22:1 (2016) 130-161. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/2318-0722.2016.v22n1p130>.

ARNABOLDI, M.; COGET, J.-F.

2016 Social media and business: We've been asking the wrong question. *Organizational Dynamics*. [Em linha]. 45:1 (2016) 47-54. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.orgdyn.2015.12.006>.

ASRUL, A.; ALFANDY, M.

2022 Utilization Instagram as a Communication Marketing Media. *International Journal of Research and Applied Technology*. [Em linha]. 2:2 (2022) 1-5.

ATKINSON, A. M.; SUMNALL, H.; MEADOWS, B.

2021 'We're in this together': A content analysis of marketing by alcohol brands on Facebook and Instagram during the first UK Lockdown, 2020. *International Journal of Drug Policy*. [Em linha]. 98 (2021) 103376. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2021.103376>.

BARGER, V. A.; LABRECQUE, L.

2013 An Integrated marketing communications perspective on social media metrics. *International Journal of Integrated Marketing Communications*. (Spring 2013).

BERGAMO, F. V. de M.; TEIXEIRA, F. L. C.; SILVA, M. de A. M.-A. da

2017 Cibercultura e inovação: reflexões sobre o ambiente inovativo das organizações na era da informação e seus cenários futuros. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação*. 4:2 (2017) 64-82.

BERLIM, L. G. [et al.]

2018 *Ética, responsabilidade social e sustentabilidade nos negócios*. [S. l.]: Saraiva Educação SA, 2018.

BERTÃO, N.

2022 Número de empresas que divulgam dados ambientais cresce 46% no último ano. *Valor* (22 jul. 2022).

BRODIE, R. J. [et al.]

2011 Customer engagement: Conceptual domain, fundamental propositions, and implications for research. *Journal of Service Research*. [Em linha]. 14:3 (2011) 252-271. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1094670511411703>.

BRUCE, P.; SHELLEY, R.

2010 Assessing stakeholder engagement. *Communication Journal of New Zealand*. 11:2 (2010) 30-48.

BURKE, J. J.

2021 Do boards take environmental, social, and governance issues seriously?: Evidence from Media Coverage and CEO Dismissals. *Journal of Business Ethics*. [Em linha]. (2021) 1-25. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-020-04715-x>.

CASTELLS, M.

2007 Communication, power and counter-power in the network society. *International Journal of Communication*. 1:1 (2007) 238-266.

CHEUNG, C.; LEE, M.; JIN, X.

2011 Customer engagement in an online social platform: A conceptual model and scale development. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS, 32nd, Shanghai, 2011.

DAWSON, V. R.; BRUNNER, E.

2020 Corporate social responsibility on wild public networks: Communicating to disparate and multivocal stakeholders. *Management Communication Quarterly*. [Em linha]. 34:1 (2020) 58-84. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0893318919884920>.

DELTCI

2007 *DeltCI: Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação* (DeltCI). Ed. Universidade Federal do Espírito Santo, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

EBRAHIM, R. S.

2020 The Role of trust in understanding the impact of social media marketing on brand equity and brand loyalty. *Journal of Relationship Marketing*. [Em linha]. 19:4 (2020) 287-308. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15332667.2019.1705742>.

EKMAN, P. E.; DAVIDSON, R. J.

1994 *The Nature of emotion: Fundamental questions*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

FERRARA, L. D.

2009 *A Visualidade como Paradigma da Comunicação enquanto Ciência Moderna e Pós-Moderna*. 2009. Trabalho apresentado no XVIII Compós.

FRIEDE, G. [et al.]

2015 ESG and financial performance: aggregated evidence from more than 2000 empirical studies. *Journal of Sustainable Finance & Investment*. [Em linha]. 5:4 (2015) 210-233. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/20430795.2015.1118917>.

GOUVEIA, L. B.; SILVA, A. M. da

2020 A Infocomunicação ou a convergência das Ciências da Informação e da Comunicação para um objeto comum. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, nº especial (2020) 15-33. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag2020a2>.

HAIGH, M. M.; BRUBAKER, P.; WHITESIDE, E.

2013 Facebook: examining the information presented and its impact on stakeholders. *Corporate Communications: An International Journal*. [Em linha]. 18:1 (2013) 52-69. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/13563281311294128>.

HERAS-SAIZARBITORIA, I. [et al.]

2022 Organizations' engagement with sustainable development goals: From cherry-picking to SDG-washing? *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. [Em linha]. 29:2 (2022) 316-328. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/csr.2202>.

HUANG, D. Z. X.

2021 Environmental, social and governance (ESG) activity and firm performance: A review and consolidation. *Accounting & Finance*. [Em linha]. 61:1 (2021) 335-360. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/acfi.12569>.

JHA, A. K.; VERMA, N. K.

2022 Social media sustainability communication: An analysis of firm behaviour and stakeholder responses. *Information Systems Frontiers*. [Em linha]. 25 (2022) 723-742. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10796-022-10257-6>.

JIMÉNEZ-CASTILLO, D.; SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, R.

2019 The Role of digital influencers in brand recommendation: Examining their impact on engagement, expected value and purchase intention. *International Journal of Information Management*. [Em linha]. 49 (2019) 366-376. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2019.07.000>.

KENT, M. L.; TAYLOR, M.

2016 From Homo Economicus to Homo dialogicus: Rethinking social media use in CSR communication. *Public Relations Review*. [Em linha]. 42:1 (2016) 60-67. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2015.11.003>.

KHURANA, P.; KNIGHT, T.

2021 Content analysis of athletic brand posts on Instagram. *Proceedings of the New York State Communication Association*. [Em linha]. 1 (2021). Disponível em: <http://doi.org/10.3390/ijerph19116845>.

KIETZMANN, J. H., HERMKENS, K., MCCARTHY, I. P., & SILVESTRE, B. S.

2011 Social media? Get serious! Understanding the functional building blocks of social media. *Business Horizons*. [Em linha]. 54:3 (2011) 241-251. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2011.01.005>.

KLOTZLE, M. C.; COSTA, L. A.

2006 Governança corporativa e desempenho dos bancos no Brasil. *Gestão.org*. [Em linha]. 4:4 (2006) 247-262. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaoorg/article/view/21518>.

KOZINETS, R.

2019 *Netnography: The essential guide to qualitative social media research*. [S. l.]: Sage Publications, 2019.

LARCKER, D. F.; TAYAN, B.; WATTS, E. M.

2022 Seven myths of ESG. *European Financial Management*. [Em linha]. 28:4 (2022) 869-882. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/eufm.12378>.

LINSTONE, H. A.; TUROFF, M., ed.

1975 *The Delphi method*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1975.

LISBOA, V.

2023 *Clima já mudou, e adaptação é urgente, afirmam especialistas*. Agência Brasil, 2023.

MUKONZA, C.; SWARTS, I.

2019 Examining the role of green transformational leadership on promoting green organizational behavior. In *Contemporary multicultural orientations and practices for global leadership*. [Em linha]. Hersley: IGI Global, 2019, p. 200-224. Disponível em: <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-6286-3.ch011>.

NAKAGAWA, M. H.; MORAES, T. H. N. de

2023 Uma Experiência de aprendizagem transformadora no ensino de sustentabilidade na graduação. *Revista Brasileira de Casos de Ensino Em Administração*. [Em linha]. 13:2 (2023). Disponível em: <https://doi.org/10.12660/gvcasosv13n2a1>.

NDOU, V. [et al.]

2018 Understanding intellectual capital disclosure in online media Big Data: An exploratory case study in a university. *Meditari Accountancy Research*. [Em linha]. 26:3 (2018) 499-530. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/MEDAR-03-2018-0302>.

NEU, D. [et al.]

2020 Speaking truth to power: Twitter reactions to the Panama Papers. *Journal of Business Ethics*. [Em linha]. 162 (2020) 473-485. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-018-3997-9>.

OHANIAN, R.

1990 Construction and validation of a scale to measure celebrity endorsers' perceived expertise, trustworthiness, and attractiveness. *Journal of Advertising*. [Em linha]. 19:3 (1990) 39-52. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00913367.1990.10673191>.

ONU

2023 *Relatório da ONU revela aumento alarmante nos efeitos da mudança climática*. [S. l.]: Organização das Nações Unidas, 2023.

PINTO, M. S.

2022 *O Impacto dos apelos emocionais e racionais nas marcas fitness publicado por instagrammers*. Porto, 2022.

Dissertação de mestrado em *Marketing* – Universidade do Porto, Faculdade de Economia.

SERAFEIM, G.

2020 Social-impact efforts that create real value. *Harvard Business Review*. 98:5 (2020) 38-48.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F.

2011 *Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação*. Recife: Nectar, 2011.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F.

2002 *Das “ciências” documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002

SILVA, A. M. da [et al.]

1998 *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SOARES, F. R.; MONTEIRO, P. R. R.

2015 Marketing digital e marketing de relacionamento: interação e engajamento como determinantes do crescimento de páginas do Facebook. *NAVUS: Revista de Gestão e Tecnologia*. 5:3 (2015) 42-59.

SOLER-DOMÍNGUEZ, A. [et al.]

2021 Looking for sustainable development: Socially responsible mutual funds and the low-carbon economy. *Business Strategy and the Environment*. [Em linha]. 30:4 (2021) 1.751-1.766. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/bse.2713>.

SONG, C.; LEE, J.

2016 Citizens' use of social media in government, perceived transparency, and trust in government. *Public Performance & Management Review*. [Em linha]. 39:2 (2016) 430-453. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15309576.2015.1108798>.

SORAKHAIBAM, R., LOITONGBAM, S.; SINGH, S. S.

2021 Impact of social media influencer on Instagram user purchase intention: the food industry. *Vidyabharati International Interdisciplinary Research Journal*. Special (2021).

TORRES, P.; AUGUSTO, M.; MATOS, M.

2019 Antecedents and outcomes of digital influencer endorsement: An exploratory study. *Psychology & Marketing*. [Em linha]. 36:12 (2019) 1.267-1.276. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/mar.21274>.

UNITED NATIONS

1987 *Report of the World Commission on Environment and Development: Our common future*. [S. l.]: United Nations, 1987.

VUONG, N. B.; SUZUKI, Y.; TO, A. T.

2021 The Local impact on the concurrent sentiment- return nexus: Asian versus European markets. *Emerging Science Journal*. [Em linha]. 5:6 (2021) 894-905. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.28991/esj-2021-01318>.

WHELAN, G.; MOON, J.; GRANT, B.

2013 Corporations and citizenship arenas in the age of social media. *Journal of Business Ethics*. [Em linha]. 118 (2013) 777-790. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1960-3>.

WHITE, K.; HABIB, R.; HARDISTY, D. J.

2019 How to SHIFT consumer behaviors to be more sustainable: A literature review and guiding framework. *Journal of Marketing*. [Em linha]. 83:3 (2019) 22-49. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022242919825649>.

ZUMENTE, I.; BISTROVA, J.

2021 ESG importance for long-term shareholder value creation: Literature vs. practice. *Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity*. [Em linha]. 7:2 (2021) 127. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/joitmc7020127>.

Loredana Kotinski | loredanakotinski@gmail.com

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Resumo: O Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), instituto de utilidade pública, desenvolve, continuamente, há mais de sete décadas, um extenso plano de atividades de investigação e promoção científica, além de apoio técnico especializado no domínio da engenharia em Portugal. O presente estudo tem como objetivo principal o de identificar e caracterizar, numa perspetiva sistémica e integradora da informação, as estruturas orgânicas e funcionais que constituem o objeto em análise. Efetuado o levantamento diacrónico da estrutura orgânico-funcional, e assinaladas as relações entre as unidades e as funções nela desempenhadas, partindo da elaboração de organogramas, pretende-se descrever a entidade e os seus contextos de produção, conferindo-lhe inteligibilidade necessária para a construção de uma futura proposta de classificação, fundamentada, que organize e represente intelectualmente a informação.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Estrutura orgânico-funcional; Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Abstract: The Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), institute of public utility, has been continuously developing an extensive plan of research and scientific dissemination activities, as well as specialized technical support, in the field of engineering in Portugal for over seven decades. The main objective of this study is to identify and characterize, from a systemic and integrated information perspective, the organic and functional structures that form its object of analysis. Once the organic-functional structure has been studied and the relationships between the units and the functions they performed have been identified, based on the organizational charts elaborated, the aim is to describe the entity and its production contexts, providing it the necessary intelligibility for the construction of a future, reasoned classification proposal that intellectually organizes and represents the information.

Keywords: Information Science; Functional-organic structure; Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

1. Introdução

O Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), na qualidade de Laboratório do Estado, constitui-se como um organismo público reconhecido de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira que empreende atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico no domínio da Engenharia civil em Portugal, sob a tutela do Ministério das Infraestruturas e da Habitação. O serviço público que exerce ininterruptamente há mais de 70 anos resulta de uma investigação programada e do conhecimento técnico especializado no campo da Engenharia, tendo em vista o desempenho da sua missão, e com base nas atribuições definidas na sua lei orgânica, em vigor através do Decreto-Lei n.º 157/2012, de 18 de julho. Assim, além da vertente de apoio técnico nas fases de conceção e execução de obras públicas e privadas, que visa, entre outros

aspectos, assegurar a qualidade e segurança das infraestruturas, o LNEC desempenha ainda atividades de gestão e promoção de ciência definidas em programas estratégicos plurianuais, em forma de projetos de investigação e inovação, que contribuem para a produção de conhecimento de referência e de valor acrescentado para a sociedade, integrando o Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN). Assumem-se igualmente prioritárias na sua estratégia de atuação, as atividades de cooperação interdisciplinar apoiadas em redes de parceria com entidades congêneres, nacionais e estrangeiras, e também com o ensino universitário, com quem estabelece ativamente protocolos de investigação.

Apresentado o objeto de análise, o presente estudo definiu como objetivo principal a identificação e caracterização da estrutura orgânico-funcional da instituição, entendendo que, a partir de uma perspetiva sistémica e integradora da informação, seja possível antever uma classificação observadora dos fatores essenciais definidos por Ribeiro (1998:121) – o fator da organicidade e o da funcionalidade. Com vista ao seu cumprimento, os objetivos específicos enquadram-se nas seguintes etapas: 1) levantamento da estrutura orgânico-funcional, evidenciando as relações entre as unidades e as funções nela desempenhadas; 2) caracterização da entidade e do contexto de produção da informação; e, por fim, 3) elaboração de organogramas, através dos quais se procura representar diacronicamente as competências e funções desempenhadas, isto é, os modos de colaboração entre as diferentes unidades orgânicas na cronologia analisada.

2. Metodologia

Tendo em vista os objetivos anteriormente enunciados, o estudo da formação e evolução das estruturas orgânicas e funcionais do LNEC apoia-se numa abordagem qualitativa assente no método da investigação documental e do estudo orgânico-funcional, seguindo uma abordagem sistémica, à luz da Teoria Geral dos Sistemas de Ludwig von Bertalanffy (1968).

Recorrendo aos princípios da hermenêutica para extrair e compreender os significados das fontes, o método da investigação documental orienta-se para uma pesquisa objetiva e sistemática, para a qual devem ser assegurados os critérios de autenticidade e fiabilidade (SILVA, 2021:105). O documento, enquanto fonte de informação primária, procura estabelecer-se como um dispositivo multidimensional e plurifacetado, suficientemente abrangente para o estudo de transformações sociais e organizacionais, atuando nas etapas da recolha dos dados, na verificação ou corroboração das fontes, e com capacidade de proporcionar novas questões de pesquisa (BOWEN, 2009:30-31).

No quadro de referência teórico e conceptual, o arquivo é entendido como um sistema de informação que privilegia uma abordagem holística, global e integral dos fenómenos, numa articulação das partes em relação ao todo, e orientado para uma finalidade específica (BERTALANFFY, 1968:36-38; CHIAVENATO, 2003:474). Uma vez que o sistema se apresenta como um organismo social e estabelece uma relação de interdependência com o seu ambiente externo, ao qual influi e por ele é influenciado, assume-se ainda que este é de natureza aberta (BERTALANFFY, 1968:123). Seguindo o método do estudo orgânico-funcional podemos “por um lado, proceder à contextualização do desenvolvimento da instituição e, por outro, à validação (ou não) da postulação teórica e prática que se propõe

adotar” (SILVA *et al.*, 2019:343), permitindo salvaguardar a autenticidade e o contexto de produção dos documentos (MEEHAN, 2014:76), na forma de plano de classificação a aplicar ao fundo em questão, nele residindo o resultado representativo da informação institucional (TOGNOLI e RODRIGUES, 2018:48).

Assim, no escopo de uma reconstrução da evolução orgânico-funcional, que permite a identificação das relações entre as unidades orgânicas, premissa que reside na gênese de um estudo desta natureza, avançou-se com um esboço do contexto histórico em que ocorreu a formação do sistema de informação. Com o objetivo de identificar os órgãos e suas competências, de forma a compreender os fluxos informacionais (SILVA *et al.*, 2019), procedeu-se à análise do corpo legislativo que enquadra as atividades da instituição ao longo da cronologia, sendo estes documentos normativos os que sustentam a caracterização da estrutura orgânico-funcional do LNEC.

À semelhança dos estudos desta natureza, procedeu-se à delimitação de períodos temporais significativos da metamorfose orgânico-funcional que marca a instituição desde a sua fundação, tendo em vista uma análise mais clara e detalhada. Com base no *corpus* legislativo, determinaram-se, assim, os seguintes períodos: 1946-1973, 1974-1999, 2000-2013, os quais acompanham os desenvolvimentos da sua estrutura interna e aqueles que, originados do contexto nacional, tiveram ascendência sobre si.

3. O Laboratório Nacional de Engenharia Civil: contributos históricos e orgânica institucional

3.1. Contexto histórico

O quadro de afirmação da Engenharia e da sua classe profissional no tecido produtivo, social e económico nacional, desenvolveu-se sob a influência das circunstâncias políticas que marcaram as primeiras décadas do século XX português. O percurso que aqui se pretende traçar, apesar de anteceder a formação do LNEC, como o primeiro organismo público especializado na área, ajuda a compreender o contexto e os objetivos que levaram à sua fundação, em 1946.

O período que antecedeu a institucionalização do Estado Novo (1933), inaugurado pelas ambições da 1ª República (1910-1926) e cedo escamoteado pelo golpe da Ditadura Militar (1926-1933), ficou marcado por uma diminuta expressividade quanto aos intentos de industrialização do país. Entre a participação na I Guerra Mundial (1914-1918), cujos efeitos detonadores comprometeram o esforço do equilíbrio orçamental financeiro, exacerbando o final da primeira experiência republicana e a falência da realidade capitalista nos anos 20, que anuncia a primeira grande crise à escala global, Portugal vê-se imbuído num cenário de instabilidade que comprometeu a execução de uma agenda de modernização industrial.

Apesar do aparente contraditório, o país contava com um corpo de engenheiros cada vez mais especializado e consciente da sua identidade profissional, ainda que a sua formação se efetuasse, sobretudo, no estrangeiro. A fundação do Instituto Superior Técnico (1911) concorreu, neste sentido, para consolidar, no domínio da técnica e da investigação, a formação da Engenharia em Portugal, autonomizando a Engenharia civil da Engenharia

militar, como há muito vinha a ser ambicionado (MATOS e DIOGO, 2002:35). O reconhecimento da organização profissional dos engenheiros completou-se com a criação da Ordem dos Engenheiros (1936), que colhe na sua génese um conjunto de organismos que pretendiam a profissionalização da classe, desde o Corpo de Engenharia Civil e Auxiliares (1864) à Associação dos Engenheiros Cíveis Portugueses (1869).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) representou para o Estado Novo um momento de rutura e transição do projeto que António de Oliveira Salazar definira para o país. O modelo económico corporativista que até então apostava numa política de intervencionismo direto do Estado na indústria, salvaguardando como prioritários os setores agrícola e comercial, parecia ceder num quadro de tensão internacional que vinha, gradualmente, a comprometer as linhas de apoio internas. A relativa capacidade do regime português em resistir a esta conjuntura no decorrer do conflito, no qual manteve a sua neutralidade, apesar de esta se definir por uma implícita cumplicidade com a Alemanha nazi, abriu espaço à redefinição da política económica. Deste modo, o período do pós-guerra ficou marcado pelo arranque de um processo de industrialização sem precedentes, definindo como prioridade o desenvolvimento do aparelho produtivo do Estado, focado no alargamento do mercado interno, através do financiamento de indústrias-base, e pela aposta na construção de obras públicas, que viriam, mais tarde, a ser incorporados na estratégia de fomento económico – além disso, os sucessivos investimentos plurianuais do Estado Novo beneficiaram, neste período, das verbas provenientes do Plano Marshall. Por conseguinte, o conhecimento e a técnica da Engenharia civil adquiriram um impulso e valorização renovados, passando os engenheiros civis a firmarem-se como ativos imprescindíveis para a prossecução da política económica nacional.

Em Decreto-Lei n.º 35.957, de 19 de novembro, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações expõe a urgência em obter mão-de-obra especializada e materiais de construção de qualidade, de forma a dar resposta à intensificação do volume de trabalhos de engenharia após a Segunda Guerra Mundial. Deste diploma vai resultar a criação do Laboratório de Engenharia Civil (LEC), cujo organismo passa a integrar a unidade de investigação universitária do Centro de Estudos de Engenharia Civil, a operar no Instituto Superior Técnico, sob a direção do Engenheiro Manuel Rocha (1913-1981), e o Laboratório de Estudo e Ensaio de Materiais. Com a aprovação e publicação da primeira lei orgânica, em 1947, consolidava-se a fundação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil como o primeiro organismo oficial vocacionado para a investigação, formação e transferência da técnica e do conhecimento desenvolvidos na área da Engenharia em Portugal.

3.2. A instituição: missão e atribuições

Legalmente reconhecido como um instituto público integrado na administração indireta do Estado, o LNEC rege-se, atualmente, pelos estatutos publicados em Decreto-Lei n.º 157/2012, de 18 de julho, e pela Portaria n.º 99/2013, de 6 de março, que concretizam e regulamentam o quadro de organização interna da instituição. Enquanto organismo dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, a sua missão passa por “empreender, coordenar e promover os trabalhos de investigação científica e o desenvolvimento tecnológico” no domínio da Engenharia civil. Dentro dos fins estratégicos enunciados, a atividade técnica e científica do LNEC concentra-se, sobretudo, nos “domínios da construção e obras públicas, da habitação e urbanismo, do ambiente, da gestão dos riscos, da indústria dos materiais, componentes e outros produtos para a

construção e em áreas afins”, certificando o património em matéria de qualidade, segurança, proteção e reabilitação.

As atribuições do LNEC, que permitem o adequado desempenho da sua missão, dividem-se numa vertente empírica, dirigida à investigação dos materiais e técnicas de construção, promovendo o conhecimento e sua divulgação, e numa componente de assessoria e apoio técnico prestado a organismos públicos ou privados, na prossecução das suas políticas e empreendimentos, em forma de ensaios, homologações, pareceres ou consultas, concorrendo a favor da modernização e inovação tecnológicas do seu setor. Neste aspeto, importa ainda referir que o LNEC participa, desde a sua origem, como instituição reguladora no âmbito da normalização e regulamentação técnicas. Enquanto detentor do papel de Organismo de Normalização Sectorial (ONS), reconhecido pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ), tem participado ativamente em comissões promovidas pelo CEN (European Committee for Standardization) e pela ISO (International Standard Organization), com relevantes contributos normativos.

4. Estudo orgânico-funcional

A abrangência disciplinar e o domínio de intervenção técnica, pelos quais o LNEC vem procurando materializar a sua missão institucional, ao longo das últimas sete décadas, concorrem para naturais modificações do seu quadro orgânico e relações funcionais, donde resulta uma gradual complexidade da sua estrutura organizativa. Nesse sentido, a partir da análise dos documentos normativos que dão forma ao corpo estatutário do LNEC, desde a sua fundação, pretende-se entender os desenvolvimentos e alterações orgânicas e funcionais, ficando as estruturas sistematizadas diacronicamente nos organogramas que os acompanham.

4.1. Período 1946-1973

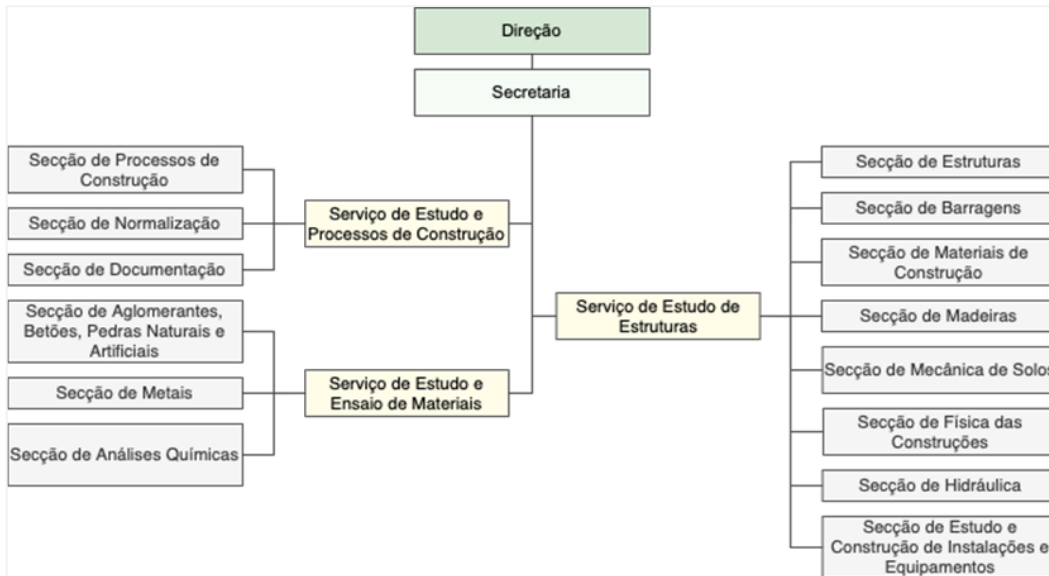
Em 1946, pelo Decreto-Lei n.º 35.957, de 19 de novembro, o qual consubstancia a fundação do Laboratório de Engenharia Civil, definem-se, ainda que em traços gerais, aspetos relativos às novas instalações e à composição orgânica dos seus serviços, com efeitos imediatos no ano seguinte. Neste documento ficava regulamentada uma estrutura embrionária, que contava com o cargo de diretor e os serviços pelos quais este ficaria diretamente responsável: “Serviço de Estudo de Processos de Construção”, “Serviço de Estudo de Estruturas” e “Serviço de Estudo e Ensaio de Materiais” (art. 1.º).

Até à aprovação do novo quadro de pessoal, publicado um ano depois, ficariam transitoriamente a exercer funções os funcionários do extinto Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais e outros contratados pelas verbas consignadas (art. 7.º). Igualmente provisórias eram as instalações que o LNEC passaria a ocupar, ao longo dos primeiros quatro anos da sua existência – entre o pavilhão pré-fabricado adjacente ao Instituto Superior Técnico e ao Largo do Terreiro do Trigo – até à instalação definitiva, em 1952, no novo edifício, projeto de arquitetura de Porfírio Pardal Monteiro, nos terrenos da Avenida do Brasil, em Lisboa.

A primeira lei orgânica do LNEC viria, em 1947, a ser aprovada e publicada pelo Decreto-Lei n.º 36.652, de 6 de dezembro, em que ficou definido o quadro de pessoal, vencimentos,

e os mecanismos de recrutamento, além de pequenos ajustes feitos ao primeiro diploma relativamente aos cargos de direção. Assim, além do diretor, regulamentava-se o lugar de secretário e as chefias dos três serviços de estudos, integrados por “engenheiros de reconhecida competência” nomeados pela tutela ministerial.

Fig. 1 – Organograma do LNEC (1947)



Fonte: Elaboração própria.

Face ao contexto económico emergente do pós-guerra, o incremento das atividades de construção civil em Portugal e nos territórios ultramarinos possibilitaram ao Laboratório um crescimento significativo, tendo em conta os contributos prestados ao Estado em matéria de construção, bem como nas atividades de cooperação com variadas organizações científicas, nacionais e internacionais. Neste contexto, em 1951, foi-lhe concedida uma licença de publicação e impressão dos resultados dos seus trabalhos, pelo Decreto-Lei n.º 38.501, de 10 de novembro, surgindo, deste modo, a publicação das primeiras especificações – Vocabulário de Estradas e Aeródromos (1952) –, e recomendações relativas aos materiais, técnicas de construção, nomenclatura e simbologia, num esforço de normalização que precede a publicação da primeira Norma Portuguesa (1954).

O balanço positivo que marcou os primeiros anos de funcionamento do LNEC fez com que este se tornasse num dos centros de investigação de excelência no domínio da Engenharia civil, captando importantes fontes de investimento. Com efeito, em 1959, no Decreto-Lei n.º 42.391, de 16 de julho, determinava-se a conceção de um novo centro de investigação científico integrado no LNEC, o Instituto Calouste Gulbenkian, financiado por doação da Fundação Calouste Gulbenkian. O saldo de receita positivo e a aposta na formação de alto nível, por via da investigação e da colaboração com outras entidades, concorreu para um aumento considerável do seu quadro de pessoal, que, em pouco mais de uma década, passou a contabilizar um quantitativo superior ao determinado pelos estatutos. Tendo em conta a esfera de atuação alargada e a significativa importância da atividade desenvolvida

pelo Laboratório, o mesmo veio, em 1952, nos termos do Decreto-Lei n.º 38.858, de 11 de agosto, a ser renomeado para “Laboratório Nacional de Engenharia Civil”.

A nova lei orgânica, publicada em julho de 1961, veio, assim, dar resposta a uma situação administrativa e financeiramente otimista que, não obstante, exigia modificações, de acordo com a evolução e necessidades da instituição. Assim, o LNEC passou a ser “um organismo com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, integrado no Ministério das Obras Públicas” (Decreto-Lei n.º 43.825, de 27 de julho, art. 1.º).

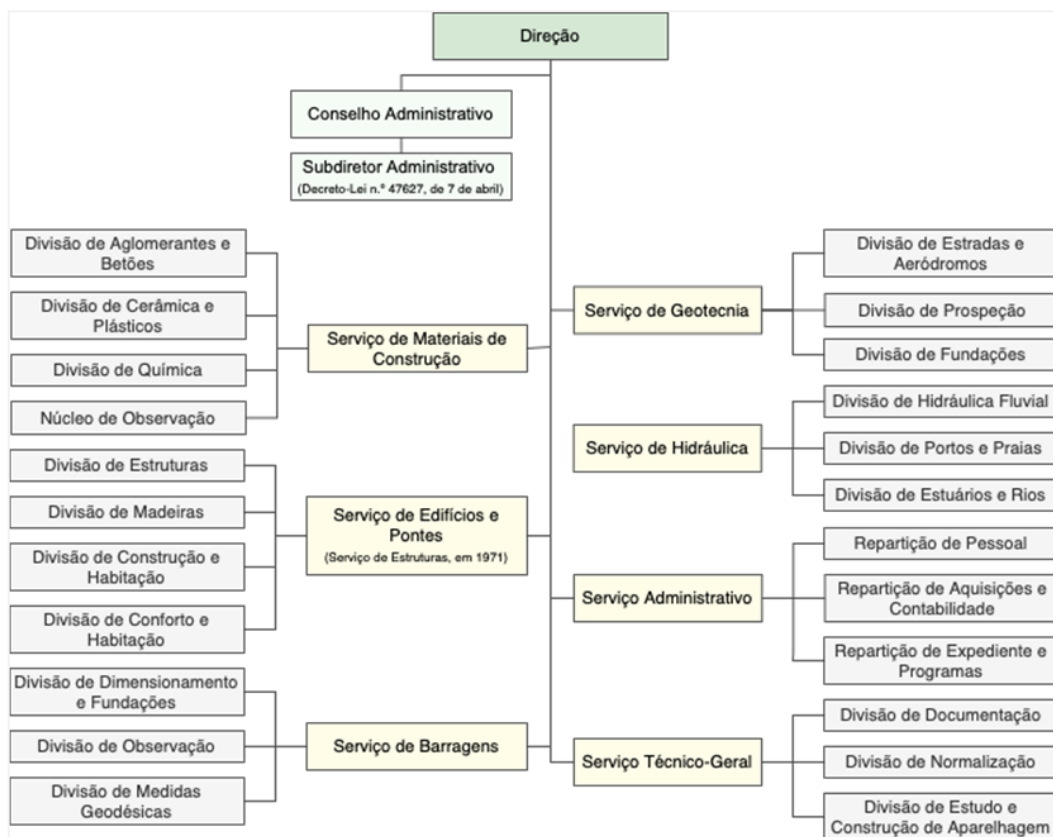
Este novo enquadramento legal veio a resultar numa complexificação da sua estrutura orgânico-funcional, do ponto de vista administrativo e técnico. Dentro da Direção, passaram a existir os cargos de Subdiretor, Subdiretor Administrativo (regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 47.627, de 7 de abril) e o Conselho Administrativo, assessorados pelo recém-criado Serviço Administrativo, com funções de gestão centralizada, que procurava, assim, dar resposta à personalidade jurídica e autonomias concedidas pelo executivo (art. 6.º). Na mesma medida, avançou-se com a reorganização dos seus serviços técnicos, os quais, tendo em vista uma maior especialização, desdobraram-se em: “Serviço de Materiais de Construção”, “Serviço de Edifícios e Pontes” (mais tarde designado “Serviço de Estruturas”, em Decreto-Lei n.º 55/71, de 26 de fevereiro), “Serviço de Barragens”, “Serviço de Geotecnia”, “Serviço de Hidráulica”, o “Serviço Administrativo” e o “Serviço Técnico-Geral”, sendo-lhes atribuídos Chefes de Serviço e Chefes de Divisão. Com esta ampliação, cada uma das unidades passou a integrar novas divisões, cuja natureza e número, seriam fixados mediante as necessidades de momento (art. 7.º) – em 1971, pela necessidade de se avançar com a construção de blocos de habitação no âmbito do Fundo de Fomento da Habitação, integrado no *III Plano de Fomento* (1967-1973), é criado o “Serviço de Edifícios” (Decreto-Lei n.º 55/71, de 26 de fevereiro).

O quadro de pessoal passou para cerca de 500 lugares, para os quais ficavam previstas novas condições de acesso, “com vista a uma cuidadosa preparação e selecção do pessoal” (Decreto-Lei n.º 43.825, de 27 de julho, ponto 3). Assim, os processos de atribuição ou admissão à carreira de investigação ficaram a depender de programas de estágios, complementados por provas documentais ou por apresentação de trabalhos finais de curso (art. 25.º). O investimento na formação científica e técnica dos seus quadros, bem como daqueles estranhos à instituição, era promovido através de cursos de especialização e de promoção profissional. Deste esforço inicial, que procurou atrair os indivíduos com as melhores qualificações do país, fixando-os ao serviço do LNEC, por via da formação de alto nível, resultaram os primeiros avanços para a criação de uma carreira de investigação, à data inexistente em Portugal.

Além do número de efetivos, o crescimento das receitas globais da instituição acompanhou o quadro de prosperidade financeira que marcou a década de 60, contribuindo para uma situação particularmente estável das suas contas internas. A par dos rendimentos que o LNEC conseguia captar dos serviços prestados a entidades públicas e privadas, e dos orçamentos anualmente consignados pelo Estado, este passaria a ficar abrangido pelo financiamento extraordinário, concedido pelos Planos de Fomento (art. 9.º), dos quais veio sempre a beneficiar. Por conseguinte, reconhecendo e valorizando as condições socioeconómicas dos seus trabalhadores e famílias, e para garantir o bem-estar social da instituição, foi, nos termos do art. 75.º da lei orgânica de 1961, aprovada a Portaria n.º 22.072, de 17 de junho, que regulamentou as “Obras Sociais e Culturais do Laboratório

Nacional de Engenharia Civil”. Percursora dos atuais sistemas de proteção e assistência social, o LNEC passou a apoiar os seus funcionários e agregados familiares na área da educação, com a construção de um infantário e de escola para ensino pré-primário no terreno das instalações e concessão de bolsas de estudo (art. 3.º); área da saúde, disponibilizando serviços médicos e de enfermagem, com apoio na comparticipação das despesas médicas (art. 4.º); área da alimentação, com o fornecimento de refeições na cantina (art. 5.º e 6.º); área da habitação, proporcionando alojamento acessível aos funcionários e respetivos agregados (art. 7.º); área mutualista, através da concessão de crédito e comparticipação em seguros individuais ou coletivos, nos casos de vida, invalidez ou morte (art. 8.º).

Fig. 2 – Organograma do LNEC (1961)



Fonte: Elaboração própria.

4.2. Período 1974-1999

A consolidação do regime democrático em abril de 1974 e as transformações políticas, económicas e sociais desencadeadas nesse processo, levaram a uma revisão da orgânica institucional do LNEC, na qualidade de organismo público, sob tutela do Governo e do Ministério da Habitação e Obras Públicas. A aprovação e publicação dos novos estatutos, em 1979, procuraram dar resposta a um novo contexto de intervenção do Laboratório no país e no mundo. Se, por um lado, as receitas provenientes dos serviços prestados a nível interno verificaram uma diminuição, nomeadamente, em virtude da independência dos

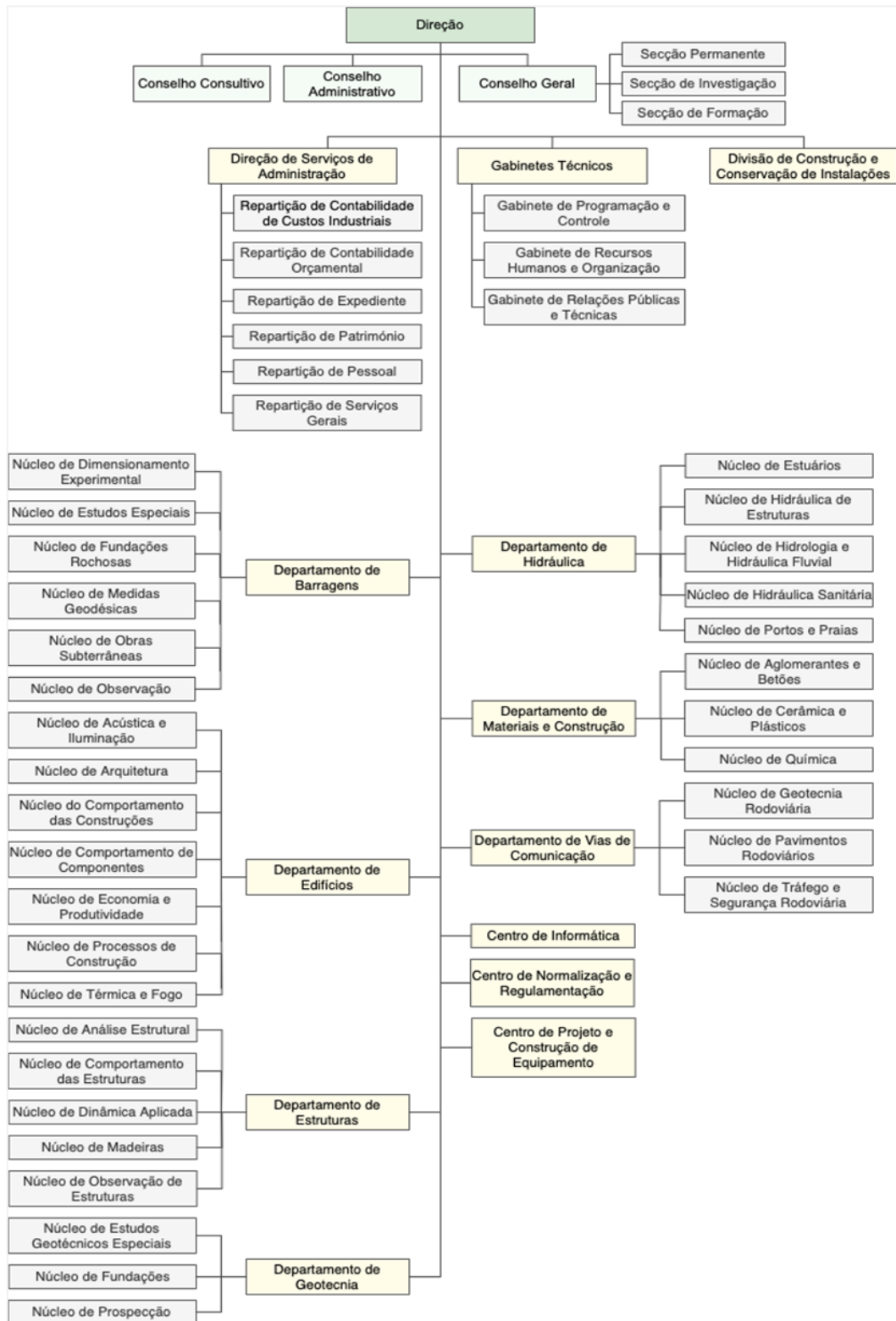
países colonizados, onde colaborara ativamente no domínio do projeto e construção de infraestruturas, por outro lado, incentivavam-se as atividades de investigação científica e a colaboração com entidades estrangeiras (PEDRO, 2006:83-84). Ainda que neste período a conjuntura se apresentasse financeiramente consistente, a estrutura organizacional da instituição permanecia centralizada na figura do diretor e, por conseguinte, desatualizada dos “progressos recentes das técnicas administrativas”, como consta no preâmbulo do citado diploma legal.

A lei orgânica plasmada em Decreto-Lei n.º 519-D1/79, de 29 de dezembro, procurou introduziu reformas estruturais ao nível da composição dos serviços, as quais, não obstante, resultaram de um natural processo de complexificação dos organismos e das suas relações funcionais. De forma a corresponder à expansão das atividades no domínio da investigação e das ações ligadas ao projeto e à construção, aos quadros de direção, onde se incluía um diretor e um subdiretor, acresce mais um subdiretor e novos órgãos consultivos, de natureza operativa, e com funções de apoio às atividades a realizar. Surgem, assim, o “Conselho Consultivo”, dedicado às “grandes linhas de investigação que devem orientar a ação do LNEC nos diversos domínios da sua atividade” (art. 7.º); o “Conselho Geral”, enquanto “órgão de consulta sobre as linhas gerais de planeamento e gestão”, dividido em três secções (art. 12.º); e o “Conselho Administrativo”, “responsável pela legalidade da gestão financeira do LNEC” (art. 26.º). A recém-criada “Direção de Serviços de Administração”, concentrava as repartições e secções de apoio “à gestão económica e financeira, dos bens patrimoniais e de pessoal e do movimento geral do expediente”, assim como os gabinetes técnicos e a “Divisão de Construção e Conservação de Instalações” (art. 84.º e 94.º).

A composição e organização dos serviços operativos, anteriormente designados de “serviços técnicos”, e dos seus núcleos, outrora denominados “secções”, permaneceram idênticos, apesar da introdução do novo “Departamento de Vias de Comunicação”, que procurou corresponder ao interesse do Governo em desenvolver investigação no domínio das infraestruturas de transportes. Além disso, as atividades de apoio técnico, concentradas no antigo “Serviço Técnico-Geral”, foram aumentadas e reorganizadas em quatro centros, visando o conhecimento especializado em áreas como a documentação ou informática.

De acordo com a vontade de alargar e preservar o seu quadro de pessoal, “para poder continuar a garantir a eficácia do Laboratório, a qual está condicionada pelo seu elevado grau de especialização” (Decreto-Lei n.º 519-D1/79, de 29 de dezembro, ponto 4), a nova lei orgânica deu um importante contributo na valorização dos seus investigadores, avançando com a estruturação da carreira de investigação. Regulada agora para as categorias de investigador, especialista e assistente de investigação, o acesso às mesmas dependia de concursos, estágios e provas (art. 118.º). Mais tarde, em 1981, pelo Decreto-Lei n.º 346/81, de 21 de dezembro, a carreira de investigação do LNEC é integrada nas carreiras de investigação gerais do Ministério da Educação e Ciência e das Universidades, criadas pelo Decreto-Lei 415/80, de 27 de setembro. Na mesma medida, a carreira de informática, onde se incluíam os analistas de sistemas e programadores do LNEC, regulada no art. 120.º da lei orgânica de 1979, foi integrada nas carreiras da administração pública, por força do Decreto-Lei 110-A/80, de 10 de maio.

Fig. 3 – Organograma do LNEC (1979)



Fonte: Elaboração própria.

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, inaugurou um período de crescimento económico que se traduziu numa política orçamental marcada por grandes investimentos públicos, contexto que em muito beneficiou o setor da Engenharia civil. Desde cedo integrado em redes internacionais de intercâmbio científico e tecnológico, o LNEC viu-se envolvido em novas oportunidades de cooperação com os Estados-membros, incrementando a sua participação em congressos ou em processos de harmonização jurídica no domínio da certificação de materiais e produtos de construção.

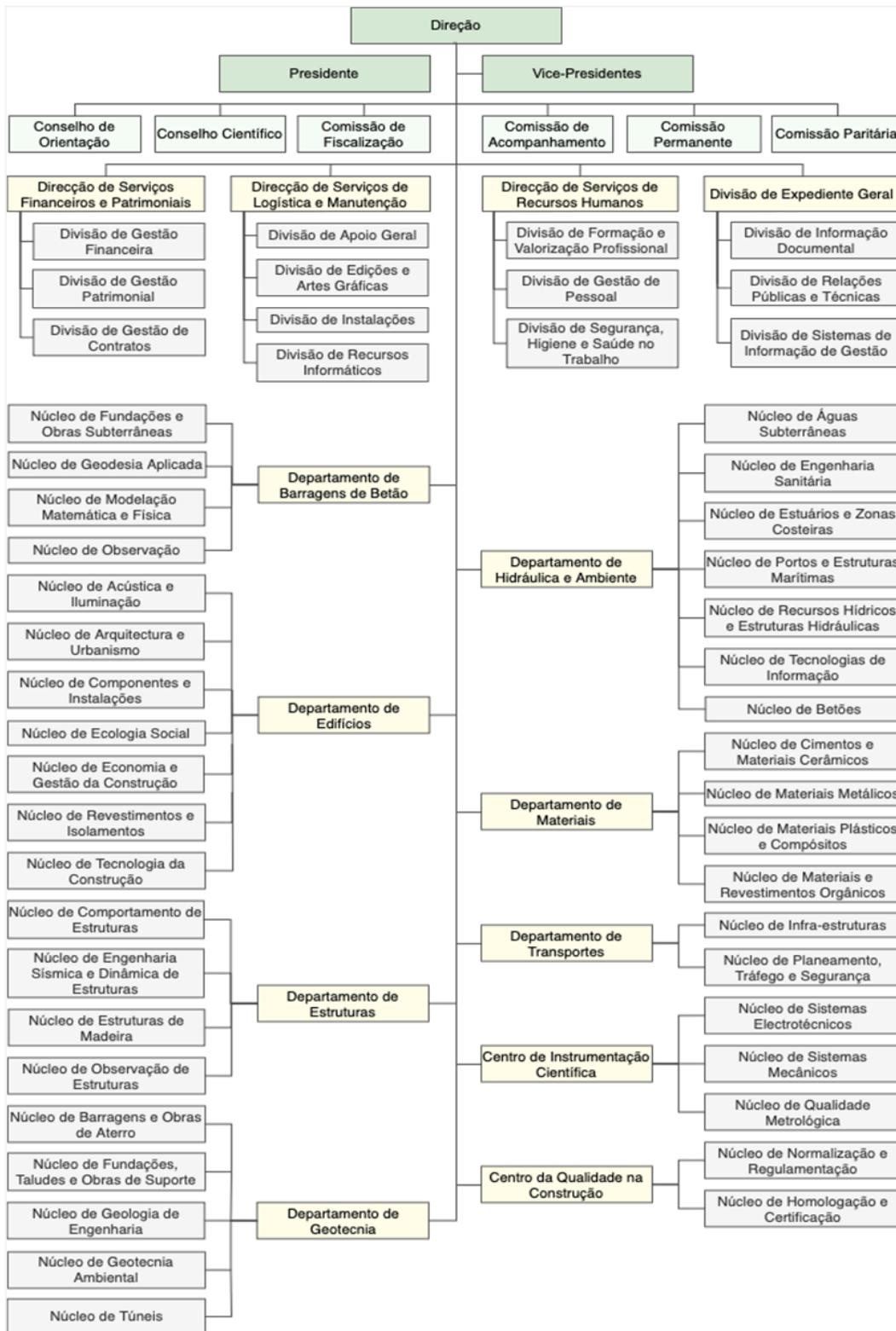
Neste contexto de expansão económica, o Governo português avançou com importantes reformas institucionais que pretendiam dar resposta às exigências de integração na Comunidade Europeia. No setor da investigação, e sob proposta do Ministério da Ciência e Tecnologia, avançou-se com um processo independente de avaliação dos organismos públicos, dedicados à investigação científica e tecnológica, que estabeleceu as bases do novo quadro normativo aplicável aos “Laboratórios do Estado” (Decreto-Lei n.º 125/99, de 20 de abril). Na qualidade de “pessoas colectivas públicas de natureza institucional”, dotados de autonomia administrativa e financeira, estes institutos eram mantidos “com o propósito explícito de prosseguir objectivos da política científica e tecnológica adoptada pelo Governo” (art. 3.º), atuando como órgãos consultivos em matéria de política científica e tecnológica. Deste novo enquadramento jurídico resultaram importantes contribuições para a investigação científica em Portugal, nomeadamente, através da promulgação do *Estatuto da Carreira de Investigação Científica* (Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril), e do estatuto do bolseiro (Decreto-Lei n.º 123/99, de 20 de abril).

As recomendações que resultaram da avaliação de um comité consultivo internacional ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em janeiro de 1997, apontavam para a rigidez da sua estrutura organizacional, de tendência hierarquizante, que inviabilizava o pleno desenvolvimento da instituição como um centro de excelência europeu na área da Engenharia civil (PEDRO, 2006:39). Assim, de acordo com estas linhas orientadoras e com o enquadramento legal que passava a abranger os Laboratórios de Estado, foi publicada a nova lei orgânica do LNEC, em 1999.

O Decreto-Lei n.º 422/99, de 21 de outubro, materializava uma estrutura organizativa de tipo matricial que, combinando as funções e divisões de tarefas, aplicava um tipo de gestão direcionado para projetos (TEIXEIRA, 1998:96-97). Ajustando-se às flutuações da procura e às exigências do meio em que se insere e tem por missão servir, previa-se a criação de estruturas orgânicas horizontais, também designadas por “estruturas de projetos especiais” (Decreto-Lei n.º 422/99, de 21 de outubro, cap. IV). Em caso de alteração ou renovação destes serviços, os mesmos não ficavam dependentes da promulgação legislativa em forma de decreto-lei, mas antes por via da aprovação de atos administrativos mais flexíveis, como portarias ou despachos.

A direção, adiante identificada como órgão máximo de gestão do LNEC, passava a contar com uma organização colegial, composta pelo novo cargo de “Presidente” e três vice-presidentes. Em conformidade com o quadro normativo dos Laboratórios do Estado, introduziram-se órgãos de apoio com carácter consultivo, o “Conselho de Orientação” e o “Conselho Científico”, em matéria de gestão e coordenação das atividades científicas e tecnológicas, assim como órgãos de fiscalização, avaliação e consulta de questões de natureza interna, em forma de comissões.

Fig. 4 – Organograma do LNEC (1999)



Fonte: Elaboração própria.

A estrutura organizativa, regulamentada e operacionalizada pela Portaria n.º 507/2002, de 30 de abril, definia a existência de serviços operativos idênticos aos organismos públicos congêneres, procurando acompanhar a evolução do meio científico e tecnológico. Desta nova alteração, surgem as “Unidades Departamentais” e os “Centros”, ramificados em “Núcleos”, dedicados à investigação em domínios específicos da Engenharia civil, como o “Departamento de Geotecnia” ou o “Centro de Instrumentação Científica”. Para o apoio técnico, foram introduzidas “Direções de Serviços” e “Divisões”, como a “Divisão de Informação Documental”.

A par da progressiva ampliação destas estruturas, avançou-se também com a adoção de novos mecanismos de gestão de recursos humanos, num momento marcado por sucessivas aposentações por parte da geração inicial de funcionários (PEDRO, 2006:90). Assim, de forma a corresponder às novas especificidades que se impunham no quadro de atividades do LNEC, foram aprovados o novo quadro de pessoal referente à carreira de investigação científica (Portaria n.º 506/2002, de 30 de abril), que contabilizava um total de 189 lugares de investigadores, e o quadro de pessoal não pertencente à carreira de investigação (Portaria n.º 522/2002, de 2 de maio), com 810 elementos.

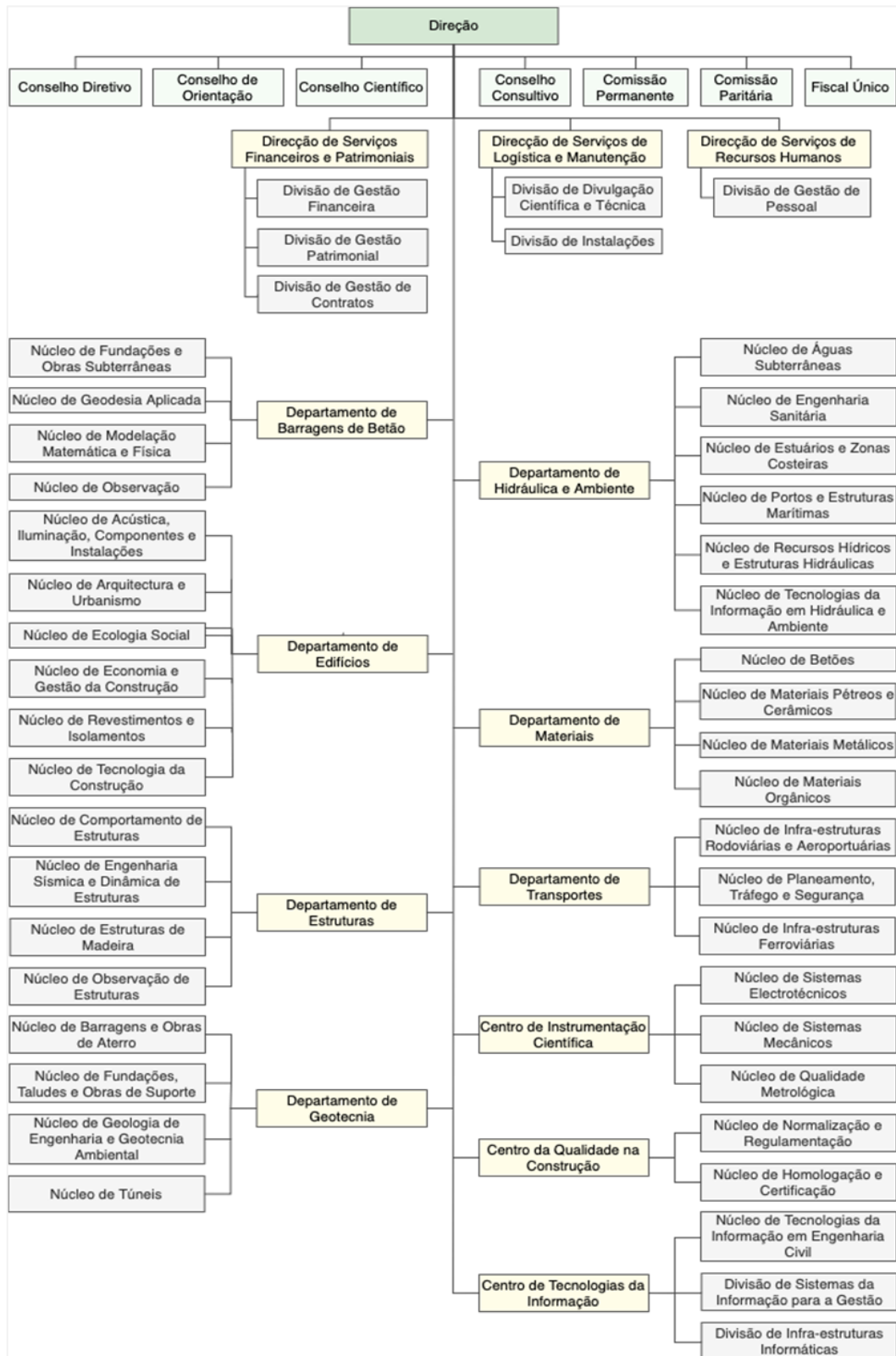
4.3. Período 2000-2013

Os novos modelos de gestão e organização da Administração Pública portuguesa, na sequência da modernização administrativa implementada desde os finais do século XX, apontavam para a descentralização das funções, visando uma ação mais coordenada e eficiente das instituições. Entre outros aspetos, o enquadramento e definição jurídicos dos órgãos ministeriais, bem como dos setores públicos a ele subordinados, vão sofrer modificações que motivaram a reestruturação das leis orgânicas.

No seguimento da aprovação da lei-quadro dos institutos públicos (Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro), e do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), iniciado em 2005 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de agosto), o LNEC passa a ter, em 2007, uma nova orgânica institucional representada no Decreto-Lei n.º 304/2007, de 24 de agosto. Reconhecido como “instituto público, integrado na administração indireta do Estado, considerado laboratório do Estado, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e património próprio” (art. 1.º), este diploma integra, pela primeira vez, uma declaração inequívoca da missão institucional, bem como da definição das suas atribuições (art. 3.º).

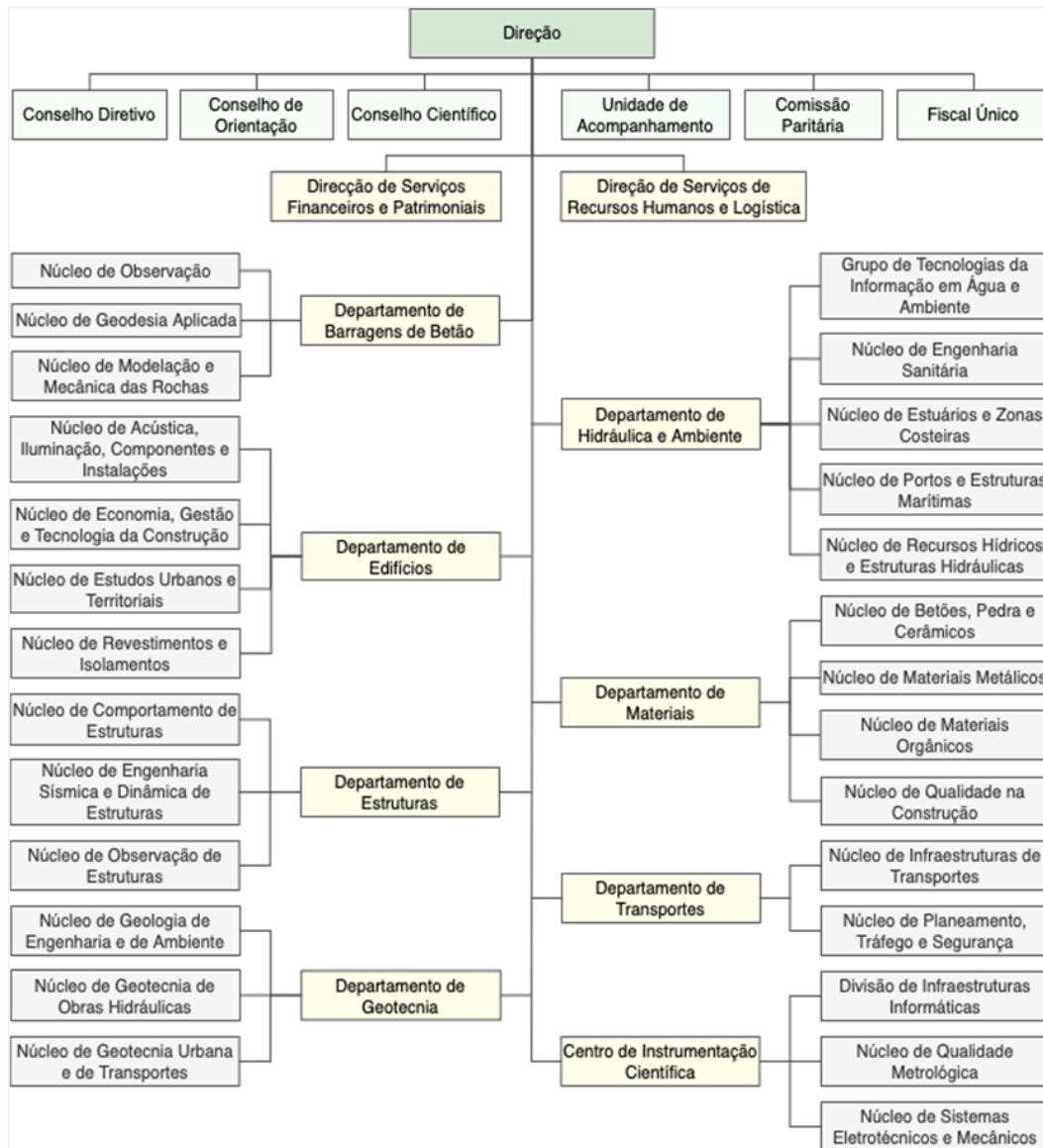
A estrutura orgânica regulamentada, mais tarde, pela Portaria n.º 979/2007, de 27 de agosto, vai integrar os requisitos impostos na citada lei-quadro dos institutos públicos, que definia a existência de novos órgãos diretivos a integrar no mapa, o “Conselho Diretivo” e o “Fiscal Único”, os quais foram acrescentados. No que concerne às unidades e serviços, não se registaram alterações de maior, à exceção da introdução do “Centro de Tecnologias da Informação”, composto pelo “Núcleo de Tecnologias da Informação em Engenharia Civil”, pela “Divisão de Sistemas da Informação para a Gestão” e pela “Divisão de Infraestruturas Informáticas” (art. 63.º), que representa uma aposta cada vez mais expressiva no âmbito dos sistemas e tecnologias de informação aplicados à Engenharia.

Fig. 5 – Organograma do LNEC (2007)



Fonte: Elaboração própria.

Fig. 6 – Organograma do LNEC (2012)



Fonte: Elaboração própria.

No quadro de consolidação orçamental e de redução da despesa pública que marcou os anos da recessão económica em Portugal, entre 2011 e 2014, as estruturas da administração central foram submetidas a um novo esforço de racionalização e simplificação.

O Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), aprovado pelo Governo em 2011, introduziu medidas com vista à reestruturação dos modelos de governação do Estado e, sobretudo, à redução dos órgãos de direção. Sem exceção, a organização interna do LNEC vê-se abrangida por uma nova reestruturação, consentânea com a transferência para o Ministério da Economia e do Emprego, efetuada pelo Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de dezembro, e com a atualização de redação do regulamento dos institutos públicos, dada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro.

O Decreto-Lei n.º 157/2012, de 18 de julho, e a Portaria n.º 99/2013, de 6 de março, dão redação à mais recente orgânica institucional do LNEC, investida no esforço de racionalização e otimização dos seus recursos. Ainda que, em traços gerais, a estrutura interna se mantenha inalterável, observa-se uma tendência para a concentração de funções, com a absorção de alguns serviços. Dentro dos quadros de direção, procede-se à introdução da “Unidade de Acompanhamento”, órgão composto por membros externos, responsável pelo acompanhamento e avaliação dos trabalhos junto do conselho diretivo (art. 9.º). Ao nível das unidades departamentais e dos centros de investigação, a sua natureza e número mantêm-se idênticos. Em contraponto, os serviços de apoio são reorganizados, ficando apenas regulamentadas a “Direção de Serviços Financeiros e Patrimoniais” e a “Direção de Serviços de Recursos Humanos e Logística”. Esta última passa a incorporar as atividades de divulgação científicas e técnicas, assim como da gestão da informação, anteriormente a cargo da extinta “Direção de Serviços de Logística e Manutenção” (art. 5.º).

O quadro de organização interna atualmente em vigor compreende uma estrutura flexível dos órgãos, contemplando a possibilidade de serem criadas, modificadas ou extintas unidades de investigação, núcleos e direções de serviço (art. 1.º), correspondendo à gestão orientada para projetos especiais, nomeadamente desenvolvidos entre departamentos.

5. Considerações finais

Profundamente inserido no país, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil assume, desde a sua fundação, um papel imprescindível no aprofundamento da técnica e do conhecimento científico da Engenharia em Portugal. Investido na formação e valorização da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico, as atividades que tem vindo, continuamente, a promover, reconhecem-no como um centro de excelência e de inovação científica, na sua diversidade disciplinar. Ainda que em linha com as prioridades de intervenção e investimento nacionais, a instituição procura projetar a sua estratégia de investigação no contexto global onde se insere e por ele é influenciado. Assim, além do intercâmbio com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e respetivos laboratórios, a atuação do LNEC orienta-se de acordo com as prioridades europeias, nomeadamente pelo Programa Horizonte Europa, e com as prioridades do contexto internacional, integrando Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 das Nações Unidas, na sua estratégia de ação plurianual (BARBOSA *et al.*, 2022).

O estudo dos documentos normativos que sustentam a atividade do LNEC e que determinam a sua estrutura orgânico-funcional ao longo das últimas sete décadas, permitiu identificar as competências respeitantes a cada um dos seus organismos, bem como as suas fases de maior expansão e contração. O percurso do LNEC, ainda que estritamente analisado pelas suas leis orgânicas, torna-se indissociável dos desenvolvimentos da história política e económica recente.

Foi da necessidade manifestada, em 1946, pelo Ministério das Obras Públicas, pela urgência de mão de obra especializada e de materiais de construção de qualidade, de forma a dar resposta aos primeiros intentos de industrialização do país, que o LNEC foi fundado. Sob a direção do Engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira, entre 1947 e 1954, e do Engenheiro Manuel Rocha, até 1974, a instituição assumiu, nestas primeiras décadas de atividade, um lugar de relevo no plano da técnica e da investigação no domínio da

Engenharia. Ao contrário do que então se poderia esperar, o final do Estado Novo e o caminho de democratização, iniciado em abril de 1974, representou para a instituição um período de renovada expansão e abertura a colaborações com o exterior, sobretudo na área da investigação, uma vez que o investimento público em construções se viu diminuído. As décadas seguintes ficariam marcadas pela entrada na União Europeia com novas oportunidades de financiamento, e pela adaptação aos novos modelos de gestão dos organismos públicos. O processo de avaliação independente do qual o LNEC foi objeto em 1997, e que veio determinar alterações aos seus estatutos, representou um momento de adaptação a uma estrutura normativa coerente com a personalidade jurídica de “Laboratório do Estado” que lhe era atribuída. A lei orgânica aprovada em 2012, que decorre do esforço de contenção orçamental e de otimização das funções em plena crise financeira, define uma estrutura organizativa dotada de flexibilidade, mas que já não parece adequar-se às exigências e ao contexto que atualmente se impõem. Com efeito, ainda que o sistema de informação em análise não apresente uma evolução temporal linear e em conformidade com as necessidades do momento presente, destaca-se a capacidade do LNEC no desempenho da sua missão e no cumprimento das competências que lhe estão atribuídas.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Ana Estela [et al.]

2022 E2I 21-27. Estratégia de Investigação e Inovação do LNEC para o período 2021-2027. [Em linha] Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2022. [Consult. 20 maio 2023]. Disponível em: [https://www.lnec.pt/fotos/editor2/lnec_geral/rel_e2i_2021-2027_final20221014 .pdf](https://www.lnec.pt/fotos/editor2/lnec_geral/rel_e2i_2021-2027_final20221014.pdf).

BERTALANFFY, Ludwig von

1968 *General System Theory: foundations, developments, dpplications*. New York: George Braziller, 1968.

BOWEN, Glenn A.

2009 Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*. [Em linha]. 9:2 (2009) 27-40. [Consult. 12 maio 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>.

CHIAVENATO, Idalberto

2003 *Introdução à Teoria Geral da Administração: Uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. 7^a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MATOS, Ana Cardoso de; DIOGO, Maria Paula

2002 A Afirmação da Engenharia em Portugal ao longo do século XIX. In *Engenho e obra: Uma abordagem à história da Engenharia em Portugal no século XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002, p. 25-29.

MEEHAN, Jennifer

2014 Arrangement and description: between theory and practice. In *Archives and Recordkeeping: Theory into practice*. Org. Caroline Brown. Londres: Facet Publishing, 2014, p. 63-99.

PEDRO, José Oliveira

2006 Contribuições do LNEC para as ciências e técnicas da engenharia civil. In *Laboratório Nacional de Engenharia Civil: 60 anos de atividade*. Lisboa: LNEC, 2006, p. 67-130.

RIBEIRO, Fernanda

1998 *O Acesso à informação nos arquivos. Parte 1*. [Em linha]. Porto, 1998. [Consult. 11 maio 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/7058>.
Tese de doutoramento em Arquivística – Universidade do Porto, Faculdade de Letras.

ROLLO, Maria Fernanda

2002 Engenharia e história: percursos cruzados. In *Engenho e obra. Uma abordagem à história da Engenharia em Portugal no século XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002, p. 30-55.

SILVA, Ana Margarida Dias da [et al.]

2019 A Classificação orgânico-funcional: saber arquivístico para a compreensão dos fluxos informacionais. In SEMINÁRIO DE SABERES ARQUIVÍSTICOS, 9º, Coimbra, 2019 - Atas. [Em linha]. João Pessoa: UEPB; Universidade de Coimbra, 2019. [Consult. 20 mai. 2023]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/88155>.

SILVA, Carlos Guardado da

2021 Investigação Documental. In *Manual de investigação qualitativa*. Coord. Sónia P. Gonçalves, Joaquim P. Gonçalves, Célio Gonçalo Marques. Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação, 2021, p. 103-121.

TEIXEIRA, Sebastião

1998 *Gestão das organizações*. Lisboa: McGraw-Hill, 1998.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; RODRIGUES, Ana Célia

2018 An Analysis of the theoretical and practical application of Diplomatics to archival description in Knowledge Organization. In INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 15th, Porto, 9-11 July 2018 - *Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age: proceedings*. (2018). Baden-Baden: Ergon Verlag, 2018, p. 43-52.

Legislação

2013 Portaria n.º 99/2013, de 6 de março. *Diário da República. Série I*. [Em linha]. 46 (6 mar. 2013) 1.272-1.273. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/99-2013-258746>.

2012 Decreto-Lei n.º 157/2012, de 18 de julho. *Diário da República. Série I*. [Em linha]. 138 (18 jul. 2012) 3.812-3.816. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/157-2012-179530>.

2007 Portaria n.º 979/2007, de 27 de agosto. *Diário da República. Série I*. [Em linha]. 164 (27 ago. 2007) 5.736-5.747. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/979-2007-640934>.

2007 Decreto-Lei n.º 304/2007, de 24 de agosto. *Diário da República. Série I*. [Em linha]. 163 (24 ago. 2007) 5.723-5.728. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/304-2007-640914>.

- 2005 Decreto-Lei n.º 141/2005, de 17 de agosto. *Diário da República. Série I-A*. [Em linha]. 141 (17 ago. 2005) 4.781-4.782. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/141-2005-243495>.
- 2005 Resolução do Conselho de Ministros. *Diário da República. Série I-B*. [Em linha]. 124 (4 ago. 2005). Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/188382/resolucao-do-conselho-de-ministros-124-2005-de-4-de-agosto>.
- 2004 Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro. *Diário da República. Série I-A*. [Em linha]. 12 (15 jan. 2004) 301-311. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/3-2004-603478>.
- 2002 Portaria 522/2002, de 2 de maio. *Diário da República. Série I-B*. [Em linha]. 101 (2 maio 2002) 4.172-4.175. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/tipo/522-2002-363308>.
- 2002 Portaria n.º 506/2002, de 30 de abril. *Diário da República. Série I-B*. [Em linha]. 100 (30 abr. 2002) 4.143-4.144. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/506-2002-364365>.
- 2002 Portaria n.º 507/2002, de 30 de abril. *Diário da República. Série I-B*. [Em linha]. 100 (30 abr. 2002) 4.144-4.156. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/507-2002-364356>.
- 1999 Decreto-Lei n.º 422/99, de 21 de outubro. *Diário da República. Série I-A*. [Em linha]. 246 (21 out. 1999) 7.034-7.045. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/422-1999-667357>.
- 1999 Decreto-lei 123/99, de 20 de abril. *Diário da República. Série I-A*. [Em linha]. 92 (20 abr. 1999). Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/101555/decreto-lei-123-99-de-20-de-abril>.
- 1999 Decreto-lei 124/99, de 20 de abril. *Diário da República. Série I-A*. [Em linha]. 92 (20 abr. 1999). Disponível em: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1999-34528275>.
- 1999 Decreto-Lei n.º 125/99, de 20 de abril. *Diário da República. Série I-A*. 92 (20 abr. 1999) 2.078-2.087. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/125-1999-534998>.
- 1990 Decreto-Lei n.º 310/90, de 1 de outubro. *Diário da República. Série I*. [Em linha]. 227 (1 out. 1990) 4.055-4.057. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/tipo/310-1990-554609>.
- 1981 Decreto-Lei n.º 346/81, de 21 de dezembro. *Diário da República. Série I*. [Em linha]. 292 (21 dez. 1981) 3.321-3.326. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/tipo/346-1981-567176>.
- 1981 Portaria 109/81, de 24 de janeiro. *Diário da República. Série I*. [Em linha]. 20 (24 jan. 1981) 194-195. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/1981/01/02000/01940195.pdf>.
- 1979 Decreto-Lei n.º 519-D1/79, de 29 de dezembro. *Diário da República. Série I, 3º suplemento*. [Em linha]. 299 (29 dez. 1979) 56-80. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/519-d1-1979-157053>.

- 1978 Decreto n.º 31/78, de 3 de abril. *Diário do Governo. Série I.* [Em linha]. 77 (3 abr. 1978) 620. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/31-1978-446964>.
- 1971 Decreto-Lei n.º 55/71, de 26 de fevereiro. *Diário do Governo. Série I.* [Em linha]. 48 (26 fev. 1971) 243-244. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/55-1971-447137>.
- 1967 Decreto-Lei n.º 47.627, de 7 de abril. *Diário do Governo. Série I.* [Em linha]. 83 (7 abr. 1967) 717-721. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/47627-1967-509792>.
- 1966 Portaria n.º 22.072, de 17 de junho. *Diário do Governo. Série I.* [Em linha]. 139 (17 jun. 1966) 1.103. Disponível em: <https://files.dre.pt/is/1966/06/13900/11031103.pdf>.
- 1961 Decreto-Lei n.º 43.825, de 27 de julho. *Diário do Governo. Série I.* [Em linha]. 173 (27 jul. 1961) 920-929. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/43825-1961-173361>.
- 1959 Decreto-Lei n.º 42.391, de 16 de julho. *Diário do Governo. Série I.* [Em linha]. 161 (16 jul. 1959) 822. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/42391-1959-431818>.
- 1952 Decreto-Lei n.º 38.858, de 11 de agosto. *Diário do Governo. Série I.* [Em linha]. 176 (11 ago. 1952) 819. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/38858-1952-668930>.
- 1951 Decreto-Lei n.º 38.501, de 10 de novembro. *Diário do Governo. Série I.* [Em linha]. 234 (10 nov. 1951) 977. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/38501-1951-591092>.
- 1947 Decreto-Lei n.º 36.652, de 6 de dezembro. *Diário do Governo. Série I.* [Em linha]. 283 (12 jun. 1947) 1.241-1.244. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/36652-1947-637210>.
- 1946 Decreto-lei n.º 35.957, de 19 de novembro. *Diário do Governo. Série I.* [Em linha]. 263 (19 nov. 1946). Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/35957-1946-149268>.

Joana Soares | joana.gsoares00@gmail.com

Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras

MEMÓRIA ACADÊMICA EM FOCO: estratégias de gestão documental, conservação e preservação em instituições de ensino superior (IES)

ACADEMIC MEMORY IN FOCUS: strategies for document management, conservation and preservation in higher education institutions (HEIs)

Suely Ferreira da Silva | Raquel Rutina Korobinski | Marcia Regina Martelozo
Cassitas Hino

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag22a7>

Resumo: Este estudo realiza uma investigação abrangente das práticas de gestão documental da memória acadêmica em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, com ênfase nas estratégias de organização, conservação e preservação de documentos. Este estudo, realizado no segundo semestre de 2023, adota uma abordagem metodológica comparativa para examinar projetos de gestão documental implementados em diversas IES brasileiras, buscando compreender a diversidade de abordagens e identificar práticas recorrentes. As etapas do estudo incluíram: seleção dos casos, coleta de dados, análise dos dados, identificação de pontos em comum entre os casos estudados e síntese dos resultados. Foram examinados aspectos administrativos, técnicos e operacionais, como infraestrutura física e tecnológica; atividades de limpeza, catalogação e arquivamento; políticas institucionais de preservação; e capacitações e treinamentos para os profissionais responsáveis pela gestão documental. Os resultados obtidos proporcionam *insights* valiosos, o aprimoramento de políticas e procedimentos de gestão documental, fortalecendo a promoção da memória acadêmica nas instituições de ensino superior. Além disso, a análise comparativa destaca boas práticas e desafios persistentes, contribuindo para a discussão mais ampla sobre a preservação do patrimônio documental acadêmico em um contexto diversificado de instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Conservação de documentos; Gestão de documentos; Memória acadêmica; Preservação de documentos.

Abstract: This study carries out a comprehensive investigation of academic memory document management practices in Brazilian Higher Education Institutions (HEIs), with an emphasis on document organization, conservation and preservation strategies. This study, carried out in the second half of 2023, adopts a comparative methodological approach to examine document management projects implemented in several Brazilian HEIs, seeking to understand the diversity of approaches and identify recurring practices. The study stages included: selection of cases, data collection, data analysis, identification of common points between the cases studied and synthesis of results. Administrative, technical and operational aspects were examined, such as physical and technological infrastructure; cleaning, cataloguing and archiving activities; institutional preservation policies; and qualifications and training for professionals responsible for document management. The results obtained provide valuable insights into the improvement of document management policies and procedures, strengthening the promotion of academic memory in higher education institutions. Furthermore, the comparative analysis highlights good practices and persistent challenges, contributing to the broader discussion on the preservation of academic documentary heritage in a diverse context of higher education institutions.

Keywords: Document conservation; Document management; Academic memory; Document preservation.

1. Introdução

A vasta quantidade de documentos mantidos por instituições públicas e privadas, em sua maioria em formato físico, exige uma atenção meticulosa quanto à sua preservação e conservação. A falha em manter esses registros de maneira adequada pode resultar em danos irreparáveis e na perda de informações de valor inestimável. Instituições de Ensino Superior (IES), em virtude de suas múltiplas funções relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e gestão, são centros importantes na produção de documentos. Tornam-se, portanto, protagonistas na tarefa de garantir a correta preservação e conservação de seus acervos documentais, de modo a atender não apenas às suas necessidades institucionais, mas também às demandas dos alunos, proporcionando acesso rápido, qualidade e segurança da informação.

A gestão documental emerge como um conjunto de procedimentos que diz respeito à gestão do ciclo de vida de documentos, abrangendo sua tramitação, eliminação ou guarda permanente. Em uma era caracterizada por transformações contínuas e pela constante implementação de ferramentas tecnológicas para a preservação e tratamento de documentos físicos, as atividades institucionais na área da educação resultam em uma gama diversificada de documentos, em diferentes formatos e conteúdos, demandando novos conhecimentos e práticas no sentido de postergar sua vida útil. Na perspectiva da gestão documental, cada perda de documento representa uma redução da memória e história de uma instituição ou de uma pessoa, país ou mesmo da sociedade como um todo.

As estratégias de gestão documental, conservação e preservação em IES variam entre países, influenciadas por fatores culturais, legais e institucionais específicos. As IES brasileiras enfrentam desafios únicos, como restrições orçamentárias, demandas por inclusão social e digital e diversidade regional. Esses fatores afetam diretamente como as IES gerenciam e conservam seus acervos documentais. Para orientar essas práticas, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), criado em 1991, é responsável por estabelecer a política nacional de arquivos públicos e privados. Suas resoluções abrangem temas como gestão, preservação e acesso aos documentos, definindo normas que guiam a gestão documental nas IES brasileiras e atendem às particularidades locais.

A proposta desta pesquisa iniciou com um projeto voltado para a organização, salvaguarda e digitalização do acervo documental de duas instituições de ensino superior com atividades já encerradas, no Estado do Paraná. O projeto compreendeu a identificação, higienização, tratamento documental e a transformação dos documentos em formato digital, com o objetivo de garantir sua conservação e preservação bem como garantir informações suficientes para a decisão de emissão de diploma aos alunos que foram aprovados em todas as disciplinas de cursos oferecidos pelas instituições. O projeto permitiu uma análise detalhada do estado de conservação da documentação acadêmica de ambas as instituições envolvidas. Esses registros, que detêm valor histórico, social e pessoal para a comunidade acadêmica, refletem, no entanto, uma realidade comum a muitas instituições de ensino no Brasil: a falta de cuidado e atenção adequados à preservação documental.

Uma quantidade limitada de literatura sobre esse tipo de projeto foi identificada. De modo que, verificou-se a necessidade de estudar, comparativamente, as informações de projetos similares, com o objetivo de identificar e analisar práticas de gestão documental da

memória acadêmica em IES, com foco especial nas estratégias de organização, conservação e preservação de documentos.

Este estudo visa contribuir para o campo da conservação e preservação de documentos, assegurando o acesso e disseminação de informações ao Ministério da Educação, aos alunos e à sociedade em geral. Além disso, destaca a importância da conservação documental na preservação da memória, da história e como fonte de informações essenciais para a produção de conhecimento, aspectos fundamentais na gestão do patrimônio institucional.

2. Preservação e conservação de documentos

A concepção de patrimônio começou a se desenvolver no século XVIII, em resposta a períodos de destruição causados por guerras e revoluções. A motivação principal, na época, era a recuperação de fatos históricos e a preservação do passado como uma tentativa de resguardar o que estava sendo destruído. Essa constatação deu origem ao início de um processo de inventário, bem como à estruturação de técnicas e doutrinas relacionadas à Preservação e Restauração (ROCHA, 2003).

Conforme observa Rocha (2003), o ato de preservar está intrinsecamente vinculado à memória. A preservação da memória ocorre por meio de sua representação em texto ou em objetos bi ou tridimensionais. É através dessa memória que conseguimos preservar a identidade de cada povo e nação. Nessa perspectiva, a preservação do patrimônio não é meramente uma salvaguarda de bens materiais, mas uma salvaguarda da própria essência cultural e histórica que define sociedades ao longo do tempo.

A preservação de documentos ou objetos visa, essencialmente, prolongar seu tempo de uso (CASSARES, 2000), sendo comumente conduzida em instituições ou departamentos dedicados, como bibliotecas e museus. Estas entidades têm a missão não apenas de preparar esses itens para uso contínuo, mas também de preservar seu significado memorial.

A manutenção da integridade da informação registrada em diferentes formas físicas ou meios de suporte torna-se um desafio primordial nos processos de preservação (ROCHA, 2003). Assim, o profissional encarregado desses cuidados enfrenta a responsabilidade de garantir a preservação da memória de um grupo específico de informação, representado por variados meios, como papel, tecido, formato digital, dente, fio de cabelo, entre outros, que constituem um patrimônio capaz de revelar a origem e o desenvolvimento de um povo. Empresas e instituições, tanto públicas quanto privadas, mantêm seus documentos em formato de arquivo como meio de preservar não apenas seus valores históricos, mas também seu valor probatório.

Juntamente com os esforços voltados à preservação e à restauração, a conservação desempenha um papel relevante na salvaguarda de documentos de arquivo. A conservação do patrimônio material concentra-se na mitigação das causas de degradação, operando de forma a contrapor as forças de deterioração e de estender a vida útil desses bens. A conservação de arquivos ou documentos, sejam estes de natureza pública ou privada, configura-se como um processo importante para a manutenção da salvaguarda e

preservação desses documentos. Nesse contexto, a manutenção das características originais dos arquivos surge como uma preocupação constante, almejando intervenções mínimas e, sempre que possível, a restauração da integridade física e estética (TEIXEIRA e GHIZONI, 2012). As práticas de conservação visam aprimorar o estado físico do meio que contém o documento e prolongar sua vida útil, incorporando medidas de segurança e manutenção. Dessa forma, abrange procedimentos relativos à higienização, acondicionamento, manipulação, controle ambiental e a implementação de pequenos reparos, entre outros procedimentos preventivos. Nesse contexto, a conservação se revela como um processo de primordial relevância, uma vez que visa a preservação das características originais dos objetos tratados.

O processo de conservação se divide em duas categorias distintas: a) conservação preventiva - que busca prevenir danos antes que ocorram, e b) conservação curativa - que se dedica à restauração e recuperação de objetos já afetados por deterioração ou danos. As duas categorias são melhores descritas abaixo.

2.1. Conservação preventiva

A conservação preventiva surgiu como um campo de pesquisa científica nos Estados Unidos durante a década de 80 do século XIX, com a responsabilidade crucial de desacelerar a deterioração e prevenir danos a arquivos e documentos. Esse enfoque baseia-se na oferta de condições ambientais e humanas adequadas (CALDEIRA, 2006). Ao longo do tempo, a conservação preventiva tem sido objeto de estudo e aprimoramento, com a comunidade científica buscando disseminar informações e discutir o tema, visando o desenvolvimento de melhores estratégias para a proteção do patrimônio. No Brasil, esse campo de pesquisa só ganhou destaque por volta da década de 40 do século XX (ROCHA, 2003), acompanhado de medidas importantes relacionadas à preservação do nosso patrimônio.

A conservação preventiva procura antecipar possíveis problemas visando evitar ou minimizar perdas, utilizando diversas abordagens, como cuidados durante o manuseio dos documentos, métodos de acondicionamento e armazenamento, controle das condições ambientais, além de treinamentos contínuos e planos de emergência (CARVALHO e FRITOLI, 2015).

Granato e Campos consideram a conservação preventiva como uma estratégia crucial a ser desenvolvida para promover a longevidade dos documentos, tendo como meta estabelecer estratégias de prevenção e de intervenção (GRANATO e CAMPOS, 2013). Este método é reconhecido como uma abordagem sustentável para a conservação documental, reduzindo os riscos de deterioração e, assim, preservando a integridade do patrimônio, sendo fundamental para as estratégias de preservação. Ademais, destaca-se como uma abordagem econômica, minimizando a necessidade de intervenções profundas e complexas no acervo (GRANATO, 2007).

Atualmente, o foco primordial das instituições dedicadas à conservação preventiva, segundo Teixeira e Ghizoni (2012), concentra-se no controle ambiental, sendo os fatores mais desafiadores a umidade relativa e a iluminação. A manutenção física de forma específica, adaptada às características de cada instituição e ao estado das coleções, é

apontada como a medida mais importante para esse tipo de conservação (CALDEIRA, 2006).

Observa-se uma mudança significativa no conceito de conservação desde o início dos anos 1980 até o momento atual, pois, enquanto anteriormente se reconhecia a necessidade de restaurar tudo que fosse histórico e representativo da memória, hoje a ênfase está na preservação, entendida como conservação preventiva (ROCHA, 2003).

2.2. Conservação curativa

A conservação curativa ocorre diretamente nos arquivos ou documentos com o propósito de interromper os processos de degradação ou fortalecer a estrutura desses bens. Procedimentos como desinfestação de têxteis, desidratação de materiais arqueológicos, estabilização de metais corroídos, dessalinização de cerâmicas, consolidação de pinturas murais e remoção de vegetação invasora em mosaicos são práticas comuns na conservação curativa (CARVALHO e FRITOLI, 2015). Diferentemente da conservação preventiva, esse tipo de conservação atua diretamente sobre o bem tratado, representando uma ação imediata não centrada na prevenção de danos, mas sim na abordagem dos danos já presentes, visando interromper os processos prejudiciais de maneira eficaz e ágil.

À medida que os profissionais da área de documentação reconhecem a necessidade de preservar acervos documentais e compreendem as práticas para conservá-los, torna-se imperativo respeitar e cumprir a legislação vigente. Isso é especialmente crucial quando se trata de documentos sob a custódia de órgãos públicos, como, por exemplo, as Instituições de Ensino Superior.

3. Gestão de documentos

O progresso científico, cultural e tecnológico que sucedeu a Segunda Guerra Mundial foi testemunhado de perto pela humanidade. Neste período, também, presenciou-se um aumento acelerado na produção de documentos e informações, resultando em uma considerável dificuldade para controlar e administrar essa massa documental. Como resposta a essa situação, emergiu a gestão de documentos, que foi concebida com o propósito de explorar alternativas para o tratamento e gerenciamento dos documentos acumulados por diversas instituições. A gestão de documentos, nesse contexto, surge como uma ferramenta conveniente para otimizar o uso da informação orgânica ou arquivística contida em documentos, registrada em diferentes meios físicos ou suportes de informação.

Desse novo conceito emergiu também o uso da teoria das três idades, a qual se tornou uma ferramenta essencial no tratamento documental. A teoria das três idades, utilizada na gestão de documentos, é um conceito que descreve o ciclo de vida típico de um documento, desde sua criação até sua disposição final. As três idades são: a) idade corrente ou primária, onde o arquivo é ativamente utilizado para fins operacionais e administrativos (BARROS, 2010); b) idade intermediária ou secundária, onde o documento já não é mais usado diariamente, mas ainda tem valor referencial e é mantido para atender demandas futuras ou para fins históricos (BELLOTTO, 2004); e c) idade morta ou terciária, onde o documento perdeu seu valor referencial e é mantido apenas por razões legais, regulatórias

ou históricas, podendo ser arquivado permanentemente ou eventualmente descartado (SOUZA e AGANETTE, 2022).

3.1. Documentação acadêmica no Brasil

No Brasil, a Política Nacional de Arquivos foi instituída pela Lei 8.159/1991, apresentando definições e a adoção de normas e procedimentos técnicos e administrativos para regular as atividades relacionadas aos serviços arquivísticos na administração pública. Essa política visa aprimorar os arquivos públicos e privados institucionais, incluindo os arquivos das IES. No ambiente acadêmico, desempenham-se funções cruciais no âmbito técnico-administrativo, gerando uma massa documental significativa que se acumula ano após ano. A demanda por documentos, resultantes de atividades desde a entrada do aluno até a conclusão de seu curso, gera uma quantidade expressiva de documentos, como históricos escolares, certificados, requerimentos, declarações, TCC, dissertações, teses, entre outros. Esse crescimento volumoso torna desafiadora a organização, a recuperação e a localização nos arquivos institucionais (LEITE, 2017). O acervo acadêmico compreende documentos produzidos ou recebidos por faculdades, públicas ou privadas, pertencentes ao sistema federal de ensino. Esses documentos são essenciais para comprovar a vida acadêmica do estudante, preservando a história da instituição e da pessoa (BRASIL, 2018) e devem ser tratados e avaliados de acordo com a Tabela de Temporalidade para as IES, aprovada pela Portaria 92/2011.

Devido à importância dessa documentação, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), publicou a Portaria nº 22 em 2017, visando a segurança das informações do acervo acadêmico. Em abril de 2018, o MEC promulgou a Portaria nº 315/2018, estabelecendo prazos para as IES adequarem seus processos de gestão desse acervo, tanto no formato físico quanto no digital. Nesse contexto ainda, destaca-se a Lei n. 12.527 de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados com o fim de garantir o acesso a informações. Essa legislação estabelece que é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação pública, incluindo aquela produzida no âmbito das Faculdades e Universidades (BRASIL, 2011).

3.2. Preservação documental nas IES

Segundo Barboza (2022), a gestão de documentos em IES desempenha um papel fundamental ao garantir os valores administrativos, jurídicos e memoriais dos documentos. Essa gestão respalda as tomadas de decisão, a custódia documental e a garantia dos direitos do cidadão. Para manter e preservar seus acervos, as instituições devem orientar e realizar ações de preservação e conservação, buscando proteger e salvaguardar seu patrimônio documental.

No contexto da preservação e conservação de acervos documentais, Roncaglio, Svarça e Bojanoski (2004) destacam que preservação é a combinação de medidas essenciais para garantir a acessibilidade permanente e duradoura do patrimônio documental. Conforme citado por Edmondson (2002) no documento *Memória del Mundo: Directrices para la Salvaguardia del Patrimonio Documental*, a conservação, nesse contexto, consiste em um conjunto de medidas específicas destinadas a prevenir a deterioração posterior do documento original. Essas medidas requerem intervenções técnicas mínimas, assegurando a organização adequada e a preservação dos documentos para acessibilidade sempre que

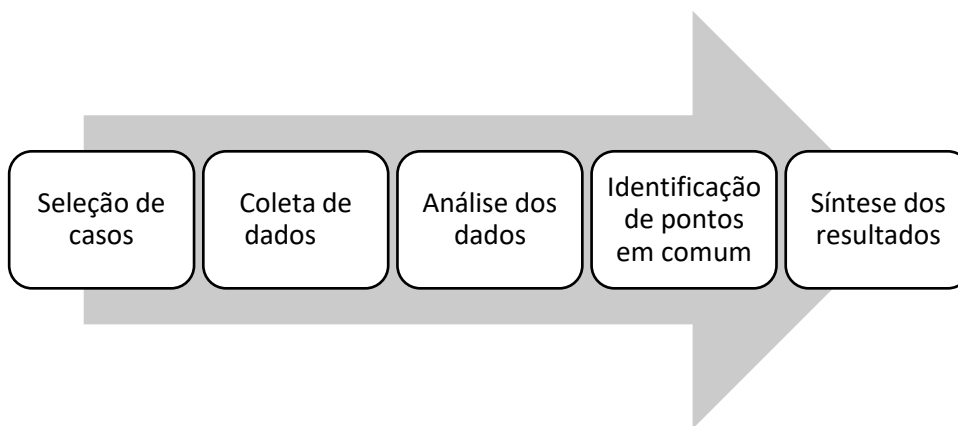
necessário. Assim, a preservação abrange medidas administrativas, políticas e operacionais que contribuem direta ou indiretamente para a integridade dos acervos.

4. Procedimentos metodológicos

O estudo adotou uma abordagem metodológica voltada para a análise comparativa de casos, com o objetivo de identificar e compreender as práticas de gestão documental da memória acadêmica em IES. A análise comparativa de múltiplos casos é uma abordagem robusta e amplamente utilizada na pesquisa qualitativa, permitindo a investigação detalhada de fenômenos complexos em diferentes contextos (YIN, 2015).

A Fig. 1 apresenta os passos executados na realização deste estudo. Na sequência, descrevem-se os procedimentos adotados para a seleção dos casos, coleta de dados, análise e identificação de pontos em comum entre os casos estudados.

Fig. 1 – Roteiro metodológico



Fonte: Os autores (2024).

Inicialmente, foram selecionados os casos de estudo que melhor representassem a gestão documental da memória acadêmica em IES. Os critérios de seleção incluíram a diversidade geográfica, o tipo de instituição, o contexto histórico e a disponibilidade de dados e informações relevantes. Para cada caso selecionado, os autores realizaram uma leitura detalhada, seguida de discussões em equipe para a compreensão completa do caso. Especificamente para o caso da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde não existem estudos já publicados, a coleta de dados se deu por meio de entrevistas com os participantes do projeto, que também são autores deste estudo. Em seguida, foi elaborado um fluxo de processo para guiar a análise de cada caso. Essa etapa foi fundamental para obter uma compreensão abrangente das estratégias e práticas adotadas por cada instituição. A análise dos casos foi conduzida de forma sistemática, utilizando uma abordagem comparativa para identificar semelhanças e diferenças entre as práticas de gestão documental em cada instituição. Foram identificados comportamentos padrões, bem como casos excepcionais que destacaram práticas inovadoras ou desafios específicos enfrentados. Com base na análise dos casos individuais, foram identificados os principais pontos em comum que permeiam as práticas de gestão documental em IES. Por fim, os resultados foram sintetizados, destacando os principais achados e conclusões da análise comparativa. Essa

síntese serviu como base para a discussão dos resultados e a formulação de recomendações práticas para a gestão documental em IES.

5. Projetos de preservação documental em IES

O Brasil é um país que abriga uma multiplicidade de realidades, refletida nas peculiaridades de cada instituição de ensino. Essas particularidades devem ser consideradas durante o desenvolvimento de projetos na área de gestão de documentos. Contudo, a identificação e análise de ações já implementadas tornam-se elementos motivadores e podem servir como modelos inspiradores para outras instituições.

5.1. O estudo de caso da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

Este estudo de caso, publicado em 2009, contempla um projeto que foi estruturado para salvaguardar documentos que descrevessem a história da cidade de Rondonópolis–MT, tendo sido realizado a partir de um diagnóstico do acervo documental do Museu Rosa Bororo, localizado na mesma cidade. O projeto era de extensão e era voltado à organização de seu acervo. O objetivo do projeto foi “organizar os documentos históricos para garantir sua preservação e utilizar algumas abordagens e técnicas necessárias para prolongar sua vida útil” (PINHEIRO *et al.*, 2009:513). O projeto tinha por finalidade “resguardar a memória do patrimônio público mundial, nacional e regional e disponibilizar seu material para que os usuários encontrem as informações que procuram” (PINHEIRO *et al.*, 2009:514).

O acervo analisado foi composto por: a) informação documental (ex: contrato de locação de terrenos urbanos, livros manuscritos de contabilidade, documentos pessoais dos pioneiros, documentários, documentos e fotografias); b) objetos antigos e artefatos tridimensionais (moedas, esculturas, medalhas, máquinas, armas e obras de arte); e c) acervo fotográfico permanente (fotos dos principais pioneiros e de todos os prefeitos da cidade).

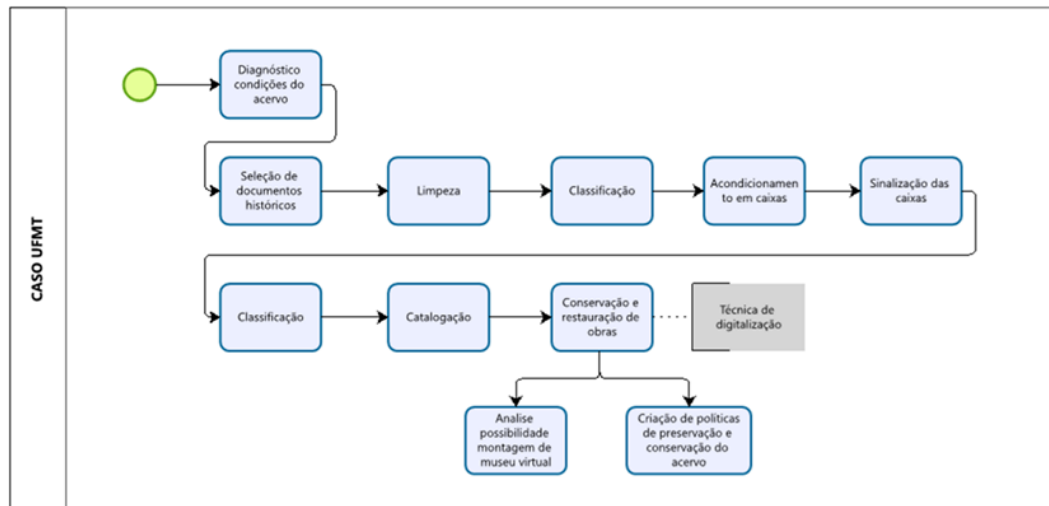
As etapas executadas no processo estão apresentadas na Fig. 2. Percebe-se a utilização dual da atividade de classificação, sem maiores informações no estudo.

Este projeto identificou diversos aspectos do processo que merecem atenção, entre os quais se destacam:

- A necessidade de profissionais capacitados e especializados para condução de atividades específicas de preservação, conservação e organização do acervo (PINHEIRO *et al.*, 2009);
- A necessidade de aplicação de uma diversidade de técnicas (variando entre as simples às mais complexas) para conversação do acervo (PINHEIRO *et al.*, 2009);
- A inexistência de uma infraestrutura adequada para a armazenagem dos documentos (PINHEIRO *et al.*, 2009); e

- A necessidade de “implementação de uma política de preservação e de medidas práticas de conservação do acervo (PINHEIRO *et al.*, 2009).

Fig. 2 – Caso UFMT



Fonte: Os autores (2024).

5.2. O estudo de caso da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

O estudo de caso realizado na Unimontes teve como objetivo resgatar documentos de um estado de degradação avançado e estabelecer medidas para preservar essas informações valiosas para as gerações futuras. Este estudo, publicado em 2008, se concentrou na experiência do projeto intitulado *Tratamento documental do acervo do Fórum Gonçalves Chaves*, conduzido pela Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes, com apoio financeiro da FAPEMIG e tratou 50 dossiês.

O Fórum Gonçalves Chaves desempenha um papel fundamental na guarda e conservação de acervos essenciais para a compreensão da história regional. Seu acervo é composto por processos criminais datados entre os anos de 1828 a 1997. Em Montes Claros, a preocupação com a preservação desse patrimônio documental parece ter ganhado destaque apenas recentemente, o que tem sido um obstáculo significativo para o avanço da pesquisa histórica não apenas no município, mas em toda a região.

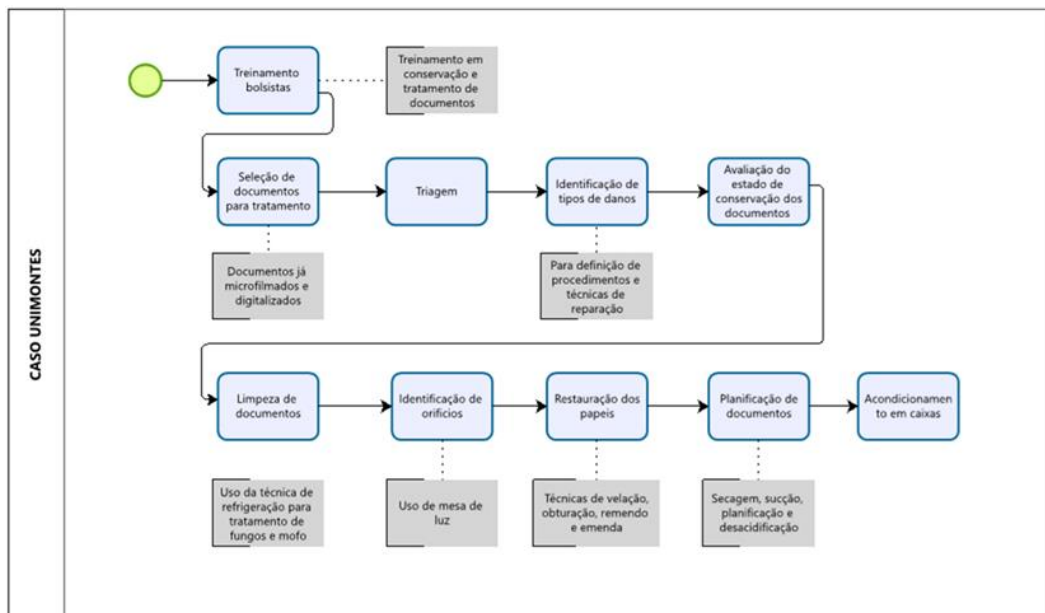
É notória a degradação dos documentos com as altas temperaturas, como é o caso do Norte de Minas Gerais, a poluição do ar; os produtos químicos, como inseticidas e fungicidas que podem ser prejudiciais sobre os materiais; o acondicionamento inadequado e o manuseio incorreto; por fim, os acidentes com água e fogo. Nesse contexto, o projeto se revelou uma etapa crucial no esforço de preservação e conservação dos documentos, contribuindo diretamente para a salvaguarda da memória histórica (MAIA e CORDEIRO, 2008).

O projeto iniciou com o treinamento de pessoas para as atividades de conservação e tratamento de documentos. Os documentos foram submetidos a uma triagem inicial, seguida pela identificação de diversos tipos de danos e uma avaliação abrangente de seu estado de conservação. Dentre os danos mais encontrados, destacam-se a sujidade, buracos e manchas, seguidos por escurecimento, água, dobras, corrosão da tina, rasgo, fungos e

descoloração. Essa fase inicial foi crucial, pois permitiu a identificação dos procedimentos e técnicas necessárias para reparar os danos encontrados.

Durante o processo de tratamento documental, alguns papéis foram identificados com infestações de fungos e mofos. Para esses casos, os documentos foram submetidos a um processo de refrigeração. Essa etapa envolveu o armazenamento dos documentos em sacos plásticos, dos quais todo o ar foi removido antes de serem selados e colocados no *freezer*. Em seguida, os documentos passaram por uma fase de higienização, na qual cliques, fitas adesivas e grampos foram removidos. Após essa preparação, as páginas foram cuidadosamente limpas com trincha e/ou pincel para remover quaisquer sujidades acumuladas. Posteriormente, iniciou-se o processo de restauração dos papéis, utilizando-se técnicas como velatura, obturação, remendo e emenda para reparar danos e garantir a preservação adequada dos documentos. Todas as etapas do processo são apresentadas na Fig. 3.

Fig. 3 – Caso Unimontes



Fonte: Os autores (2024).

Para Maia e Cordeiro (2008:67) “todas estas fases e etapas permitiram resgatar o documento da possibilidade de perda dando-lhe maior tempo de vida e, conseqüentemente garantindo a preservação da história e da memória local e regional”.

5.3. O estudo de caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

O arquivo do Centro de Conservação e Restauração (CECOR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) guarda um acervo de preservação, conservação e restauração de obras em várias tipologias e constituições.

O objetivo do estudo do arquivo do CECOR da UFMG foi ressaltar sua importância para a sociedade e a relevância de estar organizado e preservado, para que os problemas como

morosidade ao acesso à informação sejam sanados com mais eficiência. O acervo da unidade era composto por informação em papel, iconográfica, audiovisual e sonora.

O projeto teve como foco a preservação da memória da Universidade, para servir como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa histórica e científica, viabilizando-se por meio da organização, preservação e acesso à informação arquivística contida nos documentos do Arquivo do CECOR.

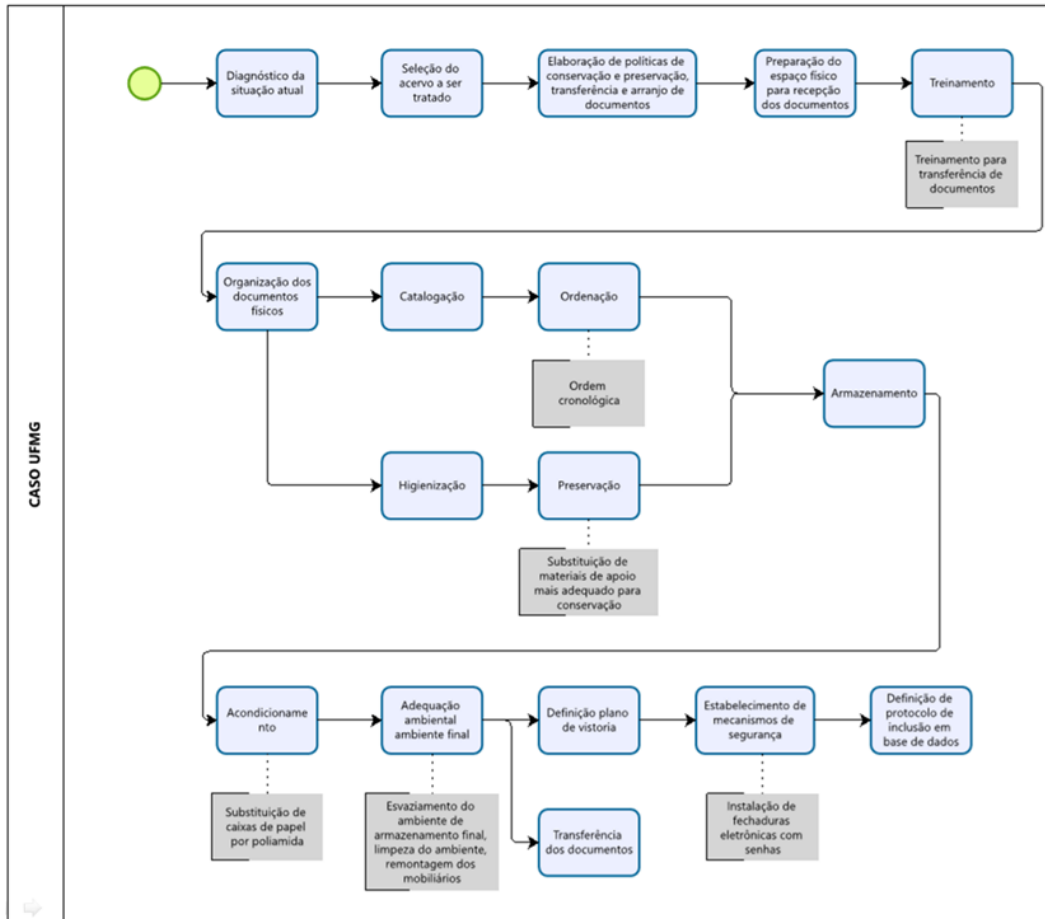
O projeto, iniciado em 2016, tratou 70,20 metros lineares de documentação antes de ser interrompido em 2020, por tempo indeterminado, em consequência da Pandemia da COVID-19. Atividades de planejamento estiveram presentes até o ano de 2019; atividades de organização e a higienização foram realizadas em todos os anos que o projeto esteve ativo; as atividades relacionadas com a organização do ambiente e mobiliário estiveram ativas nos anos de 2018 e 2019; e todas as atividades relacionada à base de dados tiveram início no ano de 2019 e foram realizadas até 17 de março do ano de 2020, quando as atividades foram suspensas. O projeto obteve boa parte do acervo organizada e higienizada. As atividades como higienização, indexação de dados, classificação e organização geral demandam tempo e dependem do trabalho e a presença física dos envolvidos, portanto, se encontravam em desenvolvimento (ROSA, 2021).

Neste projeto evidenciou-se:

- A importância da organização e preservação do acervo, pois ele serve de fonte de sua história e da história de seu entorno (ROSA, 2021);
- O acesso às informações torna-se mais eficaz e rápido se o acervo estiver organizado e preservado (ROSA, 2021);
- O cuidado na higienização dos documentos e dos ambientes (ROSA, 2021);
- A escolha de pessoal para lidar com cada tipo específico de trabalho a ser desenvolvido (ROSA, 2021);
- A preocupação na escolha do mobiliário e dos equipamentos que fariam parte do Arquivo e da Reserva Técnica (ROSA, 2021).

Conforme apresentado na Fig. 4, o projeto previa as seguintes etapas/atividades a serem realizadas:

Figura 4 – Caso UFMG



Fonte: Os autores (2024).

5.4. O estudo de caso da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

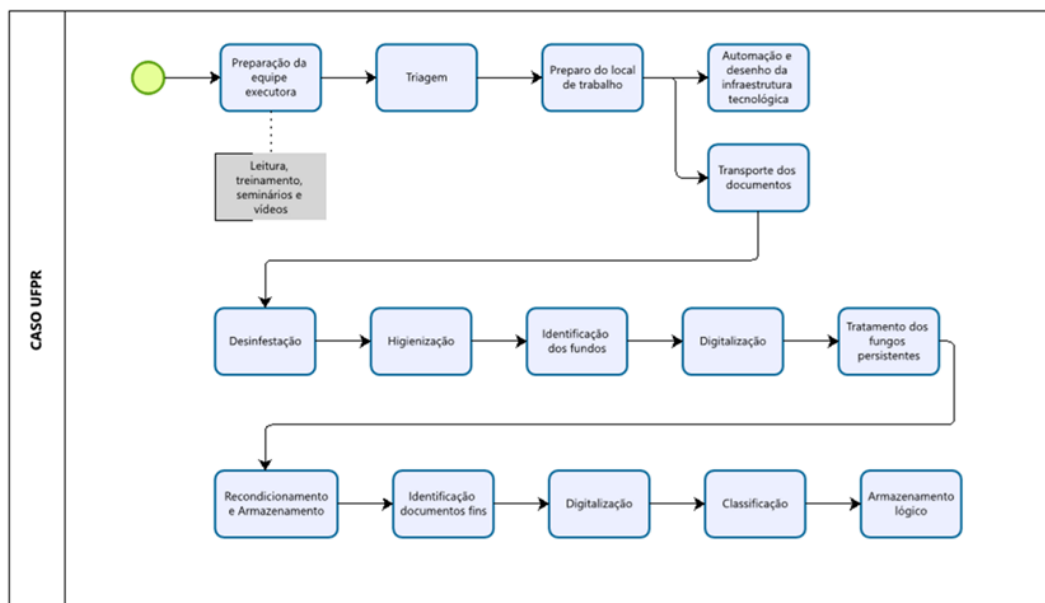
Este estudo de caso descreve o processo de gestão documental resultante da análise e identificação de fundos documentais de duas faculdades particulares de ensino superior, que encerraram suas atividades por motivos não divulgados. O projeto foi conduzido na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de tratar a documentação das duas instituições, a fim de facilitar o processo de diplomação dos alunos que atendem aos critérios estabelecidos.

O projeto, conduzido entre 2023 e 2024, visou garantir a conservação e preservação dos documentos através de identificação, higienização, tratamento documental e digitalização. O escopo incluiu a identificação, descrição, tratamento e digitalização de uma ampla variedade de documentos acadêmicos.

As mais de 2.000 caixas de documentos do acervo, fundamentais para a construção da memória e da história das duas instituições e para a comprovação da situação dos alunos que ali estudaram, agrupavam diversos tipos de documentos. Entre os documentos acadêmicos, encontram-se dossiês de alunos, boletins de notas e frequência, ementas de disciplinas, programas de cursos, calendários de aulas, históricos escolares, termos de colação de grau, diplomas e certificados originais. Além disso, incluíam também documentos administrativos, como dossiês de funcionários, documentos relativos à situação administrativa, financeira e jurídica, ofícios circulares e outras comunicações diversas.

O projeto envolveu várias etapas detalhadas, começando pela preparação da equipe executora através de cursos e oficinas. Em seguida, foi realizada a triagem da documentação, a preparação do local de trabalho e a implementação da automação e da infraestrutura tecnológica necessária. O transporte dos documentos foi realizado com equipe especializada, seguido pela desinfestação inicial contra fungos e pragas. A higienização envolveu a limpeza mecânica, remoção de adesivos, grampos e cliques. Após a identificação dos fundos residuais nos documentais, iniciou-se a digitalização, convertendo os documentos físicos para formato digital. O tratamento de fungos persistentes foi realizado com estratégias específicas e os documentos foram recondicionados e armazenados adequadamente. Finalmente, as caixas e invólucros foram notados detalhadamente. Esse processo é apresentado na Fig. 5.

Fig. 5 – Caso UFPR



Fonte: Os autores (2024).

O projeto inovou com o desenvolvimento de um glossário de tipologia documental, que padronizou a descrição e propôs a classificação dos documentos de arquivo conforme tabela de temporalidade das IES. Além disso, criou-se um manual de metadados, detalhando as informações necessárias para desenvolvimento do sistema a utilizar quando da descrição dos documentos digitalizados, bem como permitir o acesso às informações registradas e a preservação de cada tipo documental.

Durante o projeto, o trabalho com os documentos apresentou vários desafios, como excesso de sujeira, partículas de poeira, oxidação e infestações de fungos resistentes, exigindo procedimentos específicos de limpeza e tratamento. Foi identificada também a necessidade de infraestrutura adequada e equipamentos especializados para assegurar a preservação dos documentos em longo prazo.

6. Práticas na preservação de documentos em IES

Embora os acervos variem em quantidade e na natureza dos documentos, alguns pontos essenciais emergem da análise realizada. O primeiro deles é o planejamento. A análise reforça que, embora as instituições tenham seguido um planejamento com abordagens distintas, todas compartilham um compromisso essencial com a preservação e tratamento dos documentos, através da implementação de metodologias para diagnóstico e organização. Na literatura, diversas perspectivas ressaltam que a preservação requer a implementação de medidas administrativas, políticas e operacionais de forma organizada e planejada, de maneira a contribuir para a manutenção da integridade dos acervos e o compromisso institucional com a conservação do patrimônio documental. A exemplo de Carvalho e Fritoli (2015) destacam a necessidade de práticas cuidadosas no manuseio, armazenamento adequado e treinamento contínuo para a integridade dos acervos; Granato (2007) enfatiza a conservação preventiva; enquanto Caldeira (2006) foca na manutenção física específica a cada instituição; Roncaglio, Svarça e Bojanoski (2004) apontam que a preservação requer uma combinação de medidas para garantir a acessibilidade dos documentos; e Edmondson (2002) destaca a necessidade de intervenções técnicas mínimas.

A necessidade de profissionais qualificados em preservação, conservação e gestão documental é uma constante na maioria dos casos analisados, atuando desde a identificação inicial de danos até a aplicação de técnicas avançadas de restauração, tornando-se fundamentais no processo. Esta importância ressoa com as perspectivas de diversos estudiosos, como Cassares (2000), destacando que a preservação de documentos é frequentemente conduzida em instituições específicas, como bibliotecas e museus, onde profissionais dedicados desempenham um papel crucial, enquanto Rocha (2003) enfatiza a responsabilidade desses profissionais em garantir a preservação da memória por meio de suas ações.

A falta de infraestrutura adequada, incluindo espaços de armazenamento e equipamentos especializados, emerge como um desafio significativo na preservação dos acervos analisados, exigindo investimentos para assegurar a integridade dos documentos em longo prazo. De acordo com Caldeira (2006), a conservação preventiva se baseia na criação de condições ambientais e humanas apropriadas. Por outro lado, Teixeira e Ghizoni (2012) ressaltam que o foco da conservação preventiva está no controle ambiental, sendo a umidade relativa e a iluminação os fatores mais desafiadores.

A análise também revela que a organização e a preservação dos acervos são essenciais para facilitar o acesso e a utilização dos materiais para fins de pesquisa e educação, exigindo estratégias específicas para promover o acesso e a disseminação das informações. Esse achado é corroborado pela legislação existente. A Portaria nº 22/2017 do MEC e a Portaria nº 315/2018 estabelecem diretrizes para a gestão de acervos acadêmicos, enquanto a Lei

nº 12.527/2011 assegura o direito de acesso à informação pública, incluindo aquela produzida nas universidades (BRASIL, 2011).

A maioria dos casos analisados aponta para a ausência de políticas institucionais claras direcionadas à gestão documental e à preservação dos acervos, cuja implementação efetiva pode contribuir de maneira significativa para a proteção e valorização desses acervos. Este aspecto, identificado de forma recorrente, ressalta a necessidade premente de desenvolvimento e aplicação de diretrizes específicas que visem à conservação e gestão adequada dos documentos. Nesse contexto, como observado por Granato (2007), a adoção da conservação preventiva se revela como uma medida fundamental para as estratégias de preservação, enfatizando a importância de ações proativas voltadas à prevenção de danos e à promoção da durabilidade dos materiais documentais.

Todos os casos ressaltam o compromisso das instituições em preservar a memória e a história através da organização e conservação dos documentos, reconhecendo as universidades como guardiãs do patrimônio cultural e histórico das comunidades em que estão inseridas. Essa dedicação à preservação é intrinsecamente ligada à memória, como observado por Rocha (2003), que ao destacar enfatiza que o ato de preservar está profundamente vinculado à memória e que não se limita apenas à salvaguarda de bens materiais.

Ainda, no projeto da UFPR, encontraram-se sinais de inovação com o desenvolvimento de ferramentas como desenvolvimento de glossários e metadados para a fase de digitalização e classificação dos arquivos.

7. Estratégia de preservação do patrimônio documental

Para assegurar tanto a preservação dos acervos físicos quanto a manutenção da memória institucional histórica das IES, estrutura-se uma estratégia composta por seis pilares principais:

- a)** Planejamento;
- b)** Políticas institucionais;
- c)** Profissionais especializados;
- d)** Infraestrutura e tecnologias de preservação;
- e)** Medidas de conservação preventiva; e
- f)** Gestão de acesso.

O primeiro pilar, relativo ao planejamento, requer o desenvolvimento de um planejamento detalhado, que organize o fluxo de atividades e estabeleça protocolos para a gestão documental, definindo responsabilidades, metas e prazos.

Como segundo pilar, as políticas institucionais desempenham um papel fundamental na garantia de continuidade e padronização das práticas, promovendo o comprometimento de todos os envolvidos nos processos e o compromisso institucional em longo prazo com a

preservação. É também essencial, nesta etapa, definir políticas que incluam protocolos de resposta rápida a emergências, como infestações de fungos resistentes.

O terceiro pilar trata da necessidade de profissionais especializados em gestão documental (CASSARES, 2000; ROCHA, 2003; CALDEIRA, 2006). O planejamento das ações institucionais deve incluir investimentos em capacitação contínua, visando aprimorar técnicas de preservação, conservação e organização documental, bem como a incorporação de novas práticas e tecnologias. A oferta regular de cursos e oficinas contribui para a atualização com as melhores práticas e técnicas do campo, e devem ser consideradas.

A infraestrutura e as tecnologias de preservação, quarto pilar, são essenciais para a integridade dos arquivos. Garantir a durabilidade dos documentos demanda investimento em estruturas físicas de alta qualidade para armazenamento, incluindo controle ambiental adequado de temperatura, umidade, ventilação e iluminação (CALDEIRA, 2006; TEIXEIRA e GHIZONI, 2012). A escolha do mobiliário, adaptado às especificidades dos materiais arquivados, e a adoção de tecnologias digitais para catalogação e digitalização dos documentos também desempenham um papel central, permitindo acesso seguro e reduzindo o desgaste dos acervos físicos.

O pilar seguinte enfatiza a importância de medidas preventivas de conservação (GRANATO, 2007; ROCHA, 2003). Estratégias de conservação preventiva devem incluir monitoramento do ambiente, limitação do manuseio desnecessário e a criação de condições adequadas de armazenamento para diferentes tipos de documentos. Intervenções regulares, como limpeza e organização, ajudam na prevenção de danos (EDMONDSON, 2002). A adoção de políticas formais de conservação e uma estrutura robusta de governança para preservação documental também são de grande valor.

Finalmente, o pilar de gestão de acesso abrange a implementação de glossários, metadados e outras ferramentas que facilitam a organização e a busca eficiente de documentos. O uso de soluções digitais de indexação permite que o acesso seja mantido mesmo para documentos fisicamente comprometidos. Estas práticas promovem um acesso responsável e sustentável à informação, contribuindo com a estratégia de preservação do patrimônio documental.

8. Considerações finais

O objetivo do estudo foi identificar e analisar práticas de gestão documental da memória acadêmica em IES, com foco especial nas estratégias de organização, conservação e preservação de documentos.

Com base na análise comparativa dos casos analisados, planejamento das atividades, uso de profissionais qualificados, necessidade de infraestrutura adequada, controle de acesso e de disseminação de informações, necessidade de políticas institucionais e o compromisso das instituições em preservar a memória e a história estão entre as práticas recorrentes identificadas. Esses resultados evidenciam que a gestão documental da memória acadêmica em IES vai além das questões técnicas de conservação, abrangendo desafios e oportunidades relacionados à preservação da identidade cultural, histórica e científica das comunidades que essas instituições atendem. A adoção de políticas claras, investimentos

em infraestrutura e capacitação contínua são essenciais para esse fim. Os resultados também reforçaram a necessidade de uma ação integrada e colaborativa, como forma de garantir a sustentabilidade e a eficácia das práticas de gestão documental.

O estudo contribui com a prática ao enfatizar a importância da preservação e organização dos arquivos nas IES. Reconhecer o valor da gestão documental, preservar as suas informações e facilitar o acesso rápido à informação é crucial para atender às necessidades institucionais e da sociedade. Para isso, é necessário elaborar um plano estratégico institucional, que considere tanto os aspectos técnicos quanto operacionais, com políticas institucionais claras direcionadas à gestão e preservação dos acervos documentais. A partir desse entendimento, é necessário promover a sensibilização social e a conscientização sobre a importância da preservação documental, tanto entre o público geral quanto entre os profissionais da área. Finalmente, as IES devem adotar uma abordagem proativa na gestão documental, integrando práticas de conservação, preservação e digitalização para garantir a integridade e a acessibilidade de seus acervos.

Estudos futuros poderiam explorar a eficácia dessas políticas em diferentes contextos institucionais, analisar o impacto de novas tecnologias de digitalização na preservação de documentos e investigar estratégias inovadoras de conservação preventiva. Além disso, pesquisas podem avaliar a influência da gestão documental na qualidade da produção acadêmica e na satisfação dos usuários, bem como desenvolver modelos de capacitação para profissionais da área, focados em práticas sustentáveis e eficientes de preservação e organização documental.

Referências bibliográficas

BARBOZA, Elder Lopes

2022 *Gestão de Documentos e Gestão da Informação: Aspectos teóricos, interdisciplinares e aplicados no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES): Projeto de pesquisa*. [Em linha]. [Curitiba]:UFPR, 2022.

BARROS, Thiago Henrique Bragato

2010 *A Construção discursiva em Arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição*. [Em linha]. São Paulo, 2010. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/items/37988d50-9369-4a56-abac-d3c53fddbc59>.

Dissertação de mestrado em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli

2004 *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora da FGV. 2004.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2011 *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. [Em linha]. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/banco-de-precos/legislacao/lei-no-12-527-de-18-de-novembro-de-2011.pdf/view>.

BRASIL. Ministério da Educação

2018 *Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018*. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância. [Em linha]. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=108221-portaria-315&category_slug=fevereiro-2019-pdf&Itemid=30192.

CALDEIRA, Cleide Cristina

2006 Conservação preventiva: histórico. *Revista CPC*. [Em linha]. 1:1 (2014) 91-102. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15582>.

CARVALHO, Silmara Küster de Paula; FRITOLI, Clara Landim

2015 *Conservação de bens culturais*. [Em linha]. Brasília: UnB, 2015. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/20180>.

CASSARES, Norma Cianflone

2000 *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf.

EDMONDSON, Ray

2002 *Memoria del mundo: directrices para la salvaguardia del patrimonio documental*. [Em linha]. [S. l.]: Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura., 2002. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000125637_spa.

GRANATO, Marcus

2007 Conservação e restauração de instrumentos científicos históricos. In *Conservação de Acervos*. [Em linha]. Rio de Janeiro: MAST, 2007, p. 121-144. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_9.pdf.

GRANATO, Marcus; CAMPOS, Guadalupe do Nascimento

2013 Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos. *Midas*. [Em linha]. 1:1 (2013) 1-14. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/131?lang=fr>.

LEITE, Maria Denilce Alves Teixeira

2017 *Gestão documental acadêmica: O Impacto deste serviço no Instituto Federal do Triângulo Mineiro-Campus Patos de Minas*. [Em linha]. Porto, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/143422799.pdf>.
Dissertação de mestrado em Assessoria de Administração - Instituto Politécnico do Porto.

MAIA, Cláudia Jesus; CORDEIRO, Filomena Luciene

2008 Tratamento documental: possibilidades de preservação da memória histórica regional: relato de experiência. *Unimontes Científica*. [Em linha]. 10:1/2 (2008). Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/2297/2390>.

PINHEIRO, Mariza Inês da Silva [et al.]

2009 Pela preservação da memória documental como uma garantia do acesso à informação, à memória e à cidadania. *Revista ACB*. [Em linha]. 14:2 (2009) 513-530. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/694>.

ROCHA, Solange

2003 Preservação de acervos: Conservação e segurança de acervos culturais. *Ágora*. [Em linha]. 18:38 (2003) 25-32. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/233>.

RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima

2004 Arquivos, gestão de documentos e informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 99:1 (2004) 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2004v9nesp2p1>.

ROSA, Aleksandra Gomes

2021 *O Arquivo do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais, da Escola de Belas-Artes da Universidade Federal de Minas Gerais como agente de memória: a importância da organização e preservação dos documentos*. [Em linha]. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/41366>. Dissertação de mestrado em Artes - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes.

SOUZA, Luciana Gonçalves Silva; AGANETTE, Elisângela Cristina

2022 Preservação digital: perspectivas e relações com a gestão documental e a cultura organizacional. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*. [Em linha]. 11:1 (2022) 1-13. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/82714>.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling

2012 Conservação preventiva de acervos. *Coleção Estudos Museológicos*. [Em linha]. 1:1 (2012) 1-76. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/11-FCC_conservacao-preventiva-de-acervos.pdf.

YIN, Robert K.

2015 *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. 5ª ed. Porto Alrge: Bookman, 2015.

Suely Ferreira da Silva | sueyfs@gmail.com

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil

Raquel Rutina Korobinski | raquelrutina@gmail.com

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil

Marcia Regina Marteloza Cassitas Hino | marciahino@uol.com.br

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil

ANALISE DO IMPACTO E VISIBILIDADE DAS REVISTAS CIENTÍFICAS DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

A STUDY OF THE IMPACT AND VISIBILITY OF THE ACADEMIC JOURNALS OF THE FACULTY OF ARTS AND HUMANITIES OF UNIVERSITY OF PORTO

Viviana Fernández Marcial | Llarina González Solar | Rita Leite

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag22a8>

Resumo: O estudo analisa as revistas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), incidindo sobre 28 revistas ativas, disponíveis na plataforma Digithéke. São sistematizados e examinados diversos fatores, nomeadamente a periodicidade, as políticas de acesso aberto, a revisão por pares e a indexação. É também efetuada uma avaliação exploratória da endogamia e da internacionalização. Os resultados são, em geral, positivos, com as revistas a apresentarem sólidas práticas editoriais, um compromisso com o acesso aberto e a indexação em bases de dados prestigiadas. No entanto, são identificadas oportunidades de melhoria, particularmente no que respeita à disponibilidade e organização da informação sobre as revistas.

Palavras-chave: Avaliação; Ciências Sociais e Humanas; Indicadores de impacto; Revistas académicas.

Abstract: The study examines the journals of the Faculty of Arts and Humanities at the University of Porto (FLUP), focusing on 28 active journals available through the Digithéke platform. Various factors, including periodicity, open access policies, peer review, and indexing, are systematised and analysed. An exploratory assessment of endogamy and internationalisation is also conducted. The findings are generally positive, with the journals showing strong editorial practices, a commitment to open access, and indexing in reputable databases. However, opportunities for improvement, particularly in relation to the availability and organisation of information about the journals, are identified.

Keywords: Assessment; Social Sciences and Humanities; Impact indicators; Scholarly journals.

1. Introdução

O ano de 1665 marca o início das revistas científicas, com a publicação do *Journal des Sçavans*, em Paris, a 5 de janeiro, de periodicidade semanal, fundado por Denis de Sallo, escritor e advogado francês. Dois meses mais tarde, a 6 de março de 1665, foi publicado em Londres o *Philosophical Transactions*, uma iniciativa promovida por Henry Oldenburg, secretário da Royal Society. Só em 1752 é que esta revista se tornou o órgão oficial da Royal Society of London e continua até aos dias de hoje, adaptando-se ao modelo de acesso aberto, o que faz dela, sem dúvida, a revista científica com maior longevidade no contexto internacional.

O papel das sociedades e academias reais no desenvolvimento das revistas científicas foi significativo. Já na década de 1830, a Royal Society of London solicitava revisões de peritos aos artigos submetidos para publicação. Na década de 1890, introduziu um conjunto de sete perguntas para os árbitros estruturarem os seus relatórios. No contexto português, em

1797, foi publicado o primeiro volume das *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*.

O crescimento de uma revista científica é impulsionado pela publicação constante de artigos científicos e, complementarmente, por textos que preenchem outras seções, como as resenhas. Os investigadores optam por submeter os seus trabalhos como parte da sua atividade científica e os critérios de seleção de uma publicação, em detrimento de outra, envolvem vários fatores. A fórmula para essa escolha combina o prestígio da revista científica e o impacto da publicação, ambos parte da mesma equação. Conveniência é outro elemento a considerar e inclui elementos tais como o tempo de avaliação dos artigos, a frequência de publicação, entre outros. Neste sentido, Urbano *et al.* (2020:3) expõem:

This recognition has created an organized accreditation system in which the reputation of a publication acts as a proxy for the merit of the articles published therein. Typically, authors choose to send their original work to journals based on the quality and relevance of each title. The importance of a title has a lot to do with the number of readers and authors who communicate, or cite each other, via a well-placed journal in a given knowledge area (Ziman, 1980). This is why journals function as a system to organize an area of knowledge and, consequently, as a recognition mechanism, for both researchers and institutions, that aspire to achieve good standing in all kinds of academic and research rankings (Whitley, 1982; Kimet *et al.*, 2019). The resulting set of publications with greater recognition, which is often called the scientific mainstream, is typically associated with the titles that appear in the impact rankings derived from the citation indexes of Clarivate's Web of Science or Elsevier's Scopus. In this way, the value that universities and governments give to the journals that are best positioned in this hierarchical system represents one of the most important factors determining the price of their subscriptions (Guédon, 2014) or the editorial services paid (article processing charge, APC) (Solomon; Björk, 2012; Björk; Solomon, 2015). Incorporating a new title into this system represents an immense challenge in terms of consolidation that requires, in successful cases, between two and seven years (Marušić; Marušić; King, 2013).

Diversas métricas permitem identificar claramente a pretensa qualidade de uma publicação. Os índices de qualidade relativa, como o JCR (*Journal Citation Reports*) e o SCOPUS, podem simplificar esta escolha, uma vez que a classificação das revistas introduz um fator direto de avaliação das publicações. Estas métricas são utilizadas como referência nos processos de avaliação das universidades. Por exemplo, no *ranking* académico da ARWU (*Academic Ranking of World Universities*), conhecido como o *ranking* de Xangai, um dos seus critérios é a existência/o número de artigos indexados no *Science Citation Index-Expanded* e no *Social Science Citation Index*. Na avaliação institucional efetuada pela A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior), este é também um dos critérios a considerar.

Os princípios CoARA (*Coalition for Advancing Research Assessment*), aos quais a Universidade do Porto adere, servem de contraponto às métricas tradicionais. A CoARA defende uma abordagem mais holística e qualitativa da avaliação da investigação, enfatizando a importância de *outputs* diversificados e de métricas responsáveis. No

entanto, a falta de instrumentalização efetiva tem limitado a sua adoção como uma alternativa real. Em alguns esquemas de financiamento a projetos de investigação como o ERC (European Research Council) Grants, solicita-se explicitamente que o fator de impacto não seja utilizado como critério de excelência científica.

O objetivo deste trabalho é analisar o estado das revistas científicas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), destacando a importância destas como meio privilegiado de transmissão de informação. As publicações das faculdades nem sempre têm recebido o merecido reconhecimento, sendo frequentemente ofuscadas pelo papel preponderante das revistas publicadas por grandes grupos editoriais científicos. Este trabalho visa sistematizar o estudo das revistas e valorizar o seu contributo para o ecossistema de I&D da FLUP.

2. As editoras académicas e a produção de revistas científicas

As editoras universitárias têm uma longa história, com os primeiros livros publicados em universidades como Oxford ou La Sorbonne a remontarem à década de 1470 (ARREDONDO-AYALA, 2011). No entanto, a proliferação destas, tal como as conhecemos atualmente, teve início no século XIX, começando nos Estados Unidos, nas universidades Johns Hopkins, Princeton, Harvard e Stanford, e continuando na Europa e na América Latina (BALADRÓN PAZOS e CORREYERO RUIZ, 2019).

O aparecimento das revistas científicas e as inovações que estas introduziram, como a revisão por pares, estão indissociavelmente ligados à criação das sociedades científicas. A crescente importância da investigação como componente central da missão das universidades durante o século XIX impulsionou a criação de revistas científicas nas instituições académicas. Embora a publicação de revistas científicas não seja exclusiva das universidades, como é amplamente reconhecido, representa uma parte significativa da atividade de investigação que lhes está associada. Neste contexto, as universidades podem ser consideradas como mais uma editora num cenário global altamente competitivo (REPISO, ORDUÑA-MALEA e AGUADED, 2019).

Os principais modelos de editores de revistas são as associações científicas, as universidades, os centros de investigação e os editores científicos privados (REPISO, ORDUÑA-MALEA e AGUADED, 2019), com uma clara divisão entre editores comerciais e não comerciais. Atualmente, a maioria das revistas científicas é publicada por um número limitado de editores comerciais e por um número muito reduzido de editores sem fins lucrativos. Esta situação é ainda mais acentuada nas revistas de ciências puras ou aplicadas. Por exemplo, Vijayarathi *et al.* (2021) constataram que, no domínio da radiologia, apenas 18% das revistas são publicadas por entidades não comerciais, incluindo as editoras universitárias. Desde 2000, a proeminência das editoras comerciais tem aumentado devido a fatores como a maior concentração de empresas, a digitalização generalizada e o surgimento de serviços de apoio aos investigadores na escrita e publicação científica, normalmente oferecidos pelas próprias editoras comerciais (KRAPEŽ, 2023).

Nas editoras universitárias, existe uma noção clara de que a investigação e os seus resultados são um bem público (HARRISON, 2004). Esta realidade é mais evidente no contexto das editoras não anglo-saxónicas, com uma longa tradição de universidades predominantemente públicas e editoras com menor peso no panorama internacional. Assim, o interesse científico é o elemento fundamental na seleção de conteúdos, por oposição à rentabilidade esperada, que parece ser importante apenas para 26% das editoras

latino-americanas e 32% das espanholas, segundo dados compilados por Giménez-Toledo, Tejada-Artigas e Mañana-Rodríguez (2018). Isso tem consequências evidentes em termos de financiamento e profissionalização das editoras universitárias, e as universidades geralmente absorvem os custos gerados pela edição.

Assumir os custos de produção das revistas científicas significa que são os docentes e os investigadores universitários os responsáveis por sustentar, com o seu tempo e esforço, os processos contínuos de seleção, avaliação e edição de conteúdos. Ruíz-Pérez, Martín-Martín e Delgado López-Cózar (2014) destacaram os desafios enfrentados pelas revistas universitárias espanholas para manterem a regularidade e um sistema de revisão por pares, tornarem-se visíveis e relevantes na arena global de publicação científica e alcancarem sucesso de acordo com os critérios utilizados em Espanha pelas agências de avaliação.

Os últimos dez anos não parecem ter sido favoráveis às revistas universitárias. Verificou-se um aumento das exigências tecnológicas e de normalização impostas, bem como um aumento das condições requeridas por diretórios como o DOAJ e pelas bases de dados para incluir novas revistas. Urbano *et al.* (2020) salientam a necessidade de um apoio profissional mais abrangente, tanto a nível tecnológico como editorial, bem como o desenvolvimento de políticas e infraestruturas nacionais e institucionais que respondam aos desafios do acesso aberto e às decisões que este implica. Os autores questionam também a capacidade de as revistas promovidas por entidades não comerciais substituírem as revistas comerciais.

Como já foi referido anteriormente, existe uma notável disparidade entre os países anglo-saxónicos e o resto do mundo relativamente à presença e utilização de bases de dados. Repiso, Orduña-Malea e Aguaded (2019) verificaram que todas as universidades com mais de 20 revistas na WoS são inglesas ou americanas (num total de oito universidades), sendo que a University of Oxford e a University of Cambridge têm perto de 300 revistas (ver Quadro 1). Em todo o caso, os referidos autores demonstram que “apenas 387 universidades no mundo têm revistas indexadas nas bases de dados de elite da Web of Science (SCI, SSCI e A&HCI)”, o que representa uma minoria limitada de universidades a nível mundial. Tóth, Háló e Goyanes (2023) demonstram que os Estados Unidos exercem uma influência significativa na distribuição das citações, de tal forma que, apesar de terem igual ou menos acessos aos seus artigos, os autores norte-americanos são mais frequentemente citados do que os da Europa de Leste ou de Espanha. Este facto tem implicações notáveis para as revistas de outros países.

Quadro 1 - Universidades com 20 ou mais revistas na WoS

R	Universidades	Total Wos	Coed.	SCI	SSCI	Q1	A&HCI	Total revistas	Taxa de êxito
1	<i>University of Oxford</i>	292	195	162	114	113	59	433	67,4
2	<i>University of Cambridge</i>	285	136	113	121	49	108	412	69,2
3	<i>University of Chicago</i>	54	21	11	31	13	20	75	72,0
4	<i>Johns Hopkins University</i>	57	23	4	14	1	46	91	62,6
5	<i>Duke University</i>	34	13	4	12	4	27	56	60,7
6	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>	24	11	7	9	2	11	36	66,6
7	<i>University of California</i>	22	1	2	6	2	18	55	40,0
8	<i>University of Edinburgh</i>	20	6	2	5	1	19	45	44,4

Fonte: Repiso, Orduña-Malea e Aguaded (2019).

Ruíz-Pérez, Martín-Martín e Delgado López-Cózar (2014) fornecem uma perspectiva matizada sobre esta questão, destacando que a presença notável de revistas nos domínios da Biomedicina, Ciência e Tecnologia nas principais bases de dados influencia o desempenho das revistas universitárias. Isto deve-se ao facto de estas serem áreas onde a publicação universitária tem, tradicionalmente, menos penetração. O foco das publicações universitárias é tipicamente nas Ciências Sociais e Humanas, o que resulta num desempenho superior em índices especializados. De facto, as publicações destinadas a mercados mais pequenos, como os de língua não inglesa, ou em disciplinas que geram menores retornos económicos, são de menor interesse para as editoras comerciais, mas não para as editoras universitárias, que dão prioridade aos seus objetivos institucionais em detrimento dos económicos (KRAPEŽ, 2023).

Tudo isto tem implicações para os autores. Como salienta Meneghini (2012), existem atualmente duas vias de publicação científica, regional ou internacional, e a escolha entre as duas tem consequências diretas para a investigação publicada e para os autores: “A via seletiva e internacional garante maior visibilidade, sobretudo se o artigo for publicado numa revista de grande impacto. A via regional também torna públicos os resultados e as experiências, mas não consegue atrair visibilidade internacional, nomeadamente se a investigação não for publicada em inglês” (MENEGHINI, 2012). Esta “via regional” é, na maioria dos casos, a via dos editores universitários e enfrenta numerosas dificuldades para atingir um nível de profissionalização que os torne competitivos. Algumas delas, são, nomeadamente:

- Falta de regularidade (RUÍZ-PÉREZ, MARTÍN-MARTÍN e DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, 2014)
- Débil revisão por pares: A revisão por pares nas revistas nacionais é simplesmente de um nível inferior devido a vários fatores que incluem a falta de formação na avaliação objetiva da investigação e uma maior indulgência e tolerância com a baixa qualidade
- Falta de visibilidade (ABADAL e RIUS ALCARAZ, 2008; ANDREI, TEODORESCU, e MIRICĂ, 2016; RUÍZ-PÉREZ, MARTÍN-MARTÍN e DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, 2014)
- Não cumprimento dos critérios das agências de avaliação (RUÍZ-PÉREZ, MARTÍN-MARTÍN e DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, 2014)
- Endogamia (ANDREI, TEODORESCU, e MIRICĂ, , 2016; ALTBACH, YUDKEVICH e RUMBLEY, 2015)

3. O ecossistema I&D da FLUP

A Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) foi criada em 1919 e reaberta em 1961, depois de ter sido encerrada em 1928, e contribui para a formação de alta qualidade em diversas áreas do conhecimento. É uma das 14 unidades orgânicas que integram a Universidade do Porto (U.Porto). Esta é uma das instituições de ensino superior mais prestigiadas da Europa e é reconhecida como uma das melhores universidades em

Portugal. Com uma comunidade científica altamente qualificada, a U.Porto tem um ecossistema de renome, particularmente evidente na posição de liderança que ocupa nos principais *rankings* académicos e científicos internacionais, contribuindo com cerca de 25% da produção científica nacional.

A FLUP, instituição de excelência e uma das faculdades mais procuradas do país, é reconhecida pelo ensino e investigação nas áreas de Ciências Sociais e Humanas. O atual edifício da FLUP, localizado no Pólo 3 da U.Porto (Campo Alegre), foi inaugurado em 1995. Ao longo da sua existência, a faculdade esteve instalada em diversos edifícios históricos da U.Porto.

Conta com cerca de 4.500 estudantes inscritos em 13 licenciaturas, 29 mestrados e 10 doutoramentos e mais de 1.700 formandos em cursos não conferentes de grau. Os cursos que se desenvolvem nos três ciclos de estudos (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) cobrem uma grande variedade de áreas disciplinares, como Arqueologia, Filosofia, História, História da Arte, Línguas, Sociologia, Geografia, Relações Internacionais, Tradução, Ciências da Comunicação, Ciência da Informação e Ensino. Tem ainda cerca de 200 docentes, distribuídos por 9 departamentos, 34 investigadores e 85 técnicos e administrativos.

Para além da oferta anterior, a FLUP disponibiliza também uma vasta gama de cursos de formação contínua abertos a toda a comunidade, promovendo a aprendizagem ao longo da vida e o envolvimento com o público em geral. O ecossistema de I&D da FLUP tem como eixo articulador a atividade que docentes, investigadores e estudantes de pós-graduação realizam no âmbito das oito unidades de I&D, acreditadas e financiadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) (ver Quadro 2).

Quadro 2 - Unidades I&D da FLUP

Unidade	Objetivos	Linhas de Investigação	Polos
CEAUP Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto 	Focar-se na investigação multidisciplinar e cooperação em Estudos Africanos, promovendo a compreensão e o desenvolvimento em contextos africanos	Sociedades Africanas Históricas e Contemporâneas Dinâmicas Políticas e Sociais em África Desenvolvimento e Educação em Contextos Africanos	
CEGOT Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território 	Avançar na investigação em Geografia e Ordenamento do Território, contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável	Dinâmicas Ambientais Planeamento Urbano e Regional Paisagens Culturais e Turismo	Universidade de Coimbra (Faculdade de Letras) / FLUP
CETAPS Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies 	Promover a investigação em Estudos Ingleses, Tradução e Estudos Anglo-Portugueses, fomentando o diálogo interdisciplinar e intercultural	Culturas e História Anglófonas Estudos Anglo-Portugueses Estudos de Tradução e Língua Aplicada Estudos Utopianos	Universidade NOVA de Lisboa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas) / FLUP

Unidade	Objetivos	Linhas de Investigação	Polos
CITCEM Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” 	Promover a investigação transdisciplinar em Cultura, Espaço e Memória, integrando diversas áreas académicas	Estudos de Património e Memória Dinâmicas Sociais e Culturais Abordagens Interdisciplinares à História e Cultura Informação e Comunicação	
CLUP Centro de Linguística da Universidade do Porto 	Melhorar a investigação fundamental e aplicada em Linguística, apoiando a educação e inovação linguística	Sintaxe e Semântica Fonologia e Lexicologia Linguística Computacional e Forense	
IF Instituto de Filosofia 	Avançar na investigação e educação filosófica, enfatizando questões filosóficas contemporâneas e históricas	Teorias Contemporâneas da Racionalidade Pensamento Político e Filosofia	
ILCML Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa 	Focar-se em Literatura Comparada, Estudos Culturais e Estudos Feministas, promovendo a investigação interdisciplinar	Inter/Transculturalidades Intermedialidades Intersexualidades	
IS-UP Instituto de Sociologia da Universidade do Porto 	Promover a investigação e educação sociológica, abordando questões sociais contemporâneas	Sociologia das Culturas e Identidades Políticas Sociais e Governança Sociologia Territorial e Urbana	

Fonte: As autoras.

Em articulação com as oito unidades de I&D, a FLUP conta ainda com duas unidades funcionais que levam a cabo atividades científicas e de transferência, com grande relevância social e que potenciam o ambiente global de investigação: o REMA e o CODA. O REMA (Research Management & Science Communication Hub), é uma unidade vocacionada para o desenvolvimento de atividades de gestão e comunicação em Ciência e Tecnologia, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) ao abrigo do contrato-programa CEECINST/00130/2018. Foi criado em 2019 e é integrado por quatro investigadoras. O CODA (Centre for Digital Culture and Innovation) é uma unidade dedicada ao campo das Humanidades Digitais, é atualmente composto por três investigadores e foi criado em 2022.

As Unidades de I&D da FLUP organizam o seu trabalho em grupos de investigação internos, que desenvolvem atividades, nomeadamente, mediante financiamento competitivo obtido através de concursos da FCT, outros mecanismos de financiamento nacional e programas de financiamento europeus. A prestação de serviços a empresas e entidades externas, bem como atividades de comunicação de ciência, asseguram o envolvimento das unidades com a sociedade e o setor empresarial e público. Entre as suas atividades estão a publicação de artigos, o desenvolvimento de eventos científicos de diversas índoles, a publicação de

revistas científicas, atas de congresso e livros. Para além disso, as unidades estão envolvidas na criação de plataformas digitais, repositórios e bases de dados.

Quanto às revistas científicas da FLUP, estas são disponibilizadas em acesso aberto e estão alojadas no *software* Open Journal Systems (OJS), existente desde 2001 e adotado pela FLUP. Em 2012, a Unidade de Publicações dos Serviços de Documentação e Informação da FLUP passou a gerir a Plataforma OJS. Com o objetivo de aumentar a visibilidade e disseminação do conhecimento científico produzido na faculdade, nomeadamente, das revistas científicas publicadas em acesso aberto, foi lançado o *site* Digithéke em 2021.

Ainda que a investigação esteja organizada principalmente no seio das Unidades de I&D referidas, os editores de revistas científicas podem também ser departamentos da FLUP. As revistas disponíveis na Digithéke, e, portanto, em acesso aberto, seguem a chamada rota diamante ou platina. Esta via distingue-se das vias verde, dourada e híbrida, na medida em que o modelo diamante, também conhecido como platina, envolve revistas académicas e repositórios que publicam em acesso aberto, sem cobrar taxas de processamento de artigos (APC). Isto significa que não existem barreiras de pagamento para publicar ou aceder ao material publicado. As revistas são sujeitas a revisão por pares e estão licenciadas ao abrigo da Creative Commons, que inclui um manual de boas práticas e recomendações para indexação, demonstrando um compromisso institucional com a qualidade destas publicações.

4. Metodologia

O presente estudo combina a investigação documental e observação. Para a revisão da literatura foram utilizadas a base de dados LISTA, Google Scholar, Dimensions e Google como ferramenta de descoberta.

4.1. Amostragem

Optou-se por uma amostra não probabilística com seleção intencional, justificada pela necessidade de estudar parâmetros como a periodicidade e revisão por pares, que requerem uma publicação ativa. O universo do estudo é composto pelas revistas publicadas pela FLUP. A população inclui as revistas disponíveis em formato *online*, acessíveis através da plataforma Digithéke: 36 revistas. Foram excluídas do estudo as revistas que não se encontram ativas. No entanto, é importante notar que a definição de "ativa" foi cuidadosamente considerada.

Uma das revistas da lista não cumpre a condição de ser publicada pela FLUP, pois é publicada por uma sociedade científica cujo conselho editorial inclui membros da faculdade, o que reflete uma certa disparidade de critérios na seleção. A revista *Península: Revista de Estudos Ibéricos* deixou de ser publicada em 2009, facto que não é indicado na plataforma. As oito revistas descontinuadas são enumeradas no Quadro 3. A amostra final é, então, constituída pelas 28 revistas ([Digithéke - Revistas em acesso aberto \(up.pt\)](#)) que continuam a ser publicadas e que cumprem com o requisito de base de serem publicadas pela FLUP.

Quadro 3 - Revistas descontinuadas da FLUP

Revista	Data de fecho
Douro: Estudos & Documentos	2007
eFabulations	2012
e-Topia: Revista electrónica de Estudos sobre a Utopia	2013
Geografia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	2013
Península: Revista de Estudos Ibéricos	2009
Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas	2008
Spaces of Utopia: an eletronical journal	2014
Terceira Margem: Revista do Centro de Estudos Brasileiros	2004

Fonte: As autoras.

Adicionalmente, constatámos que as Unidades I&D possuem outras revistas com ISSN que não estão incorporadas no sistema OJS e, conseqüentemente, não figuram na Digithéke. Exemplos destas publicações incluem a *IS-UP*, a revista *Plataforma Barómetro Social* e a *Skhema: revista interartes* do ILCML. Isto demonstra que o universo da atividade editorial da FLUP é, na realidade, significativamente mais vasto e diversificado do que o representado na plataforma Digithéke. A análise dos sítios *web* das oito Unidades de I&D revelou que estas não mantêm um registo exaustivo das suas revistas, sendo que algumas nem sequer disponibilizam informações nesta secção. Quanto aos registos dos nove Departamentos acessíveis através do sistema Sigarra, verificou-se que algumas das revistas por eles publicadas estão referenciadas com uma hiperligação para a Digithéke, mas não de forma consistente para todas as publicações.

4.2. Recolha de dados

A recolha de dados combinou a revisão de múltiplas fontes para garantir a máxima fiabilidade, nomeadamente, a Digithéke, o catálogo *online* da Biblioteca da FLUP, os *sites* das Unidades de I&D que têm uma secção dedicada às publicações, e o Latindex. Durante o processo de pesquisa, verificámos que a periodicidade das publicações e a editora eram dois elementos que podiam variar entre estas fontes.

Para além desta variabilidade, deparámo-nos com várias inconsistências na informação disponibilizada sobre as revistas. Um exemplo meramente ilustrativo desta situação é o caso da revista *Civitas Augustiniana: Revista Internacional de Estudos Agostinianos*. Esta publicação aparece no sítio da Digithéke com um título diferente: *Civitas Augustiniana: Revista Interdisciplinar para a receção de Agostinho* (ver Fig. 1).

Fig. 1 - Variações do título da revista



Fonte: As autoras.

Para garantir a exatidão dos dados, foi necessário adotar um processo de verificação mais rigoroso. Este incluiu não só a consulta da secção "Sobre" no sítio *web* da própria revista, mas também o acesso aos ficheiros PDF completos das publicações. Este procedimento permitiu-nos recuperar com precisão os títulos corretos, bem como informações sobre os editores e outros dados relevantes. Outro aspeto importante que observámos foi que as revistas com subtítulos frequentemente não são listadas com o título completo no sítio da revista na Digithéke. Esta omissão dos subtítulos pode dificultar a identificação precisa das publicações e requer atenção adicional durante o processo de recolha de dados.

Como é característico das publicações periódicas, as revistas da FLUP têm evoluído significativamente ao longo do tempo. Esta evolução manifesta-se através de alterações nos títulos, na periodicidade e nos formatos de publicação. No âmbito deste estudo, optámos por considerar sempre os dados mais recentes de cada publicação, refletindo assim o seu estado atual.

É importante salientar que, embora uma análise histórica das edições anteriores das publicações periódicas seja indubitavelmente interessante e potencialmente valiosa, tal abordagem não se enquadra no âmbito da presente investigação.

4.3. Parâmetros analisados

Na revisão da literatura científica, não foram identificados estudos anteriores que se debruçassem especificamente sobre as revistas publicadas por faculdades universitárias. A maioria das investigações existentes concentra-se no impacto dos artigos, combinando diferentes tipos de métricas (EYRE-WALKER e STOLETZKI, 2013). Uma abordagem mais

próxima do que pretendemos neste estudo foi proposta por Merlo-Vega e Montoya-Roncancio (2023). Estes autores sugerem 15 indicadores agrupados em três critérios: indicadores editoriais, bibliométricos e de disseminação. Contudo, o objetivo destes indicadores é a análise de plataformas de revistas, avaliando o cumprimento destes parâmetros. No contexto específico do nosso estudo sobre as publicações da FLUP, considerámos que estes indicadores, embora valiosos, não eram suficientes para captar plenamente a realidade da nossa instituição. A nossa perspetiva visa avaliar elementos intrinsecamente ligados à essência da Faculdade, tais como o ano de criação de cada revista ou a Unidade/Departamento a que pertence.

Assim sendo, foi criado um modelo estruturado de recolha de dados numa folha de cálculo Excel para registar sistematicamente informações sobre cada um dos seguintes parâmetros, para cada revista:

- Título completo da revista
- Editora
- Área temática
- Periodicidade
- Data de criação
- Acesso (Open Access)
- Número mais recente
- Publicação Digithéke
- Formato (eletrónico/papel/ambos)
- Revisão por pares
- Indexação
- Colaboração (parcerias com outras entidades)
- “Sobre a Revista”

Para medir o impacto e a visibilidade das revistas, avaliámos os níveis de endogamia e internacionalização das mesmas. A endogamia de uma publicação é definida por uma série de fatores. Paz Enrique, Hernández-Alfonso & Artigas (2022) descrevem os seguintes:

- Diversidade de autores: artigos escritos por uma ampla gama de autores de diferentes instituições e países. Um nível alto de endogamia é indiciado pela existência de um grupo pequeno e repetitivo de autores.
- Diversidade institucional: a variedade de instituições representadas nas publicações da revista. Uma elevada concentração de artigos de poucas instituições sugere um maior nível de endogamia.

- Padrões de citação: autores que citam frequentemente o seu próprio trabalho ou o trabalho de um pequeno grupo de colegas. Uma elevada taxa de auto-citação pode ser um sinal de endogamia.
- Composição do conselho editorial: Será valorizada se incluir membros de diversas instituições e regiões. Um conselho dominado por membros de uma única instituição ou país pode contribuir para a endogamia.
- Processo transparente e rigoroso de avaliação pelos pares que inclua revisores de um vasto leque de instituições e disciplinas. Isto ajuda a evitar vieses e promove a diversidade na investigação publicada.

Nesta parte da análise, por ser exploratória, foi utilizada apenas uma adaptação do segundo critério. Estudámos todos os números dos últimos três anos das cinco revistas selecionadas, 2021, 2022, 2023. Inicialmente, optámos por incluir o ano de 2024, mas tendo em conta o período em que os dados foram recolhidos (outubro de 2024), verificámos que não poderíamos ter uma massa crítica comparável, dada a disparidade dos períodos de publicação. Os números monográficos foram eliminados desta análise por não seguirem os padrões habituais de chamadas de artigos. Na secção Endogamia e Internacionalização indicam-se pormenorizadamente os elementos desta análise.

5. Resultados e análise

5.1. Editores

A sistematização dos dados das 28 revistas publicadas na Digithéke revelou que as revistas da FLUP são maioritariamente editadas pelas Unidades I&D e, em alguns casos, pelos Departamentos (ver Quadro 4). Foram identificados 14 editores diferentes, dos quais 8 são responsáveis pela publicação de uma revista. Publicam duas revistas o Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP), o Instituto de Filosofia (IF), o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) e a própria Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

O Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP) destaca-se como a Unidade de I&D com o maior número de publicações, sendo responsável por 5 revistas. Segue-se o Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM) com 4 publicações, e o Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies (CETAPS) com 3.

Um elemento a destacar é a edição em parceria. O Quadro 4 mostra o caso de *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, que é publicada em parceria entre o Departamento de Sociologia (DS) e o IS-UP. As revistas *e-Teals: An e-journal of Teacher Education and Applied Language Studies* e *Translation matters*, editadas ambas pelo CETAPS, mantêm uma coedição com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa, o que deve ser entendido no quadro em que ambas as entidades constituem os dois polos que integram esta Unidade de I&D.

Para além destes dois exemplos, a copublicação ocorre em duas outras publicações que são *per se* um indicador de internacionalização da atividade editorial da FLUP. É o caso da revista *Redis: Revista de Estudos do Discurso* do CLUP, editada em colaboração com a Faculdade de Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), e a revista *Orientes de Portugal*, com a Universidade Politécnica de Macau.

Esta distribuição demonstra uma diversidade significativa na atividade editorial da FLUP, com uma clara preponderância das Unidades de I&D na produção e gestão das publicações científicas da instituição.

Quadro 4 - Distribuição das Revistas da FLUP por Editor

Revista	Editor
Africana Studia: Revista internacional de Estudos Africanos	CEAUP
Cadernos IS-UP: Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto	IS-UP
CEM: Cultura, Espaço & Memória	CITCEM
Civitas Augustiniana: Revista internacional de Estudos Agostinianos	IF
elingUP: Revista eletrónica de Linguística dos Estudantes da Universidade do Porto	CLUP
e-Teals: An e-journal of Teacher Education and Applied Language Studies	CETAPS
Filosofia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	DF
GETUP: Revista de Educação Geográfica da UP	DG*
GOT: Revista de Geografia e Ordenamento do Território	CEGOT
Guarecer: Revista eletrónica de estudos medievais	IF
História: Revista da FLUP	DHEPI**
Intercâmbio: Revue d'Études Françaises	Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto
Language and Law = Linguagem e Direito	CLUP
Lingvarvm Arena: Revista do Programa Doutoral em Didática de Línguas da Universidade do Porto	CLUP
Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto	CLUP
Mediaevalia: Textos e estudos	IF
Orientes do Português	FLUP
Páginas a&b: arquivos e bibliotecas	CITCEM
Portvgalia: revista de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	DCTP***

Revista	Editor
Prisma.com	CITCEM
Redis: Revista de Estudos do Discurso	CLUP
Revelar: Revista de Estudos da Fotografia e da Imagem	DCTP
Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Departamento de Sociologia IS-UP
The Journal of US-Africa Studies	CEAUP
Todas as Artes: Revista luso-brasileira de artes e cultura	FLUP
Translation matters	CETAPS
Via Panorâmica: Revista de Estudos Anglo-Americanos = A Journal of Anglo-American Studies	CETAPS
Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso	CITCEM

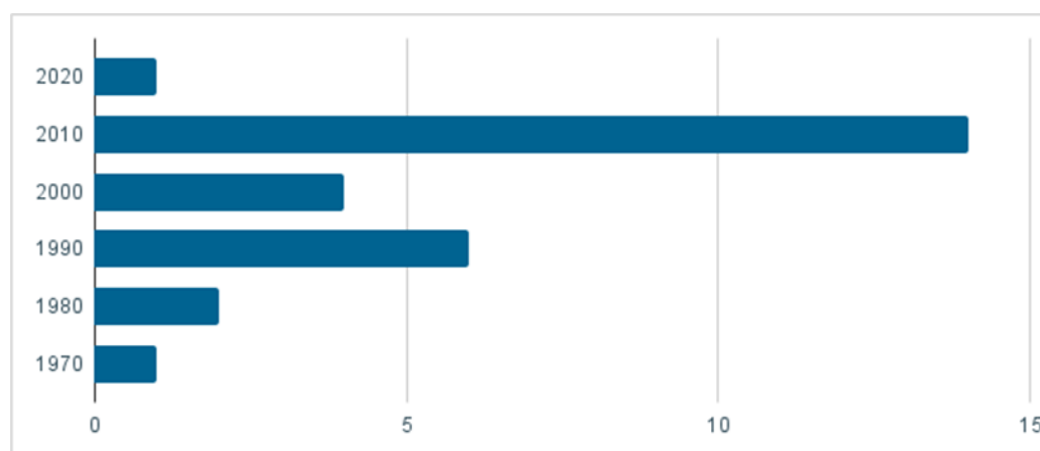
* DG – Departamento de Geografia. ** DHEPI – Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.*** DCTP – Departamento de Ciências e Técnicas do Património.

Fonte: As autoras.

5.2. Data de criação

A *História: Revista da FLUP*, fundada em 1970, é a primeira revista científica criada na faculdade, a qual ainda está ativa. Também desta mesma década é a publicação *Filosofia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, fundada em 1972, mas cujo volume 1 data de 1985. A *Portugalia: revista de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* inaugura a década de 1980. A revista mais recente é a *Cadernos IS-UP: Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto*, publicada pela primeira vez em 2022, tendo sempre como referência a Digithéke (revistas da FLUP que utilizam o OJS).

Fig. 2 - Distribuição das revistas por década de criação



Fonte: As autoras.

5.4. Periodicidade e atualidade

A periodicidade das revistas científicas da FLUP divide-se entre ‘anual’ e ‘semestral’, sendo a primeira mais prevaiente do que a segunda, com 55,17% e 44,83%, respetivamente. Observa-se que a publicação das revistas é regular e que a variabilidade na periodicidade é um dado pouco relevante, no geral. Apenas duas revistas sofreram alterações na sua periodicidade. Uma terceira publicação concentrou numa edição dois volumes, por motivos da pandemia COVID-19, o que realmente não parece ser relevante.

Por outro lado, é importante refletir sobre como as revistas de editores diferentes das universidades mantêm uma periodicidade superior, que pode ser quadrimestral e, em alguns casos, até mensal. Isto denota, implicitamente, uma dificuldade na gestão das publicações, mas também pode ser um alerta relativamente à visibilidade e ao impacto. Relativamente à atualização das revistas, é importante avaliar os dados referentes à sua periodicidade. A recolha de dados foi realizada até outubro de 2024, de forma a obter uma perspetiva o mais atual possível da situação. A atualização das revistas é valorada positivamente quando apresenta uma regularidade consistente nas suas publicações, mantendo-se em dia, com a sua periodicidade declarada. Neste caso, apenas podem ser considerados significativos os dados de cinco revistas científicas: uma revista apresenta o último número publicado em 2019 (*e-Teals: An e-journal of Teacher Education and Applied Language Studies*); três revistas têm a sua última publicação em 2021 (*The Journal of US-Africa Studies*, *Civitas Avgustiniana: Revista Internacional de Estudos Agostinianos* e *Guarecer: Revista eletrónica de Estudos Medievais*); uma revista tem o seu número mais recente publicado em 2022 (*Filosofia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*).

5.5. Idioma

Um aspeto notável e altamente positivo das revistas académicas da FLUP é a sua abertura a uma diversidade significativa de idiomas para a submissão de artigos. Esta política linguística abrangente revela-se como meio para ampliar a *pool* de autores e aumentar, significativamente, a visibilidade das revistas.

Esta política linguística diversificada é um forte impulsionador da internacionalização das revistas. Como seria de esperar, a maioria das revistas aceita artigos em português. O inglês emerge como o segundo idioma mais aceite, refletindo o seu estatuto de língua franca na comunicação científica internacional.

Algumas revistas destacam-se pela aceitação de artigos em quatro idiomas diferentes. A combinação mais comum inclui português, inglês, francês e espanhol. A revista *Filosofia* merece destaque especial pela sua política linguística. Além das quatro línguas mencionadas (português, inglês, francês e espanhol), esta publicação aceita também artigos, estudos críticos e recensões em alemão. A revista *Prisma.com* aceita publicações não apenas em português e inglês, mas também em outras línguas românicas.

5.6. Open access

A análise dos formatos de publicação e da acessibilidade *online* das revistas da FLUP revela uma clara tendência para a digitalização e ampla disponibilização de conteúdos

académicos. A predominância de publicações eletrónicas (72,4%) e a significativa presença de revistas em formato híbrido (24,1%) demonstram uma clara orientação para via digital e pelo *open access*.

Uma parte significativa das revistas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) nasceu já em formato digital, mas a política comprometida de acesso aberto adotada pela instituição estende-se à disponibilização *online* de publicações originalmente concebidas em formato impresso. Assim, 100% dos números das revistas são acessíveis através da Digithéke.

No entanto, observam-se duas exceções interessantes neste panorama:

- A revista *GOT: Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, editada pelo CEGOT e fundada em 2012, apresenta uma particularidade na sua disponibilização digital. Na Digithéke, estão acessíveis apenas os números a partir do 24º, publicado em 2022. Contudo, é importante salientar que os números anteriores não estão inacessíveis; pelo contrário, encontram-se disponíveis no sítio *Web* da própria unidade de investigação: <https://www.cegot.org/ojs/index.php/GOT/issue/archive>. Esta situação demonstra uma continuidade no acesso, ainda que através de plataformas distintas.
- A revista *e-Teals* apresenta um caso singular. A sua presença na Digithéke cessou a partir do número 10, publicado em 2019. No entanto, a publicação continua ativa e acessível através da Universidade Nova de Lisboa. O seu número mais recente, o 15º, foi publicado em 2023 e pode ser consultado no sítio *Web* da referida universidade. Esta transição reflete possivelmente mudanças nas parcerias institucionais, sem comprometer o acesso público aos conteúdos.

Um aspeto crucial e altamente positivo a sublinhar é a política de publicação sem custos para os autores (CfP - *Charge-free Publication*) adotada por todas as revistas da FLUP. Esta informação é claramente comunicada nas diretrizes destinadas aos autores, geralmente na secção de informações sobre a publicação. Esta abordagem democrática à publicação académica elimina barreiras financeiras à disseminação do conhecimento, alinhando-se com os princípios do acesso aberto e fomentando uma participação mais ampla e diversificada da comunidade académica.

5.7. Secção "Sobre/About us"

Uma análise minuciosa, na secção "Sobre" de cada revista, reveste-se de crucial importância, pois é nela que se espera encontrar informações basilares sobre a missão, o âmbito e o público-alvo de cada revista, etc. A nossa investigação revelou padrões interessantes e variações significativas na abordagem editorial de cada publicação.

É notório que a esmagadora maioria das revistas (27 em 28) disponibiliza algum tipo de informação nesta secção. No entanto, a qualidade e a quantidade de informação apresentam uma variabilidade assinalável. Observámos que a maioria das publicações opta por fornecer uma visão geral sobre as suas áreas temáticas de interesse e os objetivos editoriais. Destacam-se, pela positiva, revistas como *Todas as Artes: Revista luso-*

brasileira de artes e cultura e *Translation Matters*, que apresentam descrições extremamente detalhadas, demonstrando um compromisso com a transparência e a clareza editorial.

Um aspeto particularmente interessante é a abordagem de algumas revistas à questão da proteção de dados. A revista *Revelar*, por exemplo, dedica uma extensa explicação a este tópico, o que denota uma preocupação crescente com questões de privacidade e conformidade legal.

No que concerne ao processo de avaliação, algumas revistas, como a *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, destacam-se pela transparência exemplar, descrevendo em pormenor o seu processo de revisão por pares. A *CEM: Cultura, Espaço & Memória* vai ainda mais longe, divulgando os nomes dos avaliadores do último número - uma prática que pode contribuir para a credibilidade do processo de revisão.

É digno de nota que várias publicações, incluindo *Linguística*, *Translation Matters* e *Via Panorâmica*, abordam de forma aprofundada questões éticas cruciais, como o plágio e as responsabilidades dos revisores e da equipa editorial. Esta ênfase na integridade académica é um indicador positivo da seriedade com que estas revistas encaram o seu papel na comunidade científica.

Por outro lado, identificámos algumas publicações cuja informação na secção "Sobre" é manifestamente escassa. Revistas como *Mediaevalia: Textos e estudos*, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, *The Journal of US-Africa Studies* e *Via Spiritus* apresentam lacunas significativas neste aspeto. Esta escassez de informação pode ser problemática, pois dificulta a compreensão do perfil da revista por parte de potenciais autores e leitores, podendo resultar numa menor atratividade para submissões de qualidade.

5.8. Comité Editorial

A composição e apresentação do comité editorial é um aspeto fundamental para a credibilidade e atratividade de uma revista académica. A nossa análise revelou uma disparidade significativa na forma como as revistas abordam esta questão. Constatou-se que sete das revistas analisadas não apresentam qualquer informação sobre o seu comité editorial. Esta omissão é grave e pode suscitar dúvidas quanto à seriedade e ao rigor editorial destas publicações. É possível que, em alguns casos, esta lacuna se deva a problemas de migração de conteúdos para o sistema OJS. No entanto, esta situação deveria ser corrigida com urgência para salvaguardar a credibilidade das publicações.

Identificámos três revistas onde a informação sobre o comité editorial é extremamente sucinta, chegando ao ponto de, num caso (*Filosofia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*), apenas se apresentarem descrições de funções sem nomes associados. Esta prática é inadequada e não contribui para a transparência necessária numa publicação académica.

Por outro lado, a maioria das revistas apresenta informações completas sobre os seus comités editoriais. Destacam-se positivamente publicações como *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, *Todas as Artes: Revista luso-brasileira de artes e cultura*, *História: revista*

da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica e *Translation Matters*. Estas revistas disponibilizam listas detalhadas de nomes e afiliações, agrupadas por funções, o que demonstra um compromisso com a transparência e permite aos leitores e potenciais autores avaliar a qualidade e diversidade do corpo editorial.

5.9. Indexação em Bases de Dados e Diretórios

A presença em bases de dados e diretórios é um indicador importante da visibilidade e do reconhecimento de uma revista académica. A nossa análise revela que as revistas da FLUP têm ainda um caminho a percorrer neste aspeto. Positivamente, constatámos que 14 das 28 revistas (50%) indicam as bases de dados ou diretórios que as indexam. Esta prática é fundamental para aumentar a visibilidade e credibilidade das publicações. A maioria opta por apresentar esta informação na página principal, geralmente na coluna direita, o que facilita o acesso imediato a esta informação relevante.

É notório que as revistas analisadas apenas fazem menção a fatores de impacto. Destacam-se as revistas *Redis* e *Translation Matters* pela utilização de ícones para representar as bases de dados, uma abordagem mais visual e apelativa que poderia ser adotada por outras publicações. Igualmente, é surpreendente que não se faça referência a indicadores alternativos, como os fornecidos pelo CIRC ou MIAR, que poderiam oferecer uma indicação da qualidade e do alcance das revistas.

A plataforma OJS permite indicar de forma visível, na parte direita do ecrã, a informação dos índices e bases de dados em que as revistas estão sistematizadas. Algumas revistas, como *Civitas Augustiniana* e *Africana Studia*, optam por incluir esta informação em secções menos óbvias, como “Notícias” ou “Sobre”. Esta abordagem, embora menos imediata, pode ser eficaz se bem integrada no contexto global da informação sobre a revista.

Merece especial menção a revista *CEM: Cultura, Espaço & Memória*, que dedica uma secção específica chamada “Indexadores” dentro da página “Sobre”. Esta revista destaca-se pela completude e organização da informação sobre todos os aspetos da publicação, posicionando-se claramente como uma opção atrativa para potenciais autores.

Nesta secção, também é importante destacar a ausência de uma clara distinção entre o que é uma base de dados, um índice e um catálogo. Por exemplo, o Latindex é por vezes apresentado como uma base de dados. Uma análise global mostra, neste sentido, a dissimilaridade de categorizações entre as diferentes revistas.

A análise dos dados de indexação presentes na plataforma das revistas revela o seguinte panorama:

- Observa-se uma disparidade significativa na apresentação dos dados de indexação entre as revistas. Enquanto algumas não apresentam quaisquer dados, outras chegam a listar entre 18 a 19 fontes de indexação, demonstrando uma variação considerável na visibilidade e reconhecimento externo.
- É notável a ausência de publicações indexadas no JCR (*Journal Citation Reports*), um indicador importante de impacto académico.

- Destaca-se positivamente a revista *Translation Matters*, que está indexada na Scopus e no SJR (*SCImago Journal Rank*), posicionando-se no quartil Q1 na categoria de Literatura e Teoria Literária. Esta classificação é particularmente prestigiosa e indica um alto nível de reconhecimento internacional.
- A maioria das revistas indica estar indexada no Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal). Contudo, verifica-se que não é especificado o nível de cumprimento dos critérios de qualidade desta plataforma, o que seria uma informação valiosa para avaliar o rigor editorial.
- As revistas aparecem sistematicamente em bases de dados multidisciplinares como EBSCO e ProQuest, o que aumenta significativamente a sua visibilidade em várias áreas do conhecimento.
- Poucas revistas estão incluídas em bases de dados especializadas. Destacam-se, no entanto, *Páginas a&b: archivos e bibliotecas*, indexada na LISTA (*Library, Information Science & Technology Abstracts*), e *Translation Matters* na MLA (*Modern Language Association Database*), demonstrando reconhecimento em nichos académicos específicos.
- A presença na SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) é pouco significativa, sendo que apenas a *GOT: Revista de Geografía e Ordenamento do Território* indica estar presente nesta plataforma, o que é importante para a visibilidade na América Latina e países de língua portuguesa.
- Um dado que chama a atenção é a indicação de presença no Google Scholar, que, por si só, não tem valor como índice de qualidade de revistas, uma vez que é um motor de busca académico e não uma base de indexação seletiva.

Constata-se que a informação oferecida pelas revistas é frequentemente incompleta. Por exemplo, ao realizar buscas no MIAR (Matriz de Información para el Análisis de Revistas), verifica-se que 12 revistas da FLUP estão incluídas neste índice, quando, na prática, apenas *Páginas a&b: archivos e bibliotecas* indica esta informação na sua plataforma. Uma situação semelhante ocorre com o CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas). Embora 24 revistas da FLUP estejam incluídas neste índice, esta informação não é mencionada nas próprias revistas, representando uma oportunidade perdida de demonstrar reconhecimento adicional.

5.10. Peer review

Das 28 revistas analisadas, 42.9% (12 revistas) declaram utilizar o sistema de *double blind peer-review*, 3.6% (1 revista) declara realizar revisão por pares aberta, 21.4% (6 revistas) não apresentam dados sobre o tipo de revisão por pares utilizado, 3.6% (1 revista) menciona que a revisão por pares é feita apenas quando julgado necessário, o que pode comprometer a uniformidade e a qualidade dos artigos publicados, 28.6% (8 revistas) declaram usar *peer review*.

A elevada percentagem de publicações que utiliza o *double blind peer-review* (42.9%) indica uma forte preferência por este método, que é considerado rigoroso e imparcial. No entanto, a tendência atual aponta para a revisão aberta, que promove maior transparência e colaboração. A falta de dados em 21.4% das revistas pode afetar a confiança dos autores e leitores na qualidade das publicações, uma vez que a transparência no processo de revisão é crucial para a credibilidade das revistas.

6. Endogamia e internacionalização

Seguindo a metodologia estabelecida, selecionámos para análise 20% do total de revistas ativas e acessíveis através da Digithéke. Esta seleção baseou-se numa combinação de critérios, incluindo a antiguidade das publicações e a diversidade temática, abrangendo os anos de 2021, 2022 e 2023. No processo de seleção, foi necessário excluir algumas revistas devido a inconsistências na sua periodicidade ou de forma a garantir uma maior abrangência temática. Foram excluídas, especificamente:

- A revista *Filosofia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (fundada em 1972), devido a falhas na sua periodicidade. O número mais recente disponível é de 2022 (vol. 39), e os dois volumes anteriores (37 e 38) não se encontram publicados na Digithéke nem no *site* do IF.
- A revista *Mediaevalia* (fundada em 1992), que seria a sexta mais antiga, também foi excluída por razões semelhantes. O seu número mais recente é de 2022 e, embora tenha sido anunciada uma publicação para 2023, esta não estava, à data da recolha de dados, disponível na Digithéke nem no *site* do IF.
- A revista *Portvgalia* (fundada em 1980), que teria sido a segunda mais antiga após as exclusões anteriores, foi removida da amostra devido à sua proximidade temática com a revista *História*. Esta decisão foi tomada para assegurar uma maior diversidade temática no nosso estudo.

Incluímos na nossa análise os números temáticos das revistas, desde que não fossem dedicados à publicação de atas de conferências. Esta decisão foi tomada para manter a coerência com os processos habituais de chamada de artigos e revisão por pares. A seleção final das revistas analisadas é apresentada no Quadro 5.

Quadro 5 - Seleção das revistas analisadas

Revista		Amostra
História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	1970 Semestral	Vol. 13 N.º 2 (2023) Vol. 13 N.º 1 (2023) Vol. 12 N.º 2 (2022) Vol. 12 N.º 1 (2022) Vol. 11 N.º 2 (2021) Vol. 11 N.º 1 (2021)
Intercâmbio: Revue d'Études Françaises	1990 Anual	N.º 16 (2023) N.º 15 (2022) N.º 14 (2021)

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	1991 Semestral	Vol. 47 (2023) Vol. 46 (2023) Vol. 45 (2023) Vol. 44 (2022) Vol. 43 (2022) Vol. 42 (2021) Vol. 41 (2021)
Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso	1994 Anual	N.º 30 (2023) N.º 29 (2022) N.º 28 (2021)
Páginas a&b: arquivos e bibliotecas	1997 Semestral	3ª série. N.º 20 (2023) 3ª série. N.º 19 (2023) 3ª série. N.º 18 (2022) 3ª série. N.º 17 (2022) 3ª série. N.º 16 (2021) 3ª série. N.º 15 (2021)
Africana Studia	1999 Semestral	Vol. 1 N.º 40 (2023) Vol. 1 N.º 39 (2023) Vol. 1 N.º 38 (2022) Vol. 1 N.º 37 (2022) Vol. 1 N.º 36 (2021) Vol. 1 N.º 35 (2021)

Fonte: As autoras.

Para definir a afiliação dos autores, foi utilizada a informação incluída na própria publicação, complementada, quando vaga ou imprecisa (por exemplo, quando apenas refere a Universidade do Porto), no Sigarra e nas páginas das Unidades de I&D da FLUP, no caso de eventual endogamia. Consideramos endogamia a afiliação à FLUP e/ou a qualquer uma das suas unidades e/ou a afiliação a instituições às quais as Unidades de I&D da FLUP também pertencem (Universidade Nova de Lisboa, no caso do CETAPS, e Universidade de Coimbra, para o CEGOT, o que acabou por não se aplicar nesta amostra). Consideram-se autores da FLUP aqueles que assinam como tal.

Para calcular os índices de endogamia e internacionalização, foi tido em conta o número total de autores de artigos (excluindo introduções, editoriais, resenhas, etc.), de forma a contabilizar casos de coautoria com afiliações diferentes. O índice corresponde então ao número de autorias atribuídas em cada número, e não ao número de artigos. As seguintes situações também mereceram uma ponderação quanto à contagem efetuada: a) Autores aos quais é atribuído mais do que um artigo no mesmo número são contabilizados de acordo com o número de artigos assinados; b) quando os autores têm mais do que uma afiliação, e uma destas é a FLUP, é contabilizada apenas esta.

Este cálculo realizou-se para cada exemplar, e os dados foram totalizados usando uma folha de cálculo em Excel. Para cada número e volume, foram identificados o autor e a afiliação, bem como o país, no caso de afiliações a instituições estrangeiras. Finalmente, foi preparado um documento Word com um resumo dos dados de cada publicação. Os dados foram calculados através da regra de 3 para obter as percentagens de endogamia e de internacionalização. Relativamente à endogamia:

- Todos os autores FLUP= 100% de endogamia
- Todos os autores não FLUP= 0% endogamia

Para o cálculo da internacionalização, a percentagem de afiliações institucionais estrangeiras foi medida em percentagem do número total de afiliações. Para calcular o índice de endogamia editorial, tomamos como referência a proposta de Paz Enrique, Hernández Alfonso e Artigas (2022), mas com uma adaptação. O estudo avalia o índice por artigo e o nosso trabalho por autoria. O sistema resultante é o seguinte:

- Índice de endogamia editorial de 0 até 0,19 é nulo.
- Índice de endogamia editorial de 0,2 até 0,39 é baixo.
- Índice de endogamia editorial de 0,4 até 0,59 é baixo a médio.
- Índice de endogamia editorial de 0,6 até 0,79 é médio a alto.
- Índice de endogamia editorial de 0,8 até 1 é alto.

6.1. Dados por revistas

No Quadro 6 são apresentados os dados relativos à endogamia, bem como o número total de artigos e autores no período analisado. O índice de internacionalização é complementado com a indicação dos países com maior presença nas publicações.

Quadro 6 - Dados endogamia editorial por revista

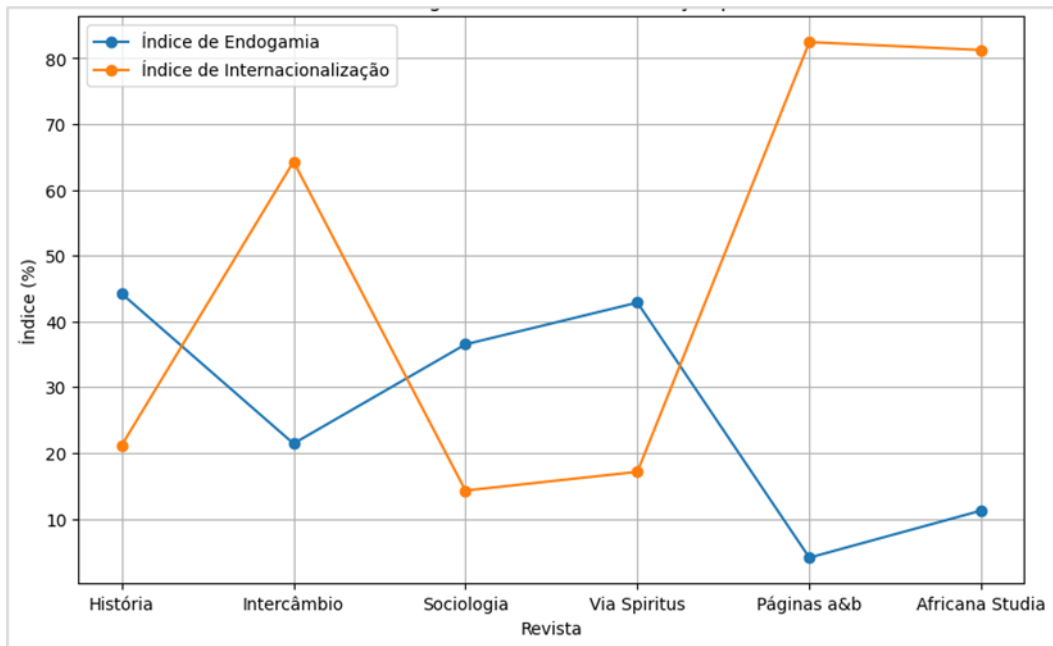
Revista	Nº artigos / Nº autores
História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Número total de artigos: 43 Número total de autores: 52
A revista <i>História</i> apresentou um índice de endogamia de 44,23%, classificado como baixo a médio. O índice variou consideravelmente entre os números, atingindo 100% no Vol. 11, nº 2 e 0% no Vol. 12, nº 2. O índice de internacionalização foi de 21,15% (11 autores com afiliação a instituições estrangeiras), com a maioria dos autores estrangeiros afiliados a instituições do Brasil (72,73%, com 8 autores), estando também representados a Espanha, a Argentina e o Reino Unido (com 1 autor cada). Índice de internacionalização total: 21,15%.	
Intercâmbio: Revue d'Études Françaises	Número total de artigos: 28 Número total de autores: 28
A revista <i>Intercâmbio</i> apresentou um índice de endogamia baixo de 21,43% e um índice de internacionalização de 64,29% (18 autores com afiliação a instituições estrangeiras). O nº 16 (2023) destacou-se com 100% de internacionalização, enquanto o nº 15 (2022) teve o maior índice de endogamia (45,45%). A França representou 50% dos autores internacionais (9 autores), seguida por Espanha e Itália (com 2 autores cada), e Gabão, Canadá, Roménia, EUA e Marrocos (com 1 autor cada).	

Revista	Nº artigos / Nº autores
Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Número total de artigos: 40 Número total de autores: 63
<p>O índice de endogamia da revista <i>Sociologia</i> foi de 36,51%, classificado como baixo, variando entre 20% (vol. 45 e 46 de 2023) e 60% (vol. 47 de 2023). O índice de internacionalização foi de 14,29% (9 autores com afiliação a instituições estrangeiras) com o vol. 46 (2023) atingindo 40%. Os EUA lideraram as afiliações internacionais com 44,44% (4 autores), seguidos por Brasil e Moçambique (com 2 autores cada) e Geórgia (com 1 autor).</p>	
Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso	Número total de artigos: 33 Número total de autores: 35
<p>A revista <i>Via Spiritus</i> apresentou um índice de endogamia baixo a médio de 42,86%, com o nº 30 (2023) atingindo 66,67%. O índice de internacionalização foi de 17,14% (6 autores), variando de 0% no nº 30 (2023) a 26,67% no nº 28 (2021). Brasil e Espanha contribuíram igualmente com 50% dos autores internacionais (3 autores de cada país).</p>	
Páginas a&b: arquivos e bibliotecas	Número total de artigos: 75 Número total de autores: 171
<p><i>Páginas a&b: arquivos e bibliotecas</i> destacou-se pelo índice de endogamia mais baixo (4,09%) e o mais alto índice de internacionalização (82,46%) (141 autores). O nº 16 (2021) teve 0% de endogamia, enquanto o nº 17 (2022) atingiu 95,24% de internacionalização. Contudo, a internacionalização foi quase exclusivamente baseada em autores com afiliação a instituições brasileiras (96,45%, 136 autores), com pequenas contribuições de Espanha (2,13%, 3 autores) e Uruguai (1,42%, 2 autores).</p>	
Africana Studia	Número total de artigos: 52 Número total de autores: 80
<p><i>Africana Studia</i> apresentou um baixo índice de endogamia (11,25%) e um alto índice de internacionalização - 65 autores com afiliação a instituições estrangeiras, representando 81,25%. O vol. 1, nº 37 (2022) alcançou 100% de internacionalização, enquanto o vol. 1, nº 38 (2022) teve o maior índice de endogamia (25%). A Palestina liderou com 24,62% (16 autores) das afiliações internacionais, seguida por França (15,38%, 10 autores) e Moçambique (13,85%, 9 autores).</p>	

Fonte: As autoras.

Observámos uma variação significativa nos índices de endogamia e internacionalização entre as revistas analisadas (ver Fig. 5), com algumas revelando padrões consistentes ao longo do tempo e outras apresentando flutuações consideráveis entre os números publicados. Enquanto algumas revistas, como *Páginas a&b* e *Africana Studia*, apresentaram baixos índices de endogamia e altos índices de internacionalização, outras, como *História* e *Via Spiritus*, mostraram índices de endogamia mais elevados e menor internacionalização. Notámos também que, em alguns casos, a internacionalização foi fortemente influenciada por autores com afiliações a instituições de países específicos, como o Brasil, no caso de *Páginas a&b*.

Fig. 5 - Endogamia e internacionalização por revista



Fonte: As autoras.

7. Conclusões

O balanço do presente estudo é, em geral, positivo. A publicação de revistas na FLUP tem uma tradição consolidada, que remonta à década de setenta do século passado, e demonstra a sua flexibilidade e dinamismo através dos tempos, tendo sido criadas novas publicações ao longo destes anos.

A multiplicidade de áreas e temas de investigação é uma característica adicional que contribui para esta avaliação positiva. Além disso, a atividade editorial é rica em termos de variedade de editores. Em conformidade com as exigências das políticas de avaliação da investigação e de avaliação institucional, as revistas da FLUP mantêm indicadores e adotaram práticas que demonstram uma orientação para a qualidade.

A política de internacionalização da investigação da U.Porto e da FLUP evidencia-se através das colaborações editoriais com outras universidades e reflete-se nas elevadas percentagens de internacionalização apresentadas como tendência geral. A diversidade de línguas disponíveis para publicação constitui igualmente um indicador do significativo nível de internacionalização. A análise dos níveis de endogamia nas revistas e números analisados, ainda que não se trate de um estudo global e exaustivo, contraria um dos estigmas associados às revistas científicas universitárias.

A publicação com revisão por pares, seja simples ou dupla, demonstra o rigor científico pretendido. A regularidade das publicações constitui um aspeto positivo, existindo algumas lacunas que, no entanto, são pontuais. Destaca-se o acesso integral aos conteúdos e a inexistência de taxas de processamento de artigos (APC), aspetos que se alinham com a missão e os valores da universidade.

Embora exista atualmente um debate sobre as métricas das revistas científicas que privilegiam sistemas editoriais comerciais e práticas de comunicação científica nem sempre promotoras do rigor, é relevante valorizar a presença de uma das revistas da FLUP, entre as 28 analisadas, na Scopus e SJR. À luz dos princípios da CoARA, a ausência das revistas nos índices de qualidade relativa deve ser interpretada com prudência. A significativa presença no Latindex pode constituir um indicador de qualidade, contudo, não é suficiente, sendo essencial avaliar o grau de cumprimento dos diferentes critérios de qualidade.

Após a avaliação geral, consideramos que uma apreciação construtiva é fundamental para promover melhorias. O aspecto mais crítico, evidenciado ao longo do estudo, é a ausência de informações essenciais. Para além de investir no aperfeiçoamento de vários indicadores, procurar reconhecimento em diversos índices de qualidade e obter indexação em bases de dados prestigiadas, é imperativo dar prioridade à melhoria de questões fundamentais, como a disponibilização e organização da informação, elementos que afetam diretamente o rigor e a qualidade das publicações.

Torna-se necessário abordar o sistema de publicação das revistas da FLUP como um todo, preservando a sua independência de gestão, por exemplo, em termos de sistemas de revisão, critérios para submissão de artigos e secções das revistas. No entanto, certos elementos basilares deveriam ser organizados de forma uniforme para aumentar a visibilidade e potenciar o impacto destas publicações.

São particularmente notórias algumas questões, como a total ausência de dados na secção "Sobre" em determinadas revistas analisadas, ou a disponibilização de informação meramente básica. Seria vantajosa a implementação de um modelo-base na Digithéke, com campos de preenchimento obrigatório para os editores. De igual modo, a estrutura dos dados nos resumos das publicações deve ser uniformizada, devendo esta informação constar na apresentação das publicações na referida plataforma.

É crucial atualizar meticulosamente a informação sobre as revistas da FLUP em todos os meios onde são divulgadas, mantendo a consistência nos diversos canais de comunicação. A informação sobre bases de dados, índices e catálogos de cada revista deve ser atualizada e organizada, respeitando as respetivas categorias e mantendo a coerência entre todas as revistas. Seria muito útil manter uma lista atualizada de todas as revistas da FLUP, presentes ou não na Digithéke. Adicionalmente, as Unidades I&D e os Departamentos deveriam manter registos atualizados nos seus *sites* para evidenciar a atividade editorial. É importante salientar que as lacunas de informação ou as questões identificadas não resultam de uma atitude negligente, mas possivelmente da falta de recursos e meios necessários para as evitar ou corrigir.

Como cenário destas conclusões, persistem debates acesos na comunidade científica. Por um lado, os sistemas de avaliação que favorecem a publicação em revistas anglo-saxónicas, privilegiando as indexadas no JCR ou no SCOPUS, são alvo de críticas. Por outro, discute-se a sustentabilidade das revistas académicas e os modelos de gestão mais adequados para assegurar a viabilidade da edição académica. Este equilíbrio delicado deverá evitar sobrecarregar os editores e, simultaneamente, estabelecer novas dinâmicas editoriais, sempre alinhadas com uma estratégia focada na visibilidade e no impacto das revistas.

Referências bibliográficas**ABADAL, Ernest; RIUS ALCARAZ, Luís**

2008 Revistas científicas de las universidades españolas: acciones básicas para aumentar su difusión e impacto. *Revista Española de Documentación Científica*. [Em linha]. 31:2 (2008) 240-260. [Consult. 10 set. 2024]. Disponível em: <https://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/427>.

ALTBACH, Philip G.; YUDKEVICH, Maria; RUMBLEY, Laura E.

2015 Academic inbreeding: local challenge, global problem. *Asia Pacific Education Review*. [Em linha]. 16:3 (2015) 317-330. [Consult. 10 set. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12564-015-9391-8>.

ANDREI, Tudorel; TEODORESCU, Daniel; MIRICĂ, Andreea

2016 Beyond the impact factor: measuring the international visibility of romanian social sciences journals. *Scientometrics*. [Em linha]. 108:1 (2016) 1-20. [Consult. 10 set. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-016-1949-7>.

ARREDONDO-AYALA, Georgina M.

2011 Edición universitaria en la era de la información. *La Colmena: Revista de la Universidad Autónoma del Estado de México*. [Em linha]. 72 (2011) 16-22. [Consult. 16 set. 2024]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5573213>.

BALADRÓN PAZOS, Antonio José; CORREYERO RUIZ, Beatriz

2019 El Futuro de las editoriales universitarias en España. *Investigación bibliotecológica*. [Em linha]. 33:81 (2019) 179-200. [Consult. 15 set. 2024]. Disponível em: <https://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/58057>.

EYRE-WALKER, Adam; STOLETZKI, Nina

2013 The Assessment of science: the relative merits of post-publication review, the impact factor, and the number of citations. *PLoS Biology*. [Em linha]. 11:10 (2013) e1001675. [Consult. 7 set. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1001675>.

GIMÉNEZ-TOLEDO, Elea; TEJADA-ARTIGAS, Carlos; MAÑANA-RODRÍGUEZ, Jorge

2018 Las Editoriales universitarias iberoamericanas: una aproximación a su perfil y a sus procesos de selección de originales. *Revista Española de Documentación Científica*. [Em linha]. 41:2 (2018) e205. [Consult. 1 set. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/redc.2018.2.1459>.

HARRISON, Chris

2004 Peer review, politics and pluralism. *Environmental Science & Policy*. [Em linha]. 7:5 (2004) 357-368. [Consult. 1 set. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2004.06.005>.

KRAPEŽ, Katarina

2023 Impact of publisher's commercial or non-profit orientation on editorial practices: moving towards a more strategic approach to supporting editorial staff. *Learned Publishing*. [Em linha]. 36:4 (2023) 543-553. [Consult. 15 set. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/leap.1575>.

MENEGHINI, Rogério

2012 Emerging Journals. *EMBO Reports*. [Em linha]. 13:2 (2012) 106-108. [Consult. 6 set. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/embor.2011.252>.

MERLO VEGA, José Antonio; MONTOYA-RONCANCIO, Valeria

2023 Criterios de evaluación de revistas científicas. *Revista Estudios de la Información*. [Em linha]. 1:1 (2023) 71-89. [Consult. 7 set. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.54167/rei.v1i1.1223>.

PAZ ENRIQUE, Luis Ernesto; HERNÁNDEZ ALFONSO, Eduardo; ARTIGAS, Wileidys

2022 Indicadores bibliométricos para diagnosticar la endogamia editorial en revistas científicas. *MÉI: Métodos de Información*. [Em linha]. 13:24 (2022) 126-144. [Consult. 7 set. 2024]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8549411>.

REPISO, Rafael; ORDUÑA-MALEA, Enrique; AGUADED, Ignacio

2019 Revistas científicas editadas por universidades en Web of Science: características y contribución a la marca universidad. *Profesional de la información*. [Em linha]. 28:4 (2019). [Consult. 15 set. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.3145/epi.2019.jul.05>.

RUÍZ-PÉREZ, Rafael; MARTÍN-MARTÍN, Alberto; DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, Emilio

2015 Las Revistas universitarias en el marco de los criterios de evaluación de la actividad investigadora en España. *Revista española de documentación científica*. [Em linha]. 38:2 (2015). [Consult. 1 set. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/redc.2015.2.1191>.

TÓTH, János József; HÁLÓ, Gergő; GOYANES, Manuel

2023 Beyond views, productivity, and citations: measuring geopolitical differences of scientific impact in communication research. *Scientometrics*. [Em linha]. 128:10 (2023) 5.705-5.729. [Consult. 5 set. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-023-04801-7>.

URBANO, Cristóbal [et al.]

2020. Why are new journals created?: An international analysis of information and documentation titles (2013-2018). *Profesional de la información*. [Em linha]. 29:4 (2020). [Consult. 10 set. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.3145/epi.2020.jul.13>.

VIJAYASARATHI, Arvind [et al.]

2021 Business and publication models of radiology journals. *Clinical Imaging*. [Em linha]. 76 (2021) 222-227. [Consult. 15 set. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.clinimag.2021.04.005>.

Viviana Fernández Marcial | vmarcial@letras.up.pt

Universidade do Porto - Faculdade de Letras, Portugal

Llarina González Solar | larina.gonzalez@gmail.com

Universidad de A Coruña, Espanha

Rita Leite | rileite@letras.up.pt

Universidade do Porto - Faculdade de Letras, Portugal

A BIBLIOTECA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO E O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO

THE SCHOOL LIBRARY IN CITIZEN'S TRAINING AND THE ROLE OF THE LIBRARIAN

Sydiane Leão Santos

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag22a9>

Resumo: O presente artigo tematiza a biblioteca escolar como unidade de informação importante na formação de cidadãos, durante os processos de educação formal, nos estabelecimentos escolares. O objetivo geral da pesquisa desenvolvida é o de investigar o papel da biblioteca escolar e do bibliotecário na formação de cidadãos críticos e informados. Os objetivos específicos são: analisar como a mediação do bibliotecário escolar promove a leitura crítica entre os alunos e o impacto da presença deste profissional; identificar práticas que incentivem o debate e o pensamento crítico na biblioteca escolar; examinar as estratégias utilizadas pelas bibliotecas escolares para promover a inclusão e a acessibilidade. O referencial teórico trata: a reflexão acerca da biblioteca escolar; a função social da pessoa bibliotecária; a formação de leitores e a literatura infantil e juvenil; inclusão e acessibilidade. Trata-se de pesquisa aplicada e exploratória, utilizando o estudo de caso para aprofundar a compreensão do contexto. A unidade de informação selecionada é a Biblioteca Escolar Gilberto Amado, integrante do Instituto Federal de Sergipe (IFS) – Polo Estância. Os resultados da pesquisa reforçam a importância da presença do profissional bibliotecário, para a gestão da biblioteca escolar. Desse modo, as estratégias para a formação do leitor serão incluídas nas habilidades e competências deste profissional, que ocorrem no atendimento da biblioteca escolar, na sua ação e animação cultural e na mediação de leitura. Como resultado da pesquisa, fica destacado que a presença do profissional bibliotecário é relevante às atividades e à própria existência da biblioteca escolar.

Palavras-chave: Biblioteca escolar; Bibliotecário escolar; Educação e cidadania.

Abstract: This paper focuses on the school library, as an important information unit in the citizens' training, during formal education processes, in school establishments. The general objective of the research developed is to investigate the role of the school library and the librarian in the training of critical and informed citizens. The specific objectives are: to analyse how the mediation of the school librarian promotes critical reading among students and the impact of this professional's presence; identify practices that encourage debate and critical thinking in the school library; examine the strategies used by school libraries to promote inclusion and accessibility. The theoretical framework deals with: reflection on the school library; the social function of the librarian; the training of readers and childrens and youth literature; inclusion and accessibility. This is applied and exploratory research, using case studies to deepen understanding of the context. The information unit selected is the Gilberto Amado School Library, part of the Federal Institute of Sergipe (IFS) – Polo Estância. The research results reinforce the importance of the presence of professional librarians in the management of the school library. In this way, strategies for reader training will be included in the skills and competencies of this professional, which occur in the service of the school library, in its cultural action and animation and in reading mediation. As a result of the research, it is highlighted that the presence of the professional librarian is relevant to the activities and the very existence of the school library.

Keywords: School library; School librarian; Education and citizenship.

1. Introdução

A biblioteca escolar é o tema de diversas publicações, porém a sua relação com o profissional bibliotecário nem sempre é destacada e explicada. Desta forma, a principal motivação deste trabalho é trazer à tona conceitos e estudos, que interligam o ambiente escolar ao papel e importância do profissional bibliotecário.

Segundo Rodrigues e Vieira (2023), a biblioteca escolar é uma parte integrante do sistema educacional, projetada para apoiar e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Tendo como objetivo principal oferecer acesso a uma variedade de recursos informacionais, promovendo a leitura, a pesquisa e consequentemente desenvolvendo competências informacionais nos alunos.

A biblioteca escolar deve ser um espaço acolhedor e inclusivo, que desperte a curiosidade dos frequentadores e o prazer pela leitura, contribuindo assim para a formação completa dos estudantes. O incentivo à leitura no ensino escolar e a busca por este tipo de conhecimento ao longo dos anos vem se tornando um grande desafio no âmbito escolar acarretando consequências, entre elas o desinteresse e a desmotivação. Apesar de vivermos em uma sociedade complexa, onde o uso veemente das novas tecnologias e a sede por informações imprime nas pessoas opiniões críticas e abertura para coisas novas, tarefas relacionadas as práticas leitoras são pouco incentivadas, sendo estas cruciais, pois a leitura é fundamental para a formação de cidadãos críticos e bem informados.

No contexto brasileiro, o papel da biblioteca escolar é essencial e o do profissional bibliotecário é indispensável, como mediador do processo educacional. Entretanto, por uma questão de gestão dos sistemas escolares, nem sempre são disponibilizados recursos humanos, informacionais e materiais, que promovam a realização das práticas de leitura escolar.

A questão da cidadania da atualidade, na “Economia da Informação”, tem como condição a formação leitora. Quem pode ser cidadão, e conhecer seus direitos, deveres, as informações que necessita, deseja ou almeja, sem que tenha formação leitora, gosto literário, competência informacional e sucesso em sua educação? Mesmo o empreendedorismo e o autodidatismo, dependem de uma boa formação leitora. Os lares brasileiros não têm bibliotecas, as bibliotecas públicas são insuficientes e mal distribuídas. As crianças não têm autonomia para buscar, acessar ou comprar as fontes de informação que desejam. Sendo assim, a biblioteca escolar, quando gerida por profissional bibliotecário e perfeitamente equipada, é formadora de cidadãos.

O bibliotecário é um profissional da informação, que atua como mediador da informação e da leitura, sendo habilitado a atender as necessidades informacionais de todos os usuários da comunidade escolar. Seja nas bibliotecas escolares, ou outras unidades de informação que servem esta comunidade, os bibliotecários também precisam assumir um papel de educador, tendo em vista que atuam como potencializadores do par pedagógico, entre alunos e professores (BISPO, 2005). Além disso, tem formação adequada para dedicar-se à competência leitora, trabalhará na formação de pensamento crítico, se baseando em conhecimentos teóricos e na sua aplicabilidade em ações culturais. Sendo assim, diferente da visão dos gestores da educação, as habilidades e competências dos bibliotecários vão além da organização do conhecimento e suas fontes, pois a sociedade exige renovação de saberes constantes.

Diante desta situação, será relatado o *déficit* de profissionais bibliotecários, vivenciado em instituições escolares. A sua “substituição” por profissionais da área da educação, que não possuem a devida formação e trabalham em condições desafiadoras nas unidades de informação escolar gera um impacto significativo na qualidade dos produtos e serviços informacionais oferecidos pela biblioteca escolar e, conseqüentemente, na formação da cultura leitora entre a comunidade servida.

Este trabalho tematiza o papel da biblioteca como um ambiente de informação, que é um ambiente de atuação profissional da Biblioteconomia, bem como o acesso à informação, a promoção a prática da leitura e suas competências informacionais. Destaca o papel do bibliotecário no espaço de criação, de produção cultural, incentivo de atividades mentais, se estabelecendo como um lugar de comunicação. Logo, a valorização e o reconhecimento do bibliotecário escolar são de suma importância para o desenvolvimento das bibliotecas nas instituições de ensino e o incentivo à leitura. É importante que os gestores das instituições compreendam a relevância desse profissional, e invistam em sua inserção nas equipes escolares, inclusive como determina a legislação vigente, bem como na estruturação adequada do espaço.

Desse modo, a questão de pesquisa deste estudo foi assim delineada: De que forma o bibliotecário escolar pode agir na promoção da criação de indivíduos críticos e social, na representação de seu papel? As respostas hipotéticas para esta pergunta, geram os eixos de investigação, que serão observados no desenvolvimento deste artigo:

Hipótese 1 – Promoção da Leitura Crítica: através da mediação e ação cultural promovida pelo bibliotecário, a biblioteca escolar se torna um ambiente informacional que incentiva os estudantes a lerem de maneira crítica. Envolvendo dessa forma a análise profunda de diversos textos e fontes de informação, auxiliando-os a se tornarem cidadãos mais críticos e bem informados.

Hipótese 2 – Desenvolvimento de Competências Informacionais: o bibliotecário escolar é um educador crucial, no que diz respeito ao desenvolvimento das habilidades informacionais dos alunos. Ele instrui sobre a natureza da informação, suas fontes e os requisitos para testar sua legitimidade e procedência. Mostra aos estudantes e professores como procurar, avaliar e usar informações de forma ética e abrangente, competências necessárias para uma participação ativa e informada na sociedade.

Hipótese 3 – Fomento ao Debate e ao Pensamento Crítico: mediante a gestão do bibliotecário, que inclui a criação de programas, projetos e atividades que incentivam o debate e a troca de ideias, a biblioteca escolar fornece um ambiente onde os estudantes podem aperfeiçoar suas habilidades de argumentação, negociação e respeito, fundamentais para a vida em sociedade.

Hipótese 4 – Inclusão e Acessibilidade: a biblioteca escolar é compreendida como um espaço de aprendizagem que tem como intuito promover a leitura, facilitar o acesso, promover o contato com a leitura para todos os estudantes,

tornando desta forma uma alternativa de inclusão e desenvolvendo consequentemente competências de aprendizado para toda a vida.

Lourenço Filho (1946:3-4) destaca a importância pedagógica da biblioteca:

Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem o ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto, incapaz de dar a quem quer que seja uma ideia segura da necessidade e da função da cultura escrita.

Neste sentido a atuação da biblioteca incentiva a compreensão crítica do que é a palavra escrita, a linguagem, as suas relações com o contexto para que os integrantes desta, participem ativamente das mudanças constantes da sociedade. Sendo assim, é possível citar a criação de programas e projetos; desenvolvimento e utilização das novas tecnologias; utilização racional dos recursos disponíveis, para que desta forma sejam vistas as necessidades dos indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação.

O bibliotecário escolar, por assumir a responsabilidade de facilitar e ampliar o acesso à informação, deve-se ocupar de estratégias de melhoria social, sabendo que, um sujeito informado exercerá de forma proativa a sua cidadania. Onde, de acordo com Targino (1991:154), é “[...] um status concebido aqueles que são elementos integrais de uma sociedade”. Desta forma, a cidadania se relaciona com a igualdade, ou em outras palavras, para um sujeito estar socialmente incluído ele deve ter acesso e utilizar a informação.

Enquanto mediador da informação e da leitura, o bibliotecário escolar deve atuar ampliando atividades desenvolvidas nos ambientes físicos e digitais das bibliotecas, facilitando o acesso e o uso da informação. Este profissional pode auxiliar na formação do indivíduo promovendo o aprendizado através do hábito da leitura, pois a mesma amplia conhecimentos de uma maneira altamente relevante e também porque com a compreensão do texto a ser alcançado por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 2005:11).

Do ponto de vista científico, esta pesquisa é uma contribuição importante para as áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Tais áreas exploram como os recursos informacionais podem ser usados para impulsionar o processo de educação e cidadania. Concentrar-se no impacto da biblioteca escolar e do bibliotecário pode revelar práticas mais eficazes, que auxiliarão na criação e desenvolvimento de políticas educacionais, bem como a sugestão de modelos de atuação que possam ser utilizados em diferentes contextos educacionais. Consequentemente, isso pode trazer inovações importantes para a educação e a gestão da informação.

No âmbito pessoal, esta pesquisa é especialmente pertinente pois ajuda a compreender de forma clara e ampla o papel das bibliotecas escolares na formação dos estudantes. Uma biblioteca escolar ativa e bem estruturada pode fazer com que os discentes se tornem mais informados, críticos e envolvidos socialmente. Para bibliotecários e educadores, essa pesquisa é uma oportunidade de melhorar suas práticas profissionais, tendo como consequência uma maior satisfação pessoal e profissional, além de proporcionar um impacto positivo nos estudantes e na sociedade em geral.

O campo de observação deste trabalho é a unidade de informação biblioteca escolar, analisando o papel do bibliotecário, no fomento ao processo de formação de cidadãos. Trazendo à tona conceitos e estudos que relacionam o ambiente escolar ao papel e à importância do profissional bibliotecário, mostrando uma realidade que muitas das vezes não é avaliada. Historicamente, as bibliotecas escolares têm sido vistas apenas como locais de armazenagem de livros e materiais didáticos. Contudo, a realidade contemporânea nos mostra que o bibliotecário desempenha um papel muito mais abrangente e complexo.

O objetivo geral da pesquisa desenvolvida e relatada neste artigo foi o de investigar o papel da biblioteca escolar e do bibliotecário na formação de cidadãos críticos e informados. Os objetivos específicos foram:

- Analisar como a mediação do bibliotecário escolar na Biblioteca Gilberto Amado – IFS-campus Estância, promove a leitura crítica entre os alunos e o impacto da presença deste profissional;
- Identificar práticas que incentivem o debate e o pensamento crítico na biblioteca escolar;
- Examinar as estratégias utilizadas pela biblioteca escolar do IFS, para promover a inclusão e a acessibilidade.

A pesquisa destaca a relevância da biblioteca escolar e do bibliotecário na formação de cidadãos críticos e informados. O bibliotecário atua como mediador fundamental para promover a leitura crítica, habilidades informacionais e inclusão social, além de melhorar o desempenho acadêmico. Investir na formação dos bibliotecários e na estruturação das bibliotecas é essencial para potencializar seu papel na educação.

Por meio do referencial teórico, seus juízos e conceitos, verifica entre os especialistas a importância do bibliotecário escolar na formação de cidadãos críticos e informados, mostrando como sua mediação incentiva a leitura crítica, competências informacionais e pensamento crítico. A presença de bibliotecários qualificados melhora o desempenho dos alunos, destacando a necessidade de valorização e investimento nesse profissional.

A metodologia foi voltada para o planejamento e a execução da pesquisa, com o intuito de verificar as hipóteses e cumprir os objetivos obtidos nos estudos iniciais, no todo ou em parte, com o relatório de pesquisa sendo estruturado para comunicação científica, na forma deste artigo.

2. Referencial teórico e estado da arte

2.1. Referencial teórico

O referencial teórico da presente pesquisa foi estruturado nos seguintes tópicos: a reflexão acerca da biblioteca escolar; a função social da pessoa bibliotecária na biblioteca escolar; a formação de leitores e a literatura infantil e juvenil; inclusão e acessibilidade. Desta maneira, os especialistas e fontes de informação pública consultadas esclareceram pontos importantes e forneceram conhecimentos essenciais a análise das observações.

2.1.1. A reflexão acerca da biblioteca escolar

A busca pelo conhecimento é uma busca sem fim, sendo considerada um triunfo no segmento consciente de ser um indivíduo que permanecerá em constante estado crítico e criativo. Neste sentido, a biblioteca escolar atua como um espaço detentor de informações e favorece os alunos em sua vida acadêmica, da pesquisa à extensão, rumo ao saber. A organização do conhecimento é um dos pilares da biblioteca, a elaboração de parâmetros por Campello (2010:10) foi fundamental para a apropriação do conceito de biblioteca e sua missão. Este documento compõe-se das seguintes partes: acervo, espaço físico, computadores com acesso à internet, organização do acervo, serviços e atividades pessoal; instrumento de avaliação e planejamento.

De acordo com Maroto (2012:65), a biblioteca representa uma “fatia” significativa no processo escolar.

Para que a biblioteca tenha o seu lugar de destaque na instituição escolar, faz-se necessário que os responsáveis por sua dinamização (bibliotecários, professores e outros profissionais) desenvolvam estratégias organizacionais menos rígidas e burocráticas, que possibilitem o exercício de liberdade e autonomia do leitor/pesquisador naquele espaço e facilitem o seu livre acesso à informação. Esses profissionais não podem esquecer que o seu fazer educativo constitui-se, mais especificamente, no desenvolvimento de ações de mediação e de incentivo à leitura e à pesquisa escolar junto à comunidade escolar.

A leitura faz bem e isso é algo que não pode ser negado. Como tal, ela tem a capacidade de transformar indivíduos e nas escolas não é diferente. Segundo Lima (2007:21):

O conhecimento torna-se não somente uma aquisição individual, mas uma das possibilidades de desenvolvimento da pessoa que terá reflexos na vida em sociedade. Formar a pessoa para situar-se, inclusive, como membro de um grupo passa a ser, também, um objetivo de uma educação escolar voltada para a humanização.

Apesar da importância social da discussão sobre a biblioteca escolar, segundo Rodrigues e Vieira (2023:10), as pesquisas publicadas no campo da Ciência da Informação: “[...] demonstram que a discussão temática ainda está no âmbito teórico. Além das poucas publicações em relação ao tema, as que apresentam práticas, destacam as atividades culturais e de lazer que ocorrem nos espaços”.

Pesquisas recentes, como a publicada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), com base nos dados do Censo Escolar de 2022, mostram números preocupantes:

[...] apenas 31% das escolas públicas brasileiras contam com biblioteca. A situação se mostra ainda mais grave quando são observados apenas os dados da educação infantil, em que somente 18% das unidades apresentam o espaço para consulta e empréstimo de livros. [...] O estudo também aponta que 52% dos alunos matriculados em escolas públicas estudam em estabelecimentos sem bibliotecas. Neste quesito, os ensinos infantil e fundamental destacam-se

negativamente, uma vez que 78% dos alunos da educação infantil, o que corresponde a quase 5,2 milhões de crianças, e 51% do fundamental, o que representa mais de 11 milhões de crianças, não possuem bibliotecas à disposição no ambiente escolar. Já no ensino médio, esse percentual cai para 31%, equivalente a 2 milhões de estudantes (APPEL, 2024).

Desta forma vê-se a importante missão destinada a biblioteca e de seu profissional como meios detentores da informação, pois a leitura, sendo inserida e estimulada de forma adequada, se torna indispensável, principalmente na necessidade de mudar a realidade, da exclusão das crianças brasileiras do mundo da leitura.

2.1.2. A função social da pessoa bibliotecária na biblioteca escolar

Na íntegra, a Lei nº 4.084/62 dispõe a respeito do profissional bibliotecário. No art. 6º, cita as atribuições, como “a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas, federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares” (BRASIL, 1962).

Em cada espaço de atuação, o bibliotecário tem a função de disponibilizar informações, atuando como mediador no processo de leitura, aprendizagem, facilitador do acervo bibliográfico, organizador e colaborador nas atividades culturais; tem habilidade de auxiliar na prática do currículo escolar. É pertinente mencionar o principal papel do bibliotecário, segundo as diretrizes da IFLA e UNESCO para a biblioteca escolar (2005:12).

A principal função do bibliotecário escolar é a de contribuir para [o cumprimento] da missão e dos objetivos da escola, em que se incluem os processos de avaliação, implementação e desenvolvimento [da missão e dos objetivos] da biblioteca. Em cooperação com a direção da escola, com os administradores em geral e com o professorado, o bibliotecário deve estar envolvido no planejamento e na implementação dos programas escolares.

A integração do bibliotecário à equipe escolar, além da gestão bibliotecária, tem objetivo de contribuir na aprendizagem dos alunos, partindo de parâmetros curriculares predefinidos, de acordo com a instituição.

Atualmente, a comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou as emendas do Senado ao projeto que cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). A principal mudança feita pelos senadores no texto da câmara é a ampliação do prazo, de 2024 para 2028, para que todas as escolas tenham bibliotecas.

2.1.3. A formação de leitores e a literatura infantil e juvenil

A leitura é uma competência que insere o indivíduo na sociedade, por isso dominá-la faz uma grande diferença na vida social. O domínio dessas competências começa desde a tenra idade, onde o infante inicia a leitura de mundo. Mais tarde, com o desenvolvimento físico e cognitivo, é inserido na vida escolar, onde aguçará esses conhecimentos adquiridos.

A abordagem da literatura infantil e juvenil não é casual, nem recente, afinal é por meio dela que se forma o leitor. Tal abordagem literária estimula a imaginação e, a partir deste fato, aprimora o pensamento do sujeito que a vivência, tornando-o um ser crítico e auxiliando-o na compreensão do mundo e do espaço em que vive. Jales (1992, *apud* LINS

e RAMALHO, 2006), considera que “o fascínio da leitura consiste exatamente no desvendar do mistério, na imaginação, na viagem pelos caminhos do inconsciente e no domínio das palavras entendidas como uma porta aberta para o sonho e a fantasia”. No Brasil, o aparecimento da literatura infantil foi iniciado pelo aceleramento da urbanização que ocorreu no fim do século XIX ao início do século XX.

O marco inicial da literatura infantil brasileira é frequentemente associado a Lobato (1921), onde em sua obra *A Menina do narizinho arrebitado* trouxe uma linguagem acessível para as crianças.

Fig. 1 - Capa do livro *A Menina do narizinho arrebitado*, de Monteiro Lobato



Fonte: Iconografia da Biblioteca Nacional (1921)

Desde então, o ambiente escolar, bem como a biblioteca, se tornaram um espaço privilegiado para aquisições dos hábitos de leitura. Neste sentido, a biblioteca escolar ao disponibilizar um acervo bibliográfico de livros, periódicos, revistas, etc., permite ao usuário um momento de conhecimento. Algumas bibliotecas apresentam uma quantidade diversificada de materiais, porém a falta de profissionais e auxiliares devidamente qualificados prejudica muito no resultado. É importante que cada unidade de informação esteja devidamente preparada para melhor atender os seus usuários.

Neste caminho, a pessoa bibliotecária deve incentivar a autonomia, a escolha livre, pois quanto mais tempo uma criança ou adolescente permanecer na biblioteca, lendo ou escolhendo um livro, este criará maior familiaridade com o espaço de leitura, criando uma relação afetiva com o local e com o acervo. Em nosso país existem mecanismos que auxiliam nesse processo de incentivo, como por exemplo: *Programa de Incentivo à Leitura* (PROLER), programa do Governo Federal Brasileiro, que está em atividade já há mais de

17 anos. Porém, a redução de investimentos e a desmobilização dos setores envolvidos fizeram com que as ações culturais não fossem retomadas após o período pandêmico:

Por sabermos da importância do mediador no processo de formação de leitores e, procurando contribuir efetivamente para o crescimento do nível de leitura no País é que precisamos, urgentemente, que o Programa Nacional de Incentivo à Leitura seja retomado pelo Ministério da Cultura. Destacamos, porém, que o formato deve passar por modificações, principalmente se levarmos em consideração que de 1992 (data de sua criação, Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992.) ao ano de 2024, muitas coisas mudaram, isso sem mencionar a internet, as redes sociais, os livros digitais e o afastamento das pessoas das bibliotecas (NASCIMENTO, 2024).

Porém, para o pleno exercício da cidadania, a pessoa bibliotecária também precisa atuar na formação crítica desses leitores em formação. Desse modo, as estratégias de formação do leitor precisam incluir certas habilidades e competências, que ocorrem no atendimento da biblioteca escolar, na sua ação e animação cultural e na mediação de leitura, que são: conhecimento de autoria, conhecimento de origem da fonte de informação, reconhecer fontes confiáveis, suspeitar de conteúdos falsos ou duvidosos, desenvolver prazer na leitura e preferências leitoras próprias.

2.1.4. Inclusão e acessibilidade

A inclusão e a acessibilidade nas bibliotecas escolares são essenciais para proporcionar um ambiente educacional equitativo. A inclusão se refere à criação de um ambiente onde todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, se sintam valorizados e incluídos. A acessibilidade, por sua vez, diz respeito à eliminação de barreiras físicas, sensoriais e tecnológicas que possam impedir o acesso aos recursos da biblioteca.

As bibliotecas escolares devem adotar políticas e diretrizes que promovam a inclusão e a acessibilidade. Essas políticas podem ser orientadas por marcos legais e normativos, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece diretrizes para a promoção da acessibilidade em diversos contextos, incluindo as bibliotecas. Esta cita no art. 62º que:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à maternidade e à paternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à segurança, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2015).

No que diz respeito a biblioteca, o art. 63º afirma que:

As bibliotecas públicas e privadas, as escolas e outras instituições que ofereçam atividades de ensino e pesquisa devem disponibilizar acervo e equipamentos em formatos acessíveis às pessoas com deficiência (BRASIL, 2015).

Sendo assim, é possível reafirmar a importância dessa unidade de informação, que colaborará e servirá como exemplo de boas práticas para a formação de cidadãos conscientes.

Atualmente, no Brasil, aproximadamente 26% das escolas públicas têm bibliotecas adaptadas para pessoas com deficiência, segundo dados recentes. Esse número representa uma melhoria em comparação com anos anteriores, mas ainda está longe do ideal de acessibilidade plena. A situação das escolas privadas é um pouco melhor, com cerca de 35% dessas instituições possuindo estruturas acessíveis. No entanto, é importante ressaltar que a inclusão completa exige não apenas adaptações físicas, mas também metodológicas e comunicacionais, para atender de maneira adequada todos os alunos com necessidades especiais.

Quadro 1 - Percentual brasileiro de bibliotecas escolares adaptadas

Tipo de Escola	Percentual de escola com bibliotecas adaptadas (%)
Escolas públicas	26%
Escolas privadas	35%

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Painel de indicadores da Educação Especial da Plataforma Digital Diversa (2024).

O incentivo e demonstrações práticas de ações que demonstrem essa inclusão visam não somente pessoas com necessidades especiais, mas também aqueles que de certa forma sofrem com o preconceito. Destaco também a marginalização social sobre o acesso à informação, tendo por vista que a biblioteca escolar tem um papel importantíssimo no que diz respeito ao acesso à informação, assim como a adequação de fontes às necessidades e preferências de cada leitor.

A biblioteca escolar ajuda os alunos a desenvolverem competências críticas e informacionais, como a capacidade de localizar, avaliar e usar a informação de maneira eficaz. Essas habilidades são fundamentais para o sucesso acadêmico e profissional dos alunos marginalizados, ajudando-os a superar barreiras sociais e econômicas (BRASIL, 2024).

2.2. Metodologia

Metodologia, segundo Laville e Dionne (1999:13), é o “estudo dos princípios e dos métodos de pesquisa”, pois demanda um cuidado especial por parte do pesquisador, para destacar uma ligação coerente entre o teórico e o prático. A metodologia não se restringe apenas aos passos técnicos da pesquisa, mas engloba um conjunto de decisões fundamentais que guiam o processo investigativo, desde a formulação do problema até a interpretação dos resultados. É um elemento central para garantir a validade, a confiabilidade e a relevância dos estudos científicos.

Essa pesquisa pode ser classificada como aplicada, pois vai observar uma unidade de informação, que é a biblioteca escolar, e suas práticas. Exploratória, pois busca compreender e explorar o papel do bibliotecário escolar na formação educacional e cidadã

dos alunos do Instituto Federal de Sergipe-*campus* Estância. Utilizando-se do estudo de caso para aprofundar a compreensão do contexto. Esse tipo de pesquisa segundo Malhotra (2001:106), constitui-se em “um tipo de pesquisa que tem como principal objetivo o fornecimento de critérios sobre a situação-problema enfrentada pelo pesquisador e sua compreensão”, uma vez que se realiza através do levantamento bibliográfico e da aplicação de entrevista, com o profissional que possui experiência prática com o problema da pesquisa.

De acordo com classificação proposta por Lakatos e Marconi (1996), tem-se que essa pode ser classificada, como uma pesquisa de campo, pois ela é utilizada com o objetivo de levantar informações sobre o problema estudado, através de fatos e fenômenos, na coleta de dados e no registro de variáveis relevantes para efeito de análise, sendo essa também com caráter exploratório.

Visando através da adoção dessas metodologias, a aquisição de dados particulares de experiências, é proposto destacar o método indutivo, sendo este o resultado de observações e experiências sobre um determinado fato. Lakatos e Marconi (2007:91) esclarecem que: “se todas as premissas são verdadeiras a conclusão é provavelmente verdadeira, mas não necessariamente verdadeira. [...] A conclusão encerra informação que não estava, nem implicitamente, nas premissas”. Esse método é realizado através da análise de uma análise ampla, gerida por análises amostrais.

A metodologia envolve o processo de entrevista com a bibliotecária do IFS, combinada com a análise da experiência pessoal da discente envolvida na pesquisa, a fim de responder aos questionamentos levantados neste artigo. Tal abordagem permitirá uma visão detalhada sobre o impacto do bibliotecário escolar no ambiente educacional e da realidade do ambiente de informação da instituição.

De acordo com Lakatos e Marconi (2001:10), “universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”.

A instituição observada é IFS, uma instituição com o contexto histórico de promoção da educação e cultura, que tem um papel fundamental para o desenvolvimento educacional da região. A pesquisa ocorre no polo da instituição onde a biblioteca desempenha um papel de suma importância no quesito de suporte ao ensino, desenvolvimento pessoal dos estudantes e aprendizagem.

O campo empírico é a biblioteca Gilberto Amado, localizada no Polo Estância do IFS. A população corresponde à comunidade escolar do polo, informada pelo portal de transparência da instituição como de 279 matriculados no presente ano letivo¹. Sendo uma pesquisa qualitativa, a amostra selecionada não foi sorteada ou quantificada com representantes de diferentes protagonistas da comunidade escolar, principalmente os que se relacionam à biblioteca escolar instalada.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003:88), “a coleta de dados é uma etapa crucial em qualquer pesquisa científica, pois é através dela que se obtêm informações concretas e objetivas que permitem a compreensão e explicação dos fenômenos estudados”. Os dados

¹ Dados disponíveis em: <https://qedu.org.br/escola/28033930-ifs-campus-estancia>.

para esta pesquisa foram coletados através de entrevista semiestruturada com a bibliotecária do polo e observações de campo. Tal pesquisa realizada no intuito de verificar as hipóteses que envolvem o presente estudo, observando a uma biblioteca que possui as melhores condições para a prática da Biblioteconomia escolar: Gestão por bibliotecário; equipamentos adequados e suficientes; ambiente adequado e ergonômico; fontes de informação diversificadas, atualizadas e acessíveis; horário de funcionamento contínuo.

A fim de esclarecer questões sobre a prática da Biblioteconomia na biblioteca escolar, além da entrevista semiestruturada com a bibliotecária responsável, tal pesquisa foi complementada com a análise de experiência pessoal da discente, no cumprimento de atividades de estágio obrigatório, proporcionando assim uma visão detalhada sobre o papel do bibliotecário. A referida bibliotecária autorizou a divulgação de sua identidade, por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), previamente examinado e aprovado pela Comissão de Ética do Instituto Federal de Sergipe (CEP/IFS), assim como todos os procedimentos de pesquisa.

A utilização de literatura acadêmica em uma pesquisa é fundamental para embasar teoricamente as discussões e garantir a credibilidade dos argumentos apresentados. (SEVERINO, 2007:45). Para tanto, foram utilizados artigos e livros no intuito de aprofundar mais o assunto, de forma que foram utilizados para melhor contextualização. Para assegurar a abrangência e a relevância das fontes selecionadas na revisão de literatura, utilizamos diversos filtros de pesquisa. As bases de dados escolhidas foram as seguintes: Scopus, Web of Science, Google Acadêmico, SciELO e ERIC. O corte temporal adotado para a revisão de literatura foi de 2010 a 2024. Esse período foi escolhido para garantir que as fontes incluíssem as pesquisas e tendências mais recentes, bem como para capturar as evoluções e mudanças nas práticas e competências informacionais dos bibliotecários escolares ao longo dos últimos anos.

A pesquisa seguiu rigorosamente princípios éticos, garantindo o consentimento informado dos participantes e a confidencialidade das informações coletadas. Tratando-se de pesquisa de opinião pública, aplicada exclusivamente a adultos e de cunho profissional, a mesma está dispensada do processo de aprovação pelo CEP, mesmo sendo um trabalho de conclusão de curso, por se incluir nos três seguintes itens do parágrafo único do art. 1º. da Resolução CNS 510/2016:

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo Sistema CEP/Conep [...] I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados; II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; [...] VII – pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito (BRASIL, 2016).

Devido a autorização prévia da instituição pesquisada, todos os procedimentos foram previamente verificados pela CEP/IFS, que autorizou a aplicação da pesquisa, assegurando a conformidade com as normas éticas estabelecidas para pesquisas envolvendo seres humanos.

3. Resultados e discussão

O desenvolvimento de atividades e programas de leitura na biblioteca escolar e o incentivo a prática auxiliaram no processo de engajamento dos alunos com a leitura. A bibliotecária, Ingrid Fabiana de Jesus, destaca a importância da biblioteca como um espaço essencial para complementar e fortalecer a informação aprendida e, assim, levar ao conhecimento. Em seu setor, busca desenvolver as competências informacionais, desenvolvendo programas de leitura, como clubes de livros, tendo como complemento premiações de leitores, onde os maiores leitores são celebrados em categorias específicas, como docente, técnico-administrativo e discente de cada curso, além do maior leitor de literatura. Durante a cerimônia de homenagem, professores e funcionários são convidados a presentear esses leitores com livros; semana do estudante; palestras; etc.

Fig. 2 - Atividades dos estudantes de nível médio do IFS



Fonte: Imagem captada pela autora, na palestra no Dia do Estudante no IFS – Estância, com participação da biblioteca escolar (2024).

Segundo Silva (1993), a biblioteca escolar é de vital importância para o sistema educacional, tendo condições de reunir e dinamizar materiais bibliográficos entre outros, constituindo um acervo variado, condizente com as aptidões de leitura de cada leitor, ou seja, ensino e biblioteca se complementam. Sendo assim, a instituição busca também fazer trabalhos multicampi e interdisciplinar, ou seja, visa desenvolver várias atividades que têm por objetivo desenvolver o pensamento crítico entre os alunos como a criação de *podcasts*, feira de ciências, projetos científicos e sustentáveis, etc.

Além disso, o IFS-Estância possui diversas atividades e programas que partem do conhecimento didático, técnico e cultural, atuando através de tais atividades na acessibilidade e inclusão dos discentes, como por exemplo, o programa *Construindo pontes para o futuro: IFS promove inclusão social por meio da educação*. O programa tem como

objetivo proporcionar acesso e formação acadêmica a pessoas com deficiência que enfrentam barreiras na educação e no mercado de trabalho. Além de capacitar esses indivíduos para alcançarem suas metas profissionais e acadêmicas, o programa promove a conscientização sobre acessibilidade e inclusão. Ele visa não apenas oferecer educação, mas também estimular mudanças que tornem a sociedade mais inclusiva e acolhedora.

Silveira e Reis (2008) abordam que as práticas culturais são manifestações simbólicas concebidas por uma dada sociedade ou por um determinado indivíduo para atribuir um olhar interpretativo ao mundo que o cerca.

Contudo, a biblioteca Gilberto Amado está passando por um momento emblemático, no que diz respeito ao espaço, pois este está em reforma, por um tempo estendido, ocasionando assim dificuldade de desenvolvimento de algumas ações, bem como no acesso adequado a informação, já que o ambiente provisório é o espaço de uma sala de aula.

Fig. 3 - Imagem do posto de trabalho provisório



Fonte: Imagem captada pela autora (2024).

Fig. 4 - Imagem do arranjo provisório do acervo



Fonte: Imagem captada pela autora (2024)

Os resultados da pesquisa sobre a biblioteca escolar Gilberto Amado mostraram impactos positivos no que diz respeito as iniciativas tomadas pela bibliotecária Ingrid Fabiana no desenvolvimento de competências informacionais e críticas dos discentes. A observação de campo demonstra a importância das ações desenvolvidas pelo profissional da informação presente na instituição de ensino, vinculando pensamento e ação, revelando que programas de leitura, iniciativas de literacia são eficazes no processo de desenvolvimento crítico e social de um indivíduo, detalhando a interpretação dos aspectos.

Minayo (1994:17), afirma que “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar um problema de vida prática”. Os efeitos observados ao longo da pesquisa, são impactos qualitativos resultantes de ação e intervenções.

- Desenvolvimento de competências informacionais, que tornam possível perceber quando a informação é necessária, onde ela se encontra e como pode ser compreendida. Podemos citar desenvolvimento de programas, como feiras científicas, *podcast*, projetos científicos e sustentáveis, aprimorando as habilidades de pesquisa dos alunos, onde estes conseguem localizar, avaliar, e utilizar as fontes de informação ofertadas, de forma correta. Instigando consequentemente a busca pelo saber, uma forma diferente de desenvolver o pensamento crítico bem como a interação social, realizados na instituição.
- Aumento do público literário. A mediação da leitura literária pode ser verificada pelo crescimento do número de frequentadores que participam de atividades de leitura e literatura. Os projetos de leitura como clubes literários, palestras e o desenvolvimento da semana do estudante, se tornaram um forte aliado para atrair o público do IFS-Campus Estância, a ter um olhar diferente

para o setor de informação. São atividades dinâmicas que auxiliam no desenvolvimento crítico.

- Acesso à informação, que corresponde a autonomia de pesquisa e leitura dos estudantes. É um princípio básico para as bibliotecas escolares, pois através deste são disponibilizados recursos para o aprendizado. Neste caso, apesar de todos os projetos desenvolvidos, existe um grande impasse no que se refere ao acesso facilitado a informação. Devido a necessidade de reparos no ambiente de informação, a biblioteca encontra-se em um espaço reduzido, onde apesar dos esforços o local improvisado não consegue acomodar o grande público de frequentadores.

Os dados da pesquisa realizada na Biblioteca Gilberto Amado revelam que as práticas da bibliotecária Ingrid Fabiana de Jesus estão de acordo com os princípios expostos pela IFLA e UNESCO (2005:12). Sobre o papel e a importância do profissional bibliotecário na instituição, o IFS desenvolveu projetos e a bibliotecária Ingrid Fabiana colocou-os em prática, como clubes de livros, semana dos estudantes com premiações de leitores e palestra, que incentivaram e ocasionaram a leitura.

Além disso, o desenvolvimento de práticas sociais, que envolvam deficientes e outros participantes, tem efeito significativo no que diz respeito ao processo de inclusão e acessibilidade, destacado através de Silveira e Reis (2008). Sendo assim, o processo de literatura enfatiza e destaca a importância da interdisciplinaridade. Para tanto, faz-se necessário a utilização de um espaço amplo, com equipamentos adequados, que facilitem e promovam o acesso para esta comunidade escolar.

Enquanto a literatura demonstra a importância das práticas dos programas de leitura realizados no ambiente informacional, ela pode destacar necessidade de forma integrada. A experiência do IFS-Campus Estância, indica que a utilização de programas relacionados a leitura, iniciativas interdisciplinares, como o desenvolvimento de projetos científicos, *podcast*, ocasionam um melhor desenvolvimento das competências nos alunos, promovendo e desenvolvendo o pensamento crítico nos discentes.

A busca pelo conhecimento é uma busca sem fim, sendo considerada um triunfo no segmento consciente de ser um indivíduo que permanecerá em constante estado crítico e criativo.

Por exemplo, Lima (2007:21), aborda que o conhecimento não é somente uma aquisição individual, mas sim, uma alternativa de desenvolvimento social. Tal gestão de conhecimento, desenvolvida em projetos, se mostra fundamental, podendo receber mais atenção em discussões teóricas. O incentivo ao trabalho coletivo vem mostrando um ótimo resultado no contexto da biblioteca Gilberto Amado, indicando uma área possível para pesquisas.

A interpretação dos resultados da observação de campo indica que as ações desenvolvidas na biblioteca escolar Gilberto Amado estão de acordo com a gestão bibliotecária e as práticas defendidas pelos especialistas ao longo deste estudo sobre biblioteca escolar, assim como demonstram o cumprimento do papel do bibliotecário, o aumento do número de leitores, o aprimoramento informacional dos discentes, bem como o desenvolvimento de pensamentos críticos.

No caso do desenvolvimento de competências informacionais, a gestão biblioteconômica tem demonstrado melhoria significativa no aprimoramento das competências informacionais dos discentes, demonstrando melhor capacidade de entendimento, avaliando a credibilidade e relevância da informação, pesquisa, fazendo uso de fontes seguras de forma que seja evitado o plágio, desenvolvendo consequentemente o pensamento crítico, o que é necessário nessa era.

No quesito de acesso à informação, o acompanhamento da bibliotecária e a disponibilidade de diferentes fontes de informação apoiam o acesso, assim como a familiarização com o debate de ideias e pontos de vista diferentes. Este processo caracteriza a inclusão e o direito de acesso. Além do acesso democratizado a todas as pessoas, também foram verificadas as práticas instituídas de inclusão de pessoas com deficiência (PCD), auxiliando também os processos de socialização e desenvolvimento social através da informação. Destacando que a necessidade de um ambiente propício para a disseminação da informação, é uma alternativa que requer análises de pesquisa na área.

A mediação de leitura, como observada, apoia a constituição de leitores literários na escola. A efetividade dos programas de leitura pode ser interpretada como abrangente, devido a importância de experiências de leitura agradáveis. Os programas implantados na biblioteca escolar pela bibliotecária responsável estão relacionados a este aumento, ocasionando um melhor desenvolvimento acadêmico e confirmam a intervenção do bibliotecário no processo de desenvolvimento da leitura crítica.

4. Considerações finais

A biblioteca Gilberto Amado, sediada no IFS-Campus Estância, sobre a liderança da bibliotecária Ingrid Fabiana, é um exemplo na criação e desenvolvimento de boas práticas, no incentivo à leitura, no desenvolvimento de competências informacionais, no desenvolvimento do pensamento crítico, buscando sempre inovar, por meio da gestão de uma profissional bibliotecária. Também foi verificado, embora a reforma predial seja uma condição que prejudica o ambiente, que equipamentos adequados e suficientes, ambiente adequado e ergonômico, fontes de informação diversificadas, atualizadas e acessíveis, horário de funcionamento contínuo são importantes para o sucesso da biblioteca escolar.

O estudo, no corpo de seu levantamento referencial e análises, concretizou o objetivo geral da pesquisa, que foi o de investigar o papel da biblioteca escolar e do bibliotecário na formação de cidadãos críticos e informados. O estudo de campo, que teve a adesão e o acompanhamento da profissional bibliotecária Ingrid Fabiana, que é egressa do Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação da UFS, demonstrou e ajudou a clarificar os conceitos que estavam expressos na teoria. Seria muito interessante que os programas de Ciência da Informação incentivassem as observações de campo e intervenções dos pesquisadores com formação em Biblioteconomia, nas bibliotecas escolares brasileiras.

Quanto aos objetivos específicos, pudemos verificar, mas sem o aprofundamento de um trabalho mais longo. Por exemplo, ao analisar como a bibliotecário escolar promove a leitura crítica entre os alunos e o impacto da presença deste profissional, tivemos acesso à

indicação do aumento de movimento e retirada de livros de literatura, como efeito dos programas de mediação de leitura.

Ao tentar identificar práticas que incentivem o debate e o pensamento crítico na biblioteca escolar, as mesmas apareceram como a ação cultural promovida pela bibliotecária. Mas seria interessante observar como os professores poderiam apoiar e juntar esforços com esta finalidade.

Ao examinar as estratégias utilizadas pelas bibliotecas escolares para promover a inclusão e a acessibilidade, o caso da Gilberto Amado demonstrou que o *marketing* bibliotecário é muito importante: criam-se campanhas, clubes, programas, que são divulgados para a comunidade escolar. Isso poderia gerar outras pesquisas, no campo da gestão escolar.

Verificações importantes se deram na valoração das hipóteses, que são a razão pela qual a pesquisa foi planejada e a metodologia de pesquisa de campo adotada, uma vez que a literatura especializada fala muito pouco do que acontece no cotidiano das bibliotecas que têm bibliotecários e condições adequadas.

A promoção da Leitura Crítica através da mediação e ação cultural promovida pelo bibliotecário, foi observada e tem levado a comunidade escolar do IFS-*Campus* Estância a ótimos resultados, devido à existência da biblioteca e gestão da bibliotecária escolar.

O desenvolvimento de competências informacionais não pode ser plenamente investigado, já que requer a aplicação de questionários e a formação de painéis de resultados, para verificar a evolução. Contudo, o bom desempenho da comunidade escolar observada demonstra que as competências informacionais estão em desenvolvimento. Novamente, a existência da biblioteca escolar com bibliotecária é uma condição de desenvolvimento. O desenvolvimento de competências informacionais pode ser fomentado em uma comunidade escolar pela sua biblioteca, com programas, feiras científicas, *podcast*, projetos científicos e sustentáveis. Estes auxiliam no processo de pesquisa, através do processo de localização, avaliação e utilização de fontes informacionais, de forma correta, instigando conseqüentemente a busca pelo saber, uma forma diferente de desenvolver o pensamento crítico bem como a interação social.

O fomento ao debate e ao pensamento crítico pode ser observado na programação e ações culturais desenvolvidas, pois a mediação da bibliotecária permitiu que diferentes alunos e participantes pudessem dialogar, seguindo regras equilibradas. Ninguém teve medo de falar, pois não ia ser punido por pensar diferente. Através da relação do desenvolvimento de práticas culturais, é possível demonstrar e trazer características que darão origem ao cidadão crítico.

Finalmente, a inclusão e acessibilidade são favorecidas pela gestão bibliotecária, pois é necessária uma mudança de atitude, que é uma diretriz e uma gestão compreendida pela atuação profissional da Biblioteconomia, no ambiente escolar, que é mais abrangente que a própria educação.

Os clubes literários, por exemplo, bem como o desenvolvimento de palestras, se mostram eficazes para atrair o público. Destaca-se que o local do ambiente de informação também é um atrativo, no que se refere a cativação de leitores, ao ofertar um ambiente confortável e acolhedor. O aumento de frequentadores está relacionado a melhoria no desenvolvimento

acadêmico e crítico de casa integrante, conseqüentemente contribuindo para o sucesso escolar, diminuindo a marginalização social.

A melhoria das habilidades e da competência informacional desenvolve a capacidade de pesquisa, avaliação, além de combater a disseminação de informações incoerentes, auxilia na intervenção do ambiente informacional na sociedade. Fica destacado também a abordagem interdisciplinar que envolve projetos gerenciados pela biblioteca e instituição, com integração em diversas áreas através do conhecimento, preparando os alunos para enfrentar o mundo, de forma que este colaborará para com sua criatividade e conhecimento.

Em resumo, a biblioteca está sobre o gerenciamento de um bacharel em Biblioteconomia. Sua atuação é competente, servindo também de modelo de boas práticas, mesmo diante dos obstáculos. Sua atuação é profissional, não depende só de empatia e boa vontade, é o resultado de uma formação superior. Seu modelo serve como exemplo de promoção as práticas literárias, desenvolvimento das competências informacionais, inclusão, acessibilidade, participação em projetos científicos e sustentáveis, priorizando sempre a disseminação da informação de modo geral.

O incentivo e demonstrações práticas de ações promovem essa inclusão não somente de pessoas com necessidades especiais, mas também para aqueles que de certa forma sofrem com o preconceito. Por tanto, tal situação requer um estudo amplo sobre o assunto. Foi abordado também que a marginalização social sobre o acesso à informação, onde o bibliotecário como profissional da informação deve quebrar a barreira social, através de atividades que desenvolvam o processo de busca, análise e conhecimento da informação, de forma correta, destacando que a marginalização não exige apenas adaptações físicas, mas também metodológicas e comunicacionais.

É destacada a reforma realizada na biblioteca Gilberto Amado, a qual encontra-se em um ambiente provisório, por um tempo estendido, ocasionando assim dificuldade de desenvolvimento de algumas ações, bem como no acesso adequado a informação, dificultando o conforto dos discentes e o desenvolvimento de determinadas atividades.

Tal pesquisa ainda revela que as práticas profissionais da bibliotecária, Ingrid Fabiana de Jesus, estão de acordo com os princípios expostos por IFLA e UNESCO (2005:12). A experiência gerada através da pesquisa indica que a utilização de programas relacionados a leitura, iniciativas interdisciplinares, como o desenvolvimento de projetos científicos, *podcast*, geram um melhor desenvolvimento das competências nos alunos, promovendo e desenvolvendo o pensamento crítico nos discentes, preparando tais jovens para o convívio adequado em sociedade.

Os resultados da pesquisa reforçam a importância da presença do profissional bibliotecário, para a gestão da biblioteca escolar. E argumenta contra o ato de substituição desse profissional por outro, que não seja da área da Ciência da Informação. Para o pleno exercício da cidadania, a pessoa bibliotecária também precisa atuar na formação crítica desses leitores em formação. Desse modo, as estratégias para a formação do leitor serão incluídas nas habilidades e competências deste profissional, que ocorrem no atendimento da biblioteca escolar, na sua ação e animação cultural e na mediação da leitura.

Portanto, como resultado da pesquisa, fica destacado que a presença do profissional bibliotecário é indispensável, esses profissionais não podem e nem devem ser substituídos por outros sem formação na área da Ciência da Informação. A biblioteca escolar é valiosa, uma verdadeira fonte de saber. Como tal, deveria ser mais valorizada, respeitada.

Referências bibliográficas

APPEL, Vinícius

2024 Apenas 31% das escolas públicas brasileiras possuem biblioteca. In *ATRICON*. [Em linha]. (16 fev. 2024). [Consult. 5 jul. 2024]. Disponível em: <https://atrimon.org.br/apenas-31-das-escolas-publicas-brasileiras-possuem-biblioteca/>.

AZEVEDO, Karla Roberta de; OGÉCIME, Mariana

2019 O Papel do bibliotecário como mediador da informação na busca pelo letramento informacional. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. {Em linha}. 18:00 (2019) e020001. [Consult. 2 dez. 2024]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8654473>.

BEZERRA, Maria Aparecida da Costa

2008 O Papel da biblioteca escolar: importância do setor no contexto educacional. *Revista CRB-8 Digital*. 1:2 (out. 2008) 4-10.

BISPO, Ana Beatriz

2005 *O Bibliotecário escolar no processo de ensino aprendizagem: a atuação do profissional em instituições particulares de ensino médio de Natal*. João Pessoa, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba.

BRASIL. Câmara dos Deputados

2023 Comissão aprova emenda do Senado que amplia prazo para todas as escolas terem bibliotecas. In *Câmara dos Deputados: Coluna: Zeca Ribeiro*. Brasília: Educação, Cultura e Esportes, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

2024 *Censo Escolar 2024*. [Em linha]. Brasília: INEP, 2024. [Consult. 3 jul. 2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/educacao-basica/censo-escolar>.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2016 *Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde: Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. [Em linha]. Brasília: CNS, 2016. [Consult. 5 jul. 2024]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/reso510_07_04_2016.html.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2015 Presidência da República: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União. Seção 1*. (7 jul. 2015). [Consult. 30 jun. 2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1962 Lei nº 4.084, de 4 de julho de 1962. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, visando a ajustá-la às características do desenvolvimento nacional. *Diário Oficial da União. Seção 1.* (4 jul. 1962) 4.923.

BRASIL. Ministério da Educação

2024 *Bibliotecas escolares e o desenvolvimento de Competências Informacionais*. [Em linha]. Brasília: MEC, 2024. [Consult. 3 jul. 2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/educacao/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bibliotecas-escolares>.

BRASIL. Ministério da Educação

2024. *Dados sobre Acessibilidade em Escolas Privadas*. [Em linha]. Brasília: MEC, 2024. [Consult. 3 jul. 2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/acessibilidade>.

CABRAL, Adrine

2023 *Construindo pontes para o futuro: IFS promove inclusão social por meio da educação*. [Em linha]. (30 nov. 2023). [Consult. 2 ago. 2024]. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/11240-construindo-pontes-para-o-futuro-ifs-promove-inclusao-social-por-meio-da-educacao.html>

CAMPELLO, Bernadete, coord.

2010 *Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares*. [Em linha]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. [Consult. 17 maio 2023]. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/images/stories/padroesparabibliotecasescolares.pdf>.

CAVALCANTE, Fernanda de Oliveira Freitas; VELANGA, Carmen Tereza; PIMENTA, Jussara Santos

2020 *Biblioteca escolar: ação mediadora e o papel do bibliotecário*. *Revista Educação Pública*. [Em linha]. 20:4 (28 jan. 2020). [Consult. 17 maio 2023]. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/4/biblioteca-escolar-acao-mediadora-e-o-papel-do-bibliotecario>.

CERCA DE 34 MILHÕES DE PESSOAS...

2020 *Cerca de 34 milhões de pessoas frequentam bibliotecas no Brasil, diz pesquisa*. *SP Leituras*. [Em linha]. (Set. 2020). [Consult. 17 maio 2023]. Disponível em: <https://www.spleituras.org.br/noticia/cerca-de-34-milhes-de-pessoas-frequentam-bibliotecas-no-brasil-diz-pesquisa>.

COELHO, Nelly Novaes

2000 *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. 11^a ed. São Paulo: Moderna, 2000.

DEFINIÇÃO DE BIBLIOTECA ESCOLAR

2019 *Definição de biblioteca escolar*. In *Portal do bibliotecário*. [Em linha. 2019. [Consult. 2 dez. 2023]. Disponível em: <https://portaldobibliotecario.com/biblioteca/definicao-de-biblioteca-escolar/index.html>.

FREIRE, Paulo

2005 *A Importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 46^a ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IFLA; UNESCO

2005 *Diretrizes da IFLA/Unesco para a biblioteca escolar*. [Em linha]. 2005. [Consult. 17 jun. 2024]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>.

LIMA, Elvira Souza

2007 *Currículo e desenvolvimento humano*. Brasília: MEC/SEB, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria Alice Gonçalves

2007 *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade

2003 *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade

2001 *Fundamentos da metodologia científica*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, EVA Maria; MARCONI, Marina de Andrade

1996 *Técnicas de pesquisa*. [Em linha]. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1996. [Consult. 17 jun. 2024]. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/5438/5438_5.PDF.

LAVILLE, Claude; DIONNE, Jean

1999 *A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LINS, Ana Cristina Pereira; RAMALHO, Francisca Arruda

2006 Interesses de leitura: um estudo com alunos da 8ª série do ensino fundamental. *Biblionline*. 2:1 (2006).

LIPINSKI, Bernard

2021 A Biblioteca escolar como agente potencializador do processo ensino-aprendizagem. *Biblioteca Escolar em Revista*. [Em linha]. 7:2 (2021) 61-81. [Consult. 2 dez. 2024]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/178594>.

LOBATO, Monteiro

2021 *A Menina do narizinho arrebitado*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1921.

LOURENÇO FILHO, M.

1946 *O ensino e a biblioteca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MACEDO, Luciana Alves de

2010 *Biblioteca escolar como espaço de incentivo à leitura*. [Em linha]. João Pessoa, 2010. [Consult. 5 jul. 2024]. Disponível em: <https://www.ccsa.ufpb.br/biblio/contents/tcc/tcc-2010/biblioteca-escolar-como-espaco-de-incentivo-a-leitura.pdf>.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba.

MALHOTRA, Naresh K.

2001 *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MAROTO, Lúcia Helena

2012 *Biblioteca escolar, eis a questão!/: Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MENDES, Vanessa Fernandes

2018 *O Papel da biblioteca escolar como mediadora de leitura: relato de experiência*. [Em linha]. Cachoeira do Sul, RS, 2018. [Consult. 17 maio 2023]. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16617>.

MINAYO, Maria do Carmo Soares [et al.]

1994 *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Aline Carvalho do

2024 *Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER*. [Em linha]. [Minas Gerais]: Fundação Renova (9 fev. 2024). [Consult. 5 jul. 2024]. Disponível em: <https://projetoinecentivoaleitura.com.br/2024/02/09/programa-nacional-de-incentivo-a-leitura-proler/>.

PAINEL DE INDICADORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

2023 Painel de indicadores da educação especial. In *Diversa*. [Em linha]. 2023. [Consult. 5 jul. 2024]. Disponível em: <https://diversa.org.br/indicadores/>

PAULA, Edna Felipe de

2019 Literatura infantil juvenil na formação da identidade: o caso de uma criança de 7 e outra de 10 anos. *Revista acadêmica educação e cultura em debate*. [Em linha]. 5:1 (jan./dez. 2019) 76-77. [Consult. 19 jan. 2024]. Disponível em: <https://revistas2.unifan.edu.br/index.php/RevistaISE/article/view/315>.

PIMENTEL, Gustavo

2007 *Biblioteca escolar*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

PIRES, Elisabete Aparecida Nogueira

2013 O Bibliotecário como agente transformador social: sua importância para o desenvolvimento da sociedade informacional através da disseminação da informação. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*. [Em linha]. 3:2 (2013). [Consult. 16 jul. 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/70395>.

PIRES, Elisabete Aparecida Nogueira

2010 *PROLER 2010*. [Em linha]. 2010. [Consult. 5 jul. 2024]. Disponível em http://www.amigosdolivro.com.br/materias.php?cd_secao=473&codant

RESENHA: A IMPORTANCIA DO ATO DE LER DE PAULO FREIRE

2014 Resenha: A Importância do ato de ler de Paulo Freire. In *Pedagogia ao Pé da Letra*. [Em linha]. 2014. [Consult. 15 maio 2023]. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/a-importancia-do-ato-de-ler-de-paulo-freire/>.

RODRIGUES, Danielle Nunes; VIEIRA, Keitty

2023 Biblioteca escolar como instrumento de ensino-aprendizagem: uma busca por práticas na literatura científica. *Biblionline*. [Em linha]. 19:4 (2023) 16-28. [Consult. 5 jul. 2024]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/download/69088/39110/210097>.

SANTOS, Roberta do Rego; DUARTE, Emeide Nóbrega; LIMA, Isabel Ferreira de

2014 O Papel do bibliotecário como mediador da informação no processo de inclusão social e digital. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 10:1 (2014) 36-53. [Consult. 16 jul. 2023]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/279>.

SEVERINO, Antônio Joaquim

2007 *Metodologia do trabalho científico*. 23^a ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, E. T. da

1993 *Leitura na escola e na biblioteca*. 4^a ed. Campinas: Papyrus, 1993.

SILVA, Maria

2018 *Bibliotecas escolares e competências informacionais*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora Educação, 2018.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; REIS, Alcenir Soares dos

2008 *Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil*. [Em linha]. Belo Horizonte, 2008. [Consult. 5 jul. 2024]. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-79CMVL/1/mestrado_fabr_cio_jos_nascimento_da_silveira.pdf.

Dissertação de mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

TARGINO, Maria das Graças

1991 Biblioteconomia, informação e cidadania. *REB: revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. [Em linha]. 20:2 (jul./dez. 1991) 149-160. [Consult. 5 jul. 2024]. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/download/37210/28950/113704>

TEIXEIRA, Andréa Vicente da Silva

2023 *A Importância do uso da biblioteca como espaço de incentivo à leitura nas séries iniciais do ensino fundamental*. [Em linha]. Espírito Santo, 2023. [Consult. 22 jan. 2024]. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/3123>. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Instituto Federal do Espírito Santo.

Sydiane Leão Santos | sydianeleao@outlook.com

Instituto Federal de Sergipe – Polo Estância (IFS), Brasil

VIVÊNCIAS PRÁTICAS NO LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL E INCLUSÃO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: desafios da acessibilidade para deficientes visuais a partir da exposição *Moradores da Floresta*

PRACTICAL EXPERIENCES IN THE LABORATORY OF INFORMATIONAL ACCESSIBILITY AND INCLUSION AT CENTRAL LIBRARY OF THE UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: accessibility challenges for the visually impaired from the *Forest Dwellers* exhibition

Fabio Massanti Medina | Rosa da Penha Ferreira da Costa | Luiz Carlos da Silva

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag22a10>

Resumo: Este relato de experiência aborda as vivências da equipe da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no Laboratório de Acessibilidade Informacional e Inclusão (LAI) frente aos desafios da acessibilidade informacional para deficientes visuais, com foco na exposição *Moradores da Floresta*. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, que discute os resultados à luz da produção acadêmica em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Utilizou-se pesquisa bibliográfica para compreender as melhores práticas em audiodescrição, descrevendo etapas realizadas. As palavras-chave audiodescrição, acessibilidade e imagem nortearam o levantamento de diretrizes e metodologias. A pesquisa conclui destacando a relevância da acessibilidade informacional para a inclusão, demonstrando como o LAI utiliza a audiodescrição para tornar a informação visual acessível, compartilhando práticas importantes para a promoção da igualdade de acesso à informação.

Palavras-chave: Acessibilidade informacional; Audiodescrição; Pessoa com deficiência.

Abstract: This experience report addresses the practices of the Central Library team at Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) in the Laboratory of Informational Accessibility and Inclusion (LAI) in facing the challenges of informational accessibility for visually impaired individuals, focusing on the *Moradores da Floresta* exhibition. It is a qualitative and descriptive study that discusses the results in light of academic production in Information Science and Librarianship. A bibliographic review was conducted to understand best practices in audio description, detailing the steps taken. The keywords audio description, accessibility, and image guided the research of guidelines and methodologies. The study concludes by highlighting the relevance of informational accessibility for inclusion, demonstrating how LAI uses audio description to make visual information accessible, sharing important practices to promote equal access to information.

Keywords: Informational accessibility; Audio description; Person with disabilities.

1. Introdução

Ao realizarmos leituras de textos, seja em livros, revistas e demais suportes, compondo o conteúdo informacional para além da tipografia do texto, nos deparamos com conteúdos imagéticos, que trazem reflexões sobre os elementos que estão sendo tratados na referida obra. A representação gráfica faz parte intrínseca da composição editorial dos documentos, adicionando graus de significados e enriquecendo a experiência de quem os explora. No

entanto, é importante reconhecer que para pessoas com deficiência visual, a informação imagética apresenta desafios de acessibilidade.

Reconhecendo a importância das imagens no processo informacional, Beattie e Ellis (2017) na perspectiva do aspecto cognitivo, apontam que estas transcendem como palavras escritas, transmitem informações e emoções de maneiras que os textos por si só talvez não consigam alcançar plenamente. Assim sendo, como a Biblioteca Universitária pode contribuir para dar acessibilidade aos deficientes visuais? Aos deficientes visuais precisamos garantir a acessibilidade, ou seja, criar mecanismos e/ou soluções para que possam acessar e compreender o conteúdo imagético apresentado nos documentos.

Crespo, Espada e Burgos (2016) *apud* Souza e Tabosa (2018) apontam a necessidade de descrições como forma de adaptações com vistas a aumentar a acessibilidade. E conforme Nicholl e Boueri Filho (2001:49) *apud* Souza e Tabosa (2018) esta é “[...] a possibilidade e condição de alcançar os elementos funcionais do ambiente construído, para assim permitir sua utilização”. Por ora, é importante salientar que diante de todo um contexto há a velocidade das evoluções tecnológicas características da Sociedade da Informação, marcada pelo formato híbrido da comunicação (ALVES, 2023), justificando e ratificando a necessidade de tornar acessível a informação as pessoas com deficiência.

No caso específico da deficiência visual, a audiodescrição entra em cena como uma prática fundamental. A tradução audiovisual, ou acessibilidade a textos audiovisuais, é matéria complexa que engloba diferentes aspectos. Além da necessidade de atingir seu público-alvo por meio da criatividade da linguagem, precisa também proporcionar uma experiência estética que se fundamente na interdependência dos sentidos (ALVES, VIGATA e SANTOS, 2021).

A audiodescrição é uma técnica que transforma informações visuais em descrições verbais, permitindo que pessoas com deficiência visual possam compreender e desfrutar de conteúdos visuais, como imagens fotográficas, pinturas, ilustrações e outros elementos gráficos. É uma modalidade de tradução audiovisual acessível, que pode ser definida como: “[...] tradução em palavras das impressões visuais de um objeto, seja ele um filme, uma obra de arte, uma peça de teatro, um espetáculo de dança ou um evento esportivo. O recurso tem o objetivo de tornar esses produtos acessíveis a pessoas com deficiência visual” (FRANCO e ARAÚJO, 2011:17).

Por meio de uma narração cuidadosa, a audiodescrição transmite detalhes visuais importantes, cores, formas, cenários e outros aspectos relevantes, permitindo que aqueles que não podem ver a imagem tenham uma experiência similar àqueles que podem. Essa prática inclusiva torna-se essencial em diversos contextos, desde produções cinematográficas e televisivas até exposições artísticas e eventos ao vivo.

A inclusão da audiodescrição é uma maneira de tornar a informação imagética mais acessível, garantindo que pessoas com deficiência visual não sejam excluídas da compreensão dos conteúdos visuais presentes nos documentos. Isso é particularmente importante na Ciência da Informação (CI), onde o acesso equitativo à informação é um dos princípios fundamentais. Para Lima, Guedes e Guedes (2013, não paginado), a audiodescrição deve apresentar “[...] linguagem clara, simples, objetiva e acessível para que a compreensão do conteúdo assistido não seja prejudicada e que, em vez de promover

comunicação, se construa novas barreiras comunicacionais através da escolha da linguagem”.

Ao explorar a intersecção entre o texto, a imagem e a audiodescrição na composição de documentos informativos, podemos não apenas reconhecer a importância das imagens como elementos intrínsecos de comunicação, mas também enfatizar a necessidade de tornar essas imagens acessíveis a todos os públicos, independentemente de seus recursos visuais. Isso não apenas amplia a disseminação do conhecimento, mas também promove a inclusão e a igualdade de acesso à informação visual. Por isso reforçamos a necessidade de abordagens inovadoras que assegurem uma comunicação inclusiva e abrangente.

Dentro da perspectiva de promover acessibilidade e inclusão em materiais bibliográficos que oferecem elementos visuais, como imagens, gráficos e fotografias, a elaboração de audiodescrição desempenha um papel fundamental. A audiodescrição é uma técnica que visa tornar as informações imagéticas acessíveis para pessoas com deficiência visual, permitindo que elas compreendam e contextualizem as imagens presentes nos documentos.

2. Metodologia

A função primordial da metodologia é apresentar os caminhos percorridos para a construção do conhecimento. No contexto da proposta apresentada neste artigo, o caminho foi prazeroso, fomos pesquisadores e partícipes do processo construtivo do saber. Vimos-nos envolvidos no processo de forma direta. O resultado desse envolvimento se traduz em um Relato de Experiência (RE) do trabalho realizado pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no contexto da exposição *Moradores da Floresta* a partir da autodescrição como ferramenta de acessibilidade para que os deficientes visuais pudessem vivenciar a experiência inclusivamente.

No que diz respeito ao RE, Dalto e Farias (2019:231) o definem como uma construção científica que circunscreve o posicionamento político, epistemológico e temporal do pesquisador e que do seu lugar de fala e, na fala narrada, demonstra também seus encontros com as unidades que lhe são anteriores, como, por exemplo, a economia e a geopolítica que o circundam.

Trata-se de um RE de natureza qualitativa, do tipo descritivo, norteia a discussão dos resultados à luz da produção acadêmica da área de CI e Biblioteconomia, a partir do diálogo com os autores levantados. Faz uso de pesquisa bibliográfica para compreender as melhores práticas existentes na audiodescrição, bem como a descrição das etapas práticas realizadas. Buscou-se palavras-chave como: audiodescrição, acessibilidade e imagem, que retornaram pesquisas de autores que tratam desta temática.

3. Conceitos de audiodescrição

Dentro da perspectiva de promover acessibilidade e inclusão em materiais bibliográficos que contenham elementos visuais, como imagens, gráficos e fotografias, a elaboração de audiodescrição desempenha um papel fundamental. A audiodescrição é uma técnica que

visa tornar as informações visuais acessíveis para pessoas com deficiência visual, permitindo que elas compreendam e contextualizem as imagens presentes nos documentos.

É importante ressaltar a contribuição inestimável de Margaret Rockwell e seu marido, Cody Pfanstiehl, que permanecerá eternamente entrelaçada à história da audiodescrição, não apenas nos Estados Unidos, mas em escala global. É contundente reconhecer que o primeiro espetáculo teatral com audiodescrição, em 1974, é o testemunho de sua dedicação incansável, que não apenas revolucionou a experiência cultural nos Estados Unidos, mas também por fronteiras, influenciando positivamente a disseminação dessa prática inovadora em todo o mundo.

Para Alves (2023), a audiodescrição é uma modalidade de tradução intersemiótica que se constitui como o principal recurso de acessibilidade visual para as pessoas com cegueira total e baixa visão. Outros autores como Franco e Araújo (2011), conceituam sobre a tradução em palavras das impressões visuais de um objeto, seja ele um filme, uma obra de arte, uma peça de teatro, um espetáculo de dança ou um evento esportivo.

O ato de transpor a concepção das informações imagéticas, materializando a observação sobre aquele conteúdo e sintetizando aquilo que é observado, exige uma habilidade que vai além da simples descrição visual. Envolve a interpretação dos detalhes da imagem, compreender os elementos e traduzi-los de maneira significativa. Ao realizar essa transposição da imagem, a audiodescrição não apenas fornece uma representação verbal das características visuais, mas também o contexto e os seus significados.

Fellowes (2012), Carneiro (2015), Motta e Romeu Filho (2010) e Naves *et al.* (2016) estabelecem diretrizes essenciais que devem ser utilizadas na concepção da audiodescrição para materiais bibliográficos adaptados.

Quadro 1 – Elementos essenciais utilizados na concepção da audiodescrição para materiais bibliográficos adaptados

Elemento essencial	Recomendação
Descrição detalhada	Requer detalhamento preciso dos elementos visuais presentes nos documentos tais como: cores, formas, tamanhos, posições, ou seja, detalhes que contribuem para tornar a imagem completa.
Contextualização	Dar subsídios para compreender o propósito e significado da imagem como: tema, contexto histórico, a relação do conteúdo dos textos e outros elementos relevantes.
Clareza e concisão	Informação clara e concisa, organizada e compreensível, sem redundância para tornar a audiodescrição eficaz.
Seleção de detalhes relevantes	Identificar apenas os detalhes relevantes que permitam a compreensão da imagem.
Linguagem descritiva e criativa	Usar palavras descritivas e criativas que transmitam efetivamente a imagem visual. A linguagem deve ser rica o suficiente para criar uma imagem mental sem ser excessivamente complexa.

Tempo e ritmo	A narrativa deve ser equilibrada em termos de tempo e ritmo, permitindo aos ouvintes processá-las sem pressa, mas também sem alongamentos desnecessários.
Testes e revisões	Deve ser testada e revisada por pessoas com deficiência visual para garantir sua eficácia e compreensão. Isso ajuda a identificar áreas que podem precisar de ajustes ou esclarecimentos.
Ética e sensibilidade	Deve evitar juízos de valor, preconceitos ou interpretações subjetivas, o que é essencial para garantir uma experiência inclusiva e respeitosa.
Adaptação ao público	Deve ser adaptada ao público-alvo, considerando seu nível de conhecimento e experiência. A complexidade das descrições pode variar com base no público que ouvirá a audiodescrição.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024) a partir dos conceitos estabelecidos por Fellowes (2012); Carneiro (2015); Motta e Romeu Filho (2010) e Naves *et al.* (2016).

Ao incorporar esses conceitos na elaboração de audiodescrição para materiais bibliográficos, estamos promovendo uma abordagem inclusiva que permite que pessoas com deficiência visual tenham acesso ao conteúdo visual de maneira significativa. Isso não apenas enriquece a experiência de leitura, mas também fortalece os princípios de acessibilidade e igualdade de acesso à informação.

4. Audiodescrição no contexto do Laboratório de Acessibilidade Informacional e Inclusão (LAI) - Diretrizes

A fim de definir diretrizes de realização de audiodescrição para aplicação nas atividades do Laboratório de Acessibilidade Informacional e Inclusão (LAI), partimos dos conceitos e atribuições fundamentais dessa prática, que visam tornar o conteúdo visualmente presente em materiais acessíveis a pessoas com deficiência visual. Isso implica não apenas a descrição das características visuais dos elementos presentes, mas também a contextualização e interpretação cuidadosa para transmitir o significado e a essência das imagens.

Como referência à NBR 16.452 de 2016, que aborda a acessibilidade na comunicação, e mais especificamente à seção relacionada à audiodescrição, bem como ao *Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis* (Naves *et al.*, 2016), publicado pela Secretaria do Audiovisual, do Ministério da Cultura, podemos observar a importância de diretrizes sólidas e embasadas para a realização de audiodescrição em materiais informacionais. Esses documentos fornecem orientações valiosas que contribuem para uma abordagem padronizada e eficaz na implementação da audiodescrição.

A NBR 16.452 estabelece diretrizes específicas para a comunicação acessível, incluindo a audiodescrição, que se alinham com os princípios gerais discutidos anteriormente. Essa norma aborda aspectos técnicos, linguísticos e práticos da audiodescrição, auxiliando profissionais a criar descrições detalhadas, contextualizadas e acessíveis para pessoas com deficiência visual.

Por sua vez, o *Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis* publicado pela Secretaria do Audiovisual, do Ministério da Cultura, oferece orientações específicas para a produção de conteúdo audiovisual acessível, incluindo a audiodescrição. Esse guia apresenta abordagens práticas para a inclusão de elementos visuais em produções audiovisuais, garantindo que o conteúdo seja acessível a um público diversificado.

Ao levar em consideração essas referências, podemos enriquecer ainda mais nossas diretrizes para a realização de audiodescrição de materiais informacionais em formato acessível. A base normativa e as práticas recomendadas estabelecidas pela NBR 16.452 e pelo guia do Ministério da Cultura oferecem um alicerce sólido para garantir que a audiodescrição seja implementada de maneira eficaz, atendendo às necessidades de acessibilidade e promovendo uma comunicação inclusiva e significativa. Para realização de boas práticas no LAII da Biblioteca Central da UFES, em consonância com essas referências, contribuem para uma abordagem embasada e bem-sucedida na realização de audiodescrição, ampliando o alcance e o impacto das informações visuais para todas as pessoas, independentemente de suas capacidades visuais.

Além disso, é imperativo considerar a clareza, a concisão e a seleção criteriosa de detalhes relevantes, garantindo uma compreensão completa sem sobrecarregar os ouvintes.

Para Moura e Torres (2016), a audiodescrição possibilita acesso à linguagem imagética, ampliando as suas possibilidades de observação, sensibilização, interpretação, análise e compreensão, captando a essência da paisagem pelo texto escrito, aguçando a curiosidade na pessoa com deficiência visual para imaginar e desvendar os seus sons, as suas cores, os seus cheiros e os sentimentos evocados.

Complementando, Holland (2009) traz considerações importantes sobre linguagem visual e linguagem verbal, destacando a equivalência entre elas. O autor traz abordagem sobre a significação das imagens, onde a audiodescrição possa captar a essência daquela representação imagética e descrever para as pessoas com deficiência visual todo o conteúdo ali disposto. Neste contexto, a linguagem descritiva e criativa é uma ferramenta essencial, permitindo a construção de uma representação mental vívida e precisa da imagem original. Além disso, a consideração do tempo e ritmo é vital na narrativa da audiodescrição, permitindo uma experiência auditiva fluida e envolvente.

Ao adotar tais diretrizes, podemos assegurar que a audiodescrição cumpre seu propósito de proporcionar acessibilidade informacional inclusiva e enriquecedora. Neste contexto, as vivências práticas no LAII da Biblioteca Central da UFES desempenham um papel crucial na definição e aprimoramento dessas diretrizes, fornecendo *insights* valiosos provenientes da experiência real e direta na aplicação desses princípios.

5. Relato de experiência da descrição de imagens das peças da exposição *Moradores da Floresta realizada na Biblioteca Central da UFES*

Com base na Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei nº 13.146/2015), a partir de janeiro de 2015, tivemos um novo momento referente às questões sobre acessibilidade, as quais envolvem a igualdade e a isonomia para a cidadania brasileira. A LBI trouxe em sua

essência alguns artigos que devem ser trabalhados para a consolidação de uma sociedade mais igualitária. Dentre eles o Art. 42º cita que a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

- I. a bens culturais em formato acessível;
- II. a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível.

O Art. 67º dispõe: Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

- I. subtítuloção por meio de legenda oculta;
- II. janela com intérprete da Libras;
- III. audiodescrição.

No contexto da audiodescrição, torna-se importante o desenvolvimento da capacidade dos audiodescritores para que a Lei possa ser cumprida e sejam fornecidas condições de acesso às informações nos diversos conteúdos. O LAII tem como uma das suas atividades trabalhar a produção de materiais informacionais, tornando-os acessíveis, por meio da adaptação dos conteúdos conforme as necessidades de seus usuários. Nesta perspectiva, Silva (2011) destaca que esta tarefa consiste na conversão de imagens em palavras para que informações relevantes sejam transmitidas e possam também ser acessadas.

Neste aspecto, Santos e Cavalcanti (2020) destacam que a audiodescrição pode contribuir para que estudantes com deficiência visual ampliem o diálogo, as informações, a comunicação e o vocabulário imagético. E fazem referência com as afirmações de Reily (2011:26), “[...] partimos do princípio democrático de que, se a palavra é para todos, a imagem também tem de ser”. Sendo o autor é necessário realizar uma conversão semiótica, traduzindo a palavra do outro em descrição e significado, para que a pessoa com deficiência visual se aproprie do sentido, trazendo suas experiências pessoais para a situação, (REILY, 2011).

Corroborando com as afirmações apresentadas no processo de produção de textos acessíveis, os conteúdos informacionais são adaptados e frequentemente nos deparamos com a presença de conteúdos imagéticos, como gráficos, tabelas e imagens. Para viabilizar a utilização desses materiais, empregamos *softwares* especializados, capazes de converter textos impressos ou digitalizados que não são acessíveis para *softwares* leitores de tela, por exemplo, para um formato compatível com esses sistemas. Nesse ponto, são corrigidas as inconsistências dos textos, oriundas da transição entre os suportes, visando tornar o documento editável e apto para ser convertido em diversos formatos, tais como áudio, fonte ampliada e *braille*.

No entanto, surge uma complexidade quando nos deparamos com conteúdo imagético incorporado nos textos, pois os *softwares*, por mais avançados que sejam, não realizam a descrição eficaz desses elementos visuais. É nesse ponto que entra a audiodescrição como uma solução vital.

A audiodescrição é um processo que se destina a preencher essa lacuna, permitindo a tradução das informações contidas nas representações visuais para uma narrativa verbal detalhada. Cada detalhe, desde formas e cores até nuances emocionais e contextos culturais, é minuciosamente interpretado e articulado, proporcionando uma experiência rica e envolvente para os alunos com deficiência visual. Essa prática não apenas oferece um acesso equitativo ao conteúdo, mas também enriquece a compreensão e a aprendizagem, uma vez que todos os alunos podem compartilhar da mesma base de informações.

Na audiodescrição, os elementos imagéticos presentes no documento são meticulosamente interpretados e sentidos. Essa abordagem visa fornecer uma compreensão precisa do conteúdo visual, permitindo que indivíduos com deficiência visual também tenham acesso às informações que essas imagens transmitem. A audiodescrição enriquece a experiência de aprendizado ao fornecer uma narrativa verbal que complementa e contextualiza as informações visuais, promovendo, assim, um ambiente inclusivo e igualitário.

Nesta perspectiva, buscando oportunizar uma experiência inclusiva, a audiodescrição possibilitou a interação com a instalação da exposição do Museu de Ciências da Vida, intitulada *Moradores da Floresta*, no espaço da Biblioteca Central, no período de maio a junho de 2023, aonde diversos animais foram vítimas de atropelamentos ocorridos na BR 101, na altura da reserva Biológica de Sooretama, no norte do Estado do Espírito Santo. Os espécimes foram submetidos ao processo de conservação denominado plastinação, tornando-se peças utilizadas para realização de estudos anatômicos, de biologia e ecossistemas, permitindo o contato de estudantes com animais que dificilmente seriam avistados com tanta proximidade e riqueza de detalhes.

Na montagem da mostra, havia diversas informações sobre as peças, trazendo características de *habitat*, tamanho, cor e outros detalhes relevantes. No entanto, as peças traziam outras informações, que só poderiam ser percebidas através da observação minuciosa dos animais expostos. Havia uma diversidade de peças, buscando trabalhar detalhes da anatomia dos animais, sendo que algumas partes de seus corpos estavam mais em evidência, cuja riqueza de detalhes só seria perceptível com um olhar bem atento.

Neste aspecto, pessoas com deficiência visual, dificilmente poderiam compartilhar dessa mesma experiência, deixando de vivenciar um contato mais rico e detalhado sobre aqueles animais. Diante disso, visando oportunizar as informações das peças, em um formato acessível, a equipe do LAII realizou o processo de audiodescrição das peças expostas.

Na audiodescrição, procurou-se traduzir em palavras todas as informações visuais das peças, evidenciando algumas características que estavam em destaque, como cor da pelagem, detalhes anatômicos, estrutura óssea e outros elementos importantes. A técnica utilizada foi analisar a peça, transcrever aquilo que se via sobre aquele animal e transferir para um texto. Após, o texto era revisado por outras pessoas, para que pudessem analisar se algum detalhe importante foi esquecido, adicionando ou suprimindo informações, até chegar ao texto final.

A próxima etapa consistiu em utilizar o *software* Open Book, produzido pela empresa Freedom Scientific, para realizar a conversão do texto para o formato de áudio. Com todas as descrições concluídas, os arquivos devidamente identificados, conforme a relação das peças, foram armazenados em um *drive* virtual, o qual gerou um QR CODE para que o arquivo pudesse ser acessado por meio de dispositivos móveis (celulares, *tablets*,

notebooks, etc.). Dessa forma as pessoas com deficiência puderam ouvir a audiodescrição das obras que estavam em exposição.

Fig. 1 – Exposição *Moradores da Floresta*



Fonte: Os autores, 2023.

Descrição: Exposição *Moradores da Floresta* na Biblioteca Central da UFES. Imagem panorâmica com as peças expostas na mostra. Há mesas cobertas com toalhas em cor cinza gelo. Na parte centro-direita, um tamanduá mirim, em posição em pé, com as patas superiores levantadas, seu corpo está com apenas metade da pelagem em tons de marrom escuro e bege, a outra parte mostra sua musculatura e tecidos. Ao centro da mesa estão 6 corpos de morcegos. Ao lado um filhote de cervo de cor marrom claro. A frente da mesa onde estão estes animais há um totem, que destaca a imagem de uma arara-vermelha-grande, com algumas informações sobre este animal. Ao centro esquerdo da imagem, há uma mesa com duas espécies de felinos em posição quadrúpede. Um gato do mato com a pelagem pela metade, e a outra parte mostrando os tecidos e músculos. O outro animal é uma jaguatirica com toda sua pelagem, em amarelo, com manchas marrons circulares. Logo ao lado dos felinos, há duas espécies de canídeos, um cachorro do mato deitado em posição de lado totalmente sem pelo. Ao lado uma raposa com toda sua pelagem em tons de cinza. Mais a frente da imagem, mas já bem distante há diversas espécies de primatas de pequeno porte como saguis e micos, onde estão simulando como se estivessem balançando em galhos de árvores. Alguns totalmente sem pelo, outros com pelo pela metade e outros com o pelo intacto. Ao fundo há outros primatas expostos, juntamente com aves, anfíbios e répteis.

Fig. 2 – Exposição *Moradores da Floresta*



Fonte: Os autores, 2023.

Descrição: Imagem de uma pessoa cega sendo conduzida por um homem na exposição *Moradores da Floresta* na Biblioteca Central. Foto tirada em posição vertical, tendo como centro da imagem dois homens de estatura média alta, sendo que no primeiro plano está um homem cego, chamado Sandro, sendo conduzido a tocar nos espécimes da mostra. Na imagem, o outro homem leva a mão da pessoa cega a tocar uma espécie de primata do tipo mico, de forma que ele possa perceber a textura da pele, o formato das patas, cauda e outras partes do animal. Ele está fixado a uma estrutura que simula um galho, tentando reproduzir seu comportamento como se estivesse na natureza. Ao lado mais a frente inferior da imagem uma espécie de macaco prego, simulando segurar em um galho. Ao fundo da imagem aparecem duas pessoas vestidas de roupa preta e que estão no ângulo de captura da câmara e estão conversando, possivelmente sobre a exposição.

A audiodescrição apresentada para cada imagem busca apresentar informações relevantes sobre o conteúdo imagético apresentado na cena. Trazendo a interpretação daquilo que se considera relevante para descrever o conteúdo da imagem representada. Para Franco e Silva (2011) é a transformação de imagens em palavras para que as informações possam ser transmitidas e acessadas para pessoas com deficiência visual.

A proposição consiste em descrever os detalhes de cada peça pertencente à coleção das obras da exposição, visando oportunizar que pessoas com deficiência visual, possam ter

uma experiência sensorial mais enriquecedora ao visitar espaços culturais como a Biblioteca.

Observando as orientações do *Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis*, na descrição dos atributos físicos de um personagem é recomendável a seguinte sequência: gênero, faixa etária, etnia, cor da pele, estatura, compleição física, olhos, cabelos e demais características marcantes (Naves *et al.*, 2016).

Sendo necessário, traçar um paralelo entre a reflexão do conhecimento e competências dos bibliotecários, sobre indexação de imagens, que podem agregar uma contribuição muito valiosa na elaboração da audiodescrição de imagens e que pode incorporar detalhes técnicos e conhecimento técnico dos propositores da exposição, que dominam o campo sobre o qual estão realizando a exposição.

6. Considerações finais

Inferimos que a audiodescrição é uma prática fundamental para tornar o conteúdo imagético acessível às pessoas com deficiência visual, promovendo a inclusão e igualdade de acesso à informação. Através da audiodescrição, é possível traduzir em palavras os detalhes visuais das imagens, permitindo que aqueles que não podem ver a imagem tenham uma experiência semelhante aos que podem. Isso é especialmente relevante no contexto da CI, onde o acesso equitativo à informação é um princípio fundamental.

É importante salientar que a técnica vai além da simples descrição visual, envolve a interpretação dos detalhes da imagem e a contextualização de seu significado. A partir dos conceitos essenciais apresentados pelos autores como: descrição detalhada, contextualização, clareza e concisão, seleção de detalhes relevantes, linguagem descritiva e criativa, tempo e ritmo, testes e revisões, ética e sensibilidade, e adaptação ao público, procurou-se desenvolver o trabalho na perspectiva da acessibilidade/inclusão.

Além disso, foi discutido o papel da audiodescrição no contexto do LAII da Biblioteca Central da UFES, onde a prática da audiodescrição foi aplicada para tornar acessíveis as informações sobre peças da exposição *Moradores da Floresta*. A audiodescrição permitiu que pessoas com deficiência visual pudessem acessar e compreender os detalhes visuais das peças expostas, enriquecendo sua experiência sensorial.

A audiodescrição não apenas cumpre com a legislação de acessibilidade, como a *Lei Brasileira de Inclusão*, mas também contribui para um ambiente inclusivo e igualitário, permitindo que todas as pessoas, independentemente de suas condições, tenham acesso ao conhecimento e à cultura. A colaboração entre profissionais da área da informação, propositores de exposições e audiodescritores é fundamental para garantir que uma audiodescrição seja eficaz e significativa.

Em conclusão, a audiodescrição desempenha um papel crucial na promoção da acessibilidade informacional e na construção de uma sociedade mais inclusiva. Ao reconhecer a importância das imagens como elementos intrínsecos de comunicação e ao enfatizar a necessidade de tornar essas imagens acessíveis a todos os públicos, estamos fortalecendo os princípios de igualdade, inclusão e acesso à informação visual. A

audiodescrição é uma ferramenta poderosa para ampliar o alcance do conhecimento e garantir que ninguém seja excluído do acesso ao mundo das informações visuais.

Referências bibliográficas

ALVES, Soraya Ferreira

2023 Audiodescrição integrada de fotografias de álbum de família: Narrativas do Bairro Belenzinho em São Paulo. *Tradução em Revista*. [Em linha]. 34:1 (2023). [Consult. 4 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/62841/62841>.

ALVES, Soraya Ferreira; VIGATA, Helena Santiago; SANTOS, Priscylla Fernandes dos

2021 Particularidades e desafios da audiodescrição de textos audiovisuais multilíngues. In *Tradução e acessibilidade: métodos, técnicas e aplicações*. Org. S. F. Alves, H. S. Vigata. Brasília: Editora UNB. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

2016 *NBR 16.452: Acessibilidade na comunicação: audiodescrição*. Rio de Janeiro, ABNT, 2016.

BEATTIE, Geoffrey, ELLIS, Andrew W.

2017 *The Psychology of Language and Communication*. New York: Routledge, 2017.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2015 Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). [Em linha]. *Diário Oficial da União*. (7 jul. 2015) [Consult. 4 ago. 2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Audiovisual

2016 *Guia para produções audiovisuais acessíveis*. Brasília, DF: M.C., 2016.

CARNEIRO, B. C. S.

2015 *Repensando o roteiro de audiodescrição para o público com deficiência intelectual*. [Em linha]. Salvador: 2015. [Consult. 4 ago. 2023]. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27228>.
Dissertação de Mestrado - Universidade Federal da Bahia.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de

2019 Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estudos e pesquisas em Psicologia*. [Em linha]. 19:1 jan. 2019) 223-237. [Consult. 4 ago. 2023]. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100013&lng=pt&nrm=iso.

FELLOWES, J.

2023 *Open Book*. [Em linha]. 2023. [Consult. 4 ago. 2023]. Disponível em: <http://www.associadosdainclusao.com.br/enades2016/sites/all/themes/berry/documentos/15-espectro-autistico-legendas-e-audio-descricao-por-judith-fellowes-traducao-de-tereza-r-gomes.pdf>.

FRANCO, Eliana P. C.; ARAÚJO, Vera L. S.

2011 Questões terminológico-conceituais no campo da tradução audiovisual (TAV). *Tradução em Revista*. [Em linha]. 11:2 (2011) 1-23, 2011. [Consult. 4 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18884/18884.PDFXXvmi=>.

FREEDOM SCIENTIFIC

2007 Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*. [Em linha]. 10:10 (2007) 37-45. [Consult. 15 jan. 2023]. Disponível em: <https://www.freedomscientific.com/products/software/openbook/>.

HOLLAND, A.

2009 Audio description in the theatre and the visual arts: Images into words. In DÍAZ CINTAS, J.; ANDERMAN, G. - *Audiovisual translation: Language transfer on screen*. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2009, p. 170-185.

LIMA, Francisco J.; GUEDES, Lívía C.; GUEDES, Marcelo C.

2013 *Áudio-descrição: orientações para uma prática sem barreiras atitudinais*. [Em linha]. São Paulo: APABB, 2013. [Consult. 4 ago. 2023]. Disponível em: <http://www.apabb.org.br/admin/files/Artigos/rbtv.pdf>.

MOTTA, Lívía Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo, org.

2010 *Audiodescrição: imagens coloridas em palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

MOTTA, Lívía Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo, org.

2010 *Audiodescrição: transformando imagens em palavras*. [Em linha]. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010. [Consult. 4 ago. 2023]. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/download/audiodescricao-transformando-imagens-empalavras.pdf>.

MOURA, Jeani Delgado Paschoal; TORRES, Eloiza Cristiane

2007 Audiodescrição de fotografias para o estudo da paisagem por pessoas com deficiência visual: uma contribuição na formação de professores. *Revista de Ensino de Geografia*. [Em linha]. 7:12 (jan./jun. 2016) 61-74. [Consult. 4 ago. 2023]. Disponível em: <http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N12/Art-5-Revista-Ensino-Geografia-v7-n12-Moura-Torres.pdf>.

NAVES, Sylvia Bahiense [et al.], org.

2016 *Guia para produções audiovisuais acessíveis*. [Em linha]. Brasília: Ministério da Cultura, 2016. [Consult. 4 ago. 2023]. Disponível em: <https://matavunesp.files.wordpress.com/2016/10/guiaparaproducoesaudiovisuaisacessiveis2016.pdf>.

OLIVEIRA, Georgia Tath Lima de; MORAES, Ana Cristina de

2023 A Audiodescrição (AD) na formação estética de futuros(as) pedagogos(as). *Revista Linguagem em Foco*. [Em linha]. 15:2 (2023) 47-65. [Consult. 4 ago. 2023]. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/10598.10.46230/2674-8266-15-10598>.

SANTOS, Silas Nascimento dos; CAVALCANTE, Ticia Cassiany Ferro

2020 Audiodescrição: Um olhar para a aprendizagem dos estudantes com deficiência visual. *Educação: Teoria e Prática*. [Em linha]. 30:63 (2020). [Consult. 4 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/13840/11915>.

REILY, L.

2011 *Escola inclusiva: linguagem e mediação*. 4^a ed. Campinas-SP: Papyrus Editora, 2011.

SILVA, Giordio Gilwan da

2011 *Diretrizes de acessibilidade para deficientes visuais na programação da TV digital interativa: contribuições*. Florianópolis, 2011.

Dissertação de Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento - Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, Osvaldo de; TABOSA, Hamilton Rodrigues

2018 Estudo sobre a contribuição da Ciência da Informação em pesquisas sobre Tecnologias Assistivas. *Comunicação e Informação*. [Em linha]. 21:1 (jan./maio 2018) 70-88. [[Consult. 4 ago. 2023]. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/45987/25667>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

2023 *Exposição Moradores da Floresta*. [Em linha]. Espírito Santo: UFES, 2023. [Consult. 4 ago. 2023]. Disponível em: <https://biblioteca.ufes.br/conteudo/exposicao-moradores-da-floresta-o>.

Fabio Massanti Medina | fabio.medina@ufes.br

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

Rosa da Penha Ferreira da Costa | rosa.costa@ufes.br

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

Luiz Carlos da Silva | luiz.c.silva@ufes.br

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

Resumo: A *graphic medicine* emerge como uma abordagem terapêutica promissora na biblioterapia, aproveitando as características únicas das histórias em quadrinhos para promover a saúde emocional e o bem-estar dos pacientes. Este estudo teve como objetivo geral discutir o potencial da *graphic medicine* nos procedimentos biblioterapêuticos, com vistas a contribuir para a promoção da saúde e bem-estar. A metodologia de pesquisa empregada possui uma abordagem qualitativa, de natureza teórica, pautada na pesquisa bibliográfica que relaciona os elementos biblioterapêuticos aos potenciais da *graphic medicine*. Como resultado, foi constatado que a *graphic medicine* contribui nos processos biblioterapêuticos de identificação, introjeção, projeção, catarse e introspecção, contribuindo tanto como fonte de informação sobre doenças e tratamentos quanto como meio de externalizar as experiências e vivências dos leitores e pacientes que passam por algum tipo de processo de cura. Conclui-se que *graphic medicine* se mostra um instrumento valioso que merece ser melhor explorado e evidenciado nas práticas de biblioterapia principalmente clínicas e institucionais.

Palavras-chave: Biblioterapia; *Graphic medicine*; Histórias em quadrinhos.

Abstract: Graphic Medicine emerges as a promising therapeutic approach in bibliotherapy, leveraging the unique characteristics of comic books to promote the emotional health and well-being of patients. The general objective of this study was to discuss the potential of graphic medicine in bibliotherapeutic procedures, with a view to contributing to the promotion of health and well-being. The research methodology employed has a qualitative approach, theoretical in nature, based on bibliographic research that relates bibliotherapeutic elements to the potentials of graphic medicine. As a result, it was found that graphic medicine contributes to the bibliotherapeutic processes of identification, introjection, projection, catharsis, and introspection, serving both as a source of information about diseases and treatments and as a means of externalizing the experiences and lives of readers and patients undergoing some type of healing process. It is concluded that graphic medicine proves to be a valuable instrument that deserves to be further explored and highlighted in bibliotherapy practices, especially in clinical and institutional settings.

Keywords: Bibliotherapy; Graphic medicine; Comics.

1. Introdução

No cenário contemporâneo da saúde mental, a busca por abordagens inovadoras e eficazes tem levado os profissionais a explorar diferentes formas de terapia. Nesse contexto, a biblioterapia surge como uma modalidade promissora, que utiliza a leitura de textos como ferramenta terapêutica para promover o bem-estar mental, emocional e psicológico. Dentro desse campo, uma forma artística e narrativa que ainda possui seu potencial pouco explorado são as histórias em quadrinhos.

As histórias em quadrinhos, tradicionalmente associadas ao entretenimento, têm demonstrado um poder único de cativar leitores de todas as idades. No entanto, sua utilização intencional como instrumento biblioterapêutico pode revelar um potencial ainda mais amplo, sobretudo quando se considera o gênero da *Graphic Medicine* (Medicina gráfica), um tipo específico de narrativa em quadrinhos voltado para a exploração de questões relacionadas à saúde. Esse gênero de quadrinhos pode demonstrar eficácia no suporte a elementos fundamentais da biblioterapia, tais como a provisão de segurança, o estabelecimento de conexões interpessoais, a apresentação de perspectivas alternativas e a modelagem de identidades significativas.

Nesse contexto apresentado, a problemática de pesquisa que orientou o presente estudo consistiu em investigar de que forma as histórias em quadrinhos, mais especificamente o gênero de *graphic medicine*, pode desempenhar um papel benéfico na prática da biblioterapia. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa constitui-se em discutir o potencial da *graphic medicine* nos procedimentos biblioterapêuticos, de modo a contribuir para a promoção da saúde e bem-estar.

Essa pesquisa justifica-se a partir da consideração de que apesar do grande potencial das histórias em quadrinhos e da *graphic medicine* na biblioterapia, “poucas bibliotecas têm coleções de *graphic medicine* e as possibilidades tanto para clubes de leitura como para atividades criativas estão apenas a começando a ser exploradas” (MCNICOL, 2018:11, tradução nossa). Deste modo, considera-se importante refletir sobre a interseção entre quadrinhos e biblioterapia, para não apenas compreender os mecanismos terapêuticos subjacentes a essa abordagem, mas também destacar seus potenciais de aplicação.

2. Procedimentos metodológicos

O percurso metodológico deste estudo foi desenhado de modo a explorar as pesquisas que buscam a interseção entre biblioterapia e *graphic medicine*, considerando a sinergia entre os benefícios terapêuticos das histórias em quadrinhos e as práticas consolidadas de biblioterapia. Para garantir a abrangência e rigor metodológico, optou-se por uma abordagem qualitativa, que, segundo Creswell (2009), é particularmente adequada quando se busca uma compreensão aprofundada de fenômenos complexos e subjetivos. Essa escolha se justifica pela necessidade de explorar um campo ainda em expansão, cujas nuances demandam uma análise detalhada e interpretativa.

A pesquisa possui um caráter teórico e objetivos exploratórios. De acordo com Gil (2008), estudos exploratórios são adequados quando o objeto de investigação é pouco conhecido ou estudado de maneira fragmentada, permitindo ao pesquisador delinear novas perspectivas e hipóteses. Assim, as pesquisas exploratórias “ [...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008:27).

Para a coleta de dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados Scopus, ProQuest e Google Scholar, todas amplamente reconhecidas pela indexação de estudos acadêmicos de alta qualidade. A revisão bibliográfica é uma técnica de pesquisa secundária que visa reunir e sintetizar a literatura existente sobre determinado tema, sendo um

método amplamente aceito em pesquisas de natureza exploratória (LAKATOS e MARCONI, 2003).

Para identificar a literatura relevante, procedeu-se uma busca avançada nas bases de dados Scopus e ProQuest, por meio de títulos, resumos e palavras-chave. Adicionalmente, no Google Acadêmico, a busca foi limitada aos títulos dos documentos, devido ao grande volume de resultados disponíveis nesta base de dados. A estratégia de busca adotada envolveu o uso dos termos-chave: ("graphic medicine" OR "comics" OR "graphic novels") AND "bibliotherapy". Na base de dados ProQuest, foi utilizado o filtro de tipo de fonte "periódicos acadêmicos" (*Scholarly Journals*). No Google Acadêmico, a opção "incluir citações" foi desmarcada, visando recuperar apenas títulos com acesso ao PDF completo. Os resultados nesta base foram analisados inicialmente pela leitura dos títulos e das descrições das páginas (*snippets*).

Na base Scopus, foram identificados 4 documentos, enquanto na ProQuest 121 e no Google Acadêmico 19. Todos os documentos recuperados passaram por um processo criterioso de triagem. Inicialmente, os títulos e resumos foram avaliados para determinar a pertinência direta com o tema da pesquisa. Os critérios de inclusão adotados foram: idioma de publicação, com artigos publicados integralmente em português, inglês ou espanhol; documentos disponíveis na íntegra; e documentos com foco temático central em histórias em quadrinhos (qualquer tipo, com destaque para o gênero *graphic medicine*) e biblioterapia. Pesquisas que mencionavam quadrinhos ou biblioterapia de forma secundária, sem aprofundar a discussão, foram desconsideradas. Apenas os estudos que apresentaram relevância clara e direta em relação ao tema foram selecionados para leitura integral.

Com base nos critérios de inclusão, foram aceitos os estudos de Betzalel e Shechtman (2017), Cohen-Manor (2020), Johnson (2023), Lloyd (2020) e Rubin (2007), que tratam de biblioterapia e histórias em quadrinhos. Além disso, os estudos de McGrail e Rieger (2016), McNicol (2018), Pillay (2022), Pollard (2021) e Shwed (2016) foram incluídos por abordarem especificamente o gênero *graphic medicine* no contexto das práticas biblioterapêuticas.

Esse processo de seleção seguiu os princípios descritos por Bardin (2016), que destaca a importância de uma filtragem inicial dos documentos antes da análise mais detalhada. Após a seleção, a leitura integral dos documentos foi realizada. Nesse estágio, buscou-se extrair informações detalhadas sobre as contribuições da literatura existente para a temática de interseção entre biblioterapia e *graphic medicine*.

3. Conceitos e tipos de biblioterapia

O termo biblioterapia encontra sua origem etimológica a partir da junção de termos de origem grega: *biblíon*, que designa todo tipo de material bibliográfico ou de leitura e *therapein*, termo que significa terapia, cura, tratamento ou reestabelecimento (SEITZ, 2006). Assim, em uma definição sintética convencionaliza-se conceituar a biblioterapia como a "terapia por meio dos livros" (OUAKNIN, 1996).

Caldin (2001) salienta que a intuição acerca da capacidade terapêutica dos livros remonta às civilizações antigas, como a egípcia, grega e romana, as quais concebiam suas bibliotecas como locais sagrados, contendo textos cuja leitura poderia proporcionar alívio de enfermidades. Nesse contexto, a autora destaca a longa parceria entre medicina e literatura, sublinhando que, desde tempos antigos, essas duas esferas têm caminhado de mãos dadas no cuidado com o ser humano.

Conforme explicitado por Guedes (2013), a biblioterapia originou-se da prática de utilizar a leitura como meio para auxiliar indivíduos na melhoria da qualidade de vida, encorajando os indivíduos a enfrentarem seus medos, anseios, problemas e situações desafiadoras. A autora destaca que não é meramente o ato de leitura em si que viabiliza essa transformação, mas sim a leitura de informações destinadas à análise e interpretação, evidenciando seu caráter modificador e transformador.

A biblioterapia constitui um termo polissêmico e interdisciplinar que engloba diversas definições, descrevendo, em alguns aspectos, atividades similares, porém com nuances distintas que permitem sua categorização em tipos específicos de biblioterapia. Algumas definições de biblioterapia foram sintetizadas por Cronje (1993) e Janavičienė (2010) como sendo:

- Um método de tratamento de doenças neurológicas utilizando um livro para ler;
- Um processo de interação entre o caráter pessoal e literário do leitor, durante a qual há a oportunidade de ajudar o leitor a libertar e compreender melhor suas emoções e aprender o uso adequado dessas percepções na prática;
- Um programa de atividades, incluindo o planejamento, a seleção de textos, sua leitura e compreensão dos textos para o tratamento de problemas emocionais entre outros;
- Um programa de atividades criativas, incluindo atividades sociais, psicológicas e artísticas com objetivos de desenvolvimento, baseados em informações da mídia em combinação com o desenvolvimento humanístico da personalidade;
- Um conjunto de técnica de interação entre o facilitador e os membros utilizando a literatura como meio de comunicação;
- Um conjunto de atividades envolvendo a mídia e seu uso, discussão sobre como ela pode ajudar o leitor;
- Livros apropriados no momento certo, fornecendo aos indivíduos os livros necessários para resolução de (alguns) problemas ou tratamento terapêutico de doenças;
- Uma das atividades de bibliotecários que auxilia o leitor a procurar livros que o ajudaria a superar dificuldades, dúvidas, incertezas, ansiedade, frustração, apatia, entre outros.

Além das diversas definições, a biblioterapia costuma ser dividida em três tipos: clínica, institucional e de desenvolvimento. Essa divisão separa os tipos de acordo com seus objetivos, profissionais capacitados para aplicar os métodos e os locais de aplicação, conforme evidenciado no Quadro 1.

Quadro 1 – Tipos de biblioterapia

Tipo	Objetivo	Profissional	Locais
Biblioterapia Clínica	O enfoque principal reside no tratamento de condições de saúde mental, proporcionando aos pacientes a oportunidade de modificar suas atitudes e comportamentos, visando à resolução ou melhoria dos problemas comportamentais apresentados.	Médico, instrutor mental ou bibliotecário especializado em saúde	Hospitais, clínicas médicas, bibliotecas especializadas
Biblioterapia Institucional	Facilitar o suporte a indivíduos, seja de maneira individual ou em grupo, concentrando-se em questões relacionadas a doenças mentais, distúrbios comportamentais, ajustamento e desenvolvimento pessoal. Esse formato de biblioterapia se distingue da abordagem clínica, uma vez que não visa tratar diretamente as doenças mentais, mas sim proporcionar assistência para superá-las.	Médico, enfermeiros, bibliotecário, assistentes sociais	Instituições de saúde, clínicas de reabilitação, presídios, lares de idosos, bibliotecas dessas instituições citadas
Biblioterapia de Desenvolvimento	Facilitar o desenvolvimento normal e progressivo de um indivíduo que busca assistência, visando à harmonização das relações pessoais, tanto de maneira preventiva quanto corretiva.	Bibliotecário, professor, assistente social e outros	Escolas, creches, bibliotecas públicas e escolares, instituições sociais

Fonte: Baseado em Janavičienė (2010).

No âmbito dessas abordagens biblioterapêuticas, um conjunto de atividades é executado para promover o bem-estar dos indivíduos. Caldin (2001) sintetiza essas atividades como identificação, introjeção, humor, projeção, catarse e introspecção. Os autores Fonseca e Azevedo (2016) complementam essas atividades incluindo o diálogo.

Esse conjunto de atividades se inicia por meio da leitura do texto, onde ocorre a assimilação da história e das personagens, gerando um sentimento de identificação. Posteriormente, surge a percepção de que outros indivíduos enfrentam infortúnios semelhantes,

possibilitando a incorporação dessas experiências nos valores morais adquiridos por meio da leitura e/ou audição, através do processo de introjeção. O prazer advindo do humor e a liberação emocional podem ocorrer em diversos momentos da leitura, sendo que seu sucesso resulta em uma empatia do leitor com as personagens e seus dilemas. Paralelamente, nesse processo, observa-se um mecanismo de defesa, a projeção, em que o indivíduo busca afastar de sua mente sentimentos de infortúnio, transferindo-os para os personagens e suas vivências (FONSECA e AZEVEDO, 2016).

Subsequentemente, o leitor experimenta um estado de êxtase denominado catarse, promovendo uma sensação de bem-estar tanto no corpo quanto no espírito. A interpretação e explanação de ideias por meio do diálogo entre os participantes e o biblioterapeuta conduzem o leitor/ouvinte a compreender os problemas alheios e perceber que outras pessoas enfrentam desafios similares. A aplicação do mundo fantasioso à sua realidade pode conduzir o leitor a uma transformação interna, desencadeando a introspecção e proporcionando oportunidades para reflexão e autoconhecimento. Esse processo de imersão na fantasia e sua posterior aplicação à realidade possibilita ao leitor explorar novos caminhos para a resolução e enfrentamento da vida, propiciando uma mudança comportamental (FONSECA e AZEVEDO, 2016).

É relevante salientar que a leitura e a narrativa de histórias desempenham um papel fundamental no processo biblioterapêutico, sendo que, em sua maioria, essas atividades se utilizam de textos literários. As categorias de livros mais frequentemente empregadas na Biblioterapia incluem [1] os repertórios clássicos, que englobam gêneros como romance, poesia, biografia e ficção, e [2] obras com temática psicológica. Os repertórios clássicos, muitas vezes, promovem o bem-estar do paciente por meio de um processo de identificação. Por outro lado, as obras com temática psicológica, apresentam abordagens diversas que podem descrever distúrbios contemporâneos e fornecer informações específicas sobre determinadas condições.

No emprego do repertório clássico é comum a abordagem de biblioterapeutas psicodinâmicos que utilizam esses gêneros para criar uma conexão emocional com os personagens literários e suas lutas dentro da narrativa que motivam o leitor a identificar suas próprias emoções e obter insights. Neste método, o foco é dirigido para os pensamentos, emoções e experiências reprimidas, com o propósito de aprimorar a autoexploração emocional e fomentar o desenvolvimento de insights (BETZALEL e SHECHTMAN, 2017).

Por outro lado, a incorporação de obras centradas em temáticas psicológicas é comum entre biblioterapeutas que adotam uma perspectiva cognitivista, direcionando sua atenção para os processos de aprendizagem como principais catalisadores de transformação. Nesse cenário, destaca-se uma inclinação desses defensores da biblioterapia cognitiva em conferir menor ênfase à dinâmica da relação entre biblioterapeuta e paciente, ao tirar o foco do papel do biblioterapeuta como condutor do processo de intervenção e destacar a autonomia do paciente na leitura de livros de autoajuda (BETZALEL e SHECHTMAN, 2017).

Pollard (2021) evidencia em sua pesquisa que, em sua grande maioria, os estudos sobre biblioterapia têm negligenciado a vertente estética intrínseca ao campo, restringindo sua análise a materiais bibliográficos. A exploração dos aspectos estéticos na biblioterapia geralmente se concentram em entendimentos teóricos sobre como os leitores atravessam um potencial processo de mudança em resposta à leitura. Entretanto, é necessário a

inserção de aspectos não-verbais que possibilitem uma ampla gama de interpretações subjetivas ao leitor.

Diante da crítica apresentada por Pollard (2021), que destaca a negligência da dimensão estética nos estudos sobre biblioterapia, torna-se evidente a necessidade de explorar outras formas de expressão artística, como as histórias em quadrinhos, no campo biblioterapêutico. A inclusão das histórias em quadrinhos não apenas atende à demanda por maior exploração estética, mas também facilita interpretações subjetivas e não-verbais, ampliando as possibilidades de transformação pessoal por meio da leitura, como propõem os fundamentos teóricos da biblioterapia.

4. Processos biblioterapêuticos com narrativas sequenciais

Apesar do enfoque em obras clássicas e psicológicas, observa-se um movimento de integração da arte na estrutura da terapia narrativa, introduzindo uma dimensão adicional ao processo biblioterapêutico através da inclusão de obras de arte, expressões visuais e de narrativas gráficas sequenciais (SHWED, 2016; LLOYD, 2020). Essa adição proporciona um elemento terapêutico suplementar que pode enriquecer as atividades realizadas na biblioterapia, representando aspectos que a linguagem verbal por si só não é capaz de abranger.

Nesse contexto, destaca-se a incorporação da leitura de histórias em quadrinhos no cenário biblioterapêutico. A leitura terapêutica de histórias em quadrinhos fornece ao indivíduo uma linguagem emocional-visual-narratológica através da qual pode compreender melhor o seu mundo interior (COHEN-MANOR, 2020).

As histórias em quadrinhos são um tipo de literatura complexa que exige competência literária e cognitiva dos indivíduos devido às características de sua linguagem única que congrega dois sistemas de códigos, o visual e o verbal, que por vezes funcionam de forma independente, e outras vezes interagem na construção narrativa de uma história.

Dado que as histórias em quadrinhos empregam imagens para comunicar informações, uma de suas notáveis vantagens nos procedimentos biblioterapêuticos é a capacidade de serem úteis para os indivíduos, especialmente os mais jovens, que enfrentam desafios no desenvolvimento da imaginação. Enquanto leitores proficientes podem converter palavras em imagens mentais, aqueles com dificuldades na leitura podem encontrar benefício ao visualizar imagens em conjunto com o texto verbal para desenvolver a capacidade de identificar seus problemas a serem enfrentados e padrões emocionais e/ou comportamentais.

Além disso, ao integrar a dimensão narrativa das histórias em quadrinhos aos processos cognitivos que os conteúdos visuais propiciam ao leitor, emergem características singulares que os quadrinhos oferecem aos processos biblioterapêuticos, como a presença da “terceira voz”. Nesse contexto, o leitor emprega sua imaginação para conectar imagens estáticas, permitindo uma progressão linearmente na narrativa. Os espaços vazios entre os quadros e nas imagens individuais representam lacunas literárias, exigindo que o leitor preencha esses vazios com sua imaginação. Essas lacunas, consciente ou inconscientemente preenchidas pelo leitor, enriquecem o conteúdo da história com elementos pessoais

projetados, tornando a história em quadrinhos uma forma interativa de expressão terapêutica (COHEN-MANOR, 2020).

As histórias em quadrinhos revelam eficácia por meio dos processos de identificação, catarse e *insight*. A identificação com uma personagem proporciona ao leitor uma perspectiva alternativa para perceber seus próprios problemas. A empatia com a personagem resulta em uma forma de catarse, envolvendo esperança e liberação de tensão emocional, o que, por sua vez, pode conduzir a uma nova perspectiva e a mudanças comportamentais (LLOYD, 2020).

Um indivíduo ou paciente pode proceder à leitura de uma história em quadrinhos para compreender como a personagem percebe suas próprias habilidades e como se distancia do problema por meio da externalização. A representação das emoções pode variar conforme o tipo de história em quadrinhos, podendo ser categorizada em quatro formas distintas: expressão visual, tipografia das palavras utilizadas, pensamento privado e diálogo entre personagens. Cada uma dessas categorias, de maneira única, possibilita aos leitores obter uma quantidade significativa de informação, permitindo-lhes reconhecer e compreender a trajetória emocional das personagens. Isso proporciona aos leitores a oportunidade de estabelecer conexões com as personagens, compreendendo suas emoções e abordagens diante das diversas situações enfrentadas em um movimento de autoreflexão. Em uma análise introspectiva das emoções e reações de personagens, o leitor pode potencialmente identificar traços com os quais se identifica e que são exemplificados pelos personagens. Adotando uma perspectiva baseada em pontos fortes, o leitor pode então identificar maneiras de utilizar seus próprios "poderes" para lidar com as situações que enfrenta (LLOYD, 2020).

Em uma pesquisa conduzida por Feitosa, Santos e Moreira (2011) sobre biblioterapia, a leitura de narrativas gráficas foi introduzida como uma prática humanizadora, promovendo a saúde de pacientes internados e seus acompanhantes no Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados (HU/UFGD). As autoras ressaltaram a expressiva busca por histórias em quadrinhos por parte dos pacientes das unidades de Pediatria e Psiquiatria, destacando uma preferência notável pelos materiais da Turma da Mônica. Esse interesse pode ser atribuído à forte identificação dos pacientes com os personagens dessas histórias em quadrinhos.

Considerando as histórias em quadrinhos na prática biblioterapêutica com ênfase no contexto clínico-hospitalar, as pesquisas demonstram o potencial terapêutico dos quadrinhos na prática clínica de aconselhamento psicológico e psicoterápico (POLLARD, 2021); no tratamento, principalmente de crianças e jovens adolescentes, que vivenciam eventos traumáticos (PILLAY, 2022); no desenvolvimento da conscientização sobre a deficiência e promoção da aceitação das diferenças sociais (MCGRAIL e RIEGER, 2016); no enfrentamento do luto e da perda (JOHNSON, 2023), entre outros.

4.1. A identificação dos pacientes com os super-heróis

Um dos gêneros mais utilizados e crescente nos processos terapêuticos e biblioterapêuticos são as histórias em quadrinhos de super-heróis por ser um dos mais populares e conhecidos pela cultura de massa e pelo seu elevado grau de simbolismos e metáforas para representar questões mais profundas, como superar traumas, lidar com o isolamento ou confrontar o

mal. Além disso, tem-se a questão da resiliência e empoderamento, característica muito forte nesse tipo de narrativa, já que muitos super-heróis passam por adversidades significativas e emergem mais fortes, possibilitam a criação de um vínculo de identificação maior e o sentimento de superação que pode inspirar os leitores a enfrentarem seus próprios desafios com coragem e determinação.

Os autores Betzalel e Shechtman (2017) supõem que ao expor indivíduos a narrativas de super-heróis, seria possível fortalecê-los e infundir-lhes esperança para o porvir. Por meio do processo de identificação com os personagens de uma história, os indivíduos, principalmente as crianças, podem se conectar com suas próprias dificuldades e encontrar soluções para resolução de problemas pessoais. Essa afirmativa relaciona-se às considerações de Rubin (2007) de que a compreensão de mitos relacionados aos super-heróis serve como metáforas para a busca de significado na vida por meio do serviço aos necessitados.

Cohen-Manor (2020) ao explorar em sua pesquisa o poder dos quadrinhos de super-heróis para a biblioterapia destacou o modelo de monomito desenvolvido por Campbell (2008) para mostrar a importância terapêutica que a luta dos super-heróis contra certos poderes ameaçadores desempenha no movimento de conflito e resolução. Desta forma,

Através da história, o leitor experimenta um processo dinâmico de movimento psíquico. A um nível, podemos dizer que o leitor é apresentado a um modelo em que o ego supera as suas dificuldades e, através dele, pode chegar à conclusão de que é possível superar as suas próprias dificuldades. De um ponto de vista psicodinâmico-biblioterapêutico, quando o leitor projeta o seu mundo na história e se sente fundido com os heróis, experimenta lidar com elementos ameaçadores e superá-los. Assim, há uma experiência de fortalecimento do ego e uma experiência de movimento e superação de desafios (COHEN-MANOR, 2020:78, tradução nossa).

Mediante a configuração de sua estrutura literária, as histórias em quadrinhos de super-heróis desempenham em seu leitor um efeito comparável ao observável em mitos e contos de fadas. Isso resulta em um impacto fenomenológico multidimensional e multi-componente, no qual o leitor estabelece relações entre sua vida, suas experiências e o personagem e/ou diversos personagens que habitam nas narrativas. Dessa forma, o leitor desenvolve a habilidade de atribuir sentido às mudanças em si próprio e no mundo, por meio do processo de identificação e reconhecimento construído na conexão estabelecida com os personagens e super-heróis. Essa ligação promove uma ressonância semântica, ou seja, na leitura e aprendizagem de eventos e situações narradas na história em quadrinhos, o leitor procura em seu mundo interior conteúdos semelhantes entre a narrativa e o que está acontecendo em sua própria vida. Assim, fragmentos de sua visão de mundo se entrelaçam com elementos do universo da história em quadrinhos, gerando uma nova compreensão, produtiva e mais precisa dos eventos vivenciados e das possíveis soluções para desafios enfrentados.

Nesse contexto, observa-se que as atividades biblioterapêuticas de identificação e introjeção (CALDIN, 2001) estão associadas ao conceito de modelo de mundo (GORDON, 1978). Quando o biblioterapeuta realiza uma intervenção mediadora, apresentando uma história ao indivíduo, este busca estabelecer conexões entre a sua vida e a história por meio de pesquisas transderivacionais. Em outras palavras, é o que Gordon (1978) diz ser o

momento em que o paciente, alguém que busca alívio para uma aflição, tende a identificar o maior número possível de correlações entre o que está sendo comunicado e a sua própria situação problemática.

Além das pesquisas teóricas que destacam os super-heróis na biblioterapia, seu potencial também foi testado, em um estudo empírico no qual foram conduzidas distintas seções de biblioterapia com crianças e adolescentes em lares adotivos que vivenciaram a experiência de perda ou ausência da figura parental em suas vidas, por Betzalel e Shechtman (2017), que examinaram a contribuição singular da biblioterapia de super-heróis, por meio da comparação entre aqueles submetidos a histórias de super-heróis, indivíduos que receberam biblioterapia com materiais distintos (biblioterapia afetiva com contos e adaptações visuais de histórias) e participantes não submetidos a tratamento. Os resultados apresentados pelos autores indicaram que, em comparação com o grupo não tratado, ambos os tipos de tratamento biblioterapêutico evidenciaram resultados mais positivos em termos dos níveis de ansiedade. Notavelmente, na condição de super-herói, os resultados foram particularmente favoráveis, evidenciando uma redução significativa em todas as medidas de ansiedade (total, fisiológica preocupação/sensibilidade e ansiedade/concentração social). Além disso, os resultados indicam uma diminuição significativa no comportamento violento e na agressividade nas crianças; um aumento nos objetivos futuros, caracterizado por respostas de natureza mais motivacional e; uma diminuição nas expectativas irrealistas em relação ao ambiente doméstico (BETZALEL e SHECHTMAN, 2017).

4.2. O gênero *graphic medicine*

Uma das possibilidades da biblioterapia por meio de quadrinhos é a promoção da educação em saúde por meio da utilização da *graphic medicine*. O termo *graphic medicine* foi introduzido por Ian Williams, médico de clínica geral, autor e criador de histórias em quadrinhos, em 2007, para caracterizar a convergência entre histórias em quadrinhos e a discussão sobre cuidados de saúde. Williams, juntamente com M. K. Czerwiec, enfermeira médica e criadora de histórias em quadrinhos, criou o *site online Graphic Medicine*, e a primeira conferência internacional sobre *graphic medicine* que ocorreu em Londres em 2010 (POLLARD, 2021).

Na comunidade internacional, notam-se iniciativas que exploram a relação entre as histórias em quadrinhos e a área da saúde, como evidenciado nas conferências anuais *Comics and medicine*, apoiadas por instituições de renome. Estes eventos congregam profissionais da saúde, quadrinistas e pesquisadores de diversas disciplinas para discutir o papel das histórias em quadrinhos em pesquisas acadêmicas relacionadas à educação médica e ao tratamento de pacientes. Além disso, destaca-se a atuação do *Graphic Medicine International Collective*¹, uma iniciativa que respalda e orienta o uso de histórias em quadrinhos no contexto da saúde.

A *graphic medicine* é definida como um gênero específico de histórias em quadrinhos que combina a arte sequencial com o discurso médico. Ela engloba qualquer história em quadrinhos que aborde temas relacionados à saúde e bem-estar do corpo e da mente,

¹ Mais informações sobre a temática e essa comunidade podem ser encontradas em: www.graphicmedicine.org.

contribuindo para um diálogo informativo sobre questões de saúde. Peter e Venkatesan (2020) destacam que este formato específico de história em quadrinhos possibilita a exploração de diversas nuances associadas à doença e ao paciente. Ao priorizar a divulgação e legitimação das verdades emocionais formadas na vivência da doença e do sofrimento, a *graphic medicine* destaca os aspectos fenomenológicos e íntimos dessas experiências e emoções.

Green e Myers (2010) explicam que a *graphic medicine*, além de promover uma compreensão mais aprofundada de determinadas doenças e reunir comunidades potencialmente impactadas de maneira semelhante, oferece aos médicos insights inovadores sobre as experiências pessoais da doença. Isso é particularmente relevante para as preocupações que os pacientes podem evitar mencionar em um ambiente clínico. Além disso, ela desmistifica concepções equivocadas sobre a doença e seu tratamento, fatores que podem influenciar a adesão ao tratamento e o prognóstico.

De acordo com Williams (2012) muitas destas obras são elaboradas por habilidosos artistas de histórias em quadrinhos que, por coincidência, vivenciaram pessoalmente uma doença ou estiveram envolvidos no cuidado de um familiar com questões médicas. Esses quadrinistas conseguem expressar de maneira convincente suas experiências, envolvendo imediatamente o leitor por meio de palavras e imagens. A apresentação do mundo do paciente em foco, seja para pesquisa ou tratamento, por meio dessas narrativas, proporciona uma oportunidade aos profissionais de saúde de se colocarem no lugar do paciente.

As narrativas visuais têm sido empregadas para aumentar a conscientização pública e aprimorar os cuidados oferecidos aos pacientes em relação a diversas questões, como abuso de substâncias, VIH diabetes e doenças mentais (GREEN e MYERS, 2010). Adicionalmente, a *graphic medicine* tem sido empregada em pesquisas relacionadas à deficiência, questões de gênero, ciência e tecnologia, assim como em estudos ambientais (PETER e VENKATESAN, 2020), infertilidade, corporificação, subjetividade, experiência de doenças diversas, entre outros (MURALI e VENKATESAN, 2022).

Fundamentalmente, ao fazer uso dos elementos estruturais das histórias em quadrinhos, a *graphic medicine* estabelece uma relação intrincada entre médicos, pacientes e profissionais de saúde, como os biblioterapeutas, resultando em um sistema de conhecimento alternativo. A *graphic medicine* pode ser utilizada para desempenhar diversos papéis, como:

- Ferramenta pedagógica: as histórias em quadrinhos facilitam uma comunicação eficaz da informação, aprimorando as habilidades clínicas e comunicativas dos futuros médicos durante a formação médica;
- Processo de criação e conscientização: a produção de histórias em quadrinhos ajuda estudantes de Medicina a expressar suas experiências na faculdade de medicina de forma criativa, permitindo que pacientes e indivíduos que enfrentam doenças e traumas expressem suas experiências por meio de histórias em quadrinhos para conscientizar os outros sobre suas condições;
- Espaços narrativos para autorreflexão: as histórias em quadrinhos médicas possibilitam que os autores explorem seus domínios internos fragmentados

por experiências traumáticas, concretizando assim seus objetivos terapêuticos;

- Forma de construir uma comunidade emocional: ao dar voz aos marginalizados e compartilhar perspectivas muitas vezes reprimidas, a *graphic medicine* cria uma comunidade emocional ao reunir indivíduos com experiências semelhantes, expandindo assim a empatia e o apoio;
- Processo terapêutico: a produção de quadrinhos autobiográficos representa uma forma de criatividade simbólica no processo terapêutico. A capacidade dos quadrinhos de transformar experiências pessoais em narrativas visuais e textuais significativas oferece uma oportunidade única para os indivíduos reconstruírem suas identidades e processarem experiências traumáticas.

4.3. Potenciais da *graphic medicine* na biblioterapia

Evidencia-se que a *graphic medicine* possui grande potencial na biblioterapia clínica e institucional, servindo como uma fonte de entretenimento e informação que direciona a humanização do ambiente hospitalar, o tratamento da doença e o fornecimento de informações sobre as condições médicas, além de ser uma forma de aliviar o sofrimento dos pacientes.

Nesse contexto, a *graphic medicine* pode ser integrada diretamente ao processo biblioterapêutico, principalmente por duas vias distintas. Primeiramente, por meio da leitura de quadrinhos desse gênero, que pode ser catártica e, portanto, psicologicamente gratificante. Conforme apontado por Carleton (2014), o leitor desempenha um papel crucial na construção de significado das histórias em quadrinhos, tendo a oportunidade de interpretá-las criticamente, refletir conscientemente e se relacionar com as mensagens transmitidas. Em segundo lugar, a criação de quadrinhos autobiográficos sobre doenças e sentimentos permite ao paciente externalizar suas experiências vividas. Isso proporciona ao paciente, conforme ressaltado por Murali e Venkatesan (2022), uma forma de organizar os efeitos emocionais de uma experiência e a própria vivência.

Para cultivar a empatia, é possível designar e analisar patografias gráficas que proporcionam uma visão abrangente dos diversos aspectos da vivência da doença. A *graphic medicine* também pode ser empregada para instruir habilidades de observação. Para compreender eficazmente uma história em quadrinhos, é crucial interpretar não apenas o que é explicitamente apresentado, mas também o que está implicitamente sugerido. Isso se deve ao fato de que grande parte da narrativa ocorre fora dos limites dos quadros da história em quadrinhos, no espaço em branco conhecido como a sarjeta. Tais habilidades são comparáveis às necessárias para entender um diagnóstico.

Assim, a leitura de histórias em quadrinhos pode aprimorar as capacidades de observação e interpretação tanto do médico quanto do paciente, uma vez que as atividades de leitura e visualização engajam diferentes sistemas de processamento de informação no cérebro (GREEN e MYERS, 2010). Dessa forma, a *graphic medicine* desestabiliza "[...] os métodos dominantes de estudo na área da saúde, oferecendo uma perspectiva mais inclusiva da medicina, da doença, da deficiência, do cuidado e do ser cuidado" (CZERWIEC *et al.*, 2015:2, tradução nossa).

Além da leitura, o processo de criação de quadrinhos também se revela terapêutico e biblioterapêutico, pois se fundamenta no desenvolvimento da habilidade de escrever e desenhar, o que pode beneficiar tanto o seu autor quanto futuros leitores e pacientes que venham a se deparar com a narrativa sequencial produzida, constituindo assim "um signo de saúde cultural – um reconhecimento e uma exploração de nossa condição como seres incorporados" (COUSER, 1991:65, tradução nossa). Esse tipo de *graphic medicine* é conhecido também pelo termo autopatografia (*autopathography*), cunhado por Thomas Couser para referir-se ao subgênero de "narrativas autobiográficas de doença ou deficiência" (COUSER, 1991:65, tradução nossa).

Portanto, assim como ocorre com a prosa e a poesia, a biblioterapia também pode abranger a elaboração de narrativas gráficas, além do consumo daquelas já publicadas. A criação de desenhos emerge como um meio eficaz para os indivíduos expressarem seus pontos de vista e emoções de maneira mais eficiente do que a expressão puramente oral. Isso se deve ao impacto imediato dos desenhos nas pessoas, facilitando e tornando mais agradável a discussão de temas difíceis. A produção de histórias em quadrinhos poderia ser adaptada como uma modalidade de biblioterapia, resultando na elaboração, pelos participantes, de narrativas gráficas que representassem suas experiências de vida, incluindo o cuidado a pessoas afetadas por uma variedade de condições de saúde (MCNICOL, 2018).

4.4. Possíveis problemas e lacunas observadas

O uso da *graphic medicine* como instrumento biblioterapêutico é uma abordagem promissora e inovadora que ainda encontra barreiras em seu reconhecimento no contexto terapêutico e informacional. Shwed (2016) observa que a resistência de médicos, terapeutas e bibliotecários em reconhecer os méritos das histórias em quadrinhos como material biblioterapêutico ainda é um obstáculo. Além disso, há uma visão amplamente difundida de que quadrinhos são apenas veículos de entretenimento ou direcionados ao público infantil, uma percepção que precisa ser desconstruída para integrar esses materiais ao contexto terapêutico de maneira efetiva.

Estudos teóricos como os de Shwed (2016), McGrail e Rieger (2016), Lloyd (2020), Johnson (2023) e Pillay (2022) indicam que essas narrativas gráficas podem ser utilizadas em sessões de terapia individual e em grupo, auxiliando no tratamento de diversas condições emocionais e psicológicas. Contudo, há uma lacuna importante a ser observada: a maioria desses estudos foca na dimensão teórica sem explorar a aplicação prática e sistemática da *graphic medicine* como recurso de apoio terapêutico. Para mensurar de forma concreta o impacto e o potencial dessa abordagem, são necessárias pesquisas empíricas em ambientes institucionais, como hospitais, clínicas e bibliotecas, que possam avaliar e confirmar de forma sistemática o efeito e a dimensão desse recurso sobre pacientes em diferentes contextos de tratamento, aliado a distintas abordagens terapêuticas.

Além da ausência de estudos empíricos, a pesquisa de Betzalel e Shechtman (2017) é um dos poucos esforços que demonstram resultados positivos significativos através da biblioterapia com histórias em quadrinhos ao explorar sua aplicação em jovens com ausência parental. Através de uma comparação com a leitura de livros tradicionais, a pesquisa conclui que as narrativas visuais de super-heróis contribuíram para a redução da ansiedade e do comportamento agressivo entre os participantes. Da mesma forma, a

investigação de Pollard (2021) apresenta os quadrinhos como uma ferramenta inovadora na terapia da fala, revelando a percepção dos terapeutas sobre esta utilização.

Tais estudos reforçam o valor dos quadrinhos como recurso de apoio terapêutico, mas apontam para uma escassez de investigações sobre o papel específico do gênero *graphic medicine*. Ainda não se conhece plenamente a extensão de seu potencial terapêutico nos aspectos sociais, emocionais e psicológicos do paciente, seja no curto ou no longo prazo.

Outro ponto de relevância é a alfabetização multimodal de profissionais e pacientes. A *graphic medicine* possui uma linguagem que, amalgamando metáforas visuais e narrativas, pode facilitar ou complicar a compreensão de conceitos complexos, dependendo do nível de familiaridade do leitor com essa forma de narrativa. Essa linguagem dos quadrinhos requer do leitor uma habilidade de interpretação que integre o simbólico e o visual, possibilitando uma compreensão mais rica de temas complexos. Portanto, preparar tanto o biblioterapeuta quanto o paciente para compreender e extrair significados dessas obras é fundamental para que não haja desafios na plena assimilação das mensagens propostas.

Ademais, a seleção criteriosa do material é um fator crítico que merece atenção especial. A escolha inadequada pode, em alguns casos, comprometer o efeito terapêutico ou até gerar desconforto no paciente. Quadrinhos mais infantis ou que involuntariamente promovem gatilhos devem ser evitados em um contexto terapêutico. A adequação do conteúdo à idade e ao contexto emocional do paciente é imprescindível, uma vez que cada leitor pode personalizar e interpretar as narrativas de maneira única, como observado por McNicol (2018). Nesse sentido, a natureza dos quadrinhos de não transmitirem uma mensagem única ou fixa torna difícil mensurar precisamente seus benefícios terapêuticos.

McNicol (2018) aponta que cada leitor individualiza sua resposta à narrativa, resultando em uma multiplicidade de interpretações geradas pela interação entre os códigos visuais e linguísticos. Dessa forma, cada leitor constrói seu próprio significado ao relacionar palavras e imagens às suas experiências, o que pode proporcionar uma reflexão personalizada sobre a própria condição do paciente. Contudo, essa abertura interpretativa, embora enriquecedora, também representa um desafio para a avaliação objetiva dos efeitos terapêuticos da *graphic medicine*. Tal personalização pode levar a múltiplas leituras e significados, independentemente do conteúdo do quadrinho.

Adicionalmente, uma barreira significativa à disseminação da *graphic medicine* é o acesso limitado a materiais médicos específicos. Os criadores de quadrinhos tendem a concentrar-se em temas de alta demanda ou popularidade, resultando em uma oferta limitada de materiais que abordam de forma abrangente diferentes doenças, tratamentos e métodos de prevenção. Esse foco temático restringe a variedade de opções disponíveis, proporcionando ampla cobertura para alguns temas de saúde específicos enquanto limita a disponibilidade de narrativas gráficas sobre condições médicas menos comuns. Consequentemente, essa lacuna editorial dificulta o acesso a recursos biblioterapêuticos mais diversificados, comprometendo a utilização da *graphic medicine* em contextos que requeiram materiais sobre temas menos representados na mídia popular.

Além disso, a falta de informações adequadas sobre os acervos disponíveis nas instituições de saúde pode restringir ainda mais o uso eficaz desse recurso. Nesse sentido, a função dos profissionais da informação se torna crucial, não apenas na promoção de materiais

específicos que se alinhem ao contexto de vivência do paciente, mas também na integração da *graphic medicine* nas coleções institucionais e em bases de dados.

5. Considerações finais

A *graphic medicine* possui características distintivas que a tornam uma ferramenta singular na biblioterapia. A sinergia entre texto e imagem, juntamente com a capacidade de evocar emoções de maneira acessível, destaca-se como elementos terapêuticos essenciais. Além disso, observou-se que a *graphic medicine* pode integrar componentes tradicionais da biblioterapia, como identificação, introjeção, projeção, catarse e introspecção, enriquecendo assim a experiência terapêutica oferecida aos leitores e pacientes.

Em relação às aplicações práticas na biblioterapia, podem ser identificadas diversas formas pelas quais a *graphic medicine* pode ser empregada de maneira eficaz. Desde a seleção cuidadosa de histórias em quadrinhos relevantes até a criação de narrativas visuais personalizadas, passando pela incorporação de elementos gráficos durante as sessões, ressaltando sua versatilidade e adaptabilidade para atender às necessidades específicas dos pacientes.

O destaque das contribuições potenciais da *graphic medicine* para o processo terapêutico na biblioterapia se dá por ser um gênero que pode oferecer insights únicos, facilitar a expressão emocional dos pacientes e promover uma identificação mais profunda com as narrativas, além de acessar processos cognitivos e mentais que somente as narrativas sequencias gráficas desempenham na mente do leitor, o que contribui para alcançar os objetivos terapêuticos estabelecidos na prática da biblioterapia.

Ressalta-se que um biblioterapeuta pode utilizar uma edição específica de uma história em quadrinhos que aborde um problema específico enfrentado por um paciente/indivíduo em seu contexto social ou familiar. Ao ler a obra escolhida, o indivíduo pode adquirir uma perspectiva sobre suas próprias questões e contemplar os problemas de uma posição potencialmente alternativa, incentivando-o a pensar de maneira diferente ou identificar soluções diversas. Nesse sentido, o biblioterapeuta desempenha um papel crucial ao não apenas encorajar a leitura, mas também ao selecionar histórias em quadrinhos com temas e situações específicas, ao facilitar a discussão e proporcionar ao indivíduo uma compreensão mais ampla do tema em questão.

Os temas abordados pelas personagens e os desenvolvimentos na trama podem ser explorados utilizando os princípios fundamentais da biblioterapia. Nesse contexto, o biblioterapeuta pode incentivar o indivíduo a analisar a dinâmica emocional das personagens presentes nas histórias em quadrinhos, facilitando a compreensão de sua própria personalidade. Além disso, as experiências das personagens nos quadrinhos oferecem *insights* sobre estratégias para enfrentar situações, ao mesmo tempo que fornecem um ponto de partida para diálogos que permitem ao indivíduo e ao biblioterapeuta explorar possíveis soluções para um problema específico. O profissional que emprega a biblioterapia estimula o leitor ou paciente a vivenciar e discutir as lutas das personagens, conectando-as às suas próprias experiências. Esse enfoque, essencialmente, leva o paciente a abordar indiretamente seus problemas, identificando maneiras eficazes

de lidar com as situações, à medida que analisa como as personagens enfrentaram desafios semelhantes.

A atuação de bibliotecários e profissionais biblioterapeutas demanda não apenas conhecimentos técnicos, mas também um conjunto robusto de habilidades interpessoais. A empatia no diálogo, uma comunicação clara e a capacidade de raciocínio crítico para a seleção de leituras são essenciais para o sucesso dessa prática. É fundamental que os bibliotecários que administram serviços de biblioterapia possuam uma compreensão sólida de princípios psicológicos e de outros conhecimentos relacionados. Além disso, o desenvolvimento de competências específicas, aliado ao comprometimento com um modelo de "aconselhamento" voltado à promoção da saúde mental, é imperativo. Somente assim será possível oferecer um suporte eficaz e sensível às necessidades dos usuários, consolidando a biblioterapia como um recurso valioso na busca pelo bem-estar mental.

Dado os benefícios que as histórias em quadrinhos, e mais especificamente a *graphic medicine*, podem fornecer como instrumento biblioterapêutico, conclui-se que é importante que o profissional se familiarize com as especificidades dos quadrinhos, principalmente com os gêneros e subgêneros, além de atente-se aos temas e conteúdos presentes na narrativa para oferecer ao paciente histórias em quadrinhos apropriadas e que estejam alinhadas às experiências e vivências do paciente.

Por fim, embora os benefícios da *graphic medicine* sejam promissores, é primordial reconhecer as limitações e complicações do uso desses materiais no contexto da biblioterapia. Seja pelo preconceito em relação ao formato dos quadrinhos como meramente humorístico, seja pela resistência dos pacientes, superar essas barreiras é essencial para a sua integração plena no tratamento. A avaliação crítica e o estímulo à alfabetização multimodal são passos essenciais para maximizar o potencial da *graphic medicine*, garantindo que possa ser utilizada de maneira que realmente beneficie a experiência do paciente em sua jornada de cura e reflexão.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências bibliográficas

BARDIN, L.

2016 Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BETZALEL, N.; SHECHTMAN, Z.

2017 The Impact of bibliotherapy superheroes on youth who experience parental absence. *School Psychology International*. [Em linha]. 38:5 (2017) 473-490. [Consult. 26 fev. 2024]. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0143034317719943>.

CALDIN, C. F.

2001 A Leitura como função terapêutica: Biblioterapia. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*. [Em linha]. 12 (2001) 32-44. [Consult. 26 fev. 2024]. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2001v6n12p32/>.

CAMPBELL, J.

2008 *The Hero with a thousand faces*. 3rd ed. Novato, CA.: New World Library, 2008.

CARLETON, S.

2014 Drawn to change: Comics and critical consciousness. *Labour*. [Em linha]. 73 (2014) 151-178. [Consult. 23 fev. 2024]. Disponível em:
<https://www.erudit.org/en/journals/lt/2014-v73-llt01430/1025171ar.pdf>.

COHEN-MANOR, Y.

2020 The Healing power of superhero stories: bibliotherapy and comic books. In *Using superheroes and villains in counseling and play therapy: a guide for mental health professionals*. Ed. L. C. Rubin. New York: Routledge, 2020, p. 74-92.

COUSER, G. T.

1991 Autopathography: Women, illness, and lifewriting. *A/B: Auto/Biography studies*. [Em linha]. 6:1 (1991) 65-75. [Consult. 24 fev. 2024]. Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08989575.1991.10814989>.

CRESWELL, J. W.

2009 *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 3rd ed. Los Angeles: Sage, 2009.

CRONJE, K. B.

1993 *Bibliotherapy in seventh-day adventist education using the information media for character development*. [Em linha]. Silver Spring: Institute for Christian Teaching, 1993, p. 49-66. [Consult. 28 fev. 2024]. Disponível em:
https://circle.adventistlearningcommunity.com/files/CD2008/CD1/ict/vol_12/12c_c_049-066.pdf.

CZERWIEC, M. K. [et al.]

2015 *Graphic medicine manifesto*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2015.

GIL, A. C.

2008 *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6^a ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FEITOSA, M. I. S.; SANTOS, E. G. R.; MOREIRA, M. H. S.

2011 A Biblioterapia como agente de humanização no Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados. In CONGRESSO IBEROAMERICANO DE EXTENSION UNIVERSITARIA, 11, Santa Fé, 2011 – *Anais*. 2011.

FONSECA, K. H. O.; AZEVEDO, F.

2016 Biblioterapia: relato de uma experiência no lar de idosos em Braga-Portugal. *Revista ACB*. [Em linha]. 21:2 (2016) 381-389. [Consult. 23 nov. 2023]. Disponível em:
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/42811/1/1166-6057-1-PB.pdf>.

GORDON, D.

1978 *Therapeutic metaphors: Helping others through the looking glass*. Cupertino, CA: Meta Publications, 1978.

GREEN, M. J.; MYERS, K. R.

2010 *Graphic medicine: use of comics in medical education and patient care*. [Em linha]. BMJ. (2010). [Consult. 29 fev. 2024]. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/340/bmj.c863>.

GUEDES, M. G.

2013 *A Biblioterapia na realidade bibliotecária no Brasil: a mediação da informação*. [Em linha]. Brasília, 2013. [Consult. 29 fev. 2024]. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/13659>.
Dissertação de mestrado em Ciência da Informação - Universidade de Brasília.

JANAVIČIENĖ, D.

2010 Bibliotherapy process and type analysis: review of possibilities to use it in the library. *Tiltai*. [Em linha]. 4 (2010) 119-132. [Consult. 25 nov. 2023]. Disponível em: <https://etalpykla.lituanistika.lt/object/LT-LDB-0001:J.04~2010~1367174878503/J.04~2010~1367174878503.pdf>.

JOHNSON, C.

2023 *Normalizing grief and loss: A Graphic novel for young adult women who've lost their mother to cancer*. [Em linha]. San Francisco, 2023. [Consult. 20 fev. 2024]. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/b8422cfaab8470ccfc575697d33f8863/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>.
Doctoral dissertation in Psychology - Alliant International University, Faculty of the California School of Professional Psychology.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.

2003 *Fundamentos de metodologia científica*. 5^a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LLOYD, J.

2020 Exploring the dynamics of relationships and emotional processes of comic book characters for potential implications in family therapy: A content analysis approach. [Em linha]. Denton, 2020. [Consult. 15 fev. 2024]. Disponível em: <https://twu-ir.tdl.org/server/api/core/bitstreams/7a37221d-2e0d-4b6f-ba3c-a6d91773e833/content>.
Doctoral dissertation in philosophy – Texas Woman’s University.

MCGRAIL, E.; RIEGER, A.

2016 Increasing understanding and social acceptance of individuals with disabilities through exploration of comics literature. *Childhood Education*. [Em linha]. 92:1 (2016) 36-49. [Consult. 20 fev. 2024]. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00094056.2016.1134240?scroll=top&needAccess=true>.

MCNICOL, S.

2018 Bibliotherapy and graphic medicine. In *Bibliotherapy*. Ed. S. McNicol, L. Brewster. London: Facet Publishing, 2018.

MURALI, C.; VENKATESAN, S.

2022 *Infertility comics and graphic medicine*. London; New York: Routledge, 2022.

OUAKNIN, M-A.

1996 *Biblioterapia*. São Paulo: Loyola, 1996.

PETER, A. M.; VENKATESAN, S.

2020 *Gender, eating disorders, and graphic medicine*. New York; London: Routledge, 2020.

PILLAY, S-M.

2022 *Bibliotherapy comic book for multiethnic pre-adolescents: Post-traumatic growth in multiethnic people who have experienced traumatic events*. [Em linha]. San Francisco, 2022. [Consult. 17 fev. 2024]. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/097b2faf682a443cf5fd6c020cc13d08/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>.

Doctoral dissertation in Psychology - Alliant International University, Faculty of the California School of Professional Psychology.

POLLARD, J.

2021 *Comics in clinical practice: a grounded theory exploration of how sequential art is applied to talking therapy*. [Em linha]. London, 2021. [Consult. 19 fev. 2024]. Disponível em: <https://repository.mdx.ac.uk/item/8q3z5>.

Doctoral dissertation in Counselling Psychology and Psychotherapy - Middlesex University and Metanoia Institute.

RUBIN L. C.

2007 *Using superheroes in counselling and play therapy*. New York: Springer, 2007.

SEITZ, E. M.

2006 Biblioterapia: uma experiência com pacientes internados em clínicas médicas
Bibliotherapy: an experience with patients interned in medical clínica. *Revista ACB*. [Em linha]. 11:1 (2006) 155-170. [Consult. 19 fev. 2024]. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/452>.

SHWED, A.

2016 *Crisis averted in infinite lives: Utilizing comics as clinical art therapy*. New York: Intima, 2016.

WILLIAMS, I. C. M.

2012 Graphic medicine: comics as medical narrative. *Medical Humanities*. [Em linha]. 38:1 (2012) 21-27. [Consult. 28 fev. 2024]. Disponível em: <https://mh.bmj.com/content/38/1/21>.

Etefania Cristina Pavarina | e.pavarina@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Recensão: VOUTSSÁS MARQUEZ, Joan - La Convergencia LAM: bibliotecas, archivos y museos = LAM Convergence: Libraries, Archives and Museums. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2023

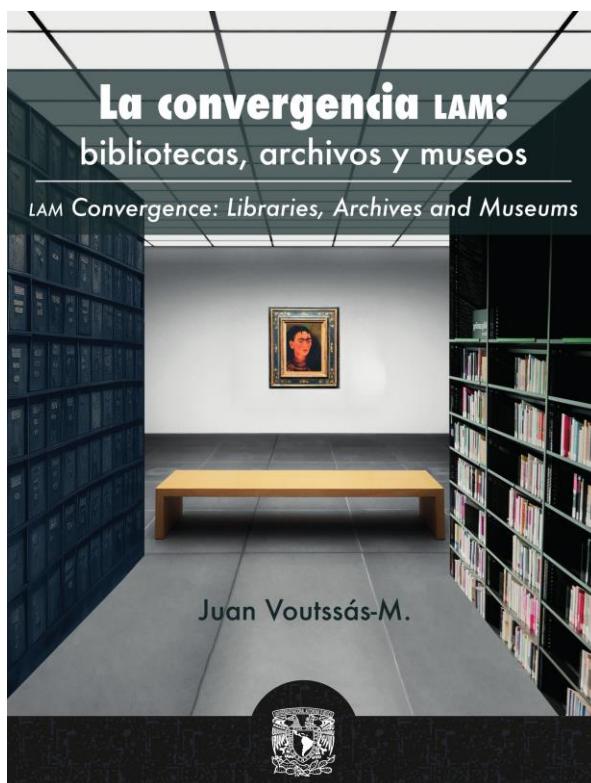
Review: VOUTSSÁS MARQUEZ, Joan - La Convergencia LAM: bibliotecas, archivos y museos = LAM Convergence: Libraries, Archives and Museums. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2023

Armando Malheiro da Silva

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag22deb>

Definir é indicar um ponto de partida e o subsequente ponto de chegada, ou seja, parte-se de uma perspectiva clara para caracterizar algo de forma conclusiva e válida. Encaixa bem neste modo de conceber o exercício definatório do termo/conceito de 'documento', que é chave para se perceber o alcance inovador da obra em apreço, sendo que as suas limitações derivam do respeito que o Autor, engenheiro informático por formação, criador de um novo tipo de suporte à informação natural (criador de novo documento), mantém em relação aos especialistas LAM (*Libraries, Archives and Museums*) apegados à perspectiva cumulativa e fragmentária, segundo a qual a Biblioteconomia, a Arquivística e a Museologia convergem pontualmente, mantendo, porém, a sua autonomia disciplinar. O Autor é muito respeitador desta perspectiva e devemos acentuá-lo, desde já. No entanto, e apesar disso, ele com a sua obra abala os alicerces essenciais, que, desde o séc. XIX, sustentam a pretensa autonomia epistemológica dessas três disciplinas.

Mas voltemos à definição de 'documento', que é basilar para a proposta do Autor sobre a possibilidade de haver convergência no processo de descrição dos documentos das três supostas áreas disciplinares. A definição mais simples e mais robusta que hé esta:



informação ou conteúdo registado/inscrito num qualquer suporte. E vejamos como Juan Voutsás Marquez aborda conceitualmente o documento: “Con respecto al documento desde los puntos de vista de bibliotecas y archivos, la diferencia no parece de inicio tan sustancial, pues ambos parten de una conceptualización principalmente “textual”, aunque ya se ha establecido que ambos campos manejan además otros elementos diferentes a los textos. Las diferencias fundamentales entre las dos disciplinas se han marcado en que básicamente las bibliotecas manejan y almacenan documentos que son publicados de origen y por lo mismo tienen múltiples copias, y estos poseen relaciones temáticas dentro de una colección; en cambio los archivos manejan documentos producidos y almacenados por una cierta institución derivados de sus funciones, que no son publicados de origen y tienen una sola o pocas copias, y además poseen relaciones jerárquicas dentro de un fondo. Aunque el tratamiento, organización, privacidad, etcétera, de ambos campos de estudio tiene componentes diferentes, esta característica de que la unidad de información sea un “documento” – principalmente textual permite que no estén tan alejadas las conceptualizaciones básicas de ambas disciplinas. (...) En las primeras décadas del siglo XX comenzó a abrirse esa visión a enfoques más amplios y “modernos” del concepto. Por ejemplo, Paul Otlet (1934, 217) amplió la definición de documento en su famoso *Tratado de la Documentación*. Él ya estableció ahí que los registros escritos y gráficos en efecto son representaciones de ideas o de objetos, pero también los propios objetos pueden considerarse como documentos si el lector o espectador consigue informarse mediante la observación de ellos. Este autor citaba desde entonces como ejemplos de documentos a los objetos naturales y a los artefactos” (p. 93-94).

Pela via aberta por Otlet o Autor acaba trazendo para o debate outros mais recentes e aceita uma noção ampla de documento que permite o objetivo central da convergência, que o tecnicismo corporativo não permitiu ensaiar até ao final do séc. XX. Aliás, a diferença que separava a identidade e o trabalho especializado de cada profissional (bibliotecário, arquivista e museólogo) eram os elementos técnicos de registo e o material de base ou suporte: um livro, como é referido na citação acima, é feito de papel impresso com múltiplas cópias e destinado a ser lido e possuído por um público vasto; o documento administrativo (de arquivo) é feito em papel mas não impresso e não se destina à publicação; e o objeto tridimensional exibido num Museu não é, nem de papel, nem textual. Se a isto somarmos a proposta de Otlet, que a sua discípula Suzanne Briet amplificou, pela qual o documento é todo o objeto ou coisa da qual posso extrair informação ou conhecimento, fecha-se o mais subtil e erróneo dos equívocos. Erróneo por confundir o inconfundível, ou seja, por confundir o conteúdo com o continente (o vinho com a garrafa): uma pedra extraída do solo e uma pedra com inscrições epigráficas provocam a obtenção de informação/conhecimento de formas cognitivamente muito diferentes e que sinalizam onde está verdadeiramente o alvo do bibliotecário, do arquivista ou do museólogo. A pedra que o geólogo vai estudar não tem em si informação, mas vai ser produzida informação/conhecimento geológico; a epígrafe é um documento no sentido simples e consensual: possui informação inscrita com um estilete. Assim, também uma cadeira contém informação uma vez que ela foi feita a partir de uma ideia desenhada geometricamente e concretizada em madeira ou em ferro ou em plástico. E, neste sentido, o sujeito diante de uma epígrafe ou diante de uma cadeira começa por “ler” ou descodificar o que ambas contêm (o texto da pedra ou a ideia funcional de cadeira não se confundem com o material que as torna visíveis e palpáveis). O recurso a exemplos práticos visa tornar compreensível o que persiste em ser ignorado ou desconhecido.

Juan Voutssás-Marquez não adota o conceito operatório de ‘informação’ e por isso não a separa conceitualmente da noção de documento, o que tem consequências na postura epistemológica subjacente a toda a obra. Ele está condicionado pelos limites impostos documentalmente, porém esta limitação não o impede de mostrar que é possível convergir na descrição catalográfica dos três tipos de documentos LAM, mas sem ousar chegar a uma posição transdisciplinar por demais evidente: as disciplinas LAM convergem para um mesmo e único objeto, que é a informação/conhecimento. Embora a preservação dos suportes, ou seja, dos materiais, seja importante nos serviços LAM, não é o alvo ou fim da atividade dos respetivos profissionais, cuja missão central consiste em tornar acessível a informação contida nos documentos das três instituições ou serviços. E catalogar, classificar e indexar tais documentos permite que eles sejam usados e explorados por quem os busca e saberá explorar. O conteúdo textual ou ideográfico é do ponto de vista semiótico uniforme e, portanto, não reside neste plano nada que separe epistemologicamente as disciplinas LAM.

Esta evidência esbarra, porém, na dificuldade ou conveniência corporativa em não separar do conjunto visível e palpável as duas substâncias distintas: a material e o mentefacto (a representação cognitiva codificada, plasmada ou inscrita no material de suporte). E o Autor não ousa transpor a linha para a perspectiva evolutiva e a transdisciplinaridade. A prova disto reside no modo como segue a apresentação em separado das disciplinas LAM mais a Ciência da Informação, tida como a mais jovem surgida no pós-guerra com a emergência dos computadores.

A obra não se estrutura em capítulos numerados, embora bem demarcados e essencialmente quatro. O primeiro intitula-se *Conceptos Básicos* onde são apresentadas as disciplinas sobre as quais incide a convergência e a integração descritiva - a Bibliotecologia, a Arquivística, a Museologia e a Ciência da Informação -, usando para este efeito uma ampla, atualizada e qualificada bibliografia, escudando-se o Autor nesse arsenal conceitual e conseguindo, sem questionamento radical da alegada autonomia de cada uma, mostrar a praticidade de otimizar recursos e permitir uma base de acesso comum, recuperação pelos utilizadores dos diversos documentos disponíveis. No segundo capítulo, *Similitudes y diferencias LAM*, prepara, através de vários tópicos (um deles já enfatizado no início desta recensão, *El concepto ampliado de documento*), a base teórica para tornar conveniente e natural a almejada convergência, que se efetiva no capítulo terceiro *Integración y convergencia*. No entanto, é no quarto capítulo que o Autor elenca o *modus operandi* para que as LAM possam adotar “políticas comuns” de organização e descrição documental. Como o próprio título sugere, *Construcción de la convergencia LAM*.

Este último capítulo torna o trabalho de Juan Voutssás-Marquez um instrumento de grande utilidade para os profissionais das LAM e muito especialmente para todo e qualquer utilizador, a quem tem sido negado, de forma absurda, o acesso por via comum ou convergente a informação dispersa em diferentes “continentes” ou suportes.

O absurdo torna-se, hoje, plena aberração por força do impacto que a tecnologia digital gerou já no território das LAM através da criação das Bibliotecas, Arquivos e Museus digitais/virtuais e da emergência dos famosos Repositórios abertos a qualquer tipo de documento tradicional digitalizado. O impacto é de tal forma incontornável que na UNAM realiza-se um evento periódico que trata precisamente da convergência LAM na dimensão *online*. Trata-se de uma radical mudança de suporte e a transferência dos documentos das instituições ou serviços clássicos (onde os leitores ou visitantes têm de se deslocar

fisicamente para terem acesso aos documentos) para plataformas acessíveis a partir de computadores (fixos ou portáteis) e *smartphones*. Esta mudança fecha o ciclo dos lugares de memória (Pierre Nora) da Modernidade e concentra-os na infoesfera.

O que esta mudança traz, em termos epistemológicos, é a implosão das especificidades das LAM que supostamente justificam a sua autonomia, alguma interdisciplinaridade e a impossibilidade da dinâmica transdisciplinar. Ora, não vale a pena insistir no indefensável: reconfigure-se a Ciência da Informação para ela ser a disciplina que assume a herança LAM, integrando-a no seu corpo único teórico-metodológico e passe a dialogar de forma equilibrada e efetiva com o trabalho computacional.

O contributo de Juan Voutsás-Marquez está no caminho do óbvio e do que é certo, porém espera-se que o Autor ouse mais e aprofunde o debate epistemológico com os trabalhos e reflexões do seu conterrâneo e colega, Miguel Rendón Rojas.

Armando Malheiro da Silva | malheiro@letras.up.pt

Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal

U. PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

 **CITCEM**
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia